



**Faculdade de Letras
Escola Naval**



***A ação da Marinha de Guerra Portuguesa no Teatro de
Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)***

Contexto e Evolução

Pedro Filipe Figueira Saial

Dissertação orientada pelo
Prof. Doutor Jorge Semedo de Matos
especialmente elaborada para a obtenção do grau de mestre
em História Marítima.

2024



**Faculdade de Letras
Escola Naval**



***A ação da Marinha de Guerra Portuguesa no Teatro de
Operações da Guiné-Bissau (1963-1974)***

Contexto e Evolução

Pedro Filipe Figueira Saial

Dissertação orientada pelo
Prof. Doutor Jorge Semedo de Matos
especialmente elaborada para a obtenção do grau de mestre
em História Marítima.

2024

Agradecimentos

Ao Comandante Costa Canas, que me desafiou, em longas horas de conversa a navegar, a frequentar este mestrado.

Ao General Lemos Pires por me ter ajudado a encontrar o tema certo, pois só com gosto e paixão é possível empreender uma tão longa e árdua tarefa, retirando daí não só o conhecimento, mas o deleite, tão próprio, de quem faz o que gosta.

Ao Carlos Aurélio por me ensinar a ver para além da superfície das coisas.

Ao Comandante Semedo de Matos, por ter aceitado ser o meu orientador, e pelo sempre sábio conselho no caminho a seguir e judicioso rigor na análise do trabalho feito.

À Joana, pela minúcia, dedicação, entusiasmo e rapidez com que reviu todo o trabalho.

À minha família, principalmente à Maria Luísa, pelas horas que este trabalho “roubou” e por compreender que a paixão pela História é algo que vem de sempre e faz parte de mim.

Por fim, ao meu avô Manuel, que de 14 de outubro de 1964 a 07 de agosto de 1966, fez na Guiné aquilo que a Pátria lhe ordenou, sem cuidar recompensa.

Resumo

O fim da 2ª Guerra Mundial trouxe consigo importantes alterações geopolíticas e um rearranjo da ordem internacional que se manifestou em dois aspectos principais. A emergência de um mundo bipolar, fraturado pela ideologia e encabeçado por duas superpotências nucleares, EUA e URSS e o fim dos impérios coloniais europeus, fruto de uma crescente consciencialização das populações dos territórios dominados, em África e na Ásia, que exigiam independência.

Portugal, primeiro país europeu a estabelecer-se em África, encarava como uma ameaça existencial a vaga descolonizadora que se foi avolumando durante os anos 50 e 60 do século XX, e tentou, na medida das suas possibilidades, contrariar os “ventos de mudança” que ameaçavam o Império.

Quando a guerra já parecia inevitável, o país começou a preparar-se para combater, completamente só e pelo tempo que fosse necessário para manter a integridade territorial, que acreditava ir do Minho a Timor.

A guerra nos três Teatros de Operações Africanos, Angola, Guiné e Moçambique assumiu características diferentes, condicionada pelas diferentes geografias e inimigos contra os quais as Forças Armadas Portuguesas tiveram que combater ao longo de treze longos anos.

Pela sua geografia e hidrografia, foi na Guiné que a Marinha de Guerra Portuguesa assumiu o papel de maior relevo, com mais meios humanos e materiais empregues, mas, também, onde sofreu mais baixas.

Numa conjuntura internacional adversa, o modo como a Marinha conseguiu, num curto intervalo de tempo concretizar as transformações organizacionais e doutrinárias necessárias, adquirir os meios, desenvolver as táticas, técnicas e procedimentos, adquirir, projetar e construir o tipo de navios adequados, praticamente a partir do zero, e atingir a proficiência operacional demonstrada em combate, assumem-se como um assinalável feito de armas que merece ser estudado.

Palavras-Chave: Guerra, Marinha de Guerra Portuguesa, África, Guiné, geografia e hidrografia.

Abstract

The end of the Second World War brought with it important geopolitical changes and a rearrangement of the international order that manifested itself in two main aspects. The emergence of a bipolar world, fractured by ideology and headed by two nuclear superpowers, the USA and the USSR, and the end of the European colonial empires, the result of a growing awareness among the populations of the dominated territories in Africa and Asia, who demanded independence.

Portugal, the first European country to establish colonies in Africa, saw the wave of decolonisation that was growing during the 1950s and 1960s as an existential threat and tried, as far as it could, to counteract the 'winds of change' that threatened the Empire.

When war seemed inevitable, the country began to prepare to fight, completely alone and for as long as necessary to maintain its territorial integrity, which it believed extended from Minho to Timor.

The war in the three African Theatres of Operations, Angola, Guinea and Mozambique, took on different characteristics, conditioned by the different geographies and enemies against which the Portuguese Armed Forces had to fight over thirteen long years.

Due to its geography and hydrography, it was in Guinea that the Portuguese Navy played the most important role, with the most human and material resources deployed, but also where it suffered the most casualties.

In an adverse international climate, the way in which the Navy managed, in a short period of time, to initiate the necessary organisational and doctrinal transformations, acquire the means, develop the tactics, techniques and procedures, acquire, design and build the right type of ships, practically from scratch, and achieve the operational proficiency demonstrated in combat, is a remarkable feat of arms that deserves to be studied.

Key words: War, Portuguese Navy, Africa, Guinea, geography and hydrography.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Índice de figuras	ix
Índice de tabelas	xi
Lista de Abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xiii
Introdução	1
1. O Caminho para a Guerra	9
1.1. Contexto Internacional	9
1.2. Contexto Nacional	12
1.3. OTAN e ONU	15
1.4. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.....	20
2. A Guiné Portuguesa – História, Geografia e Administração	27
2.1. História	27
2.2. Geografia	32
2.3. Morfologia.....	35
2.3.1. Zona Litoral.....	35
2.3.2. Zona Interior	36
2.3.3. Zona do Boé.....	37
2.4. Hidrografia	38
2.4.1. Zona Litoral.....	39
2.4.2. Zona interior	40
2.5. Clima	43
2.5.1. A pluviosidade na Guiné-Bissau	45
2.6. Flora	46
2.7. Fauna	47
2.8. Demografia	47
2.9. Vias de comunicações	50
2.10. Organização Político-administrativa.....	51
3. Evolução das estruturas, meios e política naval da Marinha no caminho para a guerra	53
3.1. Política naval	55

3.2. Organização e infraestruturas.....	63
3.3. Missões e Incumbências	76
3.4. A Reserva Naval	79
3.5. Os meios.....	81
3.5.1. O ressurgimento dos Fuzileiros	85
3.5.2. A “Poeira Naval”	97
3.5.2.1. As Lanchas de Fiscalização	99
3.5.2.2. As Lanchas de Desembarque.....	105
3.5.2.3. Fragatas e corvetas.....	107
4. Emprego Operacional.....	113
4.1. Condicionantes estratégicas	115
4.1.1. Doutrina Revolucionária e Guerrilha	116
4.1.2. Terreno.....	124
4.1.3. Santuários.....	126
4.1.4. Estratégia, Apoios, Organização, e Armamento do PAIGC.....	132
4.2. Doutrina Portuguesa	153
4.2.1. <i>Dinassaut, Mobile Riverine Forces e Royal Marines</i> – a experiência francesa, americana e inglesa na contrasubversão	158
4.2.2. Operações em águas interiores – como a Marinha Portuguesa operou na Guiné.....	164
4.2.4. A navegação nos rios da Guiné – roteiros das LDG e LFG.....	179
4.3. Dispositivo.....	183
4.3.1. 1963 a 1968	184
4.3.2. 1968 a 1973	185
4.3.3. 1973 a 1974	189
4.4. Serviços Provinciais de Marinha	190
Conclusões	193
Referências Bibliográficas	205
ANEXO 1 - PRINCIPAIS UNIDADES NAVAIS QUE SERVIRAM NA GUINÉ (1963-1974)	211
ANEXO 2- Empenhamento de Fuzileiros no TO da Guiné	212
ANEXO 3- Características Gerais das Lanchas de Desembarque	213

Índice de figuras

Figura 1- Divisão segundo as formas do relevo.....	38
Figura 2 – Divisão do território por zonas morfológicas.....	43
Figura 3 - Distribuição da população da Guiné Portuguesa por etnia em 1960.....	48
Figura 4 - Organograma do Comando Naval da Guiné e Cabo Verde.....	67
Figura 5 - Áreas de Responsabilidade dos diversos Comandos Navais.....	68
Figura 6 - Porta de armas das Instalações Navais de Bissau (anos 60).....	69
Figura 7 - Interior das Instalações Navais de Bissau (anos 60).....	70
Figura 8 - Rede de Comunicações Radionavais na Guiné.....	71
Figura 9 - Fotografia aérea das Instalações Navais de Bissau e do Serviço de Assistência Oficial (anos 60).....	72
Figura 10 - Localização das Instalações Militares da Marinha de Guerra em Bissau.....	74
Figura 11 - Proposta de esquema de um Ponto de Apoio Naval.....	75
Figura 12 - Organograma de uma Companhia de Fuzileiros (CF).....	89
Figura 13 - Organograma de um Destacamento de Fuzileiros Especiais (DFE).....	89
Figura 14 - Esquema de LFP.....	102
Figura 15 - NRP <i>Bellatrix</i> a navegar num rio da Guiné.....	102
Figura 16 - NRP <i>Procion</i> a navegar com lança-foguetes montado à proa.....	102
Figura 17 - NRP <i>Sirius</i> a navegar num rio da Guiné.....	103
Figura 18 - NRP <i>Cacine</i> a navegar.....	104
Figura 19 - Esquema das LDM das Séries 100, 200, 300 e 400.....	107
Figura 20 - NRP <i>Nuno Tristão</i> em operações na Guiné.....	109
Figura 21 - Carta da Província da Guiné, escala 1:500000.....	125
Figura 22 - Principais vias de infiltração de guerrilheiros durante o primeiro semestre da guerra (1963).....	132
Figura 23 - Monitor fluvial americano a navegar num rio do Vietname.....	162
Figura 24 - NRP <i>Alvor</i> a navegar num rio da Guiné, com bote a reboque (1970).....	173
Figura 25 - Desembarque de forças a partir de uma LDM na Guiné.....	174
Figura 26 - Mapa com a rede hidrográfica da Guiné.....	177
Figura 27 - Exemplos do manuscrito do roteiro do NRP <i>Alfange</i>	182

Figura 28 - Horários das carreiras afetas aos Serviços Provinciais de Marinha (abril 1973).....192

Índice de tabelas

Tabela 1 - Grupos de combate das FARP.....	146
Tabela 2 - Carreiras dos Serviços Provinciais de Marinha na Guiné.....	191

Lista de Abreviaturas, siglas e acrónimos

A/A – Anti-aérea

A/S – Anti-submarina

CDMG – Comando da Defesa Marítima da Guiné

CF - Companhias de Fuzileiros

CAOP - Comandos de Agrupamento Operacional

COP - Comandos Operacionais

DFE - Destacamentos de Fuzileiros Especiais

ELFG - Esquadilha de Lanchas de Fiscalização da Guiné

EUA – Estados Unidos da América

FAP – Força Aérea Portuguesa

FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo

FLG - Frente de Libertação da Guiné

FLING - *Front de Lutte de l'Indépendance Nationale de Guinée*

FRAIN - Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas

LCA - *Landing Craft Assault (LCA)*

LCVP - *Landing Craft Vehicle Personnel*

LDG – Lancha de Desembarque Grande

LDM – Lancha de Desembarque Média

LDP – Lancha de Desembarque Pequena

LFG – Lancha de Fiscalização Grande

LFP – Lancha de Fiscalização Pequena

MAAG - *Military Assistance Advisory Group*

MDAA - *Mutual Defense Assistance Act*

MDAP - *Mutual Defence Assistance Program*

MDPP – Motores Diesel Propulsores

MING – Movimento para a Independência da Guiné

MLG - Movimento de Libertação da Guiné

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

MRF - *Mobile Riverine Force*

MTDP - *Medium Term Defense Plan*

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTC – *Officer in Tactical Command*

OUA - Organização da Unidade Africana

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

RN – Reserva Naval

RPC – República Popular da China

SAO - Serviço de Assistência Oficial

TG – *Task Group*

TO – Teatro de Operações

TU - *Task Units*

UPG - União das Populações da Guiné

URGP - *Union des Ressortissants de la Guinée Portugaise*

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZITC – Zona Intertropical de Convergência

Introdução

Si vis pacem, para bellum.

Provérbio latino

O pós Segunda Guerra Mundial marcou o início de uma nova era nas relações internacionais. Dos escombros do conflito, nasceu um novo arranjo internacional, marcadamente bipolar, em que a recém-fundada Organização das Nações Unidas, sucedânea, mas não seguidora, da Sociedade das Nações, tentava resolver pelo diálogo e pela diplomacia as tensões entre estados que catastroficamente haviam sido resolvidas pela força das armas entre 1939 e 1945.

Nesse cenário, e após um conflito que tinha envolvido todo o mundo, da Europa às ilhas do Pacífico, do Atlântico ao Índico, passando por África, surge uma nova consciência social e política em povos que viviam há séculos num contexto de domínio europeu, aparentemente imutável. Os “ventos da mudança” começavam a soprar, e a consciência social dos territórios ultramarinos em África e na Ásia, formada durante a conflagração mundial, em conjunto com as promessas de autonomia feitas pelas potências aliadas, nem sempre cumpridas, para que os povos coloniais se juntassem ao esforço de guerra, precipitou uma vaga de contestação à presença colonial europeia, que se nuns casos foi resolvida de forma pacífica, como na Índia de Gandhi face à administração britânica, noutros redundou em violentas novas guerras como na Malásia, Indochina e Argélia.

A esta tensão há que acrescentar as dinâmicas impostas pelas duas novas superpotências emergentes, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que numa disputa de influência pelo domínio global, a chamada Guerra Fria, tiveram um papel central no desenrolar dos diferentes conflitos que ocorreram nos anos 50 e 60 do século XX.

A tudo isto Portugal, e o seu então Império Colonial, não ficou alheio.

A “Questão Colonial” era, para o Estado Novo e as suas elites, um assunto verdadeiramente existencial e ideológico, baseado na convicção de que o enfraquecimento da Europa pelo fim dos seus impérios coloniais serviria apenas para dar espaço para as novas superpotências ocuparem o seu lugar, beneficiando assim de

novos mercados, matérias-primas e influência geoestratégica, essenciais para consolidarem e imporem a sua visão de sociedade ao resto do mundo.

Esta convicção, aliada a uma desconfiança histórica face a Espanha e à vulnerabilidade que Portugal, privado do seu Império, teria face ao vizinho ibérico, justifica a resistência apresentada por Portugal à alteração à ordem internacional que se percecionava no futuro.

Inevitavelmente, a semente da contestação anticolonial acabou por encontrar o seu espaço nas províncias ultramarinas portuguesas em África, e uma por uma, ao longo da primeira metade dos anos 60 do século XX, Angola em 1961, Guiné Portuguesa¹ em 1963 e por fim Moçambique em 1964, deram início à luta armada para a consecução dos seus objetivos políticos.

Armados, financiados e treinados pelos países do bloco comunista, mas também com o auxílio de outros, como os EUA, e os países escandinavos, os diversos grupos insurgentes desencadearam uma guerra que durou trezes anos e provocou 10 409 mortes registados² entre as tropas portuguesas, com grande impacto social, cultural e político, precipitando mesmo o fim do regime a 25 de abril de 1974 (Sousa, 2021, p. 100).

Com eficácia variável, é unanimemente aceite que o adversário mais formidável com que a Forças Armadas Portuguesas se debateram no Ultramar foi o PAIGC, sendo a Guiné o Teatro de Operações mais difícil e onde a guerra foi mais dura, com maior empenho relativo das Forças Armadas em função do tamanho e importância da província.

Pela natureza do seu território profusamente recortado por rios e canais, a Guiné revelou-se, dos três teatros de operações, aquele onde o empenho da Marinha de Guerra Portuguesa foi maior, e onde maior foi a sua importância estratégica para o conjunto das operações.

¹ Ao longo do trabalho utilizaremos também a designação Guiné e Guiné-Bissau para nos referirmos à então Guiné Portuguesa.

² Segundo o Tenente-coronel Marquês de Sousa, apenas 49% destas baixas terão sido resultado de ferimentos em combate ou no cumprimento de operações de combate e de segurança, sendo que 38% dos mortos derivaram de acidentes de aviação e viação, acidentes com arma de fogo e afogamentos, com os restantes 13% a serem resultado de doenças contraídas nos diversos teatros de operações.

Toda a logística da guerra do lado português, que pela natureza das operações e do dispositivo, necessitava de um aparelho mais pesado e complexo do que a guerrilha, assentava no transporte fluvial, quer pela inexistência de estradas minimamente transitáveis por veículos pesados, quer pelo perigo de emboscadas que percorrer as escassas estradas representava.

Durante a guerra, a interdição das vias fluviais à livre circulação dos guerrilheiros e respetiva cadeia logística, principalmente de armamento, transformou-se num dos principais objetivos estratégicos a alcançar, algo essencial para o enfraquecimento do PAIGC, mas só possível com uma constante, paciente e insistente ação de patrulha e fiscalização, missão muitas vezes inglória para as guarnições dos navios e fuzileiros nela envolvidos, pois o seu carácter dissuasor e quase invisível, contrastava com as ações ofensivas de grande escala, que tinham grande impacto moral, mas em comparação, menor valor estratégico.

Foi na Guiné que a recentemente recriada classe de fuzileiros encontrou o seu habitat natural de operação. Treinados para operações anfíbias e de contra-guerrilha, as características do terreno, em grande parte sujeito às marés, proporcionaram o teatro onde os fuzileiros mais se destacaram, com especial relevo para o estabelecimento dos binómios fuzileiro-bote e fuzileiro-lancha, sem esquecer a capacidade também para ações helitransportadas, características demonstrativas da flexibilidade e maleabilidade destas tropas que se revelaram essenciais no xadrez de contra-insurreição montado pelas forças portuguesas, e que grandes ganhos operacionais deram à manobra militar portuguesa.

Neste sentido, afigurou-se-nos pertinente, num trabalho desta natureza, realizado no âmbito do Mestrado em História Marítima da FLUL/EN, analisar o modo e a forma como a Marinha Portuguesa lutou a guerra, especificamente no Teatro de Operações da Guiné Portuguesa.

Os trabalhos relacionados com a Guerra do Ultramar portuguesa tendem a descrever de forma conjunta os três conflitos que compuseram o processo de libertação das colónias portuguesas em África.

Se esta opção é absolutamente compreensível, pois os conflitos tiveram raízes comuns, tanto ideológicas, históricas, como cronológicas, sendo Portugal e as suas Forças Armadas o elemento comum a cada conflito, no nosso entender, é também

admissível, face às diferenças no território, nos partidos e grupos que se opuseram ao domínio português, e até, à própria forma de combater a guerra, condicionada naturalmente pelos elementos atrás descritos, estudar cada conflito, Angola, Guiné e Moçambique, como guerras separadas, analisando cada uma individualmente, destacando as suas particularidades.

Neste caso, o trabalho a que nos propomos pretende analisar, de uma forma sistemática, a ação da Marinha de Guerra Portuguesa no Teatro de Operações da Guiné Portuguesa, durante o período que mediou entre o início da insurreição nesta província ultramarina portuguesa, em 1963, até ao final da ação militar, precipitada pela revolução de 25 de abril de 1974.

O trabalho pretende analisar o contexto específico da ação da Marinha Portuguesa neste território, tendo em conta as particularidades, étnico-sociais, geográficas, orográficas e hidrográficas da Guiné-Bissau. Pretende-se também analisar as singularidades das ações desenvolvidas pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de modo a entender o “porquê” e o “como” da política naval seguida para a província durante a guerra, considerando a sua evolução para fazer face aos constrangimentos que foram surgindo, tanto a nível estratégico, como operacional e tático.

Para tal, e de modo a garantir uma coerência cronológica que permita encadear os acontecimentos e assim entender porque é que determinadas decisões foram tomadas ou linhas de ação foram escolhidas, o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo começar-se-á por analisar os antecedentes da guerra, e de que forma é que a Marinha Portuguesa se adaptou, ainda durante os anos 50 do século passado, para as campanhas de contrainsurreição que se antecipavam nas Províncias Ultramarinas, de modo a transformar o que era uma Marinha vocacionada principalmente para operações oceânicas, no contexto da recém-criada Aliança Atlântica, numa Marinha adaptada para operações ribeirinhas, de contrassubversão e contrainsurgência, num Teatro de Operações tão particular como a Guiné Portuguesa.

No segundo capítulo irá ser analisada a realidade geo-hidrográfica da Guiné Portuguesa, elemento essencial e central em toda a guerra, que condicionou a estratégia adotada, bem como o dispositivo montado, as táticas, técnicas e procedimentos desenvolvidos e aprimorados ao longo da guerra.

No terceiro capítulo serão elencadas as estruturas e meios militares da Marinha instalados e projetados para a Guiné, assim como o seu racional e evolução ao longo do conflito, no seguimento da estratégia adotada, e que permitiram desenvolver a ação do ramo na Guiné durante toda a guerra.

No quarto e último capítulo será realizada uma análise à tipologia de missões, ao dispositivo naval montado, bem como às técnicas, táticas e procedimentos desenvolvidos pela Marinha durante a guerra, tanto na vertente naval como pelos fuzileiros, identificando particularidades ou inovações dignas de nota nesse âmbito, bem como exemplos estrangeiros que serviram de molde à criação de uma doutrina portuguesa. Acompanhar-se-á também a evolução verificada ao longo dos 11 anos de conflito, tentando contextualizar essa evolução com as alterações do panorama militar, político e social tanto da própria Guiné, como externamente.

Metodologicamente, no desenvolvimento do trabalho, pretendeu-se recorrer principalmente a fontes primárias e à extensa bibliografia existente, que através de um método dedutivo, permitisse cruzar a informação de modo a compreender o pensamento estratégico por detrás da política naval adotada, as táticas desenvolvidas e adaptadas e os meios postos à disposição da Marinha para realizar as missões que lhe foram sendo atribuídas ao longo da guerra.

Serão também considerados e analisados os testemunhos dos antigos combatentes de forma a validar a informação teórica recolhida, e assim confrontar as linhas de ação teorizadas com a realidade experienciada no terreno.

Sendo uma temática, que pela marca profunda que deixou na sociedade portuguesa, mesmo passados cinquenta anos ainda gera controvérsia, com diversos aproveitamentos principalmente de natureza político-ideológica, foi nossa intenção deixar de parte qualquer tipo de avaliação ou consideração de natureza política. O âmbito do trabalho foi olhar para o conflito de uma perspetiva estritamente militar, abordando questões políticas apenas e só quando tal se impunha para melhor se compreender o contexto em que o instrumento militar operava.

Na redação do trabalho que agora se apresenta teve-se também especial cuidado nos termos utilizados para descrever a guerra, pois este tem sido um dos principais campos onde o combate ideológico tem sido travado. Optou-se por utilizar a designação de “Guerra de África” apenas e só por se tratar factualmente de uma guerra

travada em África, ou Ultramar, por o espaço geográfico ser “para além do mar”, termo comum à época. Tentou-se assim evitar a utilização de termos como “Guerra Colonial”, “colónia” ou “colonialismo”, pelo pendor marcadamente político-ideológico que estes termos assumiram ao longo dos anos e mesmo no discurso anti-guerra que se gerou ainda no seio do Estado Novo. Em contrapartida utilizou-se o termo “província”, por ser essa a designação oficial durante o período analisado, deixando de parte qualquer significado de natureza política. Esta opção não deverá ser lida em si mesma como uma declaração política, mas inversamente como uma tentativa de não politizar o texto, problema que enferma muitos dos trabalhos realizados sobre este tema, diminuindo-lhe a isenção e a objetividade com que um trabalho desta natureza deve ser tratado.

Assim, o trabalho que em seguida se apresenta tem que como objetivo geral (OG) explorar a ação da Marinha de Guerra Portuguesa, especificamente no Teatro de Operações da Guiné, no período de 1963 a 1974.

De modo a enquadrar e contextualizar o tema, permitindo uma estruturação do trabalho mais lógica, foram definidos dois objetivos específicos (OE).

O OE1, que corresponde aos capítulos 1 e 2, visa contextualizar a situação política, interna e externa que antecedeu e contribuiu para o início do conflito nas províncias ultramarinas portuguesas, bem como a análise socio-demográfica da Guiné, a suas características físicas e geo-hidrográficas, fatores determinantes para o desenrolar do conflito e para a manobra militar portuguesa. Com esse intuito foi identificada a seguinte questão principal (QP): “de que forma é que a Marinha Portuguesa desempenhou e cumpriu as missões que lhe foram atribuídas, no contexto do Teatro de Operações da Guiné, durante o período entre 1963 e 1974?”

Com base nesta QC e diretamente relacionados com os OE estabelecidos, foram identificadas as seguintes questões derivadas (QD):

QD1 – Como se preparou a Marinha Portuguesa para a guerra de insurreição que viria a deflagrar nos seus territórios ultramarinos?

QD2 – Quais as missões e incumbências atribuídas e como é que a Marinha efetivamente as desempenhou?

QD3 - Quais as adaptações e improvisos que foram sendo feitos ao longo da guerra, especificamente no Teatro de Operações da Guiné, para fazer face às exigências práticas do conflito?

A respostas à QD1 encontra-se no 3 capítulo, enquanto as respostas às QD2 e 3 serão respondidas no capítulo 4.

1. O Caminho para a Guerra

Dos escombros da II Guerra Mundial (1939-1945) emergiu um mundo dividido pelas potências vencedoras em dois polos diametralmente opostos, com fronteira física e ideológica em Berlim: o bloco ocidental, liberal e capitalista, liderado pelos EUA e o bloco oriental, comunista, com a URSS à cabeça.

Os dois novos líderes mundiais, elevados ao estatuto de superpotências hegemónicas, iniciaram então uma estratégia à escala global que permitisse alargar a sua área de influência e assim condicionar o rival sem necessidade de um confronto militar direto, que seria catastrófico devido à capacidade de destruição mútua assegurada pelo arsenal nuclear que, entretanto, fora construído. Nasceram as “guerras por procuração”, que na ausência de alternativa política, económica ou diplomática que permitisse aos dois contendores imporem a sua vontade ao adversário, se afirmam como o mecanismo principal de condicionamento durante a designada Guerra Fria (Crespo, 1977, p. 39).

Os territórios que compunham os antigos impérios coloniais europeus em África e na Ásia, revelaram-se, pela crescente consciência nacional que emergiu e se robusteceu durante o envolvimento dos povos coloniais no esforço de guerra aliado, o terreno fértil onde poderiam germinar as novas ideologias em confronto. Estavam assim criadas as condições para o fim do domínio europeu sobre o então designado Ultramar, e traçado o caminho para as guerras que dominaram os anos 50, 60 e 70 do século XX (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 509).

1.1. Contexto Internacional

Logo após o fim da II Guerra Mundial, surgiu na comunidade internacional a necessidade de criar uma organização supranacional, substituta da ineficaz Sociedade das Nações, que permitisse, através de uma assembleia geral, discutir os assuntos de política mundial, evitando a utilização do confronto armado como a “simples continuação da política por outros meios” (Clausewitz, 1976, p. 40). Em teoria, os meios seriam a partir de então eminentemente do foro político-diplomático, pacíficos e resumir-se-iam ao contraponto de posições, ao debate de ideias e ao encontro de consensos.

Assim, a 26 de junho de 1945 foi aprovada a Carta das Nações Unidas, e três anos depois foi publicada a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Sopravam já bonançosos os mais tarde batizados “ventos de mudança”³ que condicionariam a política internacional nas três décadas seguintes.

O artigo 73º da Carta das Nações Unidas⁴ sobre os territórios “não autônomos” tornou-se a partir da aprovação do documento o ponto de charneira e principal estandarte dos críticos das políticas coloniais e das reivindicações dos vários movimentos independentistas, não apenas por razões ideológicas, mas também como exigência do cumprimento das promessas de autonomia ou independência assumidas pelos aliados, e que tardavam em ser cumpridas, como compensação pelo apoio prestado na guerra.

Estabelecidas as condições para um anticolonialismo generalizado, onde, se bem que por razões diferentes, tanto EUA como URSS pressionavam constantemente as potências europeias a concederem a autonomia aos seus territórios ultramarinos, iniciou-se uma vaga descolonizadora que assumiu diversas formas e tempos, em que umas resultaram de negociação pacífica entre ambas as partes e outras degeneraram em guerras coloniais mais ou menos prolongadas.

Para sermos precisos, a primeira vaga de descolonização iniciou-se ainda antes do final da II Guerra Mundial e da criação das Nações Unidas, com a independência das regiões do Próximo e Médio Oriente (Síria, Iraque, Líbano, Jordânia e Palestina) que após a derrota e subsequente desmembramento do Império Otomano na I Guerra Mundial, tinham passado para a administração britânica e francesa na sequência do Acordo Sykes-Picot com o beneplácito da Sociedade das Nações (Costa, Canas, & Silva, 2020, pp. 275-277).

Em seguida, e já após o fim do segundo conflito mundial, iniciou-se a descolonização do sul e sudeste asiático, com a concessão da independência da Índia

³ *"The wind of change is blowing through this continent and whether we like it or not, this growth of national consciousness is a political fact"*. Frase retirada do discurso do primeiro-ministro do Reino Unido, Harold MacMillian, ao parlamento sul-africano em 3 de fevereiro de 1960.

⁴ “Art.º 73: Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios (...)”.

pelo Reino Unido em 1947 e da Indonésia pela Holanda em 1949, ambas de forma relativamente pacífica.

França traçou um rumo diferente e tentou contrariar as pretensões independentistas da Indochina (1946-54) e da Argélia (1954-58 e 1958-62), o que redundou em longas guerras de desgaste, que tiveram, pelas semelhanças de contexto e proximidade de pensamento, grande influência doutrinária nas guerras que mais tarde seriam travadas por Portugal (Pires, 2014, p. 139).

A segunda vaga de descolonização centrou-se principalmente em África e iniciou-se com a independência da Líbia, Tunísia e Marrocos, respetivamente de Itália, França e Espanha durante os anos 50.

Entre 18 e 24 de abril de 1955 é dado o maior impulso para o fim dos impérios coloniais europeus. Vinte e nove países de África e da Ásia reúnem-se em Bandung, Indonésia, para discutir formas de cooperação económica, cultural e política. Na declaração final são definidas as linhas gerais dessa cooperação, bem como o não alinhamento com qualquer dos blocos em confronto, mas mais importante, é expressamente declarado a condenação de qualquer tipo de colonialismo ou neocolonialismo, referindo mesmo que “o colonialismo e qualquer das suas manifestações é um mal que deve ser rapidamente trazido a um final” (Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung (24 April 1955), 2023, p. 5). Nascia assim o movimento dos não-alinhados, que terá uma importância central no desenrolar da guerra nos territórios portugueses.

Sucessivamente, e ao longo de toda essa década e da seguinte, os impérios europeus foram concedendo gradualmente independência às suas possessões africanas. Primeiro o Reino Unido (Gana em 1957), depois a Bélgica (Congo Belga em 1960) e a França, todos se decidem, com mais ou menos relutância, pela independência das suas colónias subsaarianas.

O ano de 1960 será mesmo apelidado de “ano de África” pois é nesse ano que a maior parte dos países se torna independente.

A 18 de abril de 1961 é constituída em Casablanca, Marrocos, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), tendo como secretário-geral o médico goês Pundalik Gaitonde e cujo objetivo era coordenar a ação dos

movimentos nacionalistas das colónias portuguesas para uma ação concertada contra Portugal (Costa, Canas, & Silva, 2020, p. 280).

Em 1961 existem já 29 países independentes em África com representação nas Nações Unidas, o que aumenta grandemente a pressão deste organismo para que Portugal, que rapidamente se assumia como a única potência colonial restante, adote a mesma posição que os restantes e conceda independência às suas, então designadas, Províncias Ultramarinas.

Inspirada nos princípios da conferência de Bandung nascerá, em 1963 a Organização da Unidade Africana (OUA), que organizará o seu primeiro encontro em Adis Abeba, na Etiópia. Desse primeiro encontro surgirá uma resolução a recomendar o uso da violência armada para a expulsão dos regimes coloniais ainda presentes em África. No ano seguinte a OUA defenderá especificamente a expulsão de Portugal e em 1968, na Argélia, já com guerra a grassar em três das possessões portuguesas, recomendará o apoio militar concreto a todos os movimentos independentistas e de libertação (Cann, 2009, pp. 22-23).

Neste contexto, dá-se uma alteração significativa do equilíbrio de forças em África. Os territórios portugueses, todos costeiros e vizinhos de colónias de países amigos e aliados (França e Inglaterra) veem-se a partir do início da década de 1960 rodeados de países hostis, recém-independentes, que servem de santuário e base logística aos movimentos independentistas (Telo, 1999, p. 518).

Portugal ficava assim, só, como último Império Colonial em África.

1.2. Contexto Nacional

Ao contrário do que acontecera no pós I Guerra Mundial, Portugal, como país neutro, não teve assento nos trabalhos diplomáticos que se sucederam ao final do conflito. Este facto colocou o país numa situação de marginalização face às profundas alterações que se registavam na ordem internacional. O regime, e conseqüentemente o país sobreviveram à guerra, mas agora encontravam-se cada vez mais isolados no novo mundo que surgia.

Este facto pode ser comprovado pela ausência de convite a Portugal para participar na Conferência de São Francisco em 1945, génese da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao contrário do que aconteceram com a Sociedade das Nações, nascida

após a I Guerra Mundial, Portugal não é membro fundador da ONU, tendo visto, inclusive, a sua candidatura vetada pela URSS no Conselho de Segurança em 1946 (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 508).

Contudo, o medo das ambições expansionistas de Estaline na Europa, agravado a partir de 1947-48, fez com que a prioridade das democracias ocidentais não fosse a extinção das ditaduras conservadoras, mas sim, a oposição ao comunismo. Os arquipélagos atlânticos portugueses, que tinham mostrado o seu valor estratégico durante a II Guerra Mundial, eram um reduto demasiado precioso, caso os tanques soviéticos chegassem aos Pirenéus em 90 horas, como se chegou a temer, não convindo aos aliados hostilizar Salazar em demasia. Assim, gradualmente, o regime português foi encontrando o seu espaço na nova ordem mundial (Ramos, Sousa, & Monteiro, 2021, p. 667).

Em abril de 1949 Portugal está presente na assinatura do Tratado de Washington, documento fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tornando-se membro fundador da Aliança Atlântica, algo que representa simultaneamente o regresso de Portugal ao palco da política internacional e uma rutura com a política externa de neutralidade e não alinhamento, seguida com sucesso pelo regime português durante a década de 30 e 40 do século XX (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, pp. 510-516).⁵

Salazar soube fazer valer na cena internacional o peso do estatuto de membro fundador da OTAN, alicerçado no valor estratégico dos Açores para os EUA, numa altura em que devido à fragilidade da Europa central, a atravessar um processo de reconstrução, face à eminente ameaça comunista, obrigaram os EUA a tornarem-se o garante da contenção da URSS a leste (Marcos, 2023, p. 214).

Na sequência da pressão cada vez mais forte, e apesar da sua desconfiança em relação a organizações supranacionais, Portugal procede em 1951 a uma revisão constitucional que encerra em si, mais do que um truque de cosmética legislativa, uma verdadeira evolução na sua política ultramarina. Abandona-se a designação de

⁵ A análise das razões do convite para Portugal fazer parte dos países fundadores da OTAN bem como as diversas teses para a aceitação por parte de Salazar de algo que contrariava a política externa de não-alinhamento seguida até então pelo Estado Novo podem ser encontradas, de forma resumida, nas páginas 510-16 da *História Militar de Portugal*, da coordenação do Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, não cabendo o seu tratamento no presente trabalho.

“Colónia”, consagrada pelo “Acto Colonial”⁶ de 1930, e posteriormente na Constituição de 1933, tendo a visão imperial sido substituída, pelo menos em teoria, por uma nova estratégia de assimilação pela Metrópole das, agora designadas, Províncias Ultramarinas.

Portugal reconhecia assim a ausência de alternativa à sua adesão à ONU, pois o seu alheamento tornava o país e o regime um alvo fácil do crescente bloco afro-asiático, sem possibilidade de resposta aos ataques e condenações cada vez mais veementes de que era destinatário naquele fórum.

O objetivo era ultrapassar as incompatibilidades entre a organização do Estado Português e a Carta das Nações Unidas, que no artigo 73º impunha que os membros da ONU:

(...) que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim: a) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra qualquer abuso; b. Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento (Nações Unidas, 1945).

Para garantir o cumprimento destas determinações, é exigido a Portugal, que passara a ser membro efetivo da ONU a partir de 14 de dezembro de 1955, que

⁶ Decreto-lei n.º 18 570, de 8 de julho de 1930.

apresente relatórios e informações periódicos sobre os seus territórios não-autónomos ou sem governo próprio. Portugal responde que não irá apresentar tais relatórios pois não possui qualquer possessão que se enquadre nos moldes preconizados pelo Artigo 73º da Carta.

Para o Estado Novo, Portugal é uno e indivisível, do Minho a Timor (Costa, Canas, & Silva, 2020, p. 284).

1.3. OTAN e ONU

A inclusão de Portugal nas duas das mais importantes instituições surgidas no novo contexto internacional do pós-guerra marca uma profunda transformação na política portuguesa quer externa, quer internamente, com impacto direto na condução da guerra que se avizinhava.

É conhecida a pouca simpatia que Salazar nutria pela diplomacia multilateral do pós-guerra, do qual as recém-fundadas ONU e OTAN eram o expoente máximo, bem como pelos regimes democráticos ocidentais, com os EUA à cabeça (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 513).

Como razão para a adesão à OTAN, chegou mesmo a justificar a opção como uma obrigatoriedade conjuntural: “Não podíamos ficar de fora” (Telo, 2023, p. 96) .

No entanto, tanto num caso como noutro, a realidade e a nova dinâmica internacional impuseram-se, e o regime viu-se obrigado a aderir, mesmo com reservas, nestas novas organizações.

No caso da ONU, e ultrapassada a resistência inicial da URSS quanto à adesão de Portugal, a partir de 1955 assistiu-se a uma sequência de confrontos diplomáticos em que o país tentava justificar a sua posição de permanência em África (mas também na defesa do Estado Português da Índia e em Timor), numa Assembleia Geral cada vez mais hostil, decorrente do crescente ímpeto independentista, reforçado pela contínua criação de novos estados africanos ao longo dos anos 50 e início de 60 (Cann, 2009, p. 23).

Em 1960, através da Resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro, a ONU proclama o fim incondicional do colonialismo em todas as suas formas e manifestações. No dia seguinte, pela Resolução 1542 (XV) classifica, enumerando-os, os territórios administrados por Portugal fora da Europa como Territórios Não-Autónomos, exigindo

que o país preste informações imediatas sobre a sua administração como preconizado na Carta. Portugal recusa-se a cumprir, alegando que não possui colónias, mas apenas províncias integradas num mesmo Estado. Está dado o mote para um medir de forças que se prolongará até ao final da guerra em 1974.

A eleição de John F. Kennedy como presidente dos EUA em 1961 reveste-se de especial relevância para a condução da política externa portuguesa, pois marcou uma alteração negativa da política americana em relação a África e às colónias/províncias portuguesas (Antunes, 1991).

Após o início da guerra em Angola, em 1961, o clima condenatório contra Portugal adensa-se. Apenas em 1962 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou seis Resoluções contrárias às pretensões portuguesas. Destas há que realçar a Resolução 1807 (XVII) de 14 de dezembro desse ano, que alude aos territórios sob administração portuguesa referindo que:

(...) as forças militares e outras forças repressivas portuguesas têm usado largamente e continuam a usar, para repressão dos elementos nacionalistas, o material de guerra e o equipamento que é fornecido a Portugal por alguns dos seus aliados para outros fins, e que utilizam também material obtido de outras origens (Costa, Canas, & Silva, 2020, p. 286).

Este “material de guerra e o equipamento que é fornecido a Portugal por alguns dos seus aliados para outros fins” trata-se de uma referência clara ao material cedido ao abrigo dos planos de reequipamento dos EUA à Europa no âmbito da OTAN, o *Mutual Defence Assistance Program* (MDAP), o que veio a criar grandes dificuldades a Portugal, que passado pouco tempo foi proibido de utilizar esses meios, os mais sofisticados que possuía, nas suas operações em África. A partir desse momento Portugal viu-se obrigado a recorrer a outros mercados de armamento, principalmente a França, República Federal da Alemanha e à África do Sul, para edificar as capacidades necessárias para combater na guerra que começava a alastrar nas suas províncias ultramarinas.

O Conselho de Segurança da ONU também se pronunciou sobre a questão portuguesa, tendo inclusive, na Resolução 180 de 31 de julho de 1963, instado a que os

governos de todos os países se coibissem de ajudar Portugal no seu esforço de guerra, nomeadamente que se abstivessem de fornecer material militar destinado a esse fim. A resolução foi aprovada com 8 votos a favor, e contou com a abstenção dos EUA, França e Reino Unido. Ao longo dos anos, até 1974 a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança aprovaram cerca de 40 Resoluções contra Portugal, o que nunca foi suficiente para causar uma alteração na política portuguesa quanto à questão colonial, que para o regime se afigurava como central para a sua sobrevivência e para a autonomia estratégica de Portugal no mundo (Costa, Canas, & Silva, 2020, pp. 284-287).

De modo a reunir apoio internacional, Salazar colocava mesmo a questão do ponto de vista civilizacional, frisando a importância da permanência europeia em África como garante da continuidade do ocidente face à ameaça soviética: “Sem África, a Europa não pode manter-se e sem a Europa, os Estados Unidos não podem exercer o papel de potência mundial (Pires, 2014, p. 141).”

Como veremos mais à frente no presente trabalho, estas pressões, apesar de causarem grandes constrangimentos diplomáticos a Portugal, nunca foram completamente adotadas pelos diversos governos ocidentais, pois Portugal conseguiu sempre encontrar mercados fornecedores de equipamentos militares que lhe permitissem sustentar a guerra. Mesmo os EUA que durante a administração Kennedy foram bastante assertivos relativamente a Portugal e à sua política ultramarina, ultrapassado esse período, a partir da administração Johnson, e principalmente, Nixon, mostraram-se muito mais tolerantes quanto à posição portuguesa.

Por outro lado, a adesão de Portugal à OTAN teve um impacto profundíssimo a diferentes níveis, principalmente na organização, mentalidade e cultura organizacional das Forças Armadas Portuguesas e da agora designada, Defesa Nacional.

De acordo com António José Telo, a principal relutância de Salazar quanto à adesão à OTAN seria mesmo o temor pelo impacto político que o contacto dos militares portugueses, principalmente os oficiais, com congéneres de outros estados-membros, eminentemente democráticos, poderia ter no apoio das Forças Armadas ao regime do Estado Novo.

A história acabaria por dar-lhe razão pois na década seguinte à adesão (1949-1959) tanto a política de Defesa como a estrutura de forças portuguesa mudaram por completo.

Segundo a estimativa do mesmo autor, nesse período cerca de 2/3 dos oficiais portugueses frequentam estágios, exercícios, manobras, escolas e cursos de formação nos diferentes Estados-membros da OTAN. Este facto provocou uma substancial alteração das mentalidades, competências e formação desta nova “geração NATO” que terá um impacto determinante na relação dos militares com o poder político, que não será abordado no presente trabalho, mas também na preparação e condução da guerra que se avizinhava (Telo, 2023, pp. 95-97).

A política externa portuguesa também foi fortemente afetada pela adesão de Portugal à OTAN. A partir de 1949 Portugal encontra um novo aliado preferencial, os EUA, que para além de se afirmarem como a nova potência naval mundial, eram simultaneamente o verdadeiro suporte militar da nova aliança, o que substituíra a tradicional e antiquíssima aliança luso-britânica.

Em termos de material de guerra, algo que será detalhadamente tratado no capítulo seguinte, Portugal começa a receber, logo a partir de 1949 equipamento ao abrigo do *Mutual Defense Assistance Act* (MDAA) assinado com os EUA. Este acordo permite que ao longo da década de 50, Portugal receba milhões de dólares em equipamento militar que representam uma verdadeira revolução nas Forças Armadas Portuguesas pois toda a estrutura teve que se adaptar aos novos equipamentos, técnicas, táticas e procedimentos surgidos durante a II Guerra Mundial, da qual Portugal ficou de fora, não tendo por isso acompanhado o grosso das evoluções.

Em termos de comparação, a Armada em 1949 contava com 7626 homens, 13 escoltas oceânicos (5 contra-torpedeiros, 6 avisos, 2 fragatas), 6 escoltas costeiros, 6 submarinos (dos quais 3 estavam em fim de vida) e 40 navios menores e auxiliares, contando também com 91 aparelhos na aeronáutica naval (que seria extinta aquando da criação da Força Aérea poucos anos depois). Todo o dispositivo está concentrado em Lisboa, só havendo, por norma, um escolta nos Açores, um navio oceanográfico em Angola, um navio oceanográfico em Moçambique, um aviso na Índia e um aviso em Macau (Telo, 1999, p. 463). Manifestamente pouco para tão grande área de soberania.

Ainda antes da adesão de Portugal à OTAN dá-se um reforço da capacidade naval da Armada decorrente da importância atribuída tanto por ingleses como por americanos à segurança no Atlântico português. Este facto permitiu que Portugal pudesse adquirir, em condições vantajosas meios e equipamento sobrança das enormes reservas

constituídas durante a II Guerra Mundial e que em muito beneficiaram a Marinha Portuguesa.

Após a adesão, e principalmente após 1951 com o acordo de cedência de direitos provisórios sobre as bases nos Açores, a grande mais-valia geoestratégica de Portugal, o apoio acelera, com os EUA e a Inglaterra a beneficiarem claramente a evolução da Armada e da Força Aérea, em detrimento do Exército, sem nunca o admitirem publicamente, mas em coerência com os planos de defesa da Europa que estavam a ser desenhados e em linha com o papel que desejavam que Portugal desempenhasse em caso do eclodir de um novo conflito, desta vez com a URSS. Esse papel prendia-se principalmente com a defesa de portos e infraestruturas e com a guerra antissubmarina e de minas⁷. Com este apoio, coordenado pelo *Military Assistance Advisory Group* (MAAG) sediado em Lisboa, a Armada conhece um crescimento assinalável, tanto em quantidade, mas principalmente em qualidade, com a edificação de capacidades outrora inexistentes. A chegada de novas tecnologias, métodos, táticas e procedimentos, obrigam a uma formação muito mais especializada e profissionalizada do que a existente até então, pelo que durante os anos 50 opera-se na Armada uma verdadeira revolução quanto à formação dos seus militares. Criam-se novas escolas, como a de Armas Submarinas e de Abastecimento, reformulam-se outras, como a de Artilharia, de Mecânicos e de Alunos-Marinheiros, os cursos da Escola Naval são reformulados, tornando-se mais técnicos, são criados dezenas de cursos de aperfeiçoamento, como os de eletrónica e de Informações de Combate, tanto em território nacional como no estrangeiro, principalmente nos EUA e Inglaterra, e inicia-se uma regular participação em exercícios internacionais da OTAN, que obrigam a um aperfeiçoamento constante nas doutrinas, táticas e procedimentos que se encontravam em permanente evolução (Telo, 1999, pp. 504-505).

Nestes anos, que medeiam entre 1949 e 1961 a Armada conheceu um crescimento de cerca de 25% passando de uma situação de 57 navios que perfaziam um total de 51265t para 71 navios num total de 64332t (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 520).

⁷ Para tal Portugal recebeu então muitos meios navais, designadamente navios-patrulhas, draga-minas, e, entre 1957 e 1959, seis fragatas inglesas que dariam origem às classes *Diogo Gomes* e *Álvares Cabral* e duas fragatas americanas que dariam origem à classe *Diogo Cão*.

Esta evolução foi acompanhada por um necessário reforço no investimento na Defesa, contudo, como aponta António José Telo, é difícil fazer uma contabilização exata do real investimento na Defesa Nacional durante a década de 50 uma vez que grande parte das despesas de investimento, por exemplo em navios e equipamentos no caso específico da Armada, bem como despesas de desenvolvimento das infraestruturas navais, como bases, defesa de portos, estaleiros e armazéns, são cobertas pela ajuda militar americana ou são abrangidas pelas normas especiais dos orçamentos dos planos da OTAN, não constando no orçamento extraordinário do Ministério da Marinha ou noutra qualquer orçamento.

É, no entanto, possível identificar o aumento do investimento nas forças navais destacadas para o Ultramar que passam de 5500 contos em 1950 para 30000 contos a partir de 1955 e até 1959.

Já em termos de orçamento ordinário, o peso relativo das despesas da Marinha no total dos gastos de Defesa conhece um crescimento constante e significativo, principalmente entre 1952 e 1960, em que a despesa da Marinha passa de 59% da despesa em relação ao Exército para 68%, num crescimento constante ao longo da década.

Em 1961 Portugal conta com uma Marinha de média dimensão, mas moderna e capaz de operar em operações conjuntas e combinadas com as restantes forças da OTAN. Contudo esta Marinha, eminentemente oceânica, não está vocacionada nem para a tipologia de Teatro de Operações nem para as funções de contrainsurgência em que se verá envolvida brevemente. Foi então necessário criar uma nova Marinha de raiz, à margem da Marinha OTAN, que permitisse a operação nos rios de África em apoio às operações em terra, processo que será detalhadamente abordado mais à frente no presente trabalho (Cann, 2009, pp. 58-60).

1.4. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

A Guiné Portuguesa foi sempre um palco de resistência ao domínio colonial português. A título de exemplo, entre 1841 e 1936 registaram-se pelo menos 81 campanhas, expedições e operações, que empenharam 8444 tropas regulares e 42555

auxiliares, destinadas a pacificar o território, onde as populações fora dos grandes centros urbanos, isoladas do que até então fora um domínio estrangeiro baseado essencialmente no litoral, se bateram contra a penetração no interior, facto que se começou a sentir com mais intensidade a partir do último quartel do século XIX, como consequência das determinações da Conferência de Berlim (Cann, 2009, p. 171).

Terminada a “pacificação” registou-se um período de alguma paz que se prolongou até 1963 quando o PAIGC iniciou a sua luta armada pela independência da Guiné.

A história do PAIGC, o principal contestatário do domínio português da Guiné, começa em 1956 quando um grupo de funcionários guineenses e cabo-verdianos que trabalhavam para a administração pública ou para empresas portuguesas, decide fundar em Bissau um partido político, de matriz marxista, com o objetivo de lutar contra o domínio português por todos os meios disponíveis, incluindo a luta armada.

O grupo de membros fundadores incluía já Amílcar Cabral⁸, bem como o seu irmão Luís Cabral⁹.

Amílcar Cabral foi a principal figura do movimento de libertação guineense, e a condução da ação política e militar do PAIGC esteve intrinsecamente ligada à sua visão pessoal sobre o conflito e sobre a relação com Portugal, desde a fundação até ser assassinado em Conacri em 1973.

Nascido em Bafatá, Guiné, em 1924, Amílcar Cabral era filho de pais cabo-verdianos. Aluno de excelência desde novo, ingressou, ao abrigo de uma bolsa de estudos paga pelo Estado Português, no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa, tendo concluído a licenciatura em 1950. Durante a sua estadia em Lisboa, frequentou a célebre Casa dos Estudantes do Império, onde privou com Agostinho Neto, que se tornaria anos mais tarde o líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de Angola, e Mário Pinto de Andrade, o que terá tido impacto na formação politico-ideológica de Cabral. Em seguida trabalhou na Estação Agronómica de Santarém após o que integrou os quadros dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné entre 1952 e 1955.

⁸ Conhecido também pelo nome de guerra Abel Djassi.

⁹ Substituiu o meio-irmão como líder do PAIGC após 1973 e tornou-se, após a declaração unilateral da independência, o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau (1973 a 1980).

Neste período Cabral teve o seu primeiro gesto político de relevo, quando criou o MING – Movimento para a Independência da Guiné. Decorrente das funções que desempenhava, Cabral viajou por todo o território da Guiné, o que lhe permitiu adquirir um profundo conhecimento da geografia do território, mas também da população que o ocupava, as suas dificuldades e aspirações. Isto permitiu-lhe desde cedo criar uma base de apoio e de confiança dentro da Guiné que lhe foi útil mais tarde para a condução da luta armada.

A sua ação política não passou despercebida às autoridades portuguesas que em 1954 lhe deram a escolher entre interromper a atividade política ou abandonar o país. Cabral optou pela segunda hipótese.

Regressou a Portugal tendo também trabalhado em Angola, onde reencontrou Agostinho Neto, e o auxiliou na fundação do MPLA, durante o ano de 1956. Este acontecimento animou as aspirações de Cabral para a Guiné e em setembro do mesmo ano, novamente em Bissau, fundou o Comité Central do PAIGC.

Nos anos seguintes a ação do PAIGC foi essencialmente clandestina, com os esforços centrados na formação e consolidação da estrutura bem como das bases de apoio ao partido, tanto nacional como internacionalmente (Venter, 2013, pp. 347-350).

De início foram enviados diversos manifestos às autoridades portuguesas, assinadas por Amílcar Cabral, a exigir a independência da Guiné por via pacífica. Aos apelos do PAIGC, Lisboa respondeu com silêncio. Não estava nos planos do governo qualquer tipo de solução que visasse a independência das províncias ultramarinas.

Na sequência do começo da ação política com o objetivo de conseguir uma independência negociada com Lisboa, iniciam-se uma série de greves e manifestações, à semelhança do que acontecera no vizinho Senegal e República da Guiné (Conacri), de modo a criar um clima de agitação social que permitisse angariar novos apoios com base no fortalecimento de um sentimento anticolonial contra Portugal.

A 3 de agosto de 1959 dá-se um acontecimento com grande impacto no desenrolar da ação política do PAIGC.

A resposta repressiva do governo provincial à manifestação dos trabalhadores e estivadores do cais de Pidjiguiti em Bissau, resultou num massacre que algumas fontes indicam como tendo ascendido a cinco dezenas de vítimas mortais entre os manifestantes (Costa, Canas, & Silva, 2020, pp. 306-307).

Numa entrevista ao jornalista David Andelman em maio de 1970, Amílcar Cabral revela a importância fulcral que este evento isolado teve na mudança de tática do PAIGC para a obtenção da independência da Guiné e na precipitação do início da luta armada contra o governo português:

De início tentámos meios de coação pacífica para a obtenção da independência. O uso de força massiva para esmagar a greve dos trabalhadores do porto em Bissau por parte dos portugueses foi decisiva em incentivar o nosso movimento a alterar a tática. No início pensámos que seria possível lutar nas vilas e cidades, com base nas experiências registadas noutros países. Mas foi um erro. Tentámos greves e demonstrações de desagrado, mas depois do massacre do cais de Pidjiguiti em Bissau percebemos que não iria resultar. Os portugueses usaram a força das armas. Não havia escolha; teríamos de fazer o mesmo¹⁰ (Andelman, 1970, pp. 18-19).

Resultado imediato desta mudança de tática foi a saída de Cabral da Guiné-Bissau, em setembro de 1959, a transferência da sede do PAIGC para a Guiné-Conacri, onde o presidente Sékou Touré, que menos de um ano antes tinha conseguido a independência de França, lhe oferece a base segura de onde dirigir a guerra de guerrilha que se avizinhava.

A partir deste momento Cabral desdobra-se em visitas e contactos para angariar apoio internacional, em treino, material, mentoria e financiamento para a guerra que queria desencadear, principalmente junto dos países do bloco comunista, como a URSS, Checoslováquia, Cuba ou China, e de outros países africanos que tivessem já ganho a sua independência, nomeadamente os vizinhos Senegal, a norte, e República da Guiné, a sul.

Sob a direção de Daniel Semonovitch Solod, embaixador da URSS na República da Guiné, onde agora residia, Cabral aprofunda a sua doutrinação política-ideológica de índole comunista, mas também aspetos técnicos e táticos para a condução da guerra de

¹⁰ Tradução do autor.

guerrilha, tomando contacto com os trabalhos e o exemplo de Mao Tse-Toung, o que teve um impacto profundo nas táticas utilizadas pelo PAIGC durante a guerra, a par da doutrina de Che Guevara e Vo Nguyen Giap, que aprofundaremos no quarto capítulo.

Decorrente das capacidades pessoais de Amílcar Cabral e de outros dirigentes de topo, mas também do extenso apoio internacional de que era alvo, tanto em material, como em treino e munições, no auge da sua atividade o PAIGC foi capaz de organizar e manter um exército de guerrilha com grande capacidade de combate, superior a qualquer outro movimento de libertação contemporâneo em África, estando ao nível dos movimentos de libertação na Ásia ou Médio Oriente, com armamento, treino e disciplina que muitas vezes superava até o das forças portuguesas. Exemplo disso foi a introdução dos mísseis terra-ar *Strela*, que teve um impacto profundo no TO, pondo em causa a supremacia aérea portuguesa, com graves consequências para o apoio aéreo próximo e evacuação aero-médica que a Força Aérea Portuguesa conseguia disponibilizar às forças e unidades navais no terreno.

Outro aspeto importante para o sucesso operacional do PAIGC foi a existência de uma vasta rede logística de apoio, nomeadamente no Senegal e República da Guiné que permitia, por exemplo a existência de uma sofisticada rede de clínicas e três hospitais militares, dois no Senegal e um em Conacri para tratar os feridos em combate.

Também no campo da propaganda o PAIGC demonstrava grande sofisticação. O jornal mensal do partido, *Libertação - Unidade e Luta*, juntamente com o *Caderno Escolar*, um manual para o ensino primário, assumiram-se como eficientes armas da propaganda anticolonial. A Radio Libertação transmitia diariamente em português para as zonas de conflito, a partir de Conacri.

Apesar de se ter assumido desde o início como o principal oponente ao domínio português, o PAIGC não foi o único partido a contestar esse domínio.

Durante a guerra estiveram também ativos outros partidos políticos empenhados na luta de libertação, que muitas vezes se encontravam segregados por chãos¹¹, ou seja, o próprio partido tinha uma grande conotação étnica dentro da Guiné.

O FLING, acrónimo para *Front de Lutte de l'Indépendance Nationale de Guinée*, baseado em Dacar, capital do Senegal, era composta por quatro grupos distintos: o MLG,

¹¹ Chão designa uma parcela de território onde determinada étnica vive. Por exemplo, o *Chão Manjaco* é a área onde a etnia *Manjaco* predominantemente vive.

Movimento de Libertação da Guiné, fundado em 1960 por Francois Mendy Kankoila, um guineense da etnia Manjaco, o FLG, Frente de Libertação da Guiné, a UPG, União das Populações da Guiné e o URGP, *Union des Ressortissants de la Guinée Portugaise*.

O FLING, que operou principalmente no norte da Guiné, a partir de bases no Senegal, tirava grande parte do seu apoio dos Fulas, Manjacos, Mandingas e Papeis (Venter, 2013, pp. 318-319).

Traçado o rumo da luta de libertação após o massacre do cais de Pidjiguiti, em 1961 dá-se o primeiro incidente envolvendo militares portugueses.

Na madrugada de 17 para 18 de julho, um grupo de guerrilheiros afetos ao MLG corta a linha telefónica entre São Domingos e a tabanca de Benguigue. Três noites depois dá-se o ataque ao quartel de São Domingos a 6 quilómetros da fronteira com o Senegal, de onde resultaram quatro militares portugueses feridos. Mais tarde no mesmo mês, a 25, regista-se novo ataque, desta vez na estância turística de Ponta Varela e em Susana. Estes ataques provocam grande apreensão na comunidade branca que vive então no interior na Guiné Portuguesa, registando-se a fuga de alguns desses elementos para Bissau.

É de notar que para além do envio de militares de Bissau para o norte, a fim de retomar o controlo da situação e impedir novos ataques, estas primeiras ações insurrecionais levam a que o governo português opte por uma solução inovadora e inédita no contexto do que viriam a ser os Teatros de Operações do Guerra do Ultramar: a concentração na mesma figura dos poderes de Governador e de Comandante-Chefe, nesta altura o Comandante Peixoto Correia, e que atingiria a sua máxima expressão a partir de 1967 com o General Spínola (Matos, 2023).

Ato contínuo, e na sequência dos ataques acima referidos, Amílcar Cabral, não querendo perder a iniciativa na liderança da luta de libertação, emite um comunicado onde mais uma vez reafirma as intenções do PAIGC em enveredar por uma solução pacífica para a independência da Guiné. Lisboa ignora.

A 23 de janeiro de 1963 o PAIGC ataca o quartel de Tite, a sul da capital Bissau, na margem esquerda do Geba. Começa assim a guerra na Guiné. (Ramos, Sousa, & Monteiro, 2021, p. 554).

2. A Guiné Portuguesa – História, Geografia e Administração

“A terra em que vivemos, sempre nos moldou. Moldou as guerras, o poder, a política e o desenvolvimento social dos povos que, hoje, habitam quase todo o planeta” (Marshall, 2017, p. 11). As características topográficas, geográficas, climáticas, hidrográficas e demográficas de determinado Teatro de Operações (TO), tanto na antiguidade como agora, assumiram-se sempre como um fator determinante na forma de planejar e executar operações militares, como postulou Sun Tzu, logo na abertura da sua *Arte da Guerra*, em que refere que a guerra é regida por cinco fatores constantes, de entre os quais se encontrava o terreno (Tzu, 2009, p. 9). Assim, torna-se essencial conhecer que terra era esta em que as Forças Armadas, e especificamente, a Marinha de Guerra Portuguesa, tiveram que combater durante onze anos (1963-1974), num crescendo de intensidade e violência, para melhor compreendermos as opções estratégicas, operacionais e táticas que foram sendo tomadas ao longo de todo o conflito.

2.1. História

A história da Guiné pré-colonização portuguesa, é, à semelhança do que acontece em vastas áreas de África, ainda pouco conhecida.

Existem vestígios de ocupação humana da área que deu origem à Guiné Portuguesa e posteriormente ao que hoje é a Guiné-Bissau, desde há pelo menos mil anos.

Os primeiros homens a chegar à região terão sido caçadores-recolectores vindos do interior do continente africano, e posteriormente agricultores animistas. A partir do século XIII tensões inter-étnicas e religiosas, decorrentes da contínua expansão do Império do Mali, ou dos Mandingas, e da sua progressiva islamização, terão forçado esses primeiros agricultores a uma crescente litoralização que os empurrou para a costa onde se acabaram por fixar. A região tornou-se um protetorado do Império do Mali, denominado Kaabu, com o ouro, escravos e sal marinho a constituir as principais exportações para o interior do império. Entre os séculos XII e XV começam a aparecer

na região, em números crescentes, membro da etnia Fula, pastores semi-nómadas já convertidos ao islamismo, tal como os Mandingas¹² também presentes no território.

A partir do século XIV, altura em que atinge o seu apogeu, o Império do Mali inicia um processo de desagregação que culminou com o seu desaparecimento já no século XVII. (Britannica, 2023).

Os primeiros contactos com europeus dão-se a partir do século XV, com a chegada de navegadores portugueses à costa da Guiné.

O verdadeiro descobridor do que mais tarde veio a ser a Guiné Portuguesa permanece envolto em mistério. Atribui-se a Nuno Tristão este feito, contudo, devido à cronologia das navegações da altura, não é unânime considerar que Nuno Tristão tivesse navegado tão a sul em 1446, data do descobrimento deste território. Porém, existem autores que defendem que poderá ter sido Luís de Cadamosto, mercador veneziano ao serviço da coroa portuguesa que primeiro visitou o Rio Grande, hoje chamado Geba, pela pioneira descrição que fez do fenómeno do macaréu, típico dos rios da Guiné (Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra, 1948). Álvaro Fernandes é também uma hipótese considerada, havendo fontes que indicam que este navegador tivesse atingido o Cabo Roxo em 1466, sendo assim o primeiro europeu a pisar terras da Guiné. (Cann, 2009, p. 170)

Apesar da sua descoberta em meados do século XV, a ocupação efetiva daquele território só começaria já no século XVI com a construção das feitorias nas margens dos rios São Domingos e Grande de Buba e com a concessão, no século XVII, da Ilha de Bolama (em 1607) pelo régulo Guinália, onde seria construída a primeira capital da Guiné¹³.

Desde a descoberta ao início do século XVI os portugueses monopolizaram o comércio na região, baseando as suas exportações no ouro, escravos, pimenta e marfim. Esse monopólio durou até que outras potências europeias, espanhóis, ingleses,

¹² Sabe-se que em meados do século XI o Rei dos Mandingas fazia já peregrinações a Meca.

¹³ O “Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde - desde o rio Sanagá até aos Baixos de Sant’Anna” de 1594 da autoria de André Álvares de Almada, apresenta uma notável descrição das populações, costumes e rios da Guiné e de outros pontos da costa africana, desde o atual Senegal à Serra Leoa.

franceses, e mais tarde alemães e belgas começaram a virar a sua atenção para África, contestando o domínio português sobre esses territórios. (Britannica, 2023)

Há a ressaltar que o conceito de Guiné utilizado durante os séculos XV e XVI, era bastante mais lato, abrangendo uma área, que na sua extensão máxima abrangia toda a costa delimitada a norte pelo Rio do Ouro, no que hoje é o Sahara Ocidental, e a sul pelo Cabo de Santa Catarina, no que é hoje o Gabão (cerca de 90 milhas a sul de Porto Gentil).

É nesta fase que se inicia a relação, quase umbilical, entre a Guiné e Cabo Verde, que permaneceu até à formação do PAIGC. Esta ligação entre as duas possessões ultramarinas portuguesas tem uma importância vital para se compreender a génese do movimento independentista guineense, bem como as tensões internas que ao longo dos anos da guerra moldaram a sua atuação.

Em 1446 o Infante D. Fernando, sobrinho do Infante D. Henrique, obteve por carta régia privilégios com o intuito de facilitar o povoamento de Cabo Verde, mas que para além disso colocaram a Guiné na dependência daquele território. (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 24)

Cabo Verde era utilizado como um entreposto seguro para o comércio de mercadorias provenientes de África, que incluía escravos, marfim, nozes de cola, cera de abelha, peles, e ouro, bem como produtos de boa qualidade para África, tais como artigos manufacturados baratos, armas de fogo, tecidos, e rum.

Na Guiné-Bissau os escravos eram capturados entre as diferentes etnias em guerra. Enquanto Kaabu, dominado pelos Mandingas, dominava a região, os Fulas eram vítimas comuns. Em 1867, o reino de Kaabu foi derrubado pelos Fulas, o que coincidiu com um aumento de Mandingas nas listas dos navios escravos¹⁴ (Britannica, 2023).

A partir do último quartel do século XIX iniciou-se a denominada “corrida para África”, cuja base e motivação teve origem numa conjugação de fatores económicos, políticos e ideológicos no continente europeu, mas cujo tratamento pormenorizado não

¹⁴ A escravatura só seria formalmente abolida pelo artigo 1º do decreto de 25 de fevereiro de 1869 da Direcção Geral do Ultramar, onde se lê: “Fica abolida o estado de escravidão em todos os territórios da monarchia portugueza desde o dia da publicação do presente decreto”.

cabe no presente trabalho. No entanto, importa referir que o aumento da competição em África, que culminou com a contestação à soberania portuguesa, por parte da França a norte e pelo Reino Unido a sul, sobre vastas parcelas do território por si reclamado, tem grande relevância para se compreender como foram desenhadas as fronteiras da Guiné Portuguesa, que subsistiram até ao fim do império em 1974.

A Conferência Geográfica de Bruxelas de 1876, convocada por Leopoldo II, e para a qual Portugal não fora convidado, marca o início da contestação das potências europeias, ávidas de expansão, ao “princípio dos direitos históricos” que até aí tinha regido as disputas de soberania em África. Este princípio revestia-se de grande importância para Portugal pois tinha valido, recentemente, a resolução a favor das pretensões lusas, de duas longas disputas anglo-portuguesas: sobre a propriedade de Bolama, pela arbitragem do Presidente dos Estados Unidos da América, Ulysses S. Grant em 1870, e pela soberania da baía de Lourenço Marques, pela arbitragem do presidente francês, General Mac-Mahon, a 24 de julho de 1875. Surge assim um novo preceito no direito internacional: o princípio da ocupação efetiva, que representava um enorme desafio para Portugal, incapaz, até então de explorar e ocupar efetivamente uma tão vasta área. (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 420)

A partir de 1876, e sob a égide da recém-criada Sociedade de Geografia de Lisboa, Portugal lança-se numa ambiciosa campanha de exploração dos seus territórios africanos, de que as expedições de Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens são os casos mais conhecidos, no intuito de reconhecer e cartografar para depois poder reclamar a ocupação efetiva do que até então tinha considerado seu por direito histórico (Ramos, Sousa, & Monteiro, 2021, p. 550).

Todo este processo teve o seu zénite entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, com a Conferência de Berlim, que reconheceu, entre outras coisas, o princípio de ocupação efetiva como principal fator para o reconhecimento da posse de territórios em África, passando o princípio dos direitos históricos a ter apenas valor adjutório.

Esta alteração teve como consequência direta para Portugal a realização de duas convenções, logo em 1866, uma com a França e outra com a Alemanha, para delimitação

de fronteiras nos territórios ultramarinos contíguos (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 424).

No caso da Guiné Portuguesa a sua fronteira ficou delimitada na sequência da “Convenção relativa a delimitação das possessões portuguesas e francesas na África Ocidental”, assinada em Paris a 12 de maio de 1886 e ratificada em Lisboa a 31 de agosto do mesmo ano. (Nunes, et.al, 2015)

Apesar dos cinco séculos de domínio, não se pode falar verdadeiramente de uma presença colonial profundamente enraizada até ao final do século XIX, limitando-se a presença portuguesa a apenas três praças no litoral: a ilha de Bolama, onde estava a capital, Cacheu, na foz do rio homónimo e Bissau, na foz do rio Geba (ou ria de Bissau). A longa administração conjunta de Cabo Verde e da Guiné, terminou apenas em 1879, tendo os dois territórios passado a ser geridos separadamente a partir dessa altura.

Os anos de gestão conjunta foram, contudo, largamente desvantajosos para a Guiné, que se viu administrada a partir de fora, uma vez que o clima e a segurança em Cabo Verde eram em larga medida mais vantajosos para os europeus, que sempre preferiram instalar-se no arquipélago, evitando a inclemência e insalubridade do clima continental, bem como a hostilidade das etnias locais. Só com a separação administrativas dos dois territórios se começa a assistir a um desenvolvimento nos serviços e na administração em solo guineense (Cann, 2009, p. 171).

Após a Conferência de Berlim a corrida a África acelerou. Na urgência de ocupar rapidamente os territórios reivindicados, as campanhas científicas da década de 70 deram lugar, nas décadas seguintes, e até à eclosão da I Guerra Mundial, a um esforço de consolidação da soberania que assumiu diversas formas, desde acordos com régulos a campanhas militares de “pacificação” das populações indígenas menos recetivas ao novo vigor expansionista europeu (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 431).

De entre estas, na Guiné Portuguesa destacam-se as realizadas contra os Fulas e Beafadas em 1890 e 1892, contra os Papéis e Balantas em 1894, contra os Balantas, Manjacos e Mandingas em 1897 e contra os Bijagós em 1906 (Barata, et al., 1989, p. 26).

Não tendo resultado numa completa pacificação, e como continuavam a eclodir revoltas constantes com origem nos diversos grupos étnicos, decorreu entre 1913 e

1915, sob o comando do Capitão João Teixeira Pinto, uma campanha de maior envergadura, que, beneficiando do desequilíbrio do potencial tecnológico e militar e das forças irregulares locais fornecidas pela aliança com o régulo do Cuor, Abdul Injai, de etnia Fula, conseguiu derrotar e submeter progressivamente ao domínio português as várias etnias guineenses, implantando postos militares e administrativos e começando a controlar os seus territórios: os Balantas e Mandingas em 1913, os Manjacos e novamente os Balantas em 1914, e finalmente os Papéis e os Grumetes em 1915. Com estas campanhas consolidou-se a expansão para o interior da Guiné, com a construção de estradas, pontes e comunicações, e com a cobrança fiscal no novo território controlado, dando-se início à construção de um verdadeiro Estado Colonial (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 438).

2.2. Geografia

A Guiné Portuguesa, reminiscência da grande Guiné de seiscentos, cujas fronteiras foram fixadas na sequência da corrida a África do final do século XIX, era um território relativamente desconhecido para os portugueses, apesar dos mais de 400 anos de presença. A presença portuguesa caracterizou-se ao longo dos séculos por uma pronunciada litoralização, servindo o território mais como um entreposto comercial do que como um território de permanência, sendo o interior pouco conhecido e pouco explorado por europeus. Assim, e a partir do momento em que as fronteiras são definidas por tratado, nasce a necessidade da criação de missões geo-hidrográficas que estudem o território e elaborem cartas topográficas com a nova definição de fronteiras rigorosamente traçada, aplicando também no terreno essas delimitações.

A primeira dessas missões nasce logo em 1889, com a Comissão de Cartografia a dotar a Guiné com a sua primeira carta itinerária. Nas seguintes décadas, com o intuito de delimitar as fronteiras com a África Ocidental Francesa, cujos territórios que mais tarde deram origem ao Senegal e à República da Guiné confinavam com a Guiné Portuguesa, foram criadas missões geo-hidrográficas e comissões de estabelecimento de fronteiras, que além de observações astronómicas para atribuição de coordenadas aos marcos que as definiam, foram responsáveis por trabalhos de balizagem de canais e portos.

A primeira Missão Geo-Hidrográfica da Guiné (MGHG) foi criada em 1912, por decreto de 19 de outubro, com objetivos exclusivamente cartográficos, tendo a sua atividade sido interrompida em 1915 por os seus meios terem sido desviados para outros trabalhos. Foi reativada em 1925, para proceder à determinação de coordenadas geográficas especialmente em povoações de pontos que assinalassem rios, canais, ilhas, e colaborar com uma missão francesa para rever a fronteira, reconstruindo e reparando os marcos quando necessário.

Nos anos a seguir ao fim da II Guerra Mundial sentiu-se em Portugal a necessidade de dar novo fôlego aos trabalhos de cartografia entretanto suspensos, para a elaboração de um mapa da Guiné com o adequado grau de rigor que permitisse a sua utilização como instrumento de governo. Esta necessidade fez-se sentir no âmbito de uma nova política colonial que ambicionava controlar as populações locais e cativar colonos europeus que promovessem o desenvolvimento económico do território, tarefa sempre difícil num território de difícil adaptação, sobretudo devido ao clima (Valentim, 2015, p. 256).

O decreto-lei 33609 de 14 de abril de 1944 reorganizou a Missão, encarregando-a de proceder ao levantamento geodésico, cartográfico e hidrográfico da então colónia, entregando explicitamente a chefia da missão a um engenheiro hidrógrafo ou oficial de Marinha com prática de trabalhos geográficos e hidrográficos.

Em simultâneo com os trabalhos geodésicos e hidrográficos executou-se a fotografia aérea, a cargo da Aviação Naval, para elaboração de uma carta geográfica à escala 1/50000.

A chefia da missão, que durou até praticamente o início da guerra, coube aos comandantes Victor Serra até 4 de outubro de 1946, Albano Rodrigues de Oliveira até 30 de julho de 1947, Manuel Pereira Crespo, de 5 de outubro de 1947 a 7 de setembro de 1957, Jaime de Azevedo Monteiro de Barros até 3 de setembro de 1959 e João Luís de Oliveira até 1961 (Santos, 2013).

Definidas as fronteiras em finais do século XIX, à data do início da guerra a Guiné Portuguesa tinha as seguintes características geográficas, que conservou até depois da independência de Portugal e que se mantém até aos dias de hoje.

Situada na costa ocidental de África, fazia fronteira com os recém-independentes, Senegal, a norte, e República da Guiné (Guiné-Conacri) a sul e leste.

A fronteira norte, tinha uma extensão de 338 km, com uma direção predominantemente leste-oeste. No seu troço mais oriental a fronteira foi definida por um paralelo artificial, enquanto no ocidental se apresenta como uma fronteira natural, tendo o seu traçado sido definido por uma linha a meia distância entre os rios Cacheu na Guiné-Bissau e o Casamança no Senegal, até ao litoral norte, na região do Cabo Roxo ($\phi = 12^{\circ}21'N$; $L = 16^{\circ}43'W$).

A fronteira com a Guiné-Conacri, a leste e a sudeste, estende-se por cerca de 386 km, com uma orientação geral norte-sul, no setor leste, e uma disposição conjunta nordeste-sudoeste, no troço sudeste. A sua demarcação foi definida pelos talwegues¹⁵ do Rio Corubal e seus afluentes (sendo que nalguns troços foi definida por linhas retas) e pelo talvegue do Rio Cajete ($\phi = 10^{\circ} 59' N$; $L = 13^{\circ}37'W$), no setor com cerca de 9 km, mais próximo do litoral (Nunes, et.al, 2015, p. 914).

A máxima extensão norte-sul é de 193km, e leste-oeste é de 330 km. A fronteira terrestre tem uma extensão de 680 km (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 17).

A área do seu território é de 36125 km², incluindo o Arquipélago dos Bijagós, o único arquipélago deltaico¹⁶ da costa atlântica de África; a área emersa, ou seja, sem incluir a rede hidrográfica e zonas periodicamente afetadas por marés (como é o caso dos mangais), é de cerca de 28.000 km², mais pequena do que o Alentejo (31551 km²). A percentagem desta área terrestre que é ocupada por floresta é da ordem de 38% e a superfície arável representará cerca de 12%. Cerca de 3200 km² são preenchidos por vegetação tipo mangal (Alves, 2007, p. 7).

A Guiné é constituída por uma parte continental com um cordão de ilhas contíguo (Jeta, Caió, Pecixe, Bissau, Bolama, Caiar, Como e Melo), separado do continente apenas por braços de rios ou estreitos canais, e por uma parte arquipelágica,

¹⁵ Linha mais ou menos sinuosa, ao fundo de um vale, por onde correm as águas. in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

¹⁶ Relativo a um delta (ex.: *depósitos deltaicos*; *região deltaica*) Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

denominada Bijagós, com cerca de 80 ilhas e ilhéus em que 20 dos quais eram habitados (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 17).

Relativamente ao relevo, caracteriza-se por ser bastante aplanado, com menos de 8% do território com uma cota superior a 100 m.

Bissau, a sua capital, situa-se a cerca de 3300 km de Lisboa.

2.3. Morfologia

Com uma rede hidrográfica que penetra em todo o território, o limite de influência das marés divide o país praticamente em duas regiões, o litoral e o interior. Se além destas duas regiões forem ainda considerados os contrafortes da cadeia montanhosa do Fouta Djalon (Futa-Jalon), situado na República da Guiné e que se prolongam até ao extremo sudeste da Guiné Portuguesa, na região do Boé, poder-se-á delimitar três regiões morfológicamente distintas, separadas por zonas de transição: - Zona Litoral, Zona Interior (Planalto de Bafatá-Gabu), Zona do Boé, zona de transição do Óio, que liga as planícies do litoral e o planalto de Bafatá, e zona de transição do Forreá que constitui a transição entre as planícies do litoral, o planalto de Bafatá e as colinas do Boé (Alves, 2007, p. 16).

2.3.1. Zona Litoral

O litoral inclui as zonas insulares e de ria. É uma zona aplanada, por vezes monotonamente baixa, com a altura a raramente ultrapassar os 40 m. O maior sistema destas planícies é o da ria de Cacheu que atinge cerca de 30km de largura no litoral (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 18).

Nesta zona, devido à fertilidade do solo¹⁷, resultante do rendilhado da rede hidrográfica que penetra e invade o território emerso, podem-se encontrar extensas bolanhas¹⁸, principalmente para o cultivo do arroz.

¹⁷ Os solos da zona litoral são arenosos na orla marítima, de aluvião nas desembocaduras dos rios e de argila vermelha no interior.

¹⁸ Vasto terreno pantanoso e fértil, usado geralmente para o cultivo de arroz, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

Os rios e afluentes caracterizam-se pelos seus meandros bem desenvolvidos, verdadeiramente labirínticos, sendo que as margens apresentam uma vegetação densa sobretudo do tipo mangal, constituindo, aliás, uma das principais franjas mundiais deste tipo de sistema.

A vegetação na zona litoral apresenta-se compartimentada em floresta, ao longo da margem dos rios maiores, ou como floresta-galeria nos cursos menores, savana, zonas cultivadas (bolanhas), solos salinizados (lalas) e mangais (tarrafo).

O centro e o norte do país incluem zonas com pouca vegetação, sendo que no sul é possível observar algumas manchas extensas de floresta densa e fechada, muito desenvolvida, como no caso da Mata do Cantanhez (Alves, 2007, pp. 17-18).

Dentro da zona litoral há ainda que referir o Arquipélago dos Bijagós, cujas características diferem do anteriormente exposto.

O arquipélago é composto por cerca de 80 ilhas e ilhéus que ocupam uma área de 7000 km² (praticamente 20% do território do país), sendo 1600 km² correspondentes a terra firme, 350 km² a zonas permanentemente húmidas (em geral com mangal) e o restante representado por numerosos bancos de areia que tornam a navegação difícil e perigosa. A altitude não ultrapassa 20 a 35 m, com superfície muito aplanada. A rede hidrográfica da zona litoral é a mais penetrativa do país, com zonas de lodo e mangais muito extensas. O Arquipélago dos Bijagós é separado do continente pelos canais do Geba, de Pedro Álvares, de Bolama e de Canhabaque (Barata, et al., 1989, p. 18).

2.3.2. Zona Interior

A leste da zona litoral observa-se uma superfície sensivelmente aplanada, interrompida pelo Planalto de Bafatá-Gabu em que a cota sobe inicialmente até aos 50 metros no meridiano de Bafatá, continuando até aos 80 m na região de Gabu.

A superfície da Zona Interior é levemente ondulada, com colinas pouco salientes. Aqui a rede hidrográfica é em geral menos marcada na região do Gabu e no nordeste, onde as planícies aluviais e os vales se esbatem. Os cursos de água ainda sofrem o efeito da maré, mas já não galgam os leitos.

A vegetação é caracterizada por floresta em geral pouco desenvolvida, tipo savana, associada a árvores de porte variável, consoante a zona e em função das clareiras provocadas por queimadas.

Ao longo das linhas de água é possível observar floresta em galeria.

2.3.3. Zona do Boé

Marcada por cotas mais elevadas que o restante país, encontra-se aqui, a sudeste de Vendu Leidi, junto à fronteira com a República da Guiné, o ponto mais alto da Guiné Portuguesa, o Felo Canhage, com 298 m de altura.

Esta zona é limitada a leste e a sul pela fronteira com a República da Guiné, e a norte e oeste sensivelmente pelo rio Corubal.

A sua característica principal é apresentar um conjunto de colinas, planaltos e taludes progressivamente mais elevados, dos quais sobressaem topos aplanados, de cotas entre 100 e 250 m.

Ao longo dos cursos de água desenvolve-se floresta-galeria que contrasta com a aridez das áreas encouraçadas ou com a savana das encostas.

Como anteriormente referido, os relevos presentes no Boé, contrastantes com o restante país, constituem os contrafortes do Fouta Djalon, maciço montanhoso da República da Guiné que inclui zonas de relevo vigoroso e ocupa uma área vasta, com cerca de 15.000 km² acima dos 850 m de altitude e atingindo frequentemente os 1200 m de altitude cerca de 120 km a leste da Guiné Portuguesa.

Ao longo do rio Corubal (ou Cólí) é possível observar algumas das raras zonas escarpadas do país (Alves, 2007, pp. 18-20).

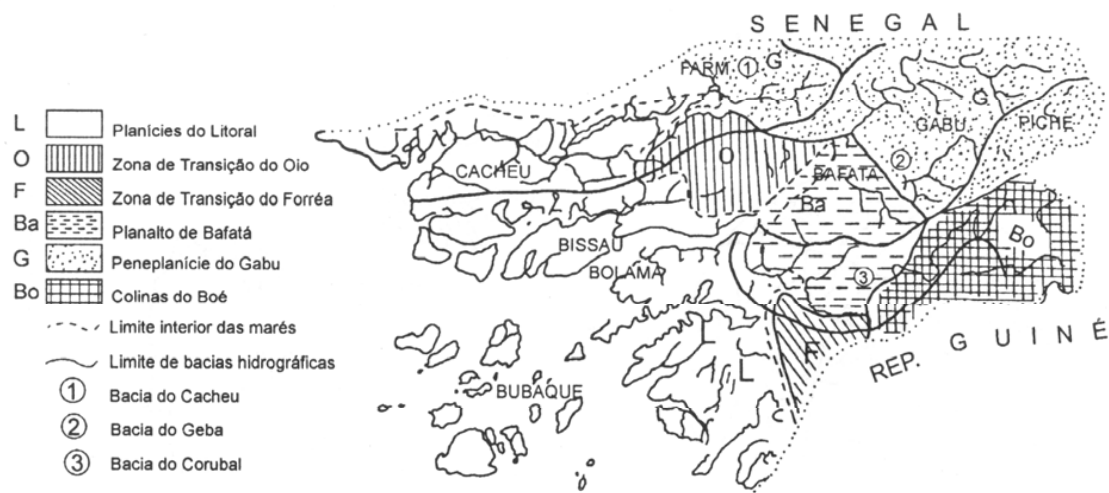


Figura 1- Divisão segundo as formas do relevo. Adaptado de (Alves, 2007, p. 17).

2.4. Hidrografia

A profusão de rios, rias, afluentes e braços de mar é a característica mais distintiva da Guiné Portuguesa, condicionando tanto a vida das populações como impondo-se como um dos principais fatores de planeamento operacional durante a guerra.

A orla marítima é muito recortada, contando com inúmeras rias devido à conjugação de uma grande amplitude de maré e um baixo relevo, o que torna possível em muitos sítios a navegação de barcos de grande calado. Por outro lado, a penetração oceânica tem influência importante na vegetação e no clima (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 21).

Tal como na morfologia, também em termos hidrográficos a Guiné pode ser repartida em duas zonas distintas, marcadas pela linha limite das marés: zona litoral e zona interior. As maiores bacias correspondem, por ordem decrescente de área, dentro da Guiné-Bissau, às dos rios Mansoa, Cacheu, Geba e Corubal (com valores de área entre cerca de 3000 a 8000 km²).

De norte para sul, as maiores áreas fluviais correspondem aos rios Cacheu, Mansoa, Geba e seu afluente Corubal, Rio Grande de Buba e seus afluentes, Tombali, Cumbijã e Cacine.

2.4.1. Zona Litoral

No litoral, o mar invadiu os cursos inferiores dos antigos rios, transformando-os em rias, com uma intrincada rede de canais. É aqui que se encontram o arquipélago dos Bijagós e numerosos bancos de areia que obstaculizam a propagação das marés o que lhe aumenta a amplitude.

Cumprе salientar a grande diversidade de marés nos rios da Guiné. No Cacheu, por exemplo, pode ser de 3,6 m na embocadura, diminui para 2,7 m de Cacheu a Canja, onde continua a decrescer até 1,9 m em Ganturé (Bigene), onde durante a guerra foi estabelecida uma base de fuzileiros, mantendo-se aí estável até Farim. Já no Geba, é de cerca de 3 m em Caió, crescendo para 5 m em Bissau, e apresentando 7 m nas imediações de Porto Cole, onde se dá o fenómeno do macaréu¹⁹ (Barata, et al., 1989, p. 19) .

A maré, à medida que se desloca para o interior, aumenta de amplitude e de duração de período de vazante. Assim, em Uaná (rio Corubal) a enchente dura cerca de 3 horas. Para que o ciclo da maré se mantenha, a vazante deverá ter, uma duração muito maior, a necessária para que o período seja aproximadamente 12 horas. Deste modo, onde a enchente é de 3 horas, a vazante será necessariamente 9 horas. Dadas estas características, há que ter em conta que a subida das águas se dá a um ritmo muito elevado, principalmente na primeira hora da enchente.

Estas especificidades dos rios da Guiné são essenciais para o planeamento operacional e para o planeamento de navegação dos navios que operam nas suas águas, como veremos mais à frente no presente trabalho. Apenas com um conhecimento pormenorizado das suas idiosincrasias era possível navegar com a segurança e a confiança que a guerra exigia.

Na zona litoral, de norte para sul, podemos destacar as rias de Sucujaque, pertencente ao estuário do Casamansa; a ria de Cacheu, a mais extensamente navegável por navios de longo curso, que podem ir até Farim, a 80 milhas da costa; a ria de

¹⁹ Macaréu – Fenómeno que se dá nas barras de certos rios que ali têm fracas profundidades, e se manifesta por um início brusco e violento da enchente, com ondas alterosas, por vezes destruidoras in Dicionário de linguagem de Marinha Antiga e Atual.

Caiomete que vai desde Teixeira Pinto (Canchungo) até ao Canal do Jeta; a ria de Mansoa, que desemboca na ria de Bissau pelo canal do Impernal, entre a ilha de Pecixe e o Biombo, tendo aí fundos superiores a 10 metros, os quais continuam muito para o interior, e que ultrapassa a leste a cidade de Mansoa, quase rodeando a cidade na preia-mar de marés vivas; a ria de Bissau onde se localiza o porto de Pixiguiti, que forma o nó de todo o sistema de comunicações marítimas da Guiné; e a ria Grande de Buba, que é de todas as mais profunda, com profundidades de 40 metros, e que termina perto de Buba a cerca de 40 milhas da costa (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, pp. 21-22).

Os restantes rios do sul drenam áreas da ordem de 1000 km² (rios Tombali, que tem como afluente o rio Pobreza, e Cacine) a 1500 km² (rio Cumbijã, que devido ao efeito das marés permite a navegação por lanchas de 50t até Bantael Silá, tal como o rio Grande de Buba), apresentando estuários amplos, com destaque para o do rio Cacine. Este estuário atinge, na foz, uma largura variável entre 10 e 5 km, consoante se trate, respetivamente, da preia-mar ou da baixa-mar.

Nestes rios não se constata atualmente uma relação direta entre a dimensão do estuário e a importância do rio que o alimenta, como é o caso do rio Cacine, com o seu estuário muito amplo e, no entanto, com uma bacia de captação pluviométrica reduzida.

As bacias destes quatro rios raramente atingem 50 m de altitude.

Existem também outros rios e afluentes menores como o Bidigor, afluente da margem esquerda do Geba, que drena o nordeste do país ao longo da fronteira com o Senegal e a norte de Piche, o rio Camossa, também ele um afluente da margem esquerda do Geba, caracterizando-se por um percurso longo e muito sinuoso, que chega até perto da cidade de Gabu (Alves, 2007, p. 245).

2.4.2. Zona interior

A zona interior é caracterizada pelo facto de os rios serem de água doce e por estarem sujeitos a um regime de cheias. Aqui a maré já não se faz sentir de forma tão intensa como nas rias litorais, contudo a existência de rápidos não permite a navegação a partir de alguns troços para o interior.

Nesta zona há a considerar três bacias hidrográficas: do Cacheu ou Farim, do Geba e do Corubal, com a quase totalidade da sua bacia hidrográfica na República da Guiné (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 22).

Corubal

Trata-se de um rio amplo e relativamente calmo ao longo dos 50 km situados a montante do rio Geba, com o qual conflui, 120 km a leste de Bissau.

Nasce no Monte Mali, no Futa-Jalon, entra no território pela região do Cadé, onde serve de fronteira. O trajeto na Guiné-Bissau corresponde a um desnível de cerca de 48 m, desde o su-sudeste de Buruntuma, até à confluência com o Geba. Percorre esta distância de 150 km ao longo de um traçado de cerca de 350 km, incluindo cerca de 15 zonas de rápidos, em geral com pouco desnível, mas que, por exemplo no Saltinho (60 km a sul de Bafatá) e em Quibaba, na fronteira com a Guiné Conakry ultrapassam 5 m de desnível.

Podemos também destacar o Rio Féfiné, um afluente do Corubal, que drena o extremo sudeste da Guiné correspondente a cerca de metade da região do Boé, correndo sensivelmente de su-sudeste para nor-noroeste, seguindo um curso aproximadamente paralelo à fronteira leste do país, a uma distância de 10 a 25 km da Guiné-Conacri, país onde tem a sua nascente (Alves, 2007, p. 245).

Rio Cacheu – Farim

Trata-se do rio que inclui maior área de mangal no país. Prolonga-se até cerca de 200 km no interior. O regime de marés provoca grandes oscilações do nível das águas até à região de Farim, atenuando mais para montante. Tem nascente nas proximidades de Fanjonquito e é navegável por lanchas até Ionfarim. É o mais importante rio da Guiné, sendo navegável por navios de grande porte até Binta e por navios de médio porte até Farim, situado a cerca de 125 km da foz. Corre de Leste para oeste ao longo da fronteira com o Senegal.

Rio Geba

Nasce no Senegal a norte do planalto de Badjar, próximo da fronteira nordeste da Guiné. Entra no território próximo do rápido de Inda-Alfa e serve os portos fluviais

de Bafatá, Geba e Bambadinca. O vasto estuário frente a Bissau é designado também “Ria do Geba”, mas o traçado próprio deste rio apenas se inicia cerca de 80 km a leste da capital, perto da confluência com o Corubal nesse mesmo estuário. É abrangido pelo regime de marés até pouco a jusante de Bafatá. A “Ria do Geba” apresenta fundos de 10 m até à ponta Chugu, diminuindo rapidamente daí para o interior, sendo que na baixa-mar afloram extensos baixios, que limitam a navegação.

Este rio apresenta um percurso muito sinuoso e longo, com inúmeros meandros, até ao Senegal, 30 km a oeste de Pirada, onde assume o nome de rio Kayanga.

Ao longo do seu percurso entre Bambadinca e Contuboel são características as encostas geralmente suaves, que culminam em relevos tabulares, conservados por níveis encouraçados do Planalto de Bafatá.

Rio Grande de Buba

Trata-se de uma ria ou de um braço de mar que penetra por terra dentro, chegando a atingir profundidades da ordem dos 50 metros. As suas águas são límpidas e de elevado grau de salinidade. Os seus “afluentes” também são navegáveis e, na sua orla, localizavam-se alguns aquartelamentos militares.

Tem uma extensão de aproximadamente 150km, e representava uma importante via de navegação tanto para fins militares como para abastecimento das povoações do interior.

A sua navegação é muito influenciada pelas marés, com variações que podem chegar aos 5m, com grande impacto para a navegação.

Rio Tombali

O rio Tombali e o seu afluente rio Pobreza são navegáveis pela navegação de pequeno e médio porte, mas não têm interesse económico ou operacional, pois não tinham povoações relevantes nas suas margens.

Rio Cumbidjã

É navegável desde a foz até 30 milhas para montante. A sua barra só é praticável com maré favorável, os seus fundos são irregulares e tem muitos baixios. As correntes são fortes e a navegação é muito exigente. As suas margens – à direita a ilha do Como e

à esquerda a península do Cantanhez - tornaram-se desde finais dos anos 60 “território libertado”, segundo anunciava o PAIGC.

Rio Cacine

O rio Cacine é um dos rios mais importantes do sul da Guiné, correndo próximo da fronteira com a República da Guiné. É largo e navegável, com aproximadamente 200km de extensão, mas os fundos da sua barra são muito dinâmicos devido à ação da maré, assoreando frequentemente, o que, sem ajudas à navegação, a torna difícil de praticar.

Lagoas e Vendus

Das formações hidrológicas da Guiné há também que referir as formações lacustres. Compostas por lagoas e vendus (depressões onde se acumulam as águas pluviais). Na maioria, desaparecem na época seca. No Boé, formam-se na couraça ferruginosa, onde se acumula uma delgada camada de vasa. Na sua periferia existe uma vegetação abundante.

A maior lagoa é a de Cufada, na região de Fulacunda (Barata, et al., 1989, p. 20).

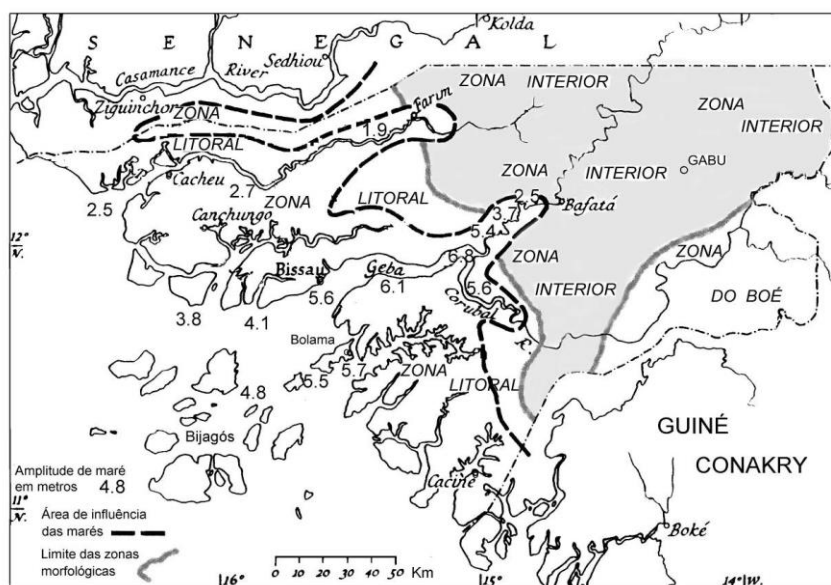


Figura 2 – Divisão do território por zonas morfológicas. Adaptado de (Alves, 2007, p. 17)

2.5. Clima

Estando situada dentro da zona tropical, as características da Guiné são consequência da sua posição geográfica, no litoral oeste africano, a meia distância entre

o Equador e o Trópico de Câncer. Desta circunstância resulta que o sol passa duas vezes por ano no zénite da Guiné, o que arrasta consigo a Zona Intertropical de Convergência (ZITC)²⁰.

Outro dos fatores condicionantes do clima na Guiné é estar situada entre a grande massa líquida do Atlântico e o bloco continental Sudanês-sahariano, na zona de ação da corrente aérea equatorial, o designado *vento leste*, ou *harmattan* (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 23).

A desigualdade de aquecimento destas duas massas, a continental e a oceânica possibilita um regime de monções. A posição à beira do mar diferencia duas zonas climáticas – uma litoral, com clima sub-guineense e outra interior, com clima sudanês – ambas tropicais, mas uma chuvosa, e mais moderada, e outra seca, em que as temperaturas máximas e a amplitude térmica são mais elevadas.

Na época da monção, em especial no seu início, pelo efeito do vento leste, verificam-se grandes perturbações atmosféricas, caracterizadas por trovoadas secas e tornados, com o aumento brusco da intensidade do vento, com rajadas que podem atingir a velocidade de 100 km/h, provocando normalmente a queda de aguaceiros.

Em suma, o clima na Guiné-Bissau pode considerar-se do tipo tropical chuvoso de savana, quente e húmido, com chuvas abundantes e apresentando duas estações bem contrastadas, a seca e a das chuvas, condicionadas pela deslocação da CIT.

A estação seca decorre sensivelmente entre novembro e maio, com vento dominante de nordeste, com influência do *harmattan* o que origina uma atmosfera de bruma, principalmente no interior, devido às poeiras transportadas desde o Sahara, que encobre o Sol, escurece a atmosfera e afeta as vias respiratórias. Este fenómeno ocorre por intensificação do anticiclone sobre o Sahara, correspondendo a um vento muito seco e quente de lés-nordeste, que retira a humidade dos solos e da vegetação.

²⁰ A ZITC é uma área de convergência onde os ventos alísios dos hemisférios norte e sul se encontram. Esta convergência resulta numa zona de baixa pressão atmosférica, caracterizada por alta humidade e intensa atividade de convecção, ou seja, correntes de ar ascendentes, criando assim uma área de precipitação intensa e tempestades tropicais. A CIT move-se ao longo do ano para norte ou para sul, acompanhando o movimento aparente do Sol. Durante o verão no hemisfério norte, a CIT desloca-se para o norte, e durante o verão no hemisfério sul, para o sul.

A estação das chuvas dura cerca de cinco meses, com o período de maior precipitação a decorrer entre julho e setembro, com vento dominante de sudoeste.

A temperatura média anual é de cerca de 27 °C, com uma amplitude térmica diária média variável entre os valores máximos de 6 e 18 °C. A temperatura média mensal máxima é de 38,8° C na cidade de Bafatá em abril, e de 33,3° C em Bissau no mês de março; a humidade relativa média é superior a 70% (Alves, 2007, pp. 8-11).

A temperatura média anual do solo é de quase 30 °C.

Esta conjugação de fatores de temperatura e humidade, favorece a formação de vastas manchas pantanosas e insalubres, provocando no homem, principalmente nos europeus, pouco habituados a este tipo de clima, um efeito altamente depauperante, que teve impacto direto na operacionalidade das tropas enviadas da metrópole para a Guiné e que obrigou a incluir no planeamento de rotação das forças, períodos de aclimatização em Bissau antes do emprego operacional das unidades.

2.5.1. A pluviosidade na Guiné-Bissau

Tal como a hidrografia, a pluviosidade da Guiné é outro dos fatores determinantes na vida do país e que condicionou decisivamente a condução das operações no terreno.

Durante a estação das chuvas, e consequência da extrema precipitação que a caracteriza e da planura geral do território, a morfologia da Guiné altera-se substancialmente. Estradas desaparecem ou ficam intransitáveis, rios galgam as suas margens, surgem lagoas e *vendús* por toda a parte. Várias regiões ficam praticamente isoladas e muitas povoações com acesso possível apenas por canoa ou a pé.

As primeiras chuvas aparecem na primeira quinzena de maio, aumentam progressivamente até agosto (em que caem 650 mm), e deixam depois de se sentir até novembro. Para norte, o período pluvial é mais curto, iniciando-se, no Casamansa, em junho. Muito concentrada nos meses de julho, agosto e setembro, os valores da pluviosidade variam gradualmente entre 2700 mm/ano no sul e 1250 mm/ano no nordeste (cidade do Gabu); o regime de precipitação inclui chuva torrencial que atinge, pontualmente, valores entre 35 e 65 mm/h.

No sul, a pluviosidade estende-se por mais tempo, começando em Cacine, em fins de abril (com o máximo, em julho, de 990mm).

A humidade relativa é menor no período seco (mínimo em janeiro, 52,8%) e maior na época pluviosa (máximo em agosto, 86,0%). O valor médio anual é de 76,2%.

Com a monção, os valores de humidade estão sempre próximos do grau de saturação, enquanto o vento leste provoca abaixamentos para menos de 10% (Barata, et al., 1989, pp. 20-21).

2.6. Flora

Na Guiné identificam-se três zonas de vegetação directamente relacionadas com as zonas anteriormente descritas: zona litoral, zona de transição e zona interior.

A zona litoral abrange as ilhas e as rias e caracteriza-se pela abundância de palmares (*Elaeis guineensis*), mangais ou tarrafo²¹ e lalas de água salgada.

A modificação da paisagem pelo homem para a prática da agricultura, com as bolanhas a dar lugar aos arrozais e as savanas aos pomares, reduziu a floresta a algumas manchas nas regiões de São Domingos, Jol, Jetá, Tor e Biinta, Cubisseco, Pobreza, Ganjola, Catió, Bedanda e Cabedu (Floresta do Cantanhez), Cacine e ilha do Como.

A zona de transição é coberta na maior parte por floresta, numa faixa de 50 km de largura, no norte e centro, não existindo a sul.

A zona do interior apresenta algumas florestas pouco densas, savanas arbustivas e arbóreas, mais pobres no Boé e no extremo leste da Guiné. A agricultura aqui é itinerante (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 26).

²¹ Mangal é um tipo de vegetação sempre verde, que se desenvolve em zonas de clima tropical ao longo de costas abrigadas, na faixa intertidal, geralmente lodosa, em condições variáveis de salinidade e precipitação. Também se designa o mangal pelo termo “tarrafe” ou “tarrafo”, adotado em crioulo. Constitui zonas extensas de vegetação densa e exuberante entre a terra e o mar, com altura até cerca de 8 m, formada por espécies taninosas essencialmente halófitas (geralmente *Rhizophora sp* e *Avicennia germinans*), sendo muitas vezes impenetrável devido à disposição das raízes altas que se expandem em todas as direcções, formando uma cortina contínua paralela ao litoral e em redor das ilhas, ou em tufos nos estuários, sobre solo vasoso apenas visível na maré-baixa.

2.7. Fauna

A Guiné conta com a presença das espécies selvagens típicas das regiões tropicais, como por exemplo búfalos, elefantes, hipopótamos, macacos, crocodilos, gazelas, lontras, lince e gatos almiscarados.

O clima da Guiné é propício ao desenvolvimento de diversas espécies perigosas para o ser humano como cobras venenosas, abelhas e mosquitos e outros insetos, vetores de doenças tropicais graves como a dengue, malária, febre amarela, doença do sono, etc. (Barata, et al., 1989, p. 21).

2.8. Demografia

A Guiné Portuguesa constituiu-se como um verdadeiro mosaico étnico, em que conviveram durante os mais de 500 anos de domínio português um conjunto de etnias e religiões, de forma mais ou menos harmoniosa, consoante as tensões internas existentes ou acicatadas externamente.

Compreender para melhor explorar esta diversidade, as suas tensões, rivalidades e alianças, foi uma estratégia utilizada com relativo sucesso pela administração portuguesa ao longo dos séculos, inclusive durante o decurso da guerra, em que se assistiu durante todo o conflito a um aumento da participação de unidades de indígenas voluntários, integrados nas Forças Armadas Portuguesas. A própria constituição dos membros dos partidos independentistas revelava um forte cunho étnico, em que se consegue identificar claramente quais as etnias leais a Portugal e quais as que estavam a favor da independência (Afonso & Gomes, 2020, p. 131).

Excetuando os Fulas e os Mandingas, só existem registos históricos dos demais grupos étnicos que compõem a Guiné Portuguesa após a chegada dos portugueses no século XV, sendo a sua dispersão geográfica à data do início da guerra em tudo semelhante à encontrada pelos primeiros navegadores.

De acordo com o censo de 1960, a população da Guiné era de 525 437 habitantes. A densidade da população rondava os 15 habitantes/km² (18 se considerarmos apenas o território permanentemente emerso e livre de mangal), o que constitui uma alta densidade populacional se comparada à densidade média do

continente africano na altura, excedendo em muito a dos territórios limítrofes, que constituíam a ex-África Ocidental Francesa, bem como as restantes províncias ultramarinas de Angola e Moçambique.

A distribuição da população ao longo do território não é uniforme, verificando-se uma pronunciada litoralização, com densidades populacionais que podem atingir os 100 habitantes/km², devido principalmente à menor aspereza do clima litoral e à maior fertilidade dos solos, que permitem extensas culturas alagadas de arroz nas bolanhas.

No interior, para lá da linha limite das marés, a população escasseia, concentrando-se em agregados populacionais. Por exemplo no Boé a densidade populacional chega a ser de 1 habitante / km².

A maior parte da população, cerca de 70% vivia nos aglomerados urbanos: Bissau, Bolama, Bafatá, Farim, Bissorã, Teixeira Pinto (Canchungo), Mansoa e Nova Lamego (Gabu).

Também segundo o censo de 1960, a população por etnias era a seguinte:

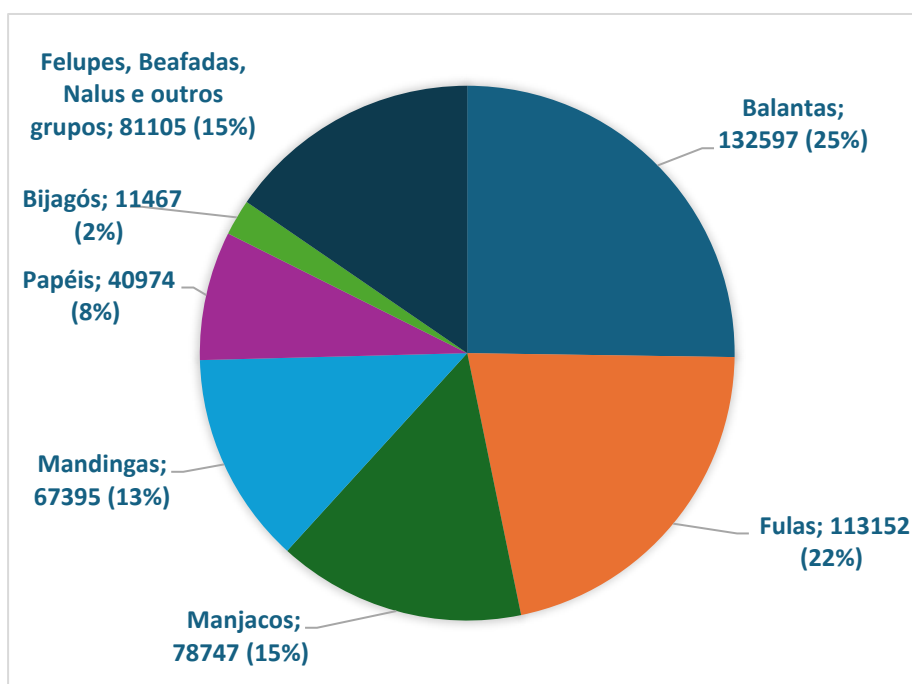


Figura 3 - Distribuição da população da Guiné Portuguesa por etnia em 1960 (Costa A. , 1982)

Os concelhos mais populosos são os de Bissau, Bafatá, Cacheu e Gabú e o de menor população o de Bolama.

A população da Guiné está distribuída por diversos grupos étnicos que formam dois grandes agrupamentos: o dos paleo-sudaneses, aos quais pertencem as etnias Balantas (31%), os Felupes, os Cassangas e os Baiotes, os Manjacos (17%), os Brames e Papeis, os Bijagós, os Beafadas, os Nalus, os Bagas, os Landumas, os Pakadincas e os Tandas e o dos neo-sudaneses a que pertencem os Mandingas (10%) (Mandingas, propriamente ditos, Saracolés, Bambarãs, Jacancas, Sossos e Jaloncas) e os Fulas (12%) (Fulas-Forros, Fulas-Pretos, Futa-Fulas, Boencos e os Tucorores) (Costa A. , 1982, p. 205).

O agregado familiar, geralmente numeroso, era patriarcal e polígamo, na maioria das etnias (Barata, et al., 1989, pp. 26-27).

No respeitante a línguas, falavam-se na Guiné mais de vinte dialetos diferentes. O português era utilizado apenas nas áreas urbanas, na administração pública e pela população mais instruída.

O mesmo não acontecia, no entanto, com a restante população que utilizava o “crioulo” de influência cabo-verdiana como língua franca, atendendo à grande diversidade linguística do território (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 34).

Quanto à religião, a quase totalidade da população de origem europeia era católica (6819). Da população autóctone uma grande parte, cerca de 63,5% era animista (297 123) e 35,6% eram islamizados (195 828). Os que seguiam outras religiões (protestantes, ortodoxos, drussos, hinduístas e outros) seriam menos que 5% da população (25 667).

As etnias mandingas e fulas eram quase totalmente islamizadas, os Cassangas, Nalus, Beafadas e Bajaranças tinham bastante influência islâmica, mas não estavam completamente islamizados, enquanto as restantes, Felupes, Baiotes, Banhuns, Papéis, Brames, Balantas, Bassarés, Banagas e Bijagós, continuavam a praticar as ancestrais crenças animistas, como a patrolatria, a zoolatria e o totemismo (Barata, et al., 1989, p. 28).

É importante referir que no censo seguinte, de 1970, a população da Guiné decresceu quase 38 mil pessoas, cifrando-se nos 487 448 habitantes. Atendendo a que o período temporal entre os censos corresponde ao grosso da guerra, pode concluir-se

que a guerra teve um impacto direto na evolução da população do território (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 31).

2.9. Vias de comunicações

No TO da Guiné a Marinha assumiu uma importância vital, que nunca teve em Angola e em Moçambique. Não tanto pela sua capacidade de combate, que sendo importante nunca foi determinante, já que a guerra foi sempre eminentemente terrestre uma vez que o PAIGC nunca dispôs de meios navais que contestassem o controlo das linhas de comunicação fluviais por parte das forças portuguesas (Telo, 1999, pp. 575-577).

Esta importância deveu-se principalmente por caber à Marinha a responsabilidade de assegurar o grosso do esforço logístico da guerra, tanto em termos de transporte de tropas, como de material e víveres, resultado de dois fatores principais. O primeiro, como referido anteriormente, foram as próprias características geo-hidrográficas do território, que, facilmente penetrado pelo mar devido ao seu baixo-relevo, e sulcado por uma profusão de rias, rios e canais, tornava o meio aquático omnipresente. O segundo foi a escassez de estradas transitáveis e a falta de pontes, o que aliado às características físicas do TO, obrigavam a utilização das vias fluviais como principal linha de comunicação já que a complicada rede de cursos de água aumentava em grande medida a distância a percorrer por terra para deslocações entre pontos relativamente próximos.

Para ilustrar esta situação há que ter em conta que em 1972, já quase no final da guerra, a província dispunha de uma rede de estradas com 3150 km (apenas 370 km asfaltados) dos quais cerca de 2000 km permitiam o trânsito durante todo o ano, sendo que os restantes 1150 km ficavam absolutamente intransitáveis durante a estação das chuvas. Além das estradas principais havia nas zonas de mancarra (amendoim) um grande número de “picadas de mancarra”, abertas pelos agricultores, mas que pelas suas características apenas permitiam o trânsito apeado, não sendo largas o suficiente para a passagem de viaturas pesadas (Barata, et al., 1989, pp. 35-36).

2.10. Organização Político-administrativa

Em 1963, e após as reformas constitucionais de 1951, a Guiné era considerada uma província ultramarina portuguesa e gozava de autonomia administrativa e financeira.

A sua organização político-administrativa compreendia dois escalões: o político ou do governo, para o desempenho de funções legislativas, executivas e judiciais; o administrativo compreendendo os serviços de administração local.

O mais alto escalão político ou do governo, e a partir de 1964 com o General Arnaldo Schulz²², também o militar, cabia ao Governador. Nomeado pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro do Ultramar, dispunha de competência executiva e de alguma legislativa e era coadjuvado por um secretário provincial (Pires, 2014, pp. 186-188).

O Conselho do Governo – assembleia de representação adequada às condições sociais da Província – era ouvido pelo Governador, para o exercício da sua competência legislativa. Presidido por aquele, tinha a seguinte composição: três vogais natos e três eleitos por sufrágio direto, um eleito pelos contribuintes e três nomeados pelo Governador. Uma secção permanente deste Conselho funcionava junto do Governador.

A Guiné estava dividida em nove concelhos (Bissau, Bolama, Bafatá, Cacheu, Catió, Farim, Gabú, Mansoa e Bissorã) e três circunscrições (Bijagós, Fulacunda, S. Domingos), subdividindo-se, tanto num caso como noutro, em postos e freguesias (Síntese Monográfica - Província da Guiné, 1972, p. 42).

²² O General Arnaldo Schulz inaugurou o novo modelo de comando político-militar unificado, tendo rendido o Comandante Vasco Rodrigues (governador) e o brigadeiro Louro de Sousa (comandante militar).

3. Evolução das estruturas, meios e política naval da Marinha no caminho para a guerra

O pensamento militar português ao longo da primeira metade do século XX foi em grande medida influenciado por fatores externos e principalmente pelas alianças político-militares definidas.

Até à II Guerra Mundial o tradicional aliado mantinha-se o Reino Unido, com os altos e baixos característicos das relações entre Estados, que naturalmente convivem em competição, mesmo quando aliados, o que condicionava fortemente a política portuguesa, não apenas a militar. Esta aliança materializava a visão portuguesa, eminentemente marítima, de que a sobrevivência da Metrópole e de todo o império assentava, uma vez perdida a capacidade própria, na manutenção de relações privilegiadas de aliança com a potência que exercesse o domínio marítimo global, à data, o Reino Unido.

Em 1939, como consequência das alterações geopolíticas que se começavam a desenhar no horizonte e que levariam à II Guerra Mundial, o pensamento português altera-se. Ciente do alinhamento entre o governo do General Francisco Franco e o regime nazi, a qual não era alheia a dívida pelo auxílio durante a Guerra Civil Espanhola, de que saíra vencedor, Portugal decide negociar um Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol, que mais tarde, em 1940, já com a guerra em curso, viria a dar lugar ao Pacto Ibérico, que estabelecia a neutralidade do bloco ibérico no conflito.

Apesar de não substituir a aliança com o Reino Unido e restantes Aliados durante a guerra, o Pacto Ibérico representou uma alteração no pensamento político-militar português que se estendeu para lá do final desta, até meados dos anos 50. Assente em pressupostos tradicionalmente marítimos, o pendor da política de defesa nacional começava a inclinar-se para um cariz essencialmente continental, em que a defesa da península, e consequentemente de Portugal, deveria ser feita nos Pireneus. Isto criou um paradoxo para os já escassos recursos do país, que ficava assim dividido entre duas políticas militares antagónicas: a dos aliados, eminentemente marítima, que exigia um investimento na Armada, e o do Pacto Ibérico, eminentemente terrestre, que exigia um investimento no Exército.

Após algumas décadas de abandono, fruto das dificuldades financeiras do país, mas também da instabilidade do regime que se seguiu à Implantação da República em 1910, a partir do início dos anos 30, da iniciativa do então Ministro da Marinha, Capitão-de-mar-e-guerra Magalhães Corrêa, como base no projeto do Almirante Pereira da Silva, iniciou-se um ambicioso Plano Naval²³, acompanhado por um esforço de capacitação do pessoal, que pretendia um ressurgimento da capacidade da Marinha Portuguesa, alicerçado em dois pilares essenciais: a defesa do Atlântico e a defesa do Ultramar.

Para tal estavam previstas a formação de flotilhas de contratorpedeiros, de submarinos, de vedetas para defesa de costa, e um conjunto de avisos de 1ª e 2ª classe para serviço de escolta e intervenção nos territórios em África e na Ásia.

O plano previa duas fases de execução, da qual apenas a primeira, que teria lugar entre 1930 e 1935, efetivamente se concretizou, uma vez que a evolução da situação na Europa, nomeadamente a iminente guerra civil em Espanha, exigiu um redirecionar de esforços para o robustecimento do Exército (Saial, 2012, p. 68).

Mesmo ficando aquém do planeado, o plano conseguiu revigorar a Marinha, já que nesses cinco anos foram adquiridos quatorze novos navios, de entre os quais três contratorpedeiros e três submarinos, que permitiram mais do que duplicar a tonelagem dos navios da Armada, de 19 168ton em 1928 para 31 254ton em 1936 (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 483).

Assim, e até 1949, data da fundação da OTAN, Portugal desenhou a sua política de defesa com base no espectro da ameaça continental, primeiro vinda de Espanha, e depois, após a vitória dos nacionalistas e da assinatura do Pacto Ibérico, de defesa integrada da península face a uma eventual chegada das forças nazis aos Pirenéus.

Os orçamentos de defesa espelham bem essa mudança de prioridades. Se em 1934, antes do final da primeira fase do “Plano Magalhães Corrêa”, o orçamento de defesa encontrava-se quase equitativamente repartido, com a Armada a colher 44% da despesa, em 1936, fruto dessa mudança de paradigma, cai para 30%, continuando

²³ Decreto-lei n.º 18 633, de 17 de julho de 1930.

sempre em decréscimo até à II Guerra Mundial (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 487).

3.1. Política naval

O início da Guerra altera significativamente as conceções dos anos 30 relativamente ao modo de resistir a uma invasão estrangeira. A ideia de que a defesa do país se faria com recurso a campanhas terrestres alicerçadas num Exército de massas não resistiu à prova da realidade. Quando em 1940 essa possibilidade verdadeiramente se colocou, o regime e as Forças Armadas viram-se confrontados com a escassez de meios e de capacidade militar que nem os ambiciosos planos de rearmamento conseguiram mitigar. A título de exemplo, das 10 divisões que chegaram a estar previstas no plano de Santos Costa²⁴ para a defesa do país face a uma invasão a partir de Espanha, existia, em 1940 apenas 1 constituída e equipada, e mesmo essa apresentava diversas lacunas ao nível da artilharia pesada, transportes, engenharia e comunicações, dispondo apenas de munições para 3 dias de campanha. Da constatação ressurgiu a noção, já antiga, de que a defesa de Portugal não se pode fazer através de uma guerra terrestre, mas recorrendo à profundidade atlântica e ao valor estratégico do Arquipélago dos Açores, para onde o governo deveria retirar em caso de invasão, e daí conduzir a guerra.

Esta constatação levanta um outro problema. A interrupção do plano naval dos anos 30 fez com que a Armada, em 1940, não tivesse os meios necessários para realizar a evacuação do governo e dos órgãos críticos para os Açores, e os que tinha eram em número insuficiente e estavam desajustados ao novo tipo de guerra naval que se impunha: a luta anti-submarina (A/S).

Esta lacuna só começa a ser colmatada com a assinatura do acordo de cedência da utilização de bases aéreas nos Açores à Inglaterra a partir de agosto de 1943, que previa que em contrapartida a Inglaterra cederia a Portugal material de guerra que permitisse adequar, principalmente a Armada, às novas missões que lhe estavam

²⁴ Foi subsecretário de Estado da Guerra e Ministro da Guerra entre 1936 e 1958, tendo condicionado fortemente a política militar do Estado Novo.

atribuídas no contexto da guerra²⁵, bem como auxílio na modernização e conversão dos escoltas oceânicos à luta A/S, treino e formação de pessoal para os operar (Telo, 1999, pp. 406-413).

No final da guerra a Armada conseguiu garantir, com relativa eficácia, as missões que lhe foram destinadas. Os onze escoltas oceânicos (avisos, fragatas e contratorpedeiros) depois de adaptados conseguiram garantir alguma proteção à navegação mercante que operava no Atlântico e no Ultramar, tendo desempenhado um papel muito relevante no socorro a naufragos, tanto aliados como do eixo, vítimas da designada Batalha do Atlântico. Dezenas de embarcações civis fretadas e convertidas em navios de patrulha costeira e draga-minas, tiveram também um papel relevante, conseguindo garantir a segurança dos portos e da costa nacional.

A II Guerra Mundial, como aliás, todas as guerras que a precederam, mas numa escala como nenhuma outra, serviu de imenso laboratório para experimentação de novas soluções que permitissem dar aos contendores a vantagem tecnológica que desequilibrasse a balança da guerra a seu favor.

O radar, o sonar, a eletrónica, as comunicações, os mísseis anti-navio e anti-aéreos, as espoletas de proximidade, o amadurecimento do porta-aviões, do submarino, da aviação, e principalmente o advento da bomba atómica, entre muitas outras, mudaram completamente o papel do poder naval, a guerra no mar e a guerra no geral.

Consequentemente o papel das Marinha também mudou, mas apesar das constatações atrás referidas, e da relevância que a ação da Marinha Portuguesa acabou por assumir na guerra que terminara face ao Exército de massas, após o conflito, retomou-se a ideia de uma ameaça continental à defesa do país, desta vez não já proveniente dos *Panzers* alemães, ou da invasão espanhola, mas dos T-34 soviéticos. Santos Costa idealiza então um conceito estratégico baseado no “bastião ibérico” em que a defesa da Península deveria ser feita por uma força conjunta luso-espanhola nos Pirenéus, para a qual Portugal contribuiria com 3 divisões, que cresceriam para 15

²⁵ Inglaterra compromete-se inicialmente a fornecer a Portugal o seguinte equipamento: um navio de lançamento de barragens, oito arrastões auxiliares, 240 peças *Oerlinkon* anti-aéreas de 20mm, ASDICS, morteiros A/S e cargas de profundidade modernas, material de guerra de minas e desmagnetização e peças para defesa de costa.

divisões de infantaria e uma blindada em caso de mobilização geral (Teixeira, Domingues, & Monteiro, História Militar de Portugal, 2017, p. 507).

É, portanto, este o pensamento político-militar, em tudo semelhante ao de 1935, que predomina no período que medeia entre o final da guerra e a criação da OTAN (1945-1949) da qual Portugal é país fundador. Isto faz com que a Marinha seja novamente relegada nos planos para uma função secundária, cabendo-lhe por isso uma pequena fatia do orçamento de defesa (Telo, 1999, p. 457).

Como já abordado no primeiro capítulo, a adesão de Portugal à OTAN vem provocar nova alteração em toda a estrutura, doutrina e pensamento militar português.

Importa reforçar que as missões e o papel que a OTAN define para Portugal na sua ordem de batalha, dada a sua posição geográfica e uma vez mais, a importância do Arquipélago dos Açores na ligação transatlântica, são mais coincidentes com aquelas que tinham sido desempenhados durante a II Guerra Mundial, com pendor marcadamente marítimo e aeronaval (Marinha e Força Aérea) especializado na luta A/S e de minas, centrado na defesa das linhas de comunicações marítimas e na defesa dos portos e demais instalações navais, do que com a doutrina vigente no pós-guerra, de pendor continental e terrestre (Exército), centrado na defesa do “bastião ibérico” nos Pirenéus.

De facto, desde o acordo firmado em 1943 entre Portugal e os EUA para a utilização sem restrições da base de Santa Maria pela Força Aérea americana, e que se prolonga até aos dias de hoje, que a tónica ficou dada, sobre a importância que o “Atlântico Português” tinha na estratégia americana, e consequentemente da OTAN.

A estratégia de contenção do comunismo assentava principalmente em dois pilares, o primeiro suportado nos EUA, que serviria como retaguarda e garantia do sistema, e o segundo, o continente europeu, suportado pelos países europeus da OTAN, que serviria como primeira linha de contenção e defesa, até ao reforço americano, contra um potencial ataque vindo de leste (Teixeira, 1999).

Para que os dois pilares estivessem devidamente articulados era necessário um ponto de apoio que permitisse encurtar a distância entre a frente e a retaguarda, possibilitando assim o “reforço rápido da Europa”, com homens e material vindos dos

EUA, como preconizado no conceito estratégico da Aliança. Os Açores, que tinham servido de ponto de charneira para o controlo do Atlântico, com provas dadas do seu valor estratégico durante ambas as guerras mundiais, assumiram-se deste modo como um valioso trunfo na política externa do Estado Novo, e a principal razão pela qual Portugal foi convidado para assinar o Tratado de Washington, documento fundador da OTAN, a 4 de abril de 1949.

Este facto resultou num profundo debate sobre a política de defesa nacional, uma vez que os objetivos, doutrina e conceito estratégico da OTAN colidiam com o conceito estratégico do Pacto Ibérico.

No seio das Forças Armadas Portuguesas estas duas concepções antagónicas eram encabeçadas por dois Generais do Exército: Santos Costa e Raul Esteves.

Santos Costa defendia que a defesa do país se fazia nos Pirenéus, dando primazia à unidade estratégicas da Península Ibérica, e à constituição de um Exército de massas, composto por 15 divisões, que pudesse contribuir para essa defesa.

Raul Esteves, por sua vez, defendia que Portugal se defendia no Atlântico, e que deveria servir como ponto de entrada do reforço americano na Europa, dando por seu lado primazia à capacidade aeronaval do país, à defesa dos portos e das linhas de comunicação marítimas.

Inicialmente a ortodoxia militar portuguesa prevaleceu e o pendor da política de defesa nacional continuou a ser eminentemente terrestre, contudo o tempo, e principalmente a pressão da OTAN, que direcionou o precioso *Mutual Defense Assistance Plan*²⁶ para a Marinha e a Força Aérea, privilegiando a capacidade A/S em detrimento de um exército de massas, fez com que entre 1950 e 1956 o Exército

²⁶ A partir da fundação da Aliança Atlântica começam a ser estabelecidos entre os EUA e os restantes países da OTAN acordos de cooperação militar e de defesa mútua, cujo principal objetivo era fomentar o crescimento das forças convencionais dos países aliados para mais do triplo existente à data, de forma a garantir a defesa do continente europeu contra o primeiro embate de uma investida soviética. Estes planos surgiam da sequência do *Mutual Defense Assistance Act*, aprovado pelo Congresso dos EUA a 6 de outubro de 1949, que autorizava o governo americano a financiar e armar os países aliados. A justificação era o reconhecimento do facto que após o término da II Guerra Mundial os países europeus, principalmente os envolvidos na guerra, que agora se viam a braços com profundas crises económicas e sociais, não teriam capacidade militar nem financeira para se defenderem no caso de uma nova guerra na Europa, desta vez com a URSS. Assim sendo, seriam os EUA a garantir os meios e o financiamento necessários para o robustecimento das capacidades militares europeias no pós-guerra.

acabasse por abandonar o objetivo de constituir 15 divisões e se começasse a adaptar às novas conceções estratégicas da OTAN, que consideravam os exércitos de massas obsoletos, valorizando pelo contrário exércitos mais pequenos, ágeis e flexíveis, mas altamente qualificados e superiormente equipados (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, pp. 516-519).

Assim, na avaliação feita em 1950 para o *Medium Term Defense Plan* (MTDP), que avaliava a evolução dos planos militares no quadriénio 1950-54, a Armada Portuguesa deveria crescer para 67 navios, virados, como referido anteriormente, para a guerra A/S, de minas e defesa de portos.

Importa também referir que para além da posição geo-estratégica de Portugal e das suas ilhas Atlânticas, outro dos fatores que inclinou os aliados a darem primazia ao reequipamento da Armada Portuguesa foi o reconhecimento, de que apesar da sua pequena dimensão, era, à data, o ramo melhor organizado e tecnicamente mais evoluído da Forças Armadas Portuguesas, o que a tornava numa força eficaz, com quem era fácil colaborar (Telo, 1999, p. 475).

No caso da Marinha os MTDP vieram substituir, efetivamente, a elaboração de um plano naval nacional autónomo. Durante a década de 50, ou seja, a década que antecedeu o início da Guerra de África, a política de aquisições da Marinha Portuguesa cingiu-se aos alvos estabelecidos nas consecutivas revisões dos planos da OTAN.

Este facto resulta, em primeiro lugar, da aceitação por parte do governo e das chefias militares portuguesas, de uma lógica multilateral para a defesa da bacia do Atlântico, mas também da preciosa ajuda financeira e técnica proveniente dos planos de rearmamento anteriormente descritos, que se assumiam como uma fonte de financiamento central para a substituição ou modernização dos navios provenientes do plano naval dos anos 30, que se encontravam em obsolescência acelerada.

Deste modo, entre 1950 e 1956 são aumentados ao efetivo dos navios da Marinha Portuguesa 16 draga-minas (12 costeiros²⁷ e 4 oceânicos²⁸), 8 patrulhas costeiras e 3 fragatas com financiamento MDAP, navios de tipologias perfeitamente

²⁷ Classe *São Roque e Ponta Delgada*

²⁸ Classe *Corvo*

alinhadas com as funções que a OTAN previa para a Marinha de Portugal no quadro da defesa do Atlântico. Para além das novas capacidades e tecnologias de que pela primeira vez a Marinha passava a dispor, com a construção de parte destes navios a ser feito em estaleiros nacionais (CUF, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, *Parry & Son*, Arsenal do Alfeite), também a indústria de construção naval nacional conheceu nesta altura um período de modernização e expansão.

Este clima de cooperação profícua com a OTAN, apesar de extremamente importante para a renovação das Forças Armadas portuguesas, e especificamente da Marinha, tanto qualitativa como quantitativamente, foi de curta duração.

Em 1956, quando se iniciam as negociações para a renovação do acordo dos Açores, o clima internacional era já completamente diferente do início da década. As guerras nas possessões ultramarinas europeias alastram a grande velocidade, sendo que a posição dos EUA acerca de África era ambígua e levantava suspeitas ao governo português, confirmadas após a surpreendente reação americana à Crise do Suez, em que a administração Eisenhower obrigou as forças francesas, inglesas e israelitas a retirarem-se do Canal que tinham ocupado. Fica claro que os EUA sacrificariam os interesses coloniais dos seus aliados europeus em face da competição com a URSS (Marcos, 2023, p. 220).

As atenções nacionais começam agora a virar-se para África e para a Índia, e a tomada de consciência de que os meios fornecidos ao abrigo do MDAP não estão adaptados, nem são os adequados à guerra que se antevê, e que, como acabou por efetivamente acontecer, as condições políticas que permitiram o seu fornecimento permitem também a proibição, caso seja essa a vontade dos EUA, de serem utilizados fora da área de operações da OTAN, nomeadamente no Ultramar, levam a que se reacenda a discussão no seio das Forças Armadas sobre que política prosseguir: uma virada para fora, eminentemente atlantista, ou virada para dentro e para o Império.

Logo em 1957, em antecipação aos problemas que antevia, a Marinha começa a sua preparação para um cenário de conflito em África, estabelecendo uma nova organização operacional no Ultramar, com a criação dos Comandos Navais e Comandos

de Defesa Marítima (Pinto J. L., Guerra colonial: Marinha começou a preparar-se em 1957 para problemas em África, 2020).

Em finais de 1959, depois de acesa discussão dentro do Estado-Maior da Armada, é apresentado um projeto de construções navais, ao Ministro da Marinha, onde se vê claramente uma solução de compromisso entre as duas conceções. Portugal iria ter na prática, duas Marinhas. A da OTAN, financiada, na máxima extensão possível pela ajuda militar americana, seria constituída por 6 fragatas modernas da classe *Dealey* (americana), 9 corvetas da classe *Airone* (italiana), 3 submarinos da classe *Daphné* (francesa), 8 patrulhas para serem usados no continente, os 18 draga-minas existentes, navios-escola e auxiliares. A “Marinha de África” seria criada a partir do zero com financiamento exclusivamente português, deveria ser formada por 6 fragatas francesas da classe *Commandant Rivière*, 6 corvetas da classe *Airone* e 29 lanchas, das quais 7 seriam grandes, da classe *Korody Marine Co. 29*, e 11 seriam médias, da classe *Antares* (Telo, 1999).

O plano de 1959 peca, no entanto, por ser demasiado ambicioso para as reais capacidades do país, contemplando 88 navios ao todo, e prevendo a concretização de vários projetos ao mesmo tempo, para os quais Portugal não consegue encontrar nem o financiamento, nem o apoio técnico adequado, o que força à sua reestruturação, traduzida em vários cortes no tipo e número de navios. Em 1962, o então Ministro da Marinha, Almirante Quintanilha de Mendonça Dias, afirma que o projeto que pretende concretizar contempla já apenas 7 fragatas, 15 corvetas e 6 submarinos

Na verdade, o problema é muito mais político do que financeiro.

A reação à invasão do Estado Português da Índia pela União Indiana em 1961 apenas veio confirmar o que Portugal já sabia acerca do pragmatismo da política externa americana. Apesar de condenar a invasão no Conselho de Segurança das Nações Unidas, dois dias após a anexação o Departamento de Estado americano declarava que o sucedido não afetaria as relações entre os EUA e a União Indiana, facto reforçado com a visita, duas semanas depois da Primeira-dama americana ao país, que incluiu um encontro com Nehru (Pereira B. F., 2022, pp. 66-67).

A oposição dos EUA e por pressão deste, da Inglaterra, à continuidade de Portugal em África, vedou durante os primeiros anos da década de 60 o acesso aos tradicionais mercados de tecnologia e apoio militar a que o país tinha vindo a recorrer durante as últimas décadas. Encontrar fontes e projetos alternativos era difícil e demorado face à urgência e à conjectura.

A solução encontrada chega na forma de acordos financeiros e de defesa tanto com a França, como com a República Federal da Alemanha durante o início da década (Saial, 2012, pp. 87-88).

A França do General De Gaulle, humilhada na Indochina e envolvida num conflito na Argélia, apresentava-se ideologicamente próxima da posição ultramarina portuguesa, posição reforçada pela independência estratégica em relação à OTAN e aos EUA de que não abdicava. Este facto fez com que França se substituísse aos EUA e Inglaterra como um importante aliado comercial e fornecedor de material de guerra, com impacto direto na Armada com a vinda para Portugal das fragatas da classe *Commandant Rivière* (futura classe *Comandante João Belo*) e submarinos *Daphné* (futura classe *Albacora*). Uma vez mais a posição privilegiada dos Açores assumiu-se como moeda de troca fundamental, com a França a solicitar facilidades no arquipélago que permitissem o apoio logístico necessário ao desenvolvimento do seu programa nuclear, nomeadamente na medição do tiro e recuperação de ogivas em águas açorianas (Marcos, 2006, pp. 31-45).

Relativamente à relação diplomática com a Alemanha esta baseou-se numa necessidade estratégica de auto-preservação alemã, que Portugal soube aproveitar em seu benefício. Na iminência de um novo conflito armado em solo europeu que opusesse a URSS e a OTAN, a Alemanha Ocidental seria um dos principais campos de batalha. Os alemães sabiam-no e assim tornava-se imperioso garantir uma retaguarda que permitisse às forças alemãs recuar, reagrupar e combater, garantindo o indispensável apoio logístico. A posição geográfica de Portugal, aliado ao facto de pertencer à OTAN (ao contrário de Espanha) foi determinante para a escolha alemã. Em janeiro de 1960 aquando da visita do Ministro alemão da Defesa, Franz Josef Strauss, é assinado um acordo de defesa Luso-Germânico contendo o aprofundamento da cooperação militar

que já se estabelecera no final dos anos 50, e que muito beneficiou o esforço de guerra português durante a década seguinte (Fonseca, 2006, pp. 45-60).

3.2. Organização e infraestruturas

No caso da Armada, surgiram, ao longo da década de 50 até ao início da guerra de África, várias correntes de pensamento, que enunciaremos em seguida, sobre qual seria o melhor caminho a seguir em termos de política naval, e que Marinha era necessário edificar para fazer face aos desafios que o futuro prometia.

Três vozes se levantam acima de todas as outras na definição de uma política naval nacional independente: o Capitão-de-mar-e-guerra Armando de Reboredo e Silva²⁹, o Capitão-de-fragata Pereira Crespo e o Primeiro-tenente Saturnino Monteiro. De realçar que todos eles assumiram funções de relevo na estrutura superior da Armada ao longo das décadas seguintes pelo que não é de estranhar que muitas das ideias defendidas em diversas publicações, nomeadamente os *Anais do Clube Militar Naval* e os *Anais de Marinha*, venham a ser concretizadas futuramente.

Para o comandante Reboredo e Silva era claro que as Províncias Ultramarinas Portuguesas se encontravam ameaçadas pela marcha da História e que como tal era responsabilidade do país repensar a sua política naval de modo a adequar os meios e as capacidades às necessidades, e estar preparado se, quando e onde fosse necessário, no extenso espaço de interesse nacional. Nesse sentido publicou uma série de artigos onde expunha as suas ideias, de onde se destaca, *Um depoimento sobre Política Naval Portuguesa*, publicado em 1959 como separata aos *Anais do Clube Militar Naval*. Nesse documento defendia a necessidade de Portugal dispor de duas Marinhas, uma sustentada em meios aero-navais vocacionados para a luta A/S e que lhe permitissem garantir a sua presença no Atlântico e honrar os seus compromissos com a OTAN, e por outro lado uma Marinha pensada e adaptada a África para intervir em caso de perigo à integridade territorial das províncias ultramarinas, uma vez que estas:

²⁹ Armando Júlio Roboredo e Silva nasceu a 11 de janeiro de 1903, no concelho da Meda, na Guarda. Ingressou na Escola Naval a 23 de novembro de 1921. Entre 1961 e 1964 ocupou o cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada. Foi o responsável pela criação dos Fuzileiros em 1961.

(...) situam-se num continente onde imperam as ambições internacionais e os interesses são múltiplos, onde a evolução nativista e racista se acentua sucessiva e velozmente, bem secundada e manobrada por terceiros, necessitando de visão, acção ponderada e compreensiva para a deter, porque a marcha das sociedades humanas é impiedosa para os que se descuidam ou adormecem no caminho (Reboredo, 1959).

Para cumprir com este objetivo o Plano Naval proposto assentava em dois meios revolucionários para a realidade portuguesa, que constituiriam o centro do poder de combate e capacidade expedicionária da nova Marinha que se projetava: o porta-aviões e os fuzileiros navais.

Quanto aos primeiros a justificação para a sua aquisição era que “ainda que modestos em tonelagem e para operar somente aviões de hélice e helicópteros, são indispensáveis. Sem eles todas as Marinhas são insignificantes. É o navio polivalente e a arma número um na luta anti-submarina”. Mas para o autor o emprego do porta-aviões não se esgotava no seu empenhamento nas missões A/S da OTAN, sendo também essencial para o garante da integridade territorial do Império já que:

é também com o porta-aviões e verdadeiramente só com ele que se pode acudir rapidamente onde se torne necessário, conduzindo com carácter de certa permanência e em potência, uma força equilibrada e eficaz, que pode penetrar centenas de quilómetros pela terra dentro e apoiar desembarques e operações terrestres que não é possível em muitos casos efectuar sem o seu apoio.

Quanto à atuação em terra, que também se perspectivava indispensável, até pelo exemplo das guerras que a França tivera que lutar recentemente na Argélia e na Indochina:

(...) ponderando as suas [Ultramar] condições especiais, delas resultaria a convicção de que em vez de empolar a organização militar das províncias [...] criando e disseminando unidades militares indígenas pelo território, tendo nas fileiras muitos milhares de soldados, seria bem mais eficiente organizar e dispor convenientemente de harmonia com a corografia respectiva, um número apropriado de agrupamentos táticos, de tropas europeias selecionadas, dotadas de meios capazes de lhes assegurar grande mobilidade e poder de fogo, que lhes permitissem intervir rápida e eficazmente em qualquer ponto da sua área de acção e entreajudar-se mutuamente (Reboredo, 1959).

Estava dado o mote para a criação dos fuzileiros, peça chave no esforço de guerra português no Ultramar, com especial impacto na Guiné, onde se registaram as acções mais significativas e o seu número foi maior.

Entre 1957 e 1960 o então Comandante Pereira Crespo publica, também nos *Anais do Clube Militar Naval* uma série de artigos onde expõe a sua visão sobre o futuro da Marinha e o papel que a instituição deveria assumir na defesa do Ultramar. Logo em 1957 publica um artigo³⁰ intitulado “Esboço duma possível reorganização dos serviços de Marinha nas Províncias Africanas”, onde fala, não tanto dos meios necessários para a defesa do Ultramar, mas sim da criação de organismos e infraestruturas que permitam garantir as condições de base para que os meios possam ser operados com eficácia e eficiência.

Partindo do princípio de que o país não dispunha das condições económicas para aumentar em grande medida as despesas militares, pensamento que, como se veio a provar, se encontrava em linha com a doutrina adotada durante a guerra de reduzir ao mínimo indispensável os custos de operação, Pereira Crespo elenca uma série de medidas que julga necessárias, justificando que “depois do que se passou na Ásia e do que está ocorrendo em África, a segurança das nossas províncias africanas, que

³⁰ *Anais do Clube Militar Naval* – N.º 1 a 3 – janeiro / março 1957

englobam mais de 90% do território nacional, constitui tarefa cuja importância é desnecessário salientar”.

Das medidas apresentadas cabe destacar aquelas que efetivamente vieram a ser implementadas, com grande impacto na ação da Marinha durante a guerra.

Desde logo propõe a criação de Comandos Navais nas diversas províncias, que dependeriam diretamente do Estado-Maior da Armada. Esses comandos teriam por missão:

- a) Assegurar a defesa da costa, portos e rios e canais navegáveis;
- b) Cooperar com o Exército e a Aviação na segurança do território;
- c) Comando operacional na área que lhes fosse atribuída.

O oficial de Marinha que fosse nomeado Comandante Naval de determinada província acumularia também o cargo de Chefe do Departamento Marítimo, análogo a um Capitão de Porto, com responsabilidades “de inscrição marítima, fiscalização das marinhas de comércio e de pesca e de outras atividades marítimas, polícia dos portos, pilotagem, etc” ou seja, tudo o que fosse relacionado com o fomento marítimo da sua área de responsabilidade. Neste âmbito ficaria na dependência direta do Governador da Província.

Os Comandos Navais seriam compostos por diversas forças e serviços:

- a) Forças navais que lhe fossem atribuídas;
- b) Comandos das Defesas Marítimas dos Portos;
- c) Companhia de Marinheiros Africanos;
- d) Serviço de Comunicações;
- e) Serviço de Hidrografia;
- f) Serviço de Faróis e Balizagem;
- g) Serviço Fabril;
- h) Serviço de Abastecimentos;

Destes há a realçar pela sua importância na condução das operações durante a guerra, o Comando de Defesa Marítima, o Serviço de Comunicações e os Serviços Fabris.

O Comando de Defesa Marítima seria responsável pelos “serviços de controle naval de navegação, postos de controle, defesas fixas, forças navais e outros elementos que lhe fossem atribuídos, competindo-lhe também o registo de embarcações e outro material que pudesse haver vantagem em mobilizar para o serviço da Armada”.

Por seu lado do Serviço de Comunicações “abrangeria e centralizaria todos os sistemas de comunicações necessários à ligação das unidades e serviços do Comando Naval e à ligação [do Comando Naval] com o Estado-Maior da Armada e outros organismos do Ministério da Marinha”, e teriam como valências a radiodifusão de informações meteorológicas e de avisos aos navegantes, assistência radiogoniométrica e de uma maneira geral assistência a toda a navegação aérea e marítima, militar ou mercante.”

Quanto aos Serviços Fabris teriam a seu cargo a manutenção do material dos Comandos Navais e dos Departamentos Marítimos e seriam organizados de maneira a poderem apoiar, na medida do possível, os navios da Armada que estacionassem na Província ou que escalassem os seus portos.

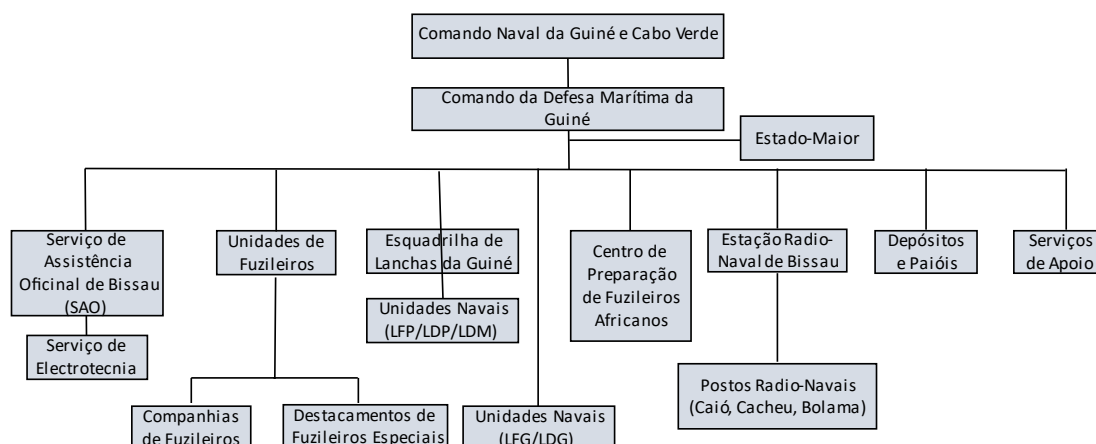


Figura 4 - Organograma do Comando Naval da Guiné e Cabo Verde. Autoria do autor.

A 3 de dezembro de 1958, sensivelmente dois anos após a publicação do artigo do Capitão-tenente Pereira Crespo é publicado no Diário do Governo, I Série n.º 262, os Decretos-Lei n.º 41987 e 41990, que, respetivamente, definem as missões e

incumbências, e criam os Comandos Navais, Comandos de Defesa Marítima e Comandos de Defesa dos Portos das Províncias Ultramarinas.

No caso em estudo, a Guiné, é criado o Comando Naval de Cabo Verde e Guiné, com sede no Mindelo, Ilha de São Vicente em Cabo Verde, e o Comando da Defesa Marítima da Guiné, com sede em Bissau, que seriam ativados em 1959. Em 1967 é publicado novo Decreto-lei³¹ que introduz algumas alterações à organização estabelecida antes da guerra “de acordo com os ensinamentos dados pela experiência”. Assim o Comando Naval de Cabo Verde e Guiné é substituído pelo Comando Naval de Cabo Verde, ficando a Guiné apenas com o Comando de Defesa Marítimo respetivo. Não sendo especificado no diploma referido quais as razões que levaram a esta alteração, face às características eminentemente fluviais e costeiras das operações registadas na Guiné, afigura-se como provável que, não havendo atividade oceânica que o justificasse, se tenha optado pela reestruturação acima referida numa lógica de eficiência de recursos, dando ao mesmo tempo maior autonomia ao CDM para conduzir as suas operações no TO.

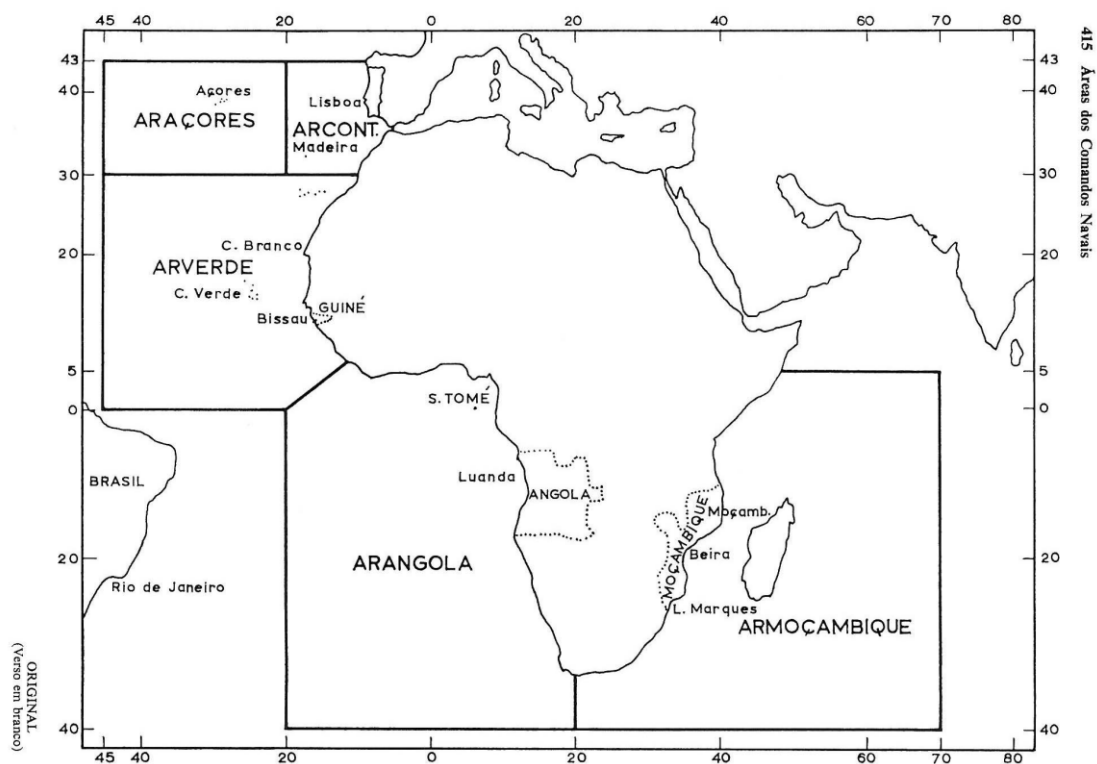


Figura 5 - Áreas de Responsabilidade dos diversos Comandos Navais

³¹ Decreto-Lei n.º 47815, de 26 de julho de 1967.

Este último tinha como unidades subordinadas os “Comandos das Defesas Marítimas dos Portos da Guiné, as unidades navais que lhes fossem atribuídas, os centros de controlo naval e de relatos da navegação, os serviços a criar de acordo com as necessidades identificadas para a província [não especificando quais], os centros de recrutamento e instruções, destinados a recrutar e a instruir, para o serviço da Armada, os naturais ou residentes nas mesmas províncias ultramarinas e as estações e postos radionavais³² instalados na província”.

A prioridade inicial vai para a construção das novas instalações, dada a singeleza das existentes, especialmente a construção da Estação Radionaval de Bissau³³, que seria inaugurada em maio de 1961, dos Serviços de Assistência Oficial (SAO), e do edifício para o Comando da Defesa Marítima da Guiné, também em Bissau (Telo, 1999, p. 578).



Figura 6 - Porta de armas das Instalações Navais de Bissau (anos 60)

As semelhanças ao proposto por Pereira Crespo são óbvias e notórias.

Peças fundamentais na arquitetura de comunicações entre o Ultramar e a Metrópole que se estava a edificar na dependência da Marinha a partir do final dos anos 50, e cuja conclusão ocorrerá entre 1960-1963, as Estações e Postos Radionavais assumiram uma importância capital no decorrer da guerra.

³² De acordo com o Decreto-Lei n.º 41521, de 5 de fevereiro de 1958, definia-se como Estação Radionaval “as instalações radioelétricas que constituem unidades independentes, com lotação própria, destinadas ao serviço de comunicações ou de radioajudas” e um Posto Radionaval “as instalações radioelétricas que, funcionando como anexos de unidades ou estabelecimentos de Marinha, não constituem organismo independente com lotação própria e se destinam ao serviço de comunicações.”

³³ Portaria n.º 18498, de 30 de maio de 1961.

Nas palavras do Contra-Almirante Leiria Pinto, reproduzidas na *Revista da Armada* de agosto de 2010:

Foi um esforço técnico e logístico verdadeiramente ciclópico pôr em funcionamento e assegurar a manutenção de todos estes pólos de comunicação, muitos deles a trabalhar 24 horas por dia, a milhares de milhas de distância de Lisboa. Note-se que a maioria foi criada no curtíssimo espaço de dois anos (1960 a 62). Toda esta rede de comunicações constituiu uma peça imprescindível para a operacionalidade dos meios navais, por vezes dos outros Ramos das Forças Armadas e até dos Comandos-Chefes e dos Governos Ultramarinos (Pinto J. L., 2010).



Figura 7 - Interior das Instalações Navais de Bissau (anos 60)

Na Guiné esta rede era constituída por uma Estação (Bissau) e 3 Postos (Caió³⁴, Bolama e Cacheu³⁵), que garantiam a cobertura do território.

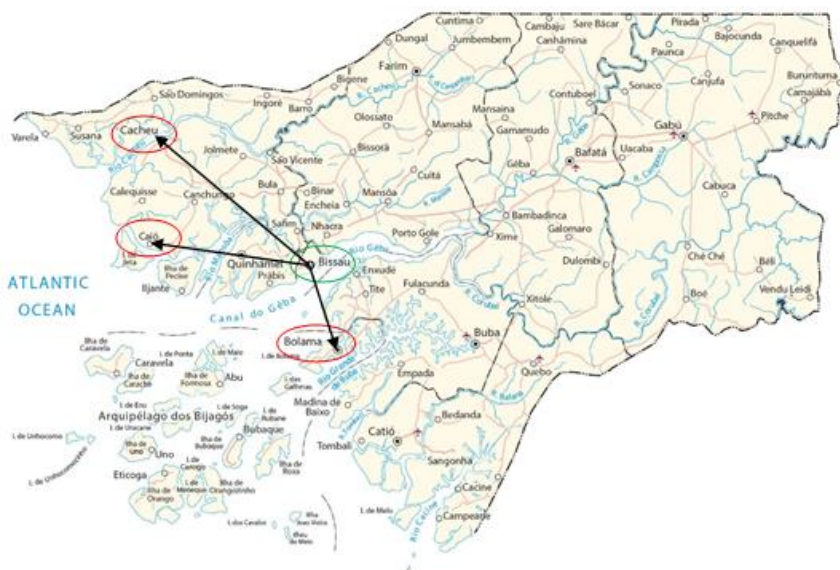


Figura 8 - Rede de Comunicações Radionavais na Guiné. Autoria do autor.

Quando em 1959 é cativado o Comando da Defesa Marítima da Guiné, o Serviço de Assistência Oficial que organicamente tinham na sua dependência, resumiam-se, na descrição feita pelo Almirante Luiz Mesquita Dias, seu primeiro responsável, a John P. Cann em 2003, como sendo:

(...) dois velhos e decrépitos planos inclinados e um edifício de 900 metros quadrados. As calhas estavam em más condições e necessitavam de reparação urgente. A potência para operar a máquina dos carris provinha de um bloco manual e sistema de força com a ajuda ocasional de um jeep. (Cann, 2009)

Esta situação arrastou-se até 1963, mas nesse ano, com o eclodir da guerra e o conseqüente reforço de meios navais no território, tornou-se da maior urgência proceder às obras que dotassem o estaleiro das capacidades necessárias para garantir a manutenção e reparação da esquadra que se estava a formar.

Em 1965 o estaleiro contava já com 4 mil metros quadrados cobertos, e uma força de trabalho em número e com a formação suficiente para responder às necessidades. De realçar que o aumento do pessoal foi conseguido recorrendo a mão

³⁴ Portaria n.º 19199, de 24 de maio de 1962.

³⁵ Portaria n.º 20355, de 1 de fevereiro de 1964.

de obra local, formada nas escolas técnicas de Bissau e recrutada para serem aprendizes dos trabalhadores mais velhos nas várias especialidades, como soldadura, reparação de motores e caldeiras, carpintaria naval, sistemas elétricos e eletrónicos, etc.

Em alturas de maior atividade operacional o SAO trabalhava 24 horas por dia, 7 dias por semana para garantir a operacionalidade da esquadra, tendo tido também um papel de extrema importância na adaptação das várias classes de lanchas às especificidades operacionais da Guiné, assunto a que voltaremos mais à frente neste capítulo.

Nas instalações físicas do SAO estava localizado o Serviço de Eletrotecnicia (SEL), chefiado por um Primeiro-tenente especializado em eletrotecnicia, que dispunha de uma equipa de artífices radioelectricistas responsáveis pelo apoio às as unidades navais em áreas relacionadas com eletricidade e eletrónica.

Só a título de exemplo da importância que esta infraestrutura adquiriu no esforço de guerra na Guiné, cumpre dizer que no caso das LDG, sob as quais recaía grande parte do apoio logístico e transporte às unidades de quadricula do Exército, caso a sua manutenção falhasse esse mesmo sistema poderia entrar em rutura e colapsar, pondo em causa a própria sustentação da guerra. Para que tal não acontecesse foi montada um ciclo de manutenção ternário, muito comum na atualidade, mas inovador à data. O sistema consistia em ter uma LDG permanentemente operacional para assegurar as suas importantes funções, uma segunda pronta em reserva operacional



para

Figura 9 - Fotografia aérea do Serviço de Assistência Oficial (anos 60)

acudir a qualquer solicitação extra e uma terceira imobilizada em reparação. Este ciclo permitia a rotação dos três navios pelas várias fases a cada dois meses, mantendo-se assim uma elevada taxa de operacionalidade (Duarte & Neves, 2018, p. 103).

Em 1961 é também criada, por Portaria do Ministério da Marinha³⁶, a Esquadilha de Lanchas de Fiscalização da Guiné (ELFG), cujo comando seria exercido pelo comandante da Defesa Marítima da Guiné, e que contaria com um Chefe do Estado-maior que seria um Primeiro-tenente. A nova esquadilha teria a seu cargo as lanchas que fossem atribuídas ao território. Em 1962 é publicada nova Portaria do Ministério da Marinha³⁷, que revoga a anterior e que estabelece que o comando da Esquadilha passaria a ser exercido por um Primeiro-tenente que teria a cargo “as unidades navais que para esse fim forem designadas pelo chefe do Estado-Maior da Armada”. Trata-se de uma simplificação da estrutura organizacional, em que se elimina o cargo de chefe do estado-maior da esquadilha e se termina a acumulação de funções do Comandante de Defesa Marítima e Comandante da Esquadilha de Lanchas, passando o comandante desta última, agora um Primeiro-tenente, a estar na dependência hierárquica do primeiro.

De salientar, no entanto, que a ELFG apenas integrava as LFP, LDP e LDM, permanecendo as LFG e LDG, comandadas também por Primeiro-tenentes, na dependência direta do CDMG³⁸ (Duarte & Neves, 2018, p. 99).

A esquadilha assumirá ao longo da guerra um papel importante na organização do dispositivo naval da Marinha na Guiné, principalmente na organização de comboios fluviais, tema a que voltaremos mais à frente no trabalho.

³⁶ Portaria n.º 18 492, de 29 de maio de 1961.

³⁷ Portaria n.º 19 363, de 25 de agosto de 1962.

³⁸ Na sua máxima extensão, a ELFG chegou a ter na sua dependência 29 lanchas de variada tipologia.



Figura 10 - Localização das Instalações Navais em Bissau

Como referido, ao longo da guerra muitas das ideias atrás elencadas foram sendo implementadas, completa ou parcialmente, por força do seu mérito próprio, mas também porque os seus proponentes ascenderam durante a década seguinte aos mais altos cargos de comando da Marinha e das Forças Armadas. Não é de estranhar, contudo, que ao longo dos 13 anos de guerra vão surgindo novos artigos com propostas novas ou com o intuito de aperfeiçoar e adequar o conceito teórico construído inicialmente com base em experiências externas, à experiência concreta portuguesa.

Neste âmbito é interessante analisar um artigo de 1967 publicado nos *Anais do Clube Militar Naval* da autoria do Capitão-tenente Turíbio Abreu e intitulado “Infraestruturas Navais no Ultramar” em que este, reconhecendo logo na abertura a “pouca experiência inicial da Armada relativamente a esta nova Marinha de lanchas e fuzileiros e aos seus problemas administrativos” se propõe a “compilar alguns elementos para a dedução de regras gerais relativas à construção” e organização dos Pontos de Apoio Naval (PAN)³⁹ que deveriam ser construídos, regras essas que foram

³⁹ O autor define no próprio artigo Ponto de Apoio Naval como sendo o “conjunto das infraestruturas navais situadas numa mesma localidade, seja qual for a dimensão ou capacidade”.

sendo definidas empiricamente nos primeiros anos da guerra com base na experiência do terreno, mas que necessitavam de harmonização e sistematização (Abreu T. , 1967, pp. 427-436).

Em termos de infraestruturas, na opinião do autor, um PAN deveria ser constituído genericamente, e independentemente da sua dimensão por:

- a) Edifício de Comando;
- b) Complexo Ofical;
- c) Depósitos e Paióis;
- d) Estação Radionaval;
- e) Instalações de Saúde;
- f) Paio de Munições e Escotaria;
- g) Parque de Viaturas;
- h) Arrecadações;
- i) Alojamentos;
- j) Instalações Desportivas;
- k) Cantina;
- l) Instalações Portuárias;
- m) Diversos;

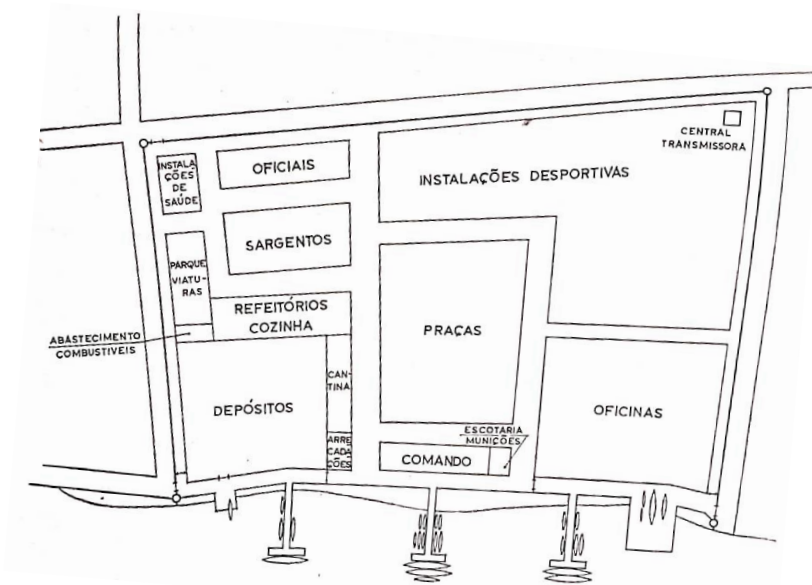


Figura 11 - Proposta de esquema de um Ponto de Apoio Naval. Adaptado de (Abreu T. , 1967).

3.3. Missões e Incumbências

Definida a estrutura e orgânica julgada adequada para a guerra que se aproximava, havia também que definir as missões e incumbências da Marinha numa tipologia de conflito que nunca enfrentara anteriormente.

Num segundo artigo, datado de 1960, também nos *Anais do Clube Militar Naval*, Pereira Crespo, agora já capitão-de-fragata, incide sobre “As missões das Forças Navais na guerra Revolucionária”, começando logo por reconhecer, “cuja importância na situação internacional criada depois da última Guerra Mundial tem crescido gradualmente”.

O autor parte depois para uma caracterização da guerra revolucionária, princípios, métodos, gênese e evolução, desde pequenos grupos relativamente desorganizados, a exércitos regulares, dando como exemplo a guerra da Indochina.

Reconhecendo que uma vez que uma guerra generalizada no contexto da Guerra Fria apenas poderia redundar numa guerra nuclear, o autor identifica imediatamente a guerra revolucionária como o único processo ao alcance dos dois blocos em contenda para alterar a relação de forças existente, as chamadas guerras por procuração, já que “a mudança de régimen, capitalista para comunista ou comunista para capitalista (...) uma radical mudança da política externa do país em que essa mudança ocorrer, que corresponde a uma adesão ao bloco contrário e que a perda de territórios ultramarinos origina, em maior ou menor grau, um apreciável enfraquecimento dos países em que esses territórios estavam integrados”, ou promover o alinhamento desses territórios ao bloco contrário após a independência.

Com base no exemplo dos conflitos da França na Argélia o autor identifica três razões para as recentes guerras revolucionárias terem tido um curso favorável aos países designados “orientais”, como a URSS e seus satélites, a China, a Ásia não alinhada ou alinhada com a doutrina comunista e África, nomeadamente, a falta de unidade política nos países do bloco ocidental, a impreparação política para fazer face às Guerras Revolucionárias, eminentemente políticas e ideológicas, e a impreparação militar para combater em guerras não convencionais.

Quanto à impreparação militar ocidental para combater uma guerra revolucionária, o ponto que verdadeiramente nos interessa, o autor apresenta como razões o facto de após o término da guerra de 1939-45 os países ocidentais terem construído as suas Marinhas, Forças Aéreas e Exércitos para desempenharem missões idênticas às que tinham desempenhado na guerra que findara, apenas atualizando a tecnologia do equipamento e as táticas, técnicas e procedimentos para o seu emprego operacional.

Contudo, os maiores desafios aos quais os países ocidentais tiveram que responder no pós II Guerra Mundial, não foram guerras convencionais, que estavam altamente restringidas pelo perigo de uma escalada nuclear, mas sim guerras revolucionárias ou subversivas, ditas não convencionais, em suma, as guerras por procuração. Nestes casos verificava-se amiúde que, ou os países ocidentais não dispunham de meios militares suficientes nas suas colónias para fazer face à insurreição, por o grosso do seu efetivo se encontrar localizado na Europa, ou os meios de que dispunha eram desadequados para o género de operações que se desenvolviam.

Para isso contribuía quatro ordens de fatores:

- a) Inexistência de meios suficientes convenientemente localizados no início das operações;
- b) Unidades mal estruturadas e inadequadamente armadas para levar a cabo as operações especiais da Guerra Revolucionária;
- c) Emprego de processos táticos incorretos;
- d) Pessoal deficientemente preparado, do ponto de vista físico, moral e militar, para as missões que tinha que desempenhar;

Quanto à tipologia de missões que as forças navais deveriam ter na guerra revolucionária, na visão deste oficial, seriam da seguinte natureza:

- a) Fiscalização das fronteiras marítimas e fluviais para evitar o contrabando de armas e o movimento dos rebeldes;
- b) Transporte e reabastecimento das forças terrestres por via marítima e fluvial;
- c) Apoio artilheiro e aéreo, às operações realizadas na zona do litoral;

- d) Operações de polícia no litoral marítimo e fluvial;
- e) Manutenção de comunicações marítimas e fluviais seguras para utilização da população civil;
- f) Colaboração com as forças terrestres nas operações realizadas em terra;

No caso da fiscalização e policiamento das fronteiras marítimas e fluviais, uma das funções mais importantes que a Marinha Portuguesa acabaria por desempenhar em África, com assinalável sucesso em algumas zonas como o rio Zaire, na fronteira norte de Angola (Cann, 2009, p. 130), Pereira Crespo indica como ideal a utilização de unidades de pequena tonelagem como lanchas ou vedetas, juntamente com unidades de infantaria devidamente treinadas nas operações terrestres e sempre prontas a desembarcar, a que o autor chama “comandos”, certamente por inspiração britânica ou francesa mas que na terminologia portuguesa acabariam por ser nomeados, aquando da sua criação, por fuzileiros.

Uma vez mais se revela uma grande acuidade na análise face ao que posteriormente se viria a verificar no terreno.

De facto, as alterações que foram sendo feitas na organização das forças, meios e infraestruturas, e também na própria estrutura orgânica das Forças Armadas, ao longo dos anos da guerra, revelam uma preocupação geral, tantos dos oficiais dos três ramos como do governo, em adequar o esforço de guerra à realidade no terreno, acompanhando a evolução do conflito, notando-se uma grande diferença entre o que inicialmente fora pensado e edificado para fazer face à insurreição nas províncias ultramarinas com o que encontramos estabelecido no final da guerra.

A publicação do Decreto-Lei n.º 49 107, de 25 de junho de 1969, é prova disso mesmo, referindo no seu preâmbulo que “a experiência adquirida em [à data] oito anos de operações militares no Ultramar aconselha a que sejam efetuadas algumas alterações nas estruturas de comando por forma a obter uma melhor adaptação do emprego dos meios militares à evolução da subversão e uma mais completa e estreita colaboração entre comandos militares e autoridades administrativas no esforço comum”.

Este importante diploma reconhece, não só que para combater uma guerra subversiva do género da que se estava a desenrolar nas Províncias Ultramarinas Portuguesas, o comando das forças militares deveria ser unificado, reconhece também um conceito que hoje poderíamos designar por “comando holístico” mas que na altura ainda não se encontrava implementado na doutrina militar: a necessidade da união, ou pelo menos, grande articulação entre as autoridades civis e militares, aspeto em que o General António Spínola foi pioneiro na sua ação de comando enquanto Governador e Comandante-Chefe da Guiné (Pires, 2014, pp. 186-187).

No caso da Guiné, à medida que a guerra vai evoluindo e intensificando, vão também sendo feitas significativas alterações à organização inicialmente definida. A título de exemplo há a notar as sucessivas alterações à lotação do Comando de Defesa Marítima da Guiné⁴⁰, que passa de 47 militares (3 oficiais, 10 sargentos e 34 praças) em 1960 para 288 (32 oficiais, 44 sargentos e 212 praças) em 1973, aos quais acresciam duas companhias de fuzileiros⁴¹ e um destacamento de mergulhadores-sapadores⁴² como parte da lotação normal aprovada.

Fica pois, uma vez mais provado que a ação da Marinha na guerra constituiu-se, como é natural, como um exercício de aperfeiçoamento e evolução contínua, em que os oficiais que foram cumprindo as suas comissões no Ultramar desempenharam, com a sua experiência prática, um papel determinante na adaptação das infraestruturas, meios, táticas, técnicas e procedimentos à realidade e dificuldades encontradas em cada um dos três teatros de operação.

3.4. A Reserva Naval

Também em termos de quadros de pessoal os anos 50 vêm trazer uma profunda reorganização da Armada. No âmbito do objeto do presente trabalho, interessa-nos olhar para a criação da Reserva Naval (RN), quadro de oficiais que veio a assumir bastante relevância no contexto da guerra fluvial que se viria a desenrolar na Guiné, sendo deste quadro muitos dos comandantes das lanchas, principalmente das LFP, que

⁴⁰ Portaria n.º 18066, de 16 de novembro de 1960.

⁴¹ Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Ministro do Ultramar, de 24 de abril de 1970.

⁴² Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Ministro do Ultramar, de 11 de julho de 1973.

operaram nesse TO, bem como os imediatos e restantes oficiais dos Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE) e Companhias de Fuzileiros (CF).

A criação da RN parte da necessidade identificada de “modificar a legislação respeitante às reservas da Marinha, para que elas possam corresponder às atuais necessidades da Armada”⁴³. Neste diploma são criados quatro tipos de reserva (da Armada, Naval, Marítima e Legionária), sendo a Naval constituída “pelos indivíduos que frequentando ou tendo frequentado cursos das escolas superiores⁴⁴ tecnicamente adequados aos serviços e especialidades da Armada, tenham nela prestado serviço militar e recebido, de acordo com as suas habilitações, instrução que lhes permita servirem como oficiais, em caso de mobilização”.

Os oficiais da RN estavam organizados em cinco classes, correspondentes ao tipo de formação e funções a que se destinavam, sendo elas: Marinha, Engenheiros Construtores Navais, Saúde Naval – médicos e farmacêuticos navais, Engenheiros Maquinistas Navais, Administração Naval, Fuzileiros e Técnicos Especialistas, a serem recrutados de entre os mancebos destinados pelo Exército ao curso de oficiais milicianos, comunicando a Armada a este ramo, quais os quantitativos de que necessitava e os pré-requisitos necessários, sendo dada preferência a quem fosse voluntário, possuísse conhecimentos náuticos, como carta de patrão de costa ou de alto mar, e quem possuísse melhores habilitações escolares. Depois de incorporados, os novos cadetes frequentariam um Curso Especial de Oficiais da Reserva Naval, que seria dividido em dois ciclos, com uma duração total de 6 meses, após o que jurariam bandeira, seriam promovidos a Aspirante-a-oficial e integrariam um dos serviços da Armada.

Entre 1958 e 1974 realizaram-se, na Escola Naval, 25 Cursos de Formação de Oficiais da Reserva Naval (CFORN) em que foram formados 1712 oficiais da Reserva Naval.

⁴³ Decreto-Lei n.º 41399, de 26 de novembro de 1957.

⁴⁴ Nomeadamente a Faculdade de Ciências; a Faculdade de Engenharia e o Instituto Superior Técnico – cursos de Engenharia Civil, Mecânica, Eletrónica, Química Industrial e Máquinas; a Faculdade de Medicina; Escolas de Farmácia; Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e Faculdade de Economia – cursos de Ciências Económicas e Financeiras, Economia e Finanças.

Em finais de 1974, o quadro de oficiais da Armada totalizava 1711 oficiais dos quais 412 pertenciam à Reserva Naval, o que representava cerca de 24% do total⁴⁵ (Costa & Machado, Anuário da Reserva Naval 1958-1974, 1992, p. 67 e 141).

3.5. Os meios

Não só as áreas organizacional e doutrinária foram alvo das atenções dos oficiais da Armada durante os anos que antecederam o início da Guerra. Surgiram também uma profusão de artigos e ideias sobre a aquisição de novos meios e a edificação de capacidades novas para a Marinha que permitissem acompanhar as inovações que já se faziam sentir noutras marinhas congéneres e também adaptar os meios aos fins que se perspetivavam para o Ultramar. Desses há a destacar três medidas que nos parecem mais relevantes e reveladoras do espírito transformador que então se vivia. A aquisição de novas tipologias de navios, a criação dos mergulhadores-sapadores e dos fuzileiros.

O então Primeiro-tenente Saturnino Monteiro é autor de um curto artigo nos *Anais do Clube Militar Naval* intitulado “Canhoneiras para o Ultramar”⁴⁶ em que analisa a presença recente da Marinha no Ultramar, diagnostica a necessidade urgente de substituição dos velhos navios que aí prestam serviço e propõe quais, na sua opinião, deveriam ser as características de um novo “aviso” que assumisse essas funções (Monteiro, 1958, pp. 491-495).

O autor começa por discordar da opinião dos que defendem que os antigos avisos deveriam ser substituídos por fragatas e patrulhas, que na sua opinião seriam desnecessariamente complexos e onerosos para o tipo de missão que se lhes previa atribuir, pois acarretavam uma grande despesa de pessoal e manutenção, e pela sua

⁴⁵ Durante todo o período da guerra houve apenas um oficial da Armada morto em combate nos três TO em África. Tratou-se do subtenente fuzileiro da Reserva Naval, Apolónio Piteira, morto no leste de Angola em junho de 1973.

⁴⁶ A “Diplomacia da Canhoneira” foi uma prática atribuída primeiramente a Henry John Temple, estadista britânico que dominou a política externa do Reino Unido em meados do século XIX. O conceito foi mais tarde teorizado por James Cable como “o uso ou a ameaça de uso de força naval limitada, sem ser como um ato de guerra, a fim de assegurar uma vantagem ou evitar uma perda, quer no âmbito de um litígio internacional, quer contra cidadãos estrangeiros no território ou na jurisdição do seu próprio Estado”, e constituiu-se como um poderoso instrumento ao serviço dos Impérios Coloniais a partir da segunda metade do século XIX. Do ponto de vista dos navios, as canhoneiras caracterizavam-se por serem navios de guerra relativamente pequenos, adaptados aos baixos fundos e águas restritas, mas com grande capacidade de artilharia e poder de fogo.

dimensão teriam uma “maior dificuldade em entrar em numerosos portos pequenos onde tantas vezes os chamaria a necessidade do Serviço”.

Por outro lado, navios excessivamente pequenos também não serviriam porque necessitariam de facilidades em terra que o Ultramar não possuía, e que não se previa que fossem construídas a breve trecho por escassez de recursos, e porque não poderiam navegar durante todo o ano, em quaisquer condições meteo-oceanográficas, o que os impediria de fazer as travessias oceânicas necessárias para transitar de uma Província para outra em caso de necessidade.

Com base nos argumentos anteriormente expostos o autor parte então para a descrição do navio que considera ideal para o serviço ultramarino. Esse navio devia deslocar entre mil e mil e quinhentas toneladas, medir cerca de 80 metros de comprimento, uma guarnição de cerca de 100 homens, e um calado que fosse o mínimo compatível com a necessidade de realizar grandes travessias oceânicas com qualquer tempo.

Em termos de armamento deveria ter uma peça de 100mm (*dual-purpose*), uma peça anti-aérea de 40mm com reparo duplo, e duas metralhadoras pesadas em casamatas blindadas. Também deveriam ser equipadas com calhas para lançamento de minas e capacidade para receber e transportar um helicóptero.

Como propulsão deveria ter motores a diesel por não se exigirem grandes velocidades, pela economia de consumo, pela necessidade de menos pessoal para a sua condução, por permitirem um aprontamento rápido para largar para o mar e pelos combustíveis serem de fácil aquisição mesmo em portos secundários.

Em termos de quantitativos, aponta oito para distribuir pelas várias províncias, avançando que idealmente deveriam ser projetados e construídos em Portugal, em dois lotes de quatro.

A pertinência deste artigo, prende-se, como os anteriores, pela assinalável lucidez e visão que demonstra, uma vez que sensivelmente uma década depois, já com a guerra a decorrer em pleno nos três teatros de operações, é adjudicada pela Marinha o desenho e construção das corvetas das classes *João Coutinho* e *Baptista de Andrade*,

cujas características, propósito e quantidade são em muito coincidentes com o proposto pelo Primeiro-tenente Saturnino Monteiro.

Por detrás destas conceções estão as experiências já então plenamente conhecidas e estudadas da Coreia, Argélia, Indochina e Malásia. Não estranha, pois, que muita da doutrina, táticas, técnicas, procedimentos e meios propostos pelos oficiais portugueses sejam resultado do estudo desses exemplos, e que na génese das novas capacidades propostas estejam oficiais enviados para frequentar cursos, estágios ou como observadores para campos de treino e bases francesas e britânicas.

Como exemplo temos o relato da visita ao Centro de Instrução de Operações Anfíbias (CIOA) de Arsew, na Argélia, em fevereiro de 1955, pelo Comodoro Fernando Quintanilha, futuro Ministro da Marinha, no âmbito de um estágio da OTAN, onde o autor relata a sua experiência tecendo várias considerações sobre a importância que as operações anfíbias tinham tido ao longo da História, desde a Antiguidade Clássica, mas principalmente a importância adquirida ao longo dos conflitos do século XX, desde os convencionais, como as duas guerras mundiais, às guerras revolucionárias em curso, o que muito tinha contribuído para o desenvolvimento desta capacidade em vários países aliados. (Quintanilha, 1955, pp. 47 - 52).

Outro exemplo é o relato do curso de mergulhador-sapador frequentado em 1959 em Portsmouth, Inglaterra, durante 16 semanas, pelo então segundo-tenente Alpoim Calvão, e que permitiu, aquando do seu regresso a Portugal, criar na Marinha Portuguesa essa capacidade até então inexistente. De assinalar a especial relevância desta capacidade durante a guerra, principalmente na Guiné, tanto em termos defensivos, pois a determinada altura do conflito a Marinha viu-se confrontada com a ameaça de minas fluviais, lançadas para interditar os rios à navegação das lanchas portuguesas, mas também em termos ofensivos, como no planeamento da operação “Mar Verde” em que esteve prevista a utilização de minas-lapa no casco das lanchas do PAIGC, manobra que não chegou a acontecer⁴⁷ (Calvão, O corpo de mergulhadores sapadores, 1960, pp. 55-58).

⁴⁷ No decorrer da ação as lanchas acabaram por ser inutilizadas pelos militares portugueses recorrendo a granadas de mão e a armamento portátil.

A classe de mergulhadores acabará por ser criada pelo Decreto-Lei n.º 43515 de 24 de fevereiro de 1961, com um quadro 45 homens (6 sargentos e 39 praças) e regulamentada pela Portaria n.º 18314 de 11 de março seguinte.

A portaria define dois ramos para a nova classe – mergulhadores-sapadores e mergulhadores-normais⁴⁸

Os mergulhadores-sapadores teriam como atribuição:

- a) Participar nas ações, de carácter defensivo e ofensivo, próprias da guerra de minas e da sabotagem submarina;
- b) Inspeccionar e proceder à rocega das obras vivas dos navios e efetuar os trabalhos de defesa de portos e de limpeza de praias, especialmente quando envolvam trabalhos submersos;
- c) Conduzir e manter os engenhos utilizados nas ações de sabotagem submarina;
- d) Cooperar no serviço de salvação em conformidade com as suas possibilidades;

Por seu lado, os mergulhadores-normais teriam como responsabilidades:

- a) Prestar assistência aos navios, procedendo a reparações e inspeções de querena, veios e hélices;
- b) Prestar assistência em todo o serviço que diga respeito à salvação, colaborando, nomeadamente, na recuperação de naufragados, na assistência dos submersíveis e na reflutuação de navios;
- c) Proceder à remoção de obstruções em locais de passagem da navegação e a trabalhos portuários;
- d) Ministrando instrução do material e equipamento próprios da atividade do seu ramo;

⁴⁸ Na organização atual dos Mergulhadores da Marinha esta tipologia de missão seria, grosso modo, desempenhada pelo Destacamento de Mergulhadores-Sapadores n.º1 e n.º2, respetivamente.

A partir de 1967 é atribuída uma secção de mergulhadores-sapadores ao TO da Guiné, em resposta ao início da utilização de minas fluviais pelo PAIGC, caso único nos três teatros de operações (Cann, 2009, p. 194).

3.5.1. O ressurgimento dos Fuzileiros

De todas as novas capacidades edificadas pela Armada no contexto da sua preparação para a Guerra de África, talvez a mais revolucionária e determinante para o Teatro de Operações da Guiné foi a criação do Corpo de Fuzileiros, força especial que na Guiné teve o seu palco de atuação mais difícil, mas também o mais adequado às suas características particulares (Hortelão, Baêna, & Sousa, 2012, p. 53).

Não se considera necessário nem oportuno aprofundar toda a história da refundação dos fuzileiros na Marinha, uma vez que essa matéria já foi profusamente tratada em diversas publicações ao longo dos últimos anos, de onde se destaca a monumental obra em quatro volumes do Comandante Luís Sanches de Baêna⁴⁹, mas também as obras do Comandante John P. Cann⁵⁰, ou de Al. J. Venter⁵¹.

Contudo, a importância das ações que as Companhias de Fuzileiros (CF), mas principalmente os Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE) levaram a cabo durante toda a guerra, especialmente na Guiné, torna incontornável a alusão, mesmo que breve, à sua história, “factos e feitos”, num trabalho desta natureza.

Em outubro de 1958, no rescaldo da independência da Guiné-Conacri de França, antecipando que esse facto traria a breve trecho dificuldades para o território da Guiné Portuguesa, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas pede ao Estado-Maior da Armada que a “Marinha faça uma análise dos meios marítimos e fluviais localmente existentes a fim de se estudar as possibilidades de cooperação terrestre quer em serviços para transportes, reabastecimentos e evacuações, quer em patrulhamentos” (Baêna, 2006, p. 19).

⁴⁹ Baêna, L. S. (2006). *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África – 1961/1974* (Vol. I a IV). (C.C. Marinha, Ed.) Lisboa: Edições Inapa.

⁵⁰ Cann, J. P. (2016). *The Fuzileiros – Portuguese Marines in África – 1971-1974*. Solihull, West Midlands: Helion & Company Limited.

⁵¹ Venter, A. J. (2013). *Portugal's Guerrilla Wars in Africa – Lisbon Three Wars in Angola, Mozambique and Portuguese Guinea (1961.1974)*. Solihull, West Midlands: Helion & Company Limited.

Já em 1960, desta vez pela pressão dos acontecimentos no Congo Belga sobre a Província de Angola, o então Subchefe do Estado-Maior da Armada, comodoro Roboredo e Silva, propõe a criação de uma força de marinheiros, destinado a operações de comandos e desembarques.

Reboredo e Silva e Pereira Crespo, que como referido anteriormente, se tinham vindo a consolidar como duas das vozes mais ativas e reformistas nos anos anteriores à guerra, acreditam que uma força da tipologia dos fuzileiros é a ideal para o tipo de operações que a Marinha terá que executar no Ultramar. A este facto não será alheio a experiência do Reino Unido e de França ao longo dos anos 50 na Indochina e Malásia, à qual os oficiais portugueses estavam atentos.

Segundo António José Telo, a ideia gerou controvérsia no seio do Estado-Maior da Armada, por alguns quadrantes considerarem que a Marinha não estava preparada para conduzir operações em terra, e por se acreditar que a criação de uma nova força com estas características se iria constituir como mais um polo de dispersão do sempre magro orçamento de defesa. Outros havia que defendiam exatamente o oposto, acreditando que a criação da capacidade traria consigo um obrigatório reforço de verbas (Telo, 1999, p. 550).

O segundo grupo, do qual fazia parte Reboredo e Silva, conseguiu persuadir o Chefe do Estado-Maior da Armada dos méritos da sua proposta, e assim, em 20 de abril de 1960 é exarado um despacho pelo Vice-Almirante Guerreiro de Brito que reconhece a necessidade da criação da especialidade de Fuzileiros Navais atendendo à “atual situação nas nossas Províncias Ultramarinas e a época cada vez mais técnica que atravessamos” (Baêna, 2006, p. 20).

Imediatamente começam os trabalhos para se identificar qual o melhor modelo a seguir, britânico ou francês, tendo a escolha recaído sobre os *Marine Commandos* da Marinha Real Britânica.

O sentimento de urgência face aos acontecimentos em África terá tido um peso considerável na escolha, uma vez que o curso no *Infantry Training Centre Royal Marines* era consideravelmente mais curto e condensado do que na *École des Fusiliers*, o que permitia acelerar o processo de edificação da nova capacidade.

Contudo, como veremos mais à frente, apesar de as doutrinas, técnicas e material inicial de que são dotados os fuzileiros, com destaque para o bote de borracha *Zodiac*, serem de inspiração britânica, ao longo dos anos o exemplo francês foi ganhando importância, principalmente pela experiência francesa na utilização dos fuzileiros na guerra da Indochina durante os anos 40 e 50, e na Argélia até 1962.

O exemplo da Indochina é particularmente relevante pois caracterizava-se por ser um território que combinava o clima tropical opressivo, com sistemas de montanhas, selvas densas e extensos sistemas fluviais o que permitiu o acumular de muita experiência e ensinamentos e obrigou ao desenvolvimento de um conjunto de técnicas, táticas, procedimentos e organização muito úteis para a guerra que Portugal iria enfrentar em África, e especificamente na Guiné. A título de exemplo, excetuando a inexistência de montanhas, todos os restantes fatores apontados, como o clima tropical inclemente, selva, grande rede de vias fluviais e inexistência de estradas, são semelhantes em ambos os teatros de operações (Cann, 2009, p. 82).

O primeiro grupo de portugueses a ser enviado para Inglaterra era constituído por um oficial e três praças⁵² tendo frequentado o curso entre 22 de agosto a 30 de setembro de 1960.

A 24 de fevereiro de 1961 é publicado o Decreto-Lei n.º 5351553 que reorganiza as classes de sargentos e praças da Armada e cria a nova classe de fuzileiros, com um quadro de 511 homens (30 sargentos e 481 praças).

Em 11 de março seguinte, é publicada a Portaria n.º 18314 que vem dividir a nova classe em duas especializações (monitores e fuzileiros especiais) e definir, em traços gerais, as incumbências da classe e das respetivas especializações.

De relevo destacar que de acordo com a referida Portaria competia aos fuzileiros:

- a) Desempenhar o serviço de guarda, ronda e ordenança nas dependências e instalações da marinha em terra e manter a polícia e segurança fora dos navios;

⁵² Segundo-tenente Pascoal Rodrigues, e marinheiros Santinhos, Silva e Claudino.

⁵³ O mesmo decreto-lei da criação dos mergulhadores.

- b) Participar em ações de desembarque, enquadrando ou não pessoal de outras classes, e cooperar, quando necessário, com outros ramos das Forças Armadas;
- c) Embarcar, quando necessário, para cumprimento de missão específica da classe, desempenhando a bordo funções (...) no serviço de armamento, vigilância e segurança;

Por sua vez aos fuzileiros especiais competia “participar em golpes de mão e em operações de assalto anfíbio que requeiram perícia e conhecimentos especiais, nomeadamente desembarques em pontos difíceis da costa e destruição ou avaria de bases, navios, material, etc”, “cooperar na manutenção da segurança das zonas e instalações navais de acordo com as suas características de actuação”, sendo que “a especialização de fuzileiro especial, devidamente adaptada, pode ser atribuída a praças de outras classes”.

Já aos fuzileiros especializados em monitor incumbia “ministrar, em escolas, unidades em terra e a bordo dos navios (...) as instruções de educação física, luta, remo e natação e colaborar na orientação da prática dos desportos e actividades recreativas do pessoal”.

Os oficiais fuzileiros seriam selecionados de entre oficiais de outras classes, nomeadamente da classe de marinha, engenheiros maquinistas navais e de administração naval, e de entre os cadetes, aspirantes-a-oficial e oficiais das reservas naval, marítima e legionária, que seriam sujeitos ao curso de especialização em fuzileiros especiais⁵⁴.

Na prática o que veio a acontecer foi, por influência da doutrina inglesa, a formação de dois tipos de unidades de fuzileiros: as Companhias de Fuzileiros (CF), com cerca de 140 homens⁵⁵, e que ficaram responsáveis por desempenhar as funções gerais

⁵⁴ Portaria n.º 18525, de 14 de junho de 1961.

⁵⁵ 7 oficiais, 8 sargentos, 9 sargentos/cabos, 4 cabos, 36 marinheiros, 76 grumetes.

incumbidas aos fuzileiros e descritas acima, e os Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE), inicialmente com um efetivo de 75 homens, mas que aumentou para 80 homens⁵⁶ a partir de 1967, a quem incumbia as operações mais complexas como previsto na portaria n.º 18314 (Telo, 1999, p. 550).

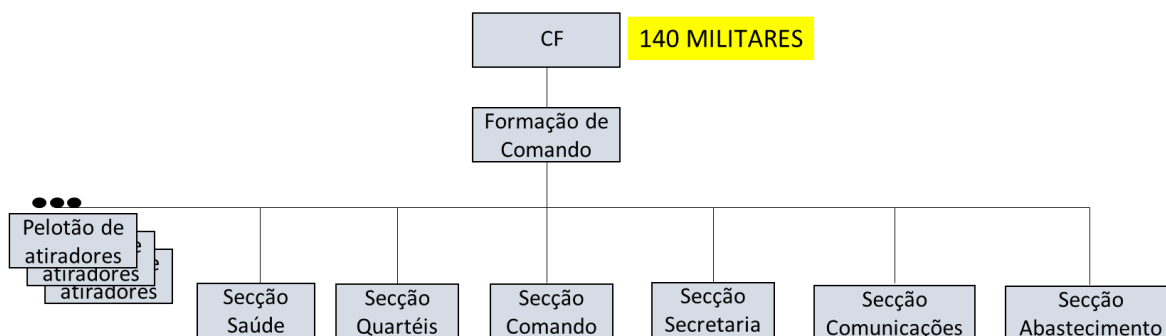


Figura 12 - Organograma de uma Companhia de Fuzileiros (CF). Autoria do autor.

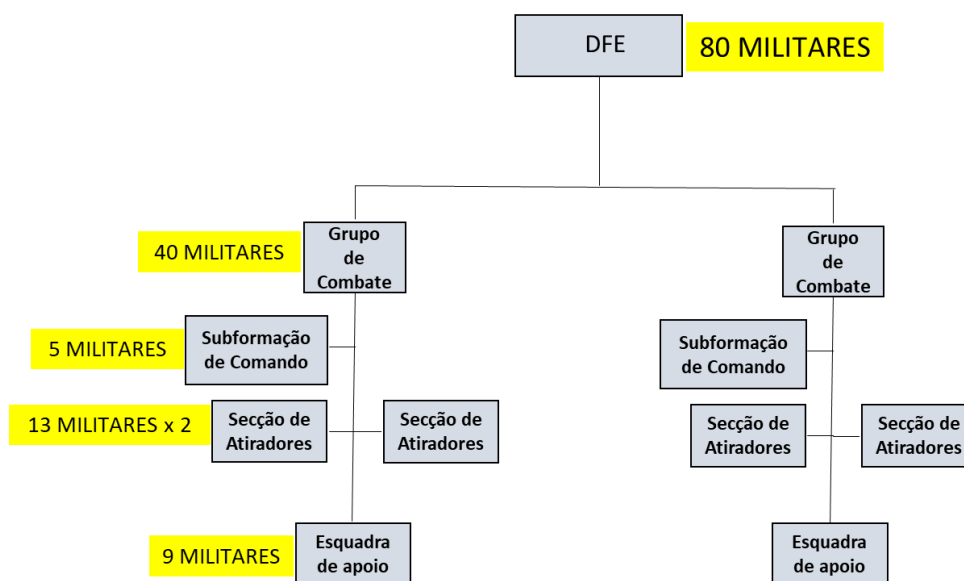


Figura 13 - Organograma de um Destacamento de Fuzileiros Especiais (DFE). Autoria do autor.

Relativamente à organização dos DFE, cada Grupo de Combate tinha uma subformação de comando composta por cinco militares: o Comandante do DFE ou o Imediato (cada um lideraria o seu grupo de combate), um segundo oficial, uma praça especializada em comunicações, um ordenança (sargento) e o quartel-mestre ou o enfermeiro (ambos sargentos).

⁵⁶ 4 oficiais, 6 sargentos, 14 cabos, 32 marinheiros e 24 grumetes.

Cada secção de atiradores seria comandada por um sargento e seria composta por três esquadras de 4 homens no caso de Angola e Moçambique, ou de quatro esquadras de três homens cada, um cabo e dois marinheiros ou grumetes, no caso específico da Guiné.

Fixado o normativo, no verão de 1961, realiza-se no então Corpo de Marinheiros (hoje Escola de Tecnologias Navais) o primeiro curso de Fuzileiros Especiais, que se realizou em dois turnos⁵⁷, com a participação de 40 praças (oriundos nesta primeira fase, das classes já existentes de manobras, artilheiros, radiotelegrafistas e condutores) e 6 oficiais cada um, e cujos instrutores foram os elementos que se tinham formado em Inglaterra no ano anterior.

Em novembro de 1961 parte para Angola o primeiro DFE composto por elementos formados nos dois turnos anteriores, tendo sido estas as primeiras forças de Marinha utilizadas em África, o que é demonstrativo da pertinência da análise feita nos anos anteriores à guerra, acerca das capacidades que seriam necessárias edificar (Cann, 1998, p. 141)

Depois de destacados para o Ultramar os DFE e CF ficavam atribuídos de forma permanente ao Comando Naval ou Comando de Defesa Marítima respetivo, que no caso da Guiné foi o Comando da Defesa Marítima da Guiné, sendo por ele apoiado em termos logísticos e administrativos uma vez que não possuíam qualquer meio de apoio próprio.

Cada DFE funcionava como uma unidade operacional, à semelhança de um navio, pelo que nunca deveria ser fracionado, salvo se a situação operacional assim o exigisse ou aconselhasse, mas sempre por tempo limitado, e sempre numa mesma zona. Aliás, este foi um tema a que o Estado-Maior da Armada deu especial atenção ao longo dos anos, emitindo várias diretivas que se destinavam a enquadrar os limites de atuação dos fuzileiros.

Em 1963, dois anos após o início da guerra, é emitida uma diretiva⁵⁸ do Estado-Maior da Armada que tipifica as missões destinadas aos DFE (Baêna, 2006, p. 48):

⁵⁷ O primeiro com início a 5 de junho e o segundo a 14 de agosto.

⁵⁸ Directiva n.º 6/64, de 18 de setembro de 1964 do Chefe do Estado-Maior da Armada.

- a) Realizar ações de assalto lançadas do meio aquático sobre objetivos terrestres, que requeriam técnicas especiais, tais como: golpes de mão, reconhecimentos, sabotagens, destruição de obras de defesa, etc.
- b) Executar o patrulhamento de natureza ofensiva de águas costeiras ou cursos de água e correspondentes zonas terrestres ribeirinhas, que possam requerer ações especiais de batida, emboscada, limpeza, etc;
- c) Participar com outros ramos das Forças Armadas em operações anfíbias, particularmente na primeira vaga do escalão de assalto, e executar ações em proveito daquelas operações, tais como reconhecimentos, diversões golpes de mão, etc.;
- d) Realizar ações de assalto e destruição em navios no mar ou nos portos.

Numa última diretiva⁵⁹ de 1968, é descrito quais as missões às quais os fuzileiros deveriam ser destinados (Telo, 1999, p. 551):

- a) Defesa e interdição das linhas de comunicação marítimas, fluviais e lacustres;
- b) Defesa das instalações navais;
- c) Participação em operações conjuntas e apoio logístico direto às forças armadas;

À necessidade de elaboração desta última diretiva, atendendo ao ano da sua publicação, não terão sido alheias as alterações promovidas pelo General Spínola na Guiné a partir de 1968, quando assumiu o cargo de Governador e Comandante-Chefe do TO.

Aliás, de acordo com Telo (1999), a especificidade do treino e modo de atuação dos fuzileiros foi sempre mal compreendida pelo Exército, o que fez com que ao longo dos anos de guerra na Guiné houvesse sempre pressão por parte deste ramo para que esta fonte de homens com treino especial fosse utilizada em operações típicas de forças especiais terrestres, como os comandos ou paraquedistas.

A partir de 1965 o Comando Central da Guiné aumentou a pressão para que o emprego dos DFE saísse da alçada do CDMG, algo que veio a suceder.

⁵⁹ Directiva n. 7/68 do Estado-Maior da Armada.

Em 1967 nova diretiva faz regressar o comando operacional dos DFE ao CDMG, mas apenas para operações nas bacias dos rios Cacheu, Cacine e Cumbijã.

Em 1968 com a chegada do General Spínola, o comando operacional dos fuzileiros é novamente colocado sob o Comandante-Chefe e os DFE passaram a ser atribuídos aos Comandos Operacionais Permanentes (COP) que necessitassem de reforço por se encontrarem especialmente pressionados pelo inimigo, por vezes bastante afastados do litoral, ou então simplesmente utilizando-os como forças de quadrícula, prática que, como descrito anteriormente desagradou à Armada, que via assim a sua força especial a ser utilizada em missões para as quais não tinha sido destinada.

Em termos de armamento os fuzileiros foram equipados com armamento ligeiro, adequado para ser transportado nos botes e a pé durante as patrulhas, e em tudo semelhante ao que equipava o Exército: G3 com lança-granadas, a P38 – Walther, MG4260, lança-granadas foguete de 37 mm e 88.9 mm 61, morteiros de 60 mm, 81 mm e 120 mm, e diversas granadas de mão, ofensivas e defensivas. Em termos de comunicações os DFE estavam equipados com rádios PRC-10, PRC-216, transreceptor E/R TR28 B 2 (RACAL), (Cann, 2016, p. 135).

Ao longo da guerra o armamento atribuído aos DFE e CF foi sendo revisto, tanto em tipologia como em quantidades, de modo a adequar-se às necessidades do terreno. De destacar os casos em que a especificidade do TO da Guiné impôs tais alterações ao armamento.

No caso da MG42, a dotação inicial previa apenas uma por DFE, tendo passado a duas a partir de 1967. No caso da Guiné registaram-se missões em que os DFE chegaram a levar oito destas armas para o mato, dada a vantagem que concedia para garantir a superioridade de fogo durante determinados momentos.

Inicialmente os DFE encontravam-se dotados de um lança-chamas por destacamento. A partir de 1963, por se considerar que a arma não estava ajustada ao

⁶⁰ Acabaria por ser substituída pela HK 21 no final dos anos 60 por não satisfazer completamente os requisitos como metralhadora ligeira (Telo, História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização (1824 -1974) (Tomo I), 1999, p. 566).

⁶¹ Mais conhecido por *Bazooka*.

tipo de guerra o seu uso acabou por ser abandonado, tendo sido eliminado das dotações. Já o lança-granadas-foguete de calibre 88,9mm (*bazooka*), mostrou-se uma arma muito útil e perfeitamente adequada à tipologia de emprego dos DFE, principalmente na Guiné, sendo a sua dotação aumentada de uma para duas em 1967 e em 1972 os DFE já possuíam vários à sua disposição.

O lança-rockets de 37mm mostrou-se bastante frágil e as cargas propulsoras muito vulneráveis às condições de temperatura e humidade extremas, tendo causado vários acidentes com o pessoal, pelo que o seu uso foi abandonado na Guiné.

Os morteiros de 81mm e 120mm foram bastante utilizados pelos DFE na Guiné, como apoio de fogos às operações dos destacamentos. Já o morteiro de 60 mm, portátil, era demasiado pesado (19,3kg) e a sua montagem e utilização bastante morosa, o que conflituava com a flexibilidade, mobilidade e rapidez que se queriam obter numa ação dos DFE naquele tipo de ambiente, pelo que a sua utilização não foi tão ampla como em Angola e Moçambique. Interessante referir que na Guiné se chegou a montar o morteiro de 60 mm a bordo de botes, recorrendo a sacos de areia ou bidões cortados ao meio, de modo a possibilitar o apoio de fogos sobre a margem em algumas patrulhas no rio, o que demonstra a sempre presente capacidade inventiva e de adaptação dos militares portugueses. Inicialmente cada DFE tinha um morteiro de 60 mm à sua disposição, número que aumentou para dois em 1967, altura em que a dotação das CF passou de dois para três (Baêna, 2006, pp. 50-55).

Por fim há que referir o meio de transporte primordial dos fuzileiros durante a sua ação no Ultramar: o bote de borracha.

O bote de borracha estava para o fuzileiro como o *Alouette* estava para as tropas paraquedistas e comandos.

Nascido de um projeto da marca francesa *Zodiac* iniciado ainda durante os anos 30, só a partir do início dos anos 50, altura em que o seu valor militar foi reconhecido, foi possível assegurar o investimento necessário ao seu desenvolvimento (Cann, 2009, p. 103).

As primeiras unidades de botes pneumáticos da marca *Zodiac* foram adquiridas pela Marinha Portuguesa à África do Sul com o intuito de equipar os recém-criados

fuzileiros. A sua robustez, manobrabilidade e velocidade agradaram às autoridades portuguesas que, no entanto, identificaram o inconveniente de o bote embarcar água pela popa quando sujeito a condições adversas.

As dificuldades de aquisição de material para fins militares a que Portugal estava sujeito impediram mais compras à África do Sul e forçaram a Marinha a tentar a aquisição, já em 1963, primeiro junto dos EUA, que depois de muita insistência acederam na venda, mas proibiram a sua utilização em África, e depois junto de França, desta feita dos botes da marca francesa *Aerazur*.

Dificultadas as importações, as autoridades portuguesas optaram pelo fabrico do seu próprio bote recorrendo à indústria nacional, com base nos modelos anteriormente experimentados e introduzindo as alterações julgadas necessárias com base na experiência entretanto adquirida.

Nasciam assim os botes de assalto Zebro I, II e III, fabricados pela fábrica de artigos de praia Repimpa a partir do casco do *Zodiac* melhorado com o painel de popa do *Aerazur*. Os botes estavam equipados com motores fora de borda *Mercury* de 50cv, potência considerada adequada para as missões nos rios e nos lagos de África, contudo, sempre que aplicável optou-se pela utilização de motores de 35cv, que não comprometendo em excesso a velocidade, tinham uma manutenção mais barata.

Cada DFE estava dotado de 12 botes com respetivos motores (Baêna, 2006, pp. 58-59).

Cada bote levava uma esquadra de fuzileiros composta por quatro elementos, três no caso da Guiné (Abreu T. d., 1967).

Utilizado numa multiplicidade de missões, como patrulhas, emboscadas, desembarques, transportes de carga e pessoal, trabalhos hidrográficos, busca e salvamento, fiscalização, apoio a operações de mergulho, na Guiné, chegou mesmo a ser utilizado para rocega de minas, navegando à frente dos comboios para detetar algum engenho que tivesse sido colocado pelo PAIGC (Abreu T. d., 1967).

Outro aspeto que merece menção é a criação dos destacamentos de fuzileiros africanos.

A “africanização da guerra” foi um processo gradual utilizado pelas Forças Armadas portuguesas ao longo dos anos, principalmente a partir de 1966, que visava transferir o grosso do esforço de manutenção da guerra da Metrópole para as províncias e que, segundo a análise de Cann, se propunha atingir quatro objetivos principais (Cann, 1998, p. 121):

- a) Alargar a fonte de efetivos militares através da inclusão da população das províncias;
- b) Reduzir as despesas, através da redução dos custos de transporte e de treino;
- c) Conseguir a sustentabilidade temporal do conflito de forma quase infinita, como resultado dos dois primeiros aspetos;
- d) Manter o conflito controlado e em baixa intensidade, com a pressão do recrutamento e das baixas a recair sobre as províncias em vez de sobre a Metrópole, onde a contestação da opinião pública à guerra poderia ser mais intensa;

O tenente-coronel Pedro Marquês Sousa aponta também que o recrutamento local era a aplicação prática da “teoria do mesmo elemento”, em que para combater a guerrilha com mais eficácia, nada como utilizar elementos da mesma raça dos guerrilheiros, igualmente adaptados ao clima e ao terreno (Sousa P. M., 2021, p. 32) .

Aos cinco objetivos atrás elencados afigura-se-nos claro acrescentar um sexto, que ao “africanizar a guerra” por um lado, por outro “aportuguesava-se” a população local masculina em idade combatente e as respetivas famílias, com a sua inclusão e enquadramento no seio das Forças Armadas Portuguesas, privando assim aos diversos grupos revolucionários uma importante fonte de recrutamento.

Esta importante componente das forças portuguesas em África, foi sempre muito maior no Exército do que na Marinha ou Força Aérea, chegando a representar cerca de 40% (cerca de 54500 homens) de todas as forças na linha da frente nos três Teatros de Operações.

No caso da Marinha a participação de elementos recrutados localmente teve a sua maior expressão nos fuzileiros, com a constituição na Guiné do DFE 21 e 22 em 1971 e do DFE 23 em 1974, algo que constituiu um caso único em todo o Ultramar, tendo sido

inclusive construído um Centro de Preparação de Fuzileiros Africanos em Bolama para dar continuidade a este modelo. De notar que os DFE 21 e 22 foram constituídos com 150 elementos locais recrutados de um universo de cerca de 900 candidatos, números reveladores da aceitação das forças portuguesas pela população local, se considerarmos que a guerra já durava em solo guineense há sensivelmente 8 anos (Costa, Canas, & Silva, 2020, p. 328).

Uma adesão tão expressiva dos nativos pela causa portuguesa pode causar estranheza numa guerra do tipo revolucionária e de subversão, com grande conotação politico-ideológica, identitária e mesmo racial, e ocorrida no ambiente internacional atrás descrito.

Existem, no entanto, vários fatores que podem ser apontados como justificação para este facto incomum quando comparado com as outras guerras do mesmo género ocorridas nas décadas de 50 e 60 do século XX. Em primeiro lugar existe a questão da remuneração. Logo em 1962 o governo português estabeleceu a norma de equiparação dos vencimentos entre os soldados metropolitanos e os recrutados localmente. Se para um português que fosse enviado de uma qualquer aldeia de Portugal para uma das províncias ultramarinas, o “pré” poderia ser um magro consolo para o sacrificio pedido, já para um guineense, angolano ou moçambicano, ser soldado ao serviço de Portugal afigurava-se como um emprego bem pago, que para além do salário certo garantia assistência médica, alimentação, fardamento, entre outras vantagens.

Em segundo lugar muitos dos africanos estariam convictos de que beneficiariam mais sob uma administração portuguesa do que com um governo formado pelos movimentos nacionalistas em caso de vitória. Este sentimento era fortalecido pelo grande desenvolvimento que as províncias conheceram durante os anos da guerra, com a criação de novas escolas, hospitais, edifícios públicos e prosperidade económica generalizada o que alimentava a crença de que as forças portuguesas não poderiam ser derrotadas, logo, que ao lutar do lado português, estariam a lutar do lado vencedor.

Outro aspeto importante foi a integração das forças locais no efetivo regular das Forças Armadas Portuguesas. Ao contrário do que sucedera na Argélia com as forças francesas separadas das forças argelinas que lutavam ao seu lado, e na Malásia e Quénia

com as forças britânicas e as locais, no caso português existia uma completa paridade entre as unidades metropolitanas e provinciais, com sinais de confiança e respeito mútuo, o que se assumiu como uma grande mais valia para ganhar a simpatia da população (Cann, 1998, pp. 146-147).

3.5.2. A “Poeira Naval”

Como vimos anteriormente, a partir de 1956, mas principalmente a partir da apresentação do “projeto de construções navais” de 1959, a Marinha empenha-se no desenvolvimento da sua capacidade costeira e fluvial para emprego em África, num ressurgimento da “política da canhoneira” que tão bom resultado tinha dado na viragem do século.

Não havendo qualquer tipo de experiência anterior válida para o novo tipo de conflito que se iria lutar, procurou-se estudar os exemplos de outras Marinhas em situações semelhantes, nomeadamente a experiência da Marinha Real Britânica na Malásia e a da Marinha Francesa na Indochina, sendo que pelos 9 anos de experiência acumulada na luta contra o Viet-Minh a experiência francesa acabou por ser mais valorizada.

Tal como Portugal acabou por fazer nos seus teatros de operações, principalmente na Guiné, a exploração do sistema fluvial pela Marinha Francesa revelou-se essencial para garantir a capacidade de transporte de pessoal e material, o abastecimento das bases, a escolta de outros navios e o apoio às operações de combate.

Para isso foi construída uma esquadra de águas interiores constituída na sua maior parte por lanchas de desembarque inglesas e americanas, excedentes da II Guerra Mundial, que com o seu calado reduzido eram ideais para a navegação nos rios.

Depois de algumas modificações, estas lanchas desempenharam um papel importantíssimo no esforço de guerra francês, em missões de combate, transporte e apoio às operações terrestres e navais, em articulação com as Divisões Navais de Assalto (DINASSAUT), inspiração dos fuzileiros portugueses.

Existiam quatro tipos de lanchas utilizadas na Indochina cuja eficácia no tipo de teatro e operações levou a Marinha Portuguesa a adotar soluções semelhantes.

Em primeiro lugar estava a *Landing Craft Tank – Mark 4* (LCT Mk 4) de origem inglesa, que era responsável pelo grosso do transporte de tropas e material, devido à sua capacidade de carga de 350ton. Este navio deu origem às Lanchas de Desembarque Grandes (LDG) das séries 100 e 200, respetivamente a classe *Alfange*⁶² e *Bombarda*⁶³.

Estas lanchas sofreram várias alterações ao seu desenho inicial logo na fase de construção, especialmente no respeitante aos alojamentos e instalações sanitárias, uma vez que estes navios, planeados para a Segunda Guerra Mundial, destinavam-se a ser utilizados por curtos períodos e não em longas comissões como se previa para o ultramar português (Silva, 2014).

Em segundo lugar há a referir as *Landing Craft Medium – Mark 3* e *Mark 664* (LCM Mk 3 e 6), de origem americana, que tanto na experiência francesa como, como veremos, na portuguesa, se assumiram como a verdadeira espinha dorsal do esforço de patrulha e transporte nos rios, facto demonstrado pelos números de unidades que foram construídas e empregues operacionalmente. Estas LCM Mk 3 constituíram a base das Lanchas de Desembarque Médias (LDM) das séries 200 e 300 que seriam adquiridas aos EUA e modificadas em Portugal. As LCM Mk 6 dariam origem às LDM das séries 100 e 400 e que viriam a ser construídas em grande número em estaleiros nacionais.

O que viria a dar origem ao projeto das Lanchas de Desembarque Pequenas (LDP)⁶⁵ das séries 100, 200 e 300 foi a experiência francesa com diversos modelos americanos e ingleses, nomeadamente as *Landing Craft Vehicle Personal* (LCVP) e as *Landing Craft Assault* (LCA). Pequenas, ruidosas, de difícil manobra, e com condições de habitabilidade espartanas devido à sua dimensão, a utilidade deste tipo de embarcação

⁶² Classe constituída pelos seguintes navios: NRP *Alfange* (LDG 101), *Ariete* (LDG 102), *Cimitarra* (LDG 103) e *Montante* (LDG 104). O NRP *Alfange* chegou à Guiné em 1965 e o NRP *Montante* em 1966, tendo ambas permanecido às ordens do CDMG durante todo o período de comissão.

⁶³ Classe constituída pelos seguintes navios: NRP *Bombarda* (LDG 201), *Alabarda* (LDG 202) e *Bacamarte* (LDG 203). O NRP *Bombarda* esteve atribuída à Guiné entre 1969 e 1974.

⁶⁴ Muitos LCM-6 foram posteriormente adaptados pelos EUA para a *Mobile Riverine Force* na Guerra do Vietname. Alguns foram modificados como veículos blindados de transporte de tropas (ATCs ou "Tangos"), outros tornaram-se "Monitores Fluviais" com canhões de 105 mm, "Zippos" com lança-chamas ou variantes de comando "Charlie".

⁶⁵ As LDP não foram batizadas sendo designadas apenas pelo respetivo número de amura, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 20170 de 15 de novembro de 1963.

levou, contudo, a Marinha Francesa a desenvolver um projeto próprio com características semelhantes a que deu a designação de *Engin d'Assault* (EA).

Por fim há a referir as *British Harbour Defense Motor Launch* (HDML), lanchas construídas para a defesa dos portos ingleses durante a II Guerra Mundial e que depois de adaptadas foram utilizadas pelos franceses nos rios da Indochina, como *Vedette de Port*. Com bom poder de fogo, proteção, comunicações e condições de habitabilidade, estas unidades revelaram-se ideais para a patrulha fluvial, tendo servido de base para a conceptualização das Lanchas de Fiscalização Pequenas (LFP) das classes *Antares*, *Bellatrix* e *Júpiter* (Cann, 2009, pp. 81-85).

3.5.2.1. As Lanchas de Fiscalização

As primeiras unidades construídas especificamente para África ao abrigo da nova política naval portuguesa foram as lanchas da classe *Antares*⁶⁶. Construídas em fibra de vidro, solução inovadora a nível mundial no respeitante a navios construídos para fins militares.

A opção pela fibra de vidro prendeu-se com a ideia geral de que, ao contrário do que acontecera com a experiência francesa antes, e viria a acontecer com a experiência americana depois, o tipo de conflito que Portugal iria enfrentar em África seria de baixa intensidade, não se prevendo a ameaça de armamento pesado sobre os navios, sendo essa ameaça restrita a armamento ligeiro que os insurgentes pudessem transportar, como metralhadoras, espingardas, lança-granadas-foguetes (RPG), morteiros e minas. Neste pressuposto, numa solução de compromisso, era preferível maximizar as características como a autonomia, a facilidade de manutenção, a manobrabilidade e o pequeno calado, tudo fatores que beneficiariam com um casco e armamento mais leves. A falta de blindagem, seria até, no caso de ataque com RPG, uma vantagem, pois o

⁶⁶ Classe constituída pelos seguintes navios: NRP *Antares* (P360), *Vega* (P361), *Sirius* (P362), *Regulus* (P369). Os primeiros três navios da classe seriam atribuídos ao Estado Português da Índia até 1961. Aquando da invasão deste território pela União Indiana, em que a *Vega*, sob o comando de Jorge Oliveira e Carmo foi afundada pela aviação indiana e a *Sirius* foi afundada por ordem do seu comandante, a *Antares*, única sobrevivente, navegou para o porto de Carachi, tendo rumado posteriormente para Moçambique onde permaneceu até 1975. A *Regulus* foi primeiramente atribuída a Angola e em 1965 foi transferida para o Lago Niassa em Moçambique.

projétil atravessaria o casco da lancha sem detonar com o impacto, sendo os danos facilmente reparáveis à posteriori.

Por falta de experiência em trabalhos em fibra nos estaleiros nacionais, foi escolhido um estaleiro em Inglaterra para a construção dos três primeiros navios da classe, tendo sido entregues 1959. O último navio foi o NRP *Regulus* (P369) que seria completado em 1962 já em Portugal, a partir de um casco importado de Inglaterra.

Apesar dos acontecimentos ocorridos com estes navios aquando da invasão do Estado Português da Índia pela União Indiana em 1962, o sucesso do modelo e a fiabilidade dos motores diesel que equipavam as lanchas, convenceu os responsáveis portugueses a prosseguir com a construção desta tipologia de navio.

A segunda classe de navios a ser construída, desta vez em chapa de aço, foi a classe *Bellatrix*⁶⁷.

Esta classe foi construída em duas séries, a primeira, com oito unidades, entre 1961-62 nos estaleiros Bayerische Schiffbaugesellschaft, em Erlenbach-Main, na RFA, e a segunda série, com cinco unidades, entre 1968-70 no Arsenal do Alfeite.

As três primeiras lanchas de cada série, num total de seis, foram atribuídas à ELFG, entretanto criada, tendo ficado baseadas em Bissau, mas com a sua área de operações a cobrir todos os rios e bacias hidrográficas da Guiné, especialmente no centro e sul, e nos canais mais estreitos e menos profundos, onde só navios com estas características conseguiriam navegar⁶⁸.

Apesar de pertencerem à mesma classe, as séries apresentam diferenças significativas entre si, motivadas pela experiência entretanto adquirida com a operação dos navios da primeira série no Ultramar entre 1962 e 1968.

De entre as principais diferenças destaca-se o aumento substancial do deslocamento, de 27,6ton da primeira série, para 40ton na segunda, com o

⁶⁷ Deslocamento máximo: 27,6ton (40.0ton); Deslocamento standard: 24.0ton (35.2ton); Comprimento de fora-a-fora: 20,72m; Boca: 5,05m; Calado máximo: 1.24m (1.81m); Pontal: 3.10m; Altura do mastro: 6.60m; Velocidade máxima: 15.1 nós (11.9 nós).

⁶⁸ Foram elas a P363 *Bellatrix*, P364 *Canopus*, P365 *Deneb* (a partir de meados de 1961), P1151 *Arcturus*, P1152 *Aldebaran*, P1153 *Procion* (a partir de meados de 1968).

correspondente aumento de calado, de 1,24m para 1,81m. Esta diferença foi motivada principalmente pelo aumento da espessura da chapa utilizada, para garantir uma maior blindagem, e o aumento da capacidade dos tanques de combustível e aguada para aumentar a autonomia. Naturalmente que, para a mesma motorização, a velocidade máxima baixou de 15.1 nós para 11.9 nós.

O armamento era bastante simples, resumindo-se a uma metralhadora anti-aérea *Oerlikon MkII*, de 20mm, montada num reparo no castelo de proa e diverso armamento portátil.

Uma vez mais, as características específicas da Guiné e a especial perigosidade que a navegação nos rios representava, decorrente da agressividade do PAIGC, obrigaram a alterações às lanchas que não se julgou necessário em Angola e Moçambique.

Assim, nas unidades que serviram na Guiné houve a necessidade de aumentar o poder de fogo, tendo sido instalado um lançador de foguetes de 37mm, com um ritmo de fogo de 32 foguetes em 8 segundos, e proceder ao reforço balístico de determinadas áreas, com a montagem, nas três LFP da segunda série que foram atribuídas à Guiné, de blindagem especial na ponte alta, parte da ponte baixa, casa dos motores e cofres de munições prontas (Santos, 2007, pp. 24-25).

A condução das primeiras lanchas que chegaram à Guiné em 1961 foi inicialmente atribuída a um sargento da classe de manobra, contudo, a dificuldade da navegação nos rios guineenses rapidamente demonstrou a necessidade de ter um oficial embarcado, pelo que logo em novembro desse ano saem em Ordem da Armada⁶⁹ as nomeações dos primeiros comandantes para as LFP, oriundos da Reserva Naval, facto que se manteve, pelos bons resultados operacionais obtidos por este quadro de oficiais, ao longo de toda a guerra, nas missões de patrulha, fiscalização, escolta a comboios logísticos e apoio às operações em terra. Dos cerca de cem comandantes de LFP que passaram pelo Ultramar durante o período da guerra, apenas cinco foram oriundos dos cursos tradicionais da Escola Naval, sendo todos os outros da Reserva Naval. Com esta

⁶⁹ ODA n.º 191, de 2 de novembro de 1961.

alteração a guarnição final de uma LFP era constituída por 1 oficial, 1 sargento e 5 praças (Costa, 1996, pp. 10-14).

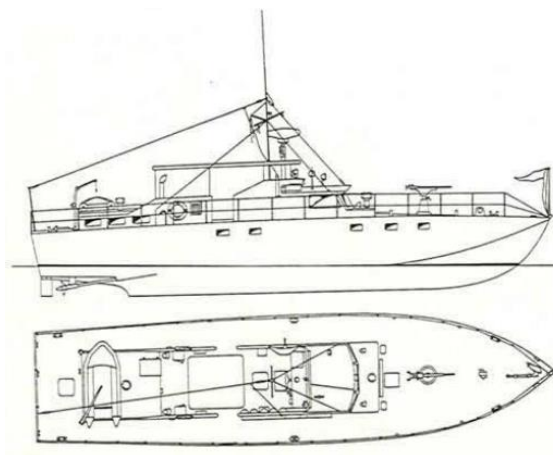


Figura 14 - Esquema de LFP



Figura 15 - NRP Bellatrix a navegar num rio da Guiné



Figura 16 - NRP Procion a navegar com lança-foguetes montado à proa

As restantes lanchas utilizadas no Ultramar foram as da classe *Júpiter*⁷⁰, *Argos* e *Cacine*, de projeto e construção portuguesas.

A decisão da construção da classe *Argos* foi tomada em 1961 e teve origem num projeto de lanchas especialmente pensadas para operarem nas águas territoriais de Timor, contudo, devido ao eclodir da guerra em África, e havendo necessidade de reforçar os dispositivos navais nas províncias, as lanchas desta classe acabaram por fazer aí toda a sua vida operacional.

⁷⁰ Por apenas terem servido nas províncias de Angola e Moçambique, não abordaremos neste trabalho as características da classe *Júpiter*.

Construídas entre 1963 e 1965, a classe teve dez unidades, sendo seis construídas no Arsenal do Alfeite e quatro nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo⁷¹.

Devido às características destas lanchas⁷², que lhes permitiam fazer navegação costeira e oceânica, sete dos navios desta classe cumpriram períodos de comissão na Guiné, em rotação com unidades noutras províncias, onde desempenharam um relevante papel na manutenção da liberdade de navegação nos rios por parte das forças portuguesas e de apoio a várias operações. Durante a guerra foram alvo de vários ataques por parte do PAIGC, mas revelaram-se muito eficazes na fiscalização das vias fluviais e na afirmação da soberania portuguesa nos rios da Guiné. De realçar que quatro navios desta classe (NRP *Oríon*, *Cassiopeia*, *Dragão* e *Hidra*) participaram na “Operação Mar Verde”, sendo o NRP *Oríon* o navio chefe da força-naval da operação (Marinho, 2021, p. 99).



Figura 17 - NRP *Oríon* a navegar num rio da Guiné

Em 1969 começam a ser aumentados ao efetivo de navios da Armada uma nova classe de LFG, a classe *Cacine*⁷³.

⁷¹ Classe constituída pelos seguintes navios: NRP *Argos* (P372), *Dragão* (P374), *Escorpião* (P375), *Cassiopeia* (P373), *Hidra* (P376), *Pégaso* (P379), *Lira* (P361), *Oríon* (P362), *Centauro* (P1130), *Sagitário* (P1131).

⁷² Deslocamento: 210ton (inicialmente projectadas para 165ton); Comprimento: 41,7m; Boca: 6,7m; Calado: 2,1m; Velocidade máxima: 17 nós; Armamento: 2 x *Bofors* 40mm; Guarnição: 24 militares.

⁷³ Deslocamento: 310ton; Comprimento: 44m; Boca: 7,7m; Velocidade máxima: 20,5 nós; Armamento: 2x *Bofors* 40mm, 1 lança-foguetes de 32 tubos de 37mm; Guarnição: 3 oficiais, 6 sargentos, 24 praças – 33 total.

Projetada especificamente para o Ultramar, como uma evolução tecnológica da classe *Argos*, já com provas dadas em seis anos de operações em África, apresentavam-se com uma motorização mais potente, maior deslocamento, interiores mais espaçosos, o que permitia cobertas e alojamentos com melhores condições de habitabilidade para a guarnição, e armamento, sensores e restantes equipamentos mais sofisticados.

À semelhança da classe *Argos*, a *Cacine* também era constituída por dez unidades, construídas pelo Arsenal do Alfeite e pelos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, sendo a última unidade aumentada ao efetivo em 1973.

Durante os seus períodos de comissão desempenharam missões de patrulhamento da costa, vigilância e escolta avançada a navios de transporte de tropas e de material, apoio a lanchas de desembarque, assim como missões com os outros ramos das Forças Armadas.

É de notar que à medida que a guerra vai avançando, os requisitos dos navios projetados para o Ultramar são cada vez mais exigentes, aproximando-se dos monitores fluviais franceses e americanos da Indochina e Vietname, com maiores dimensões, velocidade, blindagem, e poder de fogo, o que, a nosso ver, indicia que a conceção inicial de que a guerra seria de baixa intensidade e relativamente segura para as unidades navais veio a chocar com a realidade do terreno, principalmente na Guiné, em que os navios sofreram frequentes emboscadas e onde se registaram as únicas mortes em combate de elementos de guarnições dos navios durante todo o conflito.



Figura 18 - NRP *Cacine* a navegar

3.5.2.2. As Lanchas de Desembarque

O outro pilar do poder naval português no Ultramar foram as lanchas de desembarque, que pela sua ação multifacetada, tendo sido empregues em missões de patrulha, abastecimento e logística, apoio às operações terrestres, escolta e transporte de pessoal e material, se assumiram como os verdadeiros “cavalos de trabalho” da Marinha na guerra, e particularmente na Guiné, como veremos pelo número de unidades atribuídas a este TO.

Como referido anteriormente, durante a guerra foram utilizadas pela Marinha três tipos de lanchas de desembarque: grandes (LDG), médias (LDM) e pequenas (LDP), derivadas de modelos ingleses e americanos utilizados durante a II Guerra Mundial.

Para as LDG e LDP foram adotados projetos ingleses e para as LDM adotou-se o modelo americano.

Dado o embargo que o governo americano fazia na altura à venda de armamento e equipamento militar que pudesse vir a ser utilizado em África, a vinda das primeiras lanchas de desembarque para Portugal foi possível apenas pela utilização de expedientes que permitissem contornar a proibição americana. Assim, recorreu-se a uma empresa privada portuguesa, a Progresso Lda. que adquiria diretamente a outra empresa privada americana, a Fairbanks Morse, LDM's, algumas em bastante mau estado, provenientes dos excedentes de guerra da Marinha americana. Depois de reparadas, ou mesmo reconstruídas no Estaleiro Naval da Rocha Conde de Óbidos, estas lanchas deram origem à classe LDM 100, que entrou ao serviço em janeiro de 1964. Posteriormente foram adquiridos os planos, passando a construção dos navios a ser feita em Portugal, nomeadamente nos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, e no Arsenal do Alfeite.

Ao todo foram construídas em Portugal 26 LDP's, 40 LDM's e 7 LDG's, às quais há a juntar as 25 LDM's compradas aos EUA nas condições descritas acima, num total de 98 lanchas de desembarque.

Apesar de construídas com base em projetos estrangeiros com provas dadas na II Guerra Mundial, com o apoio da Inspeção de Construções Navais (ICN) as lanchas

sofreram diversas adaptações nos estaleiros nacionais de modo a melhor se adaptarem às especificidades dos teatros de operações em África, com especial ênfase, uma vez mais, na Guiné, como a adaptação da porta das LDG, dimensionada para o embarque e desembarque de carros de combate, à utilização principalmente por pessoal e veículos ligeiros.

Outras modificações foram feitas já em Bissau, no renovado SAO, principalmente nas LDM, de modo a melhorar as condições de habitabilidade e assim permitir uma maior permanência do navio em operação, já que se tratava de um tipo de embarcação concebida para utilização temporária, no máximo 48 horas, logo desprovida de qualquer tipo de conforto e equipamentos destinados a permitir o dia-a-dia da guarnição a bordo com o mínimo de conforto e qualidade de vida.

Assim, entre 1963 e 1965 foram adicionadas oito beliches e uma cozinha às LDM da série 200, tendo também sido acrescentada uma cobertura completa do poço, em tela, de modo a proteger os homens e a carga do sol e da chuva inclementes da Guiné, o que lhes permitia operar por períodos longos, que chegavam a ultrapassar os trinta dias, em missões de patrulha ou de apoio às operações dos fuzileiros embarcados, passando assim a ser designadas por LDM de fiscalização. Já as LDM da série 300 (da 308 à 313) receberam uma cobertura parcial do poço uma vez que seriam utilizadas exclusivamente para transporte de carga.

Outro exemplo foi a aquisição e montagem de frigoríficos de 50kg a partir de 1968 a bordo das LD, de modo permitir que as guarnições pudessem ter acesso a alimentos frescos durante os períodos de patrulha, o que tinha grande impacto na saúde e na moral do pessoal embarcado. Em 1970 cada lancha tinha já instalado também um sistema de ventilação, o que no clima quente e húmido da Guiné se revelou particularmente importante (Cann, 2009, pp. 190-191).

Um dos indicadores do pendor eminente fluvial da guerra na Guiné é a desproporcionalidade da atribuição de meios navais em comparação com os restantes teatros de operações.

O dispositivo naval inicial em 1962 era composto por três LFP, duas LDP e um DFE, no entanto, com o desenrolar da guerra, como já vimos, o número de navios e DFE

foi aumentado significativamente, contando em 1969 com uma fragata ou contratorpedeiro, um navio hidrográfico, cinco LFG, oito LFP, três LDG, nove LDM adaptadas para transporte logístico, quatorze LDM adaptadas para fiscalização (que contavam com uma peça de 20mm e melhores condições de habitabilidade), oito LDP, sete DFE, duas CF e um DMS (Paes, et al., A Marinha na Guiné e em Cabo Verde: Navios, Fuzileiros e Autoridade Marítima, 2012, p. 191).

Em 1974, no final da guerra, a Marinha tinha na Guiné um efetivo de 1329 elementos, dos quais 846 eram fuzileiros, e contava com um dispositivo naval composto por dois patrulhas da classe Cacine, sete LFG, quatro LDG, seis LFP, treze LDM de fiscalização e 10 LDM logísticas (Costa, Canas, & Silva, 2020, p. 330).

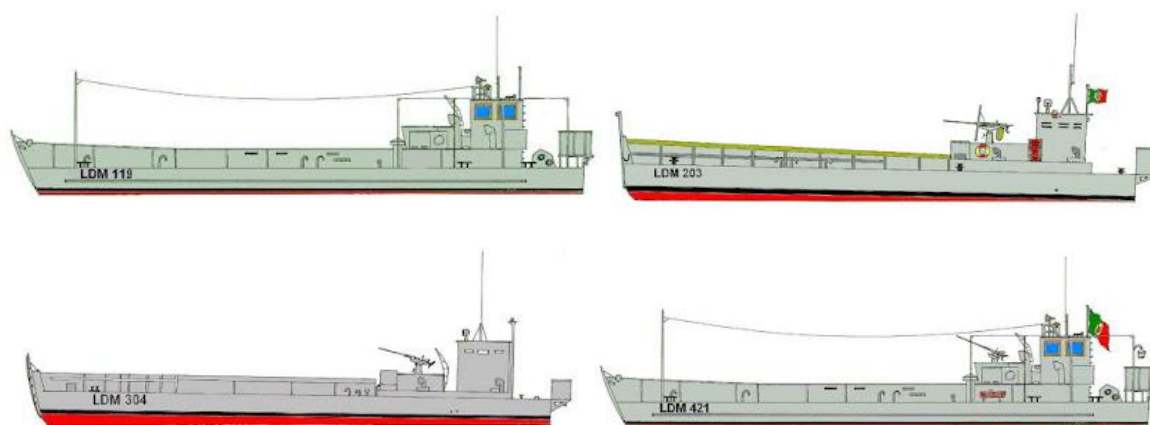


Figura 19 - Esquema das LDM das Séries 100, 200, 300 e 400

3.5.2.3. Fragatas e corvetas

As características hidrológicas e morfológicas das Guiné, como o tipo de inimigo que as forças portuguesas enfrentavam, exigiam, como vimos, a utilização de navios pequenos, rápidos, flexíveis para patrulhamento dos rios e canais, transporte de pessoal e material e apoio às operações em terra.

No entanto, navios de maior deslocamento, como fragatas e corvetas, tiveram também um papel, por vezes de bastante relevo, no desenrolar da guerra neste teatro, que merece também a nossa atenção.

A principal missão atribuída à Armada durante a guerra, face a inexistência de força naval adversária, foi a garantia da mobilidade estratégica de pessoal e material

entre a metrópole e as províncias ultramarinas de África, e já nos vários TO, entre os nós logísticos centrais e os diversos quartéis, bases, tabancas ou destacamentos, sempre que a rede fluvial ou a proximidade a costa o permitia, pois o transporte era muito mais barato, fácil e seguro do que por terra.

No período da guerra, 95% da carga e uma quantidade significativa do pessoal foi transportada entre Lisboa, Guiné, Angola e Moçambique, principalmente recorrendo a fretes de navios mercantes que eram escoltados, nas aproximações e saídas do porto de Lisboa, mas principalmente nos portos de África, por navios da Armada, pois temia-se uma ação clandestina de um submarino não identificado, ou um ataque aéreo levado a cabo pelos movimentos independentistas apoiados pela URSS e seus aliados, destinada a causar alguma disrupção no fluxo de tropas e material que alimentavam o esforço de guerra português.

O perigo de escalada do conflito encontrava-se também latente no pensamento estratégico português, não se descartando uma hipotética tentativa de bloqueio naval aos portos das províncias ultramarinas, promovido por outros países africanos, com ou sem um mandato da Organização da Unidade Africana (OUA) ou da ONU, receio alimentado pelo bloqueio naval inglês ao porto da Beira em 1966 (se bem que por motivos diferentes). Este cenário, aliado à habitual presença de navios, supostamente pertencentes à frota pesqueira da URSS, nos limites das águas territoriais da Guiné, Angola e Moçambique obrigava à permanência de navios com capacidade oceânica nas águas das províncias ultramarinas.

No anos pré-guerra, e antes da mobilização de quantidades significativas de lanchas de vária tipologia para a Guiné, a presença da Armada neste território era praticamente nula, resumindo-se a curtas paragens de escoltas oceânicos em trânsito para Angola, Moçambique, Índia ou Timor, na presença de um navio em trabalhos hidrográficos ou numa missão protocolar pontual.

A presença oceânica permanente na Guiné só é retomada em 1959, quando, no seguimento dos acontecimentos do cais de Pijiguiti, a Marinha destaca para a província a fragata *Pêro Escobar* e o patrulha *Boavista*.

Em 1963 encontra-se na Guiné o C/T *Vouga*, que em meados desse ano é rendido pela fragata *Nuno Tristão*.

A *Nuno Tristão*, construída durante a II Guerra Mundial, fora adquirida por Portugal a Inglaterra em 1948, e aumentada ao efetivo em 1949, juntamente com a *Diogo Gomes*, que dava o nome à classe.

Não estando a sua utilização no Ultramar restringida de qualquer forma, estes navios foram dos primeiros a serem destacados para missões de guerra nestes territórios. A *Nuno Tristão*⁷⁴ teve um papel particularmente importante na Guiné, pois, para além do transporte de tropas e material, apoiou várias operações, servindo inclusive como navio-chefe e posto de comando, da Operação Tridente de que falaremos com mais detalhe no próximo capítulo.



Figura 20 - NRP *Nuno Tristão* em operações na Guiné.

Como vimos anteriormente, os escoltas mais modernos ao serviço da Marinha Portuguesa tinham a sua ação muito condicionada pelas restrições decorrentes de o seu

⁷⁴ Na fragata *Nuno Tristão* foi instalado um “convés de voo” improvisado, de modo a permitir receber os helicópteros da Força Aérea quando em operações, tornando-se assim o primeiro navio da Marinha Portuguesa a ter esta capacidade.

financiamento provir dos programas de reequipamento promovidos pelos EUA ao abrigo da OTAN, os MTDP, o que ditava que a sua utilização deveria ser exclusivamente destinada à defesa da área comum da OTAN⁷⁵, e como tal não poderiam ser desviados para outras latitudes, designadamente, o Ultramar Português (Sacchetti, 1999, pp. 85-99).

Não podendo ser utilizados em África de forma explícita, isto não impediu que pontualmente alguns destes navios participassem diretamente em ações relacionadas com a guerra que decorria no Ultramar, como é exemplo a visita que a fragata *Almirante Pereira da Silva* fez a vários portos de Cabo Verde e a Bissau, onde desembarcou mesmo um DFE76, entre 1 e 21 de fevereiro de 1968. Segundo Telo (1999) os EUA estavam bem a par desta quebra das regras por parte das autoridades portuguesas, mas preferiram ignorar facto a abrir uma crise com o governo português.

Estas restrições, e os constrangimentos daí decorrentes, levaram à decisão de aquisição de fragatas e corvetas para a Marinha, de forma bilateral, o que evitava limitações de qualquer espécie quanto à área e tipo de operações que pudessem desempenhar: nascem assim os projetos das classes *Comandante João Belo* (fragatas), adquiridas a França, e *Baptista de Andrade* e *João Coutinho* (corvetas), de projeto inteiramente português, construídas em Espanha e na RFA.

A doutrina subjacente à decisão de se contruir as corvetas é resumida pelo almirante Rogério D'Oliveira, principal responsável técnico do projeto, do seguinte modo:

- a) Construção de duas séries de navios, 6 destinados essencialmente para missões no Ultramar e 9 destinados à guerra clássica e missões de soberania;
- b) As tarefas a desempenhar pelas corvetas da 1ª série seriam essencialmente as mesmas que tinham vindo a ser atribuídas a fragatas e navios-patrolhas no Ultramar;

⁷⁵ Área do Atlântico Norte acima do Trópico de Câncer.

⁷⁶ Em diversas fontes as datas da visita do navio a Bissau e as datas de rendição dos DFE não coincidem, sendo a rendição mais próxima da visita da fragata a Bissau a rendição do DFE7 pelo DFE13, ocorrida entre 21 e 23 de abril de 1968.

- c) Dada a natureza da guerra, a necessidade de rapidez na construção e consequente entrada ao serviço dos navios e as sempre presentes restrições orçamentais, as corvetas da 1ª série seriam equipadas com armas e sensores menos sofisticadas, preferencialmente usados, mantendo, contudo, a capacidade para instalar outro tipo de armamento mais sofisticado⁷⁷, caso o aumento da intensidade da guerra assim o exigisse ou os navios fossem atribuídos a outro tipo de missão;

Os navios deveriam ser construídos para fazer face a um variado leque de missões, principalmente as missões de soberania em todos os territórios portugueses e a “proteção A/S e A/A à navegação mercante e a transporte de tropas” e as secundárias o transporte, proteção e apoio logístico de uma força de desembarque (d'Oliveira, 1999, pp. 44-47).

Para tal os navios deveriam ser construídos com as seguintes características:

- a) Os hélices e lemes não se projetarem abaixo da linha da quilha;
- b) O calado não exceder os 12 pés;
- c) O transporte de um pelotão de fuzileiros;
- d) A dotação de água suficiente para abastecimento da força de desembarque;
- e) O recebimento de um helicóptero.

Pelas características atrás enunciadas, que lhes conferiam grande capacidade de transporte de tropas e navegação em fundos baixos, estes navios acabaram por desempenhar um importante papel logístico e de apoio às operações nos três teatros de operações.

⁷⁷ Os navios foram construídos num sistema modular, o que sendo hoje comum, se mostrava como uma assinalável inovação na época.

4. Emprego Operacional

Quando em 1963 se inicia a guerra, Portugal não combatia em solo guineense desde as Campanhas de Ocupação, ou de Pacificação, do início do século XX, consequência prática da Conferência de Berlim⁷⁸.

Ao contrário do que acontecera em Angola e Moçambique, em que Portugal conduziu campanhas do tipo convencional ou industrial contra as tropas alemãs oriundas das colónias de Tanganica e do Sudoeste Africano Alemão⁷⁹, no contexto da I Guerra Mundial, na Guiné Portuguesa, a última campanha de pacificação terminara em 1915, com a subjugação dos Balantas, Papéis, Manjacos e Grumetes ao poder português pelo Major Teixeira Pinto.

Esta última campanha, é o culminar de um período de 70 anos de operações quase ininterruptas que se iniciaram em 1842 com a revolta dos Grumetes e se prolongaram ao longo de todo o século XIX e primeiras décadas do século XX⁸⁰.

Com intensidade variável ao longo dos anos, só a vantagem tecnológica do armamento e o número de homens colocados ao dispor do Major Teixeira Pinto é que foi possível pacificar completamente o território (Rosas, 2017).

Nas Campanhas de Pacificação a Marinha assumiu dois papéis principais: um auxiliar, de apoio logístico e de transporte de tropas e material ao longo da costa e das vias fluviais dos territórios, que aliás voltaria a desempenhar com enorme relevância na guerra ultramarina que se seguiria, mas também como base de fogo contra terra, de operações de desembarque, centro de comunicações, e base de retaguarda para evacuações médicas, de entre outras funções de apoio às operações. A estas funções há que juntar um papel estritamente de combate, com a constituição de companhias e batalhões de Marinha compostos por elementos das guarnições desembarcados para terra.

⁷⁸ De 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885.

⁷⁹ Hoje Tanzânia e Namíbia respetivamente.

⁸⁰ 1842 – Revolta dos Grumetes; 1844 a 1894 – Revolta dos Papéis; 1896 a 1912 – Revolta dos Mandingas e outras étnicas; 1913 a 1915 – Campanhas do Major Teixeira Pinto.

O cumprimento destas missões assentou em dois elementos essenciais: o armamento ligeiro de repetição que passou a equipar a Marinha a partir dos anos 80 do século XIX, e que constituiu um fator decisivo para levar de vencida a resistência das etnias mais aguerridas, e as canhoneiras e lanchas-canhoneiras, que dotadas de pouco calado e armadas com canhões-revolver (tiro rápido) se mostraram o tipo de navio ideal para as operações nos rios e lagos de África. As metralhadoras e canhões de tiro rápido estavam inclusive preparados para serem desmontados dos navios e montados em reparos especiais que lhes permitiam serem utilizados em terra, o que efetivamente aconteceu, sendo estas armas operadas pelos artilheiros de bordo que integravam as colunas comandadas por oficiais da Armada (Telo, 1999, p. 165).

No entanto, no domínio das operações navais propriamente ditas, as guerras de Pacificação na Guiné não contam nenhum episódio digno de nota, como atesta a completa ausência de exemplos nas várias publicações que tratam especificamente o tema, como o *História da Marinha Portuguesa - Viagens e Operações Navais (1824-1974)* coordenado pelo Capitão-de-mar-e-guerra António Costa Canas, ou o *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (1808-1975)* do Capitão-de-mar-e-guerra Armando Saturnino Monteiro.

Apesar do denominador comum entre as guerras do início do século e a guerra que se desenrolou a partir de 1963 ser o território da Guiné, o que influenciou tanto o primeiro conflito como o segundo, e levou a várias linhas de proximidade na condução das operações, nomeadamente nas funções de apoio da Marinha às operações terrestres, a guerra em si já não era a mesma.

Em primeiro lugar a assimetria técnica, tática e tecnológica que se verificou nas Campanhas de Pacificação já não se verificava na Guerra de Libertação. Se no primeiro caso as forças portuguesas combatiam com armas modernas contra grupos étnicos dispersos, equipadas com armamento tradicional, no segundo caso o armamento equivalia-se, com, por um lado, Portugal a debater-se com dificuldades de aquisição de armamento no mercado internacional devido às sanções e embargos impostos, enquanto por outro o PAIGC era apoiado, em treino, material e aconselhamento militar, por países do bloco soviético, nomeadamente a URSS e Cuba. Por cada G3 das forças portuguesas havia uma AK-47 do PAIGC. Por cada *bazooka*, havia um RPG7. Por cada

morteiro de 86mm havia um canhão sem recuo. António Telo afirma mesmo que a partir de meados dos anos 60, com o aparecimento dos mísseis terra-ar SA-7 *Strela*, lança-foguetes de calibre superior a 100mm, blindados anfíbios, e a iminência do aparecimento de mísseis anti-navio (em 1974), o PAIGC chegou mesmo a estar mais bem equipado que as forças portuguesas (Telo, 1999, p. 566).

Em segundo lugar a própria natureza do conflito era completamente diferente, não se tratando já de uma situação de insurreição tribal, mas sim de uma insurreição de cariz político-ideológica, coordenada e apoiada com apoio no exterior e obedecendo a doutrinas e fases evolutivas bem definidas. Os combatentes estavam devidamente treinados e doutrinados, consciente dos seus objetivos políticos e da forma como os iriam alcançar.

4.1. Condicionantes estratégicas

O presente capítulo é destinado a descrever e sintetizar a forma como a Marinha Portuguesa efetivamente combateu na Guiné, retirando, dos relatos dos intervenientes, das publicações doutrinárias e dos relatórios das diversas operações, aquilo que poderá ter sido uma forma de atuação concreta, prática, diária, evolutiva, e acima de tudo, real, para além de conceptualizações teóricas, mais ou menos elaboradas, mas que por vezes podem ter pouca aderência à realidade.

Assim, e antes de nos dedicarmos ao estudo acima referido, apresenta-se-nos pertinente fazer uma breve súpula das condicionantes estratégicas que tiveram que se levadas em linha de conta na definição da ação das Forças Armadas Portuguesas na Guiné, e conseqüentemente da Marinha.

Em primeiro lugar faremos uma breve súpula do que era a doutrina e a forma de fazer a guerra do PAIGC, fator determinante na forma como Portugal construiu toda a arquitetura de forças para a Guiné, a sua disposição, modo de emprego e doutrina. Só compreendendo a forma de atuar das forças opositoras nos será mais claro entender certas opções táticas, operacionais e mesmo estratégicas que foram sendo tomadas ao longo dos anos de guerra, com impacto na atuação da Marinha.

Em segundo lugar faremos uma breve descrição de alguns constrangimentos táticos colocados pelo clima e terreno no qual se desenrolou a guerra.

Em terceiro lugar exploraremos a importância que o estabelecimento de santuários nos países vizinhos, possível pelo apoio do Senegal, a norte, e da Guiné-Conacri a sul, ao esforço de guerra do PAIGC, tiveram no desenrolar das ações de insurreição e contra-insurreição levadas a cabo.

E por fim descreveremos os principais apoios internacionais que permitiram ao PAIGC organizar, edificar e manter uma guerra durante 11 anos, num crescente grau de intensidade, apesar dos esforços portugueses.

4.1.1. Doutrina Revolucionária e Guerrilha

O tratamento desta temática foi algo que desde bastante cedo preocupou os oficiais portugueses, sendo a prova os diversos artigos publicados, em que tentavam definir e prever a evolução dos conflitos que já existiam e de que forma é que o seu alastramento, que consideravam inevitável, poderia ameaçar aquilo que por vezes era designado como o “Mundo Português”.

De entre esses oficiais destacamos a reflexão do então Primeiro-tenente Alpoim Calvão nos *Anais do Clube Militar Naval*, por essa análise estar centrada especificamente na ação da Marinha na Guerra Contra-Revolucionária⁸¹, mas também pelo peso que este militar acabou por ter no TO da Guiné, objeto deste trabalho, e que lhe permitiu, na primeira pessoa, confrontar os conceitos teóricos defendidos à priori com a realidade prática do terreno, mas também do Primeiro-tenente Jaime de Oliveira Leandro que tece, na mesma publicação, algumas considerações sobre a cooperação inter-armas na Guerra Revolucionária⁸².

Deste último texto, pela extraordinária lucidez, pertinência enquadramento correto dos desafios que iriam ser colocados às Forças Armadas Portuguesas num futuro que se previa próximo, transcrevemos o seguinte excerto, que apesar de longo,

⁸¹ *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 4 a 6, abril/junho de 1963.

⁸² *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 4 a 6, abril/junho de 1961.

julgamos resumir as principais características da guerra que se avizinhava, e que trataremos em seguida:

O tipo de operações particulares que consideramos neste apontamento, e que cremos virá a ser aquele que mais provavelmente teremos de enfrentar, polariza-se em torno de alguns factores específicos de características atípicas em relação ao *standard* habitual: teatro de luta, condições de atuação, características especiais do inimigo, organização do oponente, doutrinação, tipo particular do combate. Antecipamos já, como nossa opinião pessoal, que todas estas condições se nos afiguram nitidamente desfavoráveis a tropas regulares de organização tradicional. O terreno será na maioria dos casos pouco acessível a veículos, densamente arborizado, opondo tenaz resistência a qualquer progressão decidida. Em geral a sua cobertura cartográfica será precária o que mais dificultará ainda a relação e coordenação entre as unidades empenhadas em qualquer acção. Por outro lado, também, as suas características especiais elegem-no para a cobertura e proteção dos ataques de surpresa e das acções isoladas e traiçoeiras.

Estes factos, traduzem-se numa impossibilidade quase absoluta de oposição planeada e sistemática, e gera no combatente uma sensação de incapacidade e depressão psicológica, capazes só por si de derrotar qualquer formação. O inimigo nado e vivido em tal "habitat", conhecedor exímio do terreno onde se move e tirando por conseguinte todo o partido dessa facilidade de valor incomensurável nas circunstâncias, vê assim bastante aumentado o seu valor intrínseco, que se traduz por uma atuação eficaz empregando efectivos reduzidos e em troca de desgaste mínimo. Mesmo assentando numa

organização rudimentar e incipiente, com base na sua sólida doutrinação e beneficiando das vantagens oferecidas pelo meio ambiente, é possível ao inimigo conduzir operações revolucionárias de efeitos desastrosos para os quadros regulares, os quais, a menos que completamente ambientados, adaptados e treinados para o efeito, jamais conseguirão impor a sua vontade.

Estas breves considerações levam-nos a concluir que se trata de uma luta desigual, insidiosa, de caráter essencialmente móvel e duma constância arrasadora, uma vez que será de todas as horas e de todos os momentos (Leandro, 1961, p. 295).

O termo guerrilla - guerrilha, ou “pequena guerra”, como é do conhecimento mais ou menos comum, adveio da resistência dos camponeses ao avanço e estabelecimento da *Grande Armée* napoleónica durante a Guerra Peninsular (1807-1814).

Apesar de este tipo de manobras irregulares serem utilizadas desde tempos imemoriais, havendo inúmeros exemplos famosos ao longo da história, sempre que o fraco decidiu fazer frente ao forte (basta lembrar da resistência dos Lusitanos à dominação romana), a sua sistematização teórica⁸³ e resultados práticos assinaláveis apenas se consolidaram a partir de meados do século XVIII, atingindo a sua expressão máxima até então na referida guerrilha espanhola do início do século XIX (Pinto A. d., 2009, p. 369).

Um século mais tarde, o coronel T. E. Lawrence, celebrado como Lawrence da Arábia, elevou o conceito de guerrilha a um novo patamar no âmbito de uma guerra industrial, mas foram os teóricos comunistas que deram um novo impulso ao conceito de “pequena guerra”, dotando-a de um corpo teórico, conceptual, doutrinário, operacional e tático que nunca antes tivera. Nomes como Lenine, Mikhail Frounze, Nikolai Boukharine, Trotsky, Estaline e Mao Tse-toung estão entre os eminentes

⁸³ *La Petit Guerre, ou Traité du Service des Troupes Légères en Campagne (1756)*, de Thomas Auguste le Roy de Grandmaison (1715-1801).

doutrinadores comunistas que mais influenciaram os movimentos revolucionários no pós II Guerra Mundial.

Agora, o objetivo principal não era já a ideia de mobilizar camponeses para a defesa do seu país, oferecendo resistência a uma invasão estrangeira (se bem que no caso da União Soviética tal tenha sido necessário aquando da invasão pela Alemanha Nazi), mas a utilização desta forma de guerra para a implementação global da ideologia política defendida, primeiro impondo-a dentro do próprio país para depois a exportar a todo o mundo.

A guerrilha passa assim da defesa da terra, da nação ou da pátria pelos membros do seu povo (como os camponeses espanhóis), com motivações mais sentimentais e patrióticas do que ideológicas, para uma guerra de imposição de determinada ideologia política, neste caso o comunismo, e que a tomada do poder pelos insurretos com vista à implantação de um novo regime é o fim único da insurreição. Prova desse facto é a sua utilização nas guerras civis que levaram à implantação, primeiro, do regime bolchevique na Rússia⁸⁴, e mais tarde, e mais importante para o nosso estudo, o regime comunista na China⁸⁵. Em ambos os casos o primeiro campo de batalha foram os próprios países, e os beligerantes as duas ou mais facções da população, com visões ideológicas diferentes sobre o destino e o tipo de organização social que queriam para o seu povo (Calvão, *A Marinha na Guerra Contra-Revolucionária*, 1963, pp. 355-366).

Como resultado do triunfo das forças de Mao Tsé-toung, de guerrilha, sobre as de Chiang Kai-shek, regulares, na guerra civil chinesa, a doutrina elaborada por Mao, de que o manual Yu Chi Chan (*Guerra de Guerrilha*), escrito em 1937 para fazer face à invasão japonesa da Manchúria, é o expoente máximo, torna-se a referência para todas as insurreições de cariz comunista que ocorreram na Ásia e em África ao longo das décadas seguintes.

Assim, podemos encontrar a doutrina de insurreição de cunho maoista nas ações dos movimentos de libertação da Malásia, Indochina, Argélia, Vietname, e por fim, em Angola, Guiné e Moçambique.

⁸⁴ Entre 1917 – 1923.

⁸⁵ Entre 1927 – 1937 e 1946 – 1949.

Abaixo apresentaremos alguns excertos das próprias palavras de Mao, que no nosso entender dispensam explicações adicionais pela simplicidade com que foram expostas e pela síntese que fazem do que, na opinião deste autor, deveria ser a constituição de uma força de guerrilha, a forma de a organizar, manter e empregar, quer estratégica quer taticamente, com o objetivo de expulsar o invasor, que no caso de Mao era o exército Imperial Japonês, e em seguida a derrota dos nacionalistas chineses, mas que se aplicou perfeitamente à luta contra os poderes coloniais europeus nas guerras de libertação dos anos 60 na Ásia e em África.

Mao postula logo na abertura do seu livro qual a razão de ser da guerra de guerrilha, o seu objetivo e método para atingir os fins:

A guerra de guerrilha tem qualidades e objectivos próprios. É uma arma que uma nação inferior em armas e equipamento militar pode empregar contra um agressor mais poderoso. Quando o invasor penetra profundamente no coração do país mais fraco e ocupa o seu território de forma cruel e opressiva, não há dúvida de que as condições do terreno, do clima e da sociedade em geral oferecem obstáculos ao seu progresso e podem ser usadas com vantagem por aqueles que se opõem a ele. Na guerra de guerrilha, utilizamos essas para o objetivo de resistir e derrotar o inimigo (Mao Tse-Toung, 2004).

Em seguida define os passos a seguir para alcançar o objetivo político ao qual a guerrilha deve servir de meio:

- a) Despertar e organizar o povo.
- b) Conseguir a unificação política interna.
- c) Estabelecer bases.
- d) Equipar as forças.
- e) Recuperação da força nacional.
- f) Destruir a força nacional do inimigo.
- g) Recuperar territórios perdidos.

Alertando que como “a guerra de guerrilha deriva basicamente das massas e é apoiada por elas, não pode existir nem florescer se se separar das suas simpatias e cooperação”.

Em seguida define a estratégia com que deve ser conduzida a guerra de guerrilha, postulando que “deve basear-se principalmente na vigilância, mobilidade e ataque. Deve ser ajustada à situação do inimigo, ao terreno, às linhas de comunicação existentes, as forças relativas, o clima e a situação das pessoas”.

Assim, as unidades devem ser constituídas por “grupos de ataque levemente armados, que necessitam de equipamento simples”, o que lhes aumentaria a flexibilidade e mobilidade necessárias para pôr em prática as táticas mais adequadas, que permitam “parecer vir do leste e atacar de oeste; evitar o sólido, atacar o oco; atacar; retirar; dar um golpe relâmpago, procurar uma decisão relâmpago”, para que se assemelhem a um enxame de “inúmeros mosquitos que, ao picarem um gigante tanto à frente como atrás e na retaguarda, acabam por o esgotar. Tornam-se como um grupo de demónios cruéis e odiosos e, à medida que crescem e atingem proporções gigantescas, descobrem que a sua vítima está não só exausta mas praticamente perecendo”, porque nos casos em que a guerrilha enfrenta um inimigo mais forte, que é a generalidade das situações, “retira-se quando ele avança e avança quando ele pára; atacam-no quando ele está cansado; perseguem-no quando ele se retira” pois na estratégia de guerrilha “a retaguarda, os flancos e outros pontos vulneráveis do inimigo são os seus pontos vitais, e aí ele deve ser assediado, atacado, disperso, exausto e aniquilado”.

Numa fase mais avançada da insurreição, quando a organização, treino, armamento e liderança o permitam “as unidades de guerrilha formadas pelo povo podem transformar-se gradualmente em unidades regulares e, quando operam como tal, empregam as táticas da guerra móvel ortodoxa”.

A análise deste pensamento parece-nos apropriada pois se analisarmos a evolução da guerra na Guiné constataremos, mesmo face aos territórios de Angola e Moçambique, que foi nesta província ultramarina que os preceitos de Mao mais se aproximaram de serem plenamente aplicados, seja na mobilização da população, na

utilização de material e armamento progressivamente mais sofisticado, na evolução das táticas, técnicas e procedimentos da guerrilha, no apoio externo, etc.

É unanimemente aceite que a ação de Amílcar Cabral, líder do PAIGC, foi decisiva tanto na organização da manobra militar, como na manobra diplomática, política e propagandística, junto das Nações Unidas, de países ocidentais e do bloco de leste, alinhados e não-alinhados, contribuindo assim para a elevada eficácia da insurreição na Guiné. Esse facto é mesmo admitido por Marcello Caetano numa Reunião na Presidência do Conselho de Ministros a 19 de maio de 1969, onde salientou que os apoios estrangeiros ao PAIGC eram muito superiores aos recebidos pelos movimentos semelhantes que operavam em Angola e Moçambique (Marinho, 2021, p. 218). O seu profundo conhecimento do território da Guiné, das suas etnias, anseios e expectativas também lhe permitiu definir a estratégia de doutrinação das massas que criasse o meio adequado à proliferação e sustentação da guerrilha.

Antes de Amílcar Cabral já outros líderes comunistas tinham provado no terreno a eficácia do tipo de guerra postulada por Mao, e que viria a servir de inspiração aos movimentos independentistas das províncias portuguesas.

Vo Nguyen Giap, general e teórico vietnamita, foi dos primeiros a aplicar com grande sucesso tais ensinamentos na libertação do Vietname do domínio francês (1945-1954) e novamente na guerra contra as forças do Vietname do Sul, apoiadas pelos Estados Unidos da América (1963-1973).

No seu *Manual de Estratégia Subversiva* (2005) Giap aponta, aquilo que no seu entender foram os fatores do sucesso que permitiram a vitória sobre as forças francesas, numa guerra de desgaste, em que a paciência se revelou um fator de primordial importância.

Nunca será demais referir que uma das formas de a guerrilha atingir os seus objetivos é retirando ao adversário a vontade de lutar por sentir que o seu esforço é inútil, ou mesmo injusto.

Segundo Giap os fatores do sucesso teriam sido:

- a) Noção de guerra justa, criada no espírito da população depois de um extenso trabalho de doutrinação e propaganda, que seria travada pelos legítimos interesses da nação e do povo, o que levou a uma grande adesão popular fornecendo assim o meio ideal para o desenvolvimento de uma guerra de guerrilha prolongada.
- b) Exército nascido do povo e alinhado com as suas ambições e anseios.
- c) Unidade das diversas nacionalidades que viviam em solo vietnamita em torno do objetivo da expulsão do poder estrangeiro.
- d) A organização de todo o povo para a resistência, sob a liderança do Partido Comunista da Indochina, que permitiu a obtenção de benefícios materiais para a guerrilha, não apenas nas zonas sob controlo do Partido mas também nas áreas controladas pela França, ou seja, a sua retaguarda.
- e) Guerra organizada e liderada pelo Partido, que seguindo os princípios do marxismo-leninismo analisou corretamente a situação social e o equilíbrio de forças existente, estabeleceu o plano para a luta armada e decidiu o seu princípio orientador: resistência a longo prazo e auto-suficiência.
- f) Doutrinar no povo e no exército um espírito totalmente revolucionário que tornasse possível uma resistência prolongada, apesar de todas as dificuldades inerentes.
- g) Apoio dos povos progressistas [comunistas] de todo o mundo, e particularmente dos povos dos países da URSS e da China.

Termina referindo que “a vitória do povo vietnamita é a vitória de uma pequena e fraca nação que não possuía um exército regular mas que se ergueu numa luta armada contra a agressão de um país imperialista possuidor de um exército moderno (...)”.

E que “a guerra de libertação do povo vietnamita contribuiu para tornar óbvia esta nova verdade histórica: na atual conjuntura internacional, um povo fraco que se erga resolutamente para lutar pela sua liberdade triunfará sobre todos os inimigos e alcançará a vitória.” (Giap, 2005, pp. 57-59)

Como poderemos ver, a totalidade dos fatores de sucesso apontados por Giap: doutrinação da população para garantir o meio ideal à guerrilha, organização social e militar dirigida pelo Partido, apoio externo, instilar um espírito combativo e de resiliência nos combatentes, grande componente política, etc., podem também ser encontrados na estratégia seguida pelo PAIGC na Guiné.

Destes fatores iremos agora analisar aqueles que, no nosso entender, mais contribuíram para a dinâmica da guerra na Guiné, assim condicionando a ação da Marinha.

4.1.2. Terreno

Como descrito no Capítulo 1, o terreno específico da Guiné foi um dos elementos que mais marcou a ação tática, operacional e até estratégica de ambos os contendores.

A exiguidade do território, a monotonia da orografia quase sem relevo, a densa rede hidrográfica e a riqueza da vegetação, aliados ao clima implacavelmente tropical, com a sua humidade e chuvas diluvianas, propícias ao desenvolvimento de todo o tipo de doenças, insetos e outros animais agressivos à presença humana, são tudo elementos que transformaram a Guiné num inimigo em si mesma, que não diferenciava português de guineense.

O impacto que o clima e o terreno tiveram na condução das operações pode ser verificada nos inúmeros relatos de ex-combatentes que serviram na província. A referência à dureza das condições é uma constante, e o número de militares incapacitados por doença relacionada com o clima é muitas vezes superior aos mortos e feridos em combate, cifrando-se em cerca de 40 mil o número de baixas contabilizadas pelo Exército na Guiné durante o período da guerra, entre elementos da Metrópole, de recrutamento local e milícias. Em comparação, no mesmo período e no mesmo grupo-alvo, registaram-se 7430 feridos em combate (Sousa P. M., 2021, p. 149).

As zonas alagadas, com as suas bolanhas, onde o lodo espesso abundava, e o tarrafo denso, impunham longas, lentas e extenuantes caminhadas às tropas apeadas e impediam a utilização de qualquer veículo motorizado, o que causava grandes dificuldades ao desenrolar de qualquer ação. Uma vez mais a utilização das vias fluviais

através dos navios e botes da Marinha, impôs-se como a solução mais viável para contornar as dificuldades acima descritas. Para além de a movimentação de tropas ser muito mais segura e rápida que por terra, a própria plataforma, navio, por mais espartanas que fossem as suas condições de habitabilidade a bordo, eram preferíveis à vida no mato, com todos os perigos e desconfortos atrás referidos.

As condições depauperantes impunham períodos de emprego operacional curtos, com as missões de rotina a não excederem os dois dias de duração de modo a tentar evitar que as tropas fossem atingidas por doenças resultantes da insalubridade do clima, como o paludismo/malária, hepatites, e disenterias, altamente incapacitantes dos homens que delas padeciam. Este elemento teve um impacto de tal ordem no desempenho operacional das forças que no início da guerra as comissões na Guiné foram reduzidas para vinte e um meses ao contrário dos normais vinte e quatro em Angola e Moçambique. (Afonso & Gomes, 2020, p. 130).

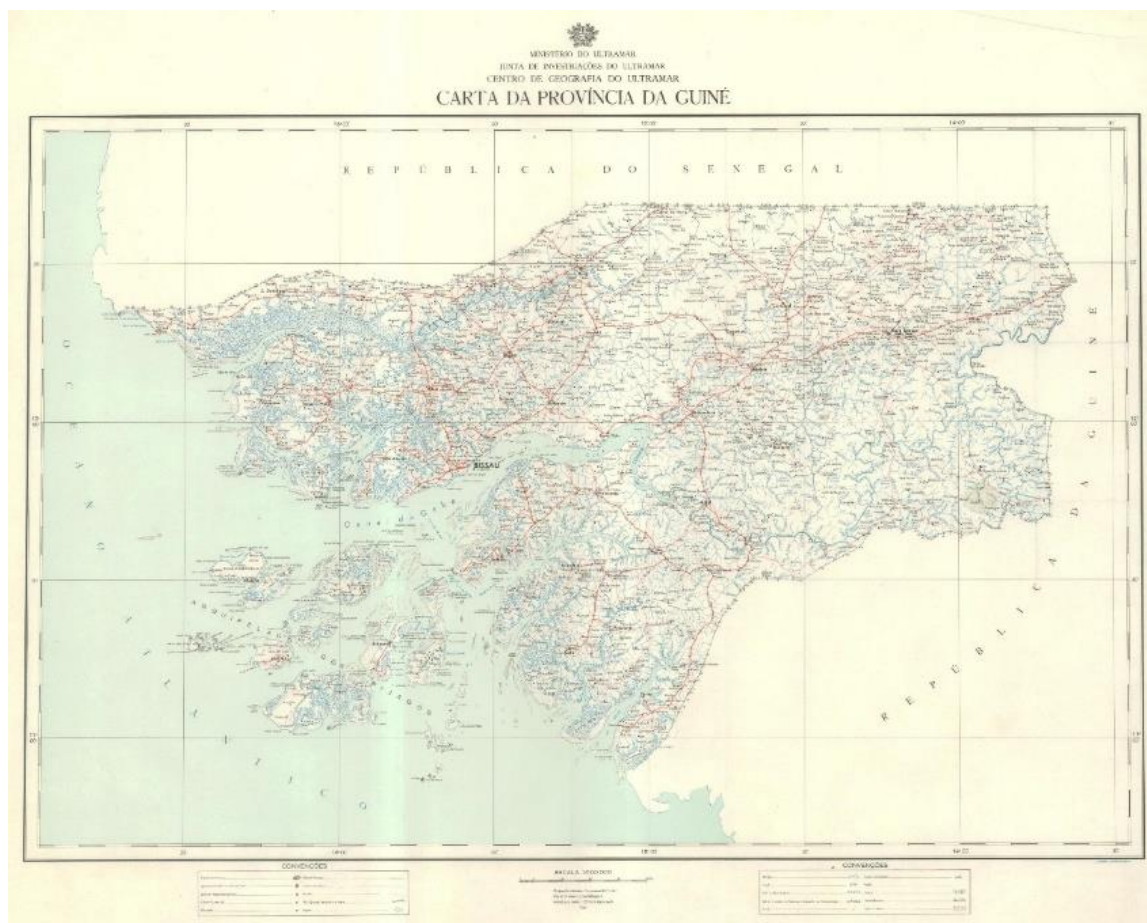


Figura 21 - Carta da Província da Guiné, escala 1:500000.

Para além do atrás exposto, a fauna guineense também se constituía como um perigo de monta a considerar no decorrer das operações. Rios infestados de crocodilos, que era necessário passar a vau, em barcaças ou em botes-de-borracha revelavam-se por vezes obstáculos fatais para as tropas portuguesas⁸⁶. Era também frequente as tropas portuguesas, quando em missão, depararem-se com enxames de abelhas que provocavam a desordem nas unidades e contra as quais pouco mais havia que fazer do que dispersar, com todos os perigos e impacto tático inerentes a essa ação, e esperar que o ataque cessasse (Hortelão, Baêna, & Sousa, 2012, p. 100).

4.1.3. Santuários

A Guiné Portuguesa, comparativamente a Angola e Moçambique, é um território relativamente pequeno, sensivelmente do tamanho do Alentejo, em que os guerrilheiros não tinham grandes distâncias a percorrer entre os seus santuários no exterior e os objetivos que pretendiam atingir no interior da província.

Como vimos anteriormente, e se verificou nos casos chineses e vietnamita que serviram de inspiração para os movimentos africanos que se lhe seguiram, um dos pilares para conseguir uma insurreição bem-sucedida é a existência de santuários em zonas em que o poder instalado não consiga penetrar facilmente.

Este fator assume uma fulcral importância estratégica pois a relação de forças no início de qualquer insurreição é, por natureza, muito desfavorável aos insurretos, que estão, por norma, mais mal-armados, equipados, treinados e organizados, do que as forças do poder instalado que tentam derrubar ou expulsar.

Para que seja possível balancear essa assimetria inicial é imperioso que o fator tempo esteja a favor dos insurretos, pois a vitória só poderá ser alcançada pela destruição da componente moral do opositor, mais do que pela aniquilação total das suas forças armadas, o que se consegue através de ações de combate eficazes e desmoralizadoras, mas, principalmente, através de um judicioso e demorado trabalho de subversão, tanto da população local, de modo a, por um lado, colher a sua simpatia

⁸⁶ O avô paterno do autor, soldado de infantaria do Exército Português na Guiné, conta que viu um camarada cair à água na travessia de um rio numa barcaça, tendo sido prontamente atacado por crocodilos, nunca se tendo recuperado o corpo.

e apoio, e por outro gerar a sua hostilidade para com as forças estatais, como dos elementos das forças inimigas e da opinião pública da metrópole, para que, através do desgaste inevitavelmente provocado por uma guerra prolongada, percam a esperança numa vitória completa e conseqüentemente, a vontade de lutar.

Para que o fator tempo possa ser utilizado a seu favor, já que as forças estatais tentarão aniquilar a insurreição o mais rapidamente possível, empregando para isso forças consideráveis, é indispensável à guerrilha possuir locais de onde possa preparar, com relativa segurança, a insurreição, a salvo de ataques inimigos.

Locais onde possa construir bases para treino dos guerrilheiros, construir uma retaguarda logística onde possa receber e guardar o material, muito dele proveniente do estrangeiro através dos apoios internacionais, e de onde possa lançar as campanhas de propaganda, doutrinação e subversão da população, com o intuito de garantir o apoio no terreno indispensável à ação guerrilheira, seguindo as célebres palavras de Mao, que metaforicamente considerava o povo, a água e o guerrilheiro o peixe que nela nadava. Se o povo fosse favorável à guerrilha, a guerrilha podia sobreviver e mesmo prosperar nas áreas controladas pelas forças governamentais. Se o povo fosse hostil à guerrilha, esta não podia sobreviver, pois os seus elementos não seriam alimentados, acolhidos e escondidos, sendo pelo contrário denunciados e entregues às autoridades.

Em países com a dimensão da China, esses santuários seguros poderão até ser encontrados no interior do próprio país, em regiões isoladas, ou montanhosas, onde o Estado tenha pouca implantação, mas no caso da Guiné, pelo menos numa fase embrionária da insurreição, a exiguidade do território e a disparidade inicial de meios não permitia que a guerrilha fosse conduzida a partir do interior, não havendo alternativa do que estabelecer bases a norte e a sul, nos países vizinhos⁸⁷.

⁸⁷ No entanto, à medida que o conflito se foi desenvolvendo, o PAIGC conseguiu ir criando condições para estabelecer esses santuários no interior do território da Guiné, nas chamadas “zonas libertadas”, onde estabelecia bases militares, escolas e postos médicos, como acontecia a norte do rio Geba, no Morés, e a sul na ilha do Como e na península do Cantanhez.

Apesar da dureza do clima e do terreno, este facto permitiu que fosse possível fazer surtidas a partir do Senegal, a norte, e da Guiné-Conacri a sul, com relativa segurança, pois atingido o objetivo, rapidamente era possível regressar à segurança oferecida pelas bases situadas nesses países.

A relação do PAIGC com os líderes destes dois países não era igual.

Por um lado, o líder da recém-independente Guiné-Conacri, que partilhava uma fronteira de cerca de 380km (a leste e a norte) com a Guiné Portuguesa, encontrava-se numa deriva marxista, social, económica e politicamente. Neste sentido, a luta pela independência no território vizinho era mais um passo no sentido da utopia socialista que impunha apoiar na maior extensão possível. Provada a competência do PAIGC e do seu líder, Amílcar Cabral, como principal força opositora à dominação portuguesa, o que fez pender o apoio de Sekou Touré para o seu lado, numa altura em que outros movimentos, como o FLING, disputavam a angariação de apoio internacional, surge o convite para que se estabelecesse em Conacri a residência temporária dos principais líderes do PAIGC, bem como o quartel-general do partido e as principais bases logísticas. A partir desse momento, toda a fronteira sul da Guiné Portuguesa se tornou uma zona de guerra, com os guerrilheiros a atravessarem a fronteira dos dois países com total liberdade e apoio declarado da Guiné-Conacri.

Quanto ao Senegal, que constituía a fronteira norte da Guiné Portuguesa, o apoio não era tão claro, declarado e inequívoco.

Leopold Senghor, bem mais pragmático e menos ideológico do que Sekou Touré, enquadrava sempre a questão dos movimentos independentistas da Guiné Portuguesa no prisma dos interesses nacionais do Senegal.

Ciente da fragilidade económica do seu país, tomou nas suas mãos a condução da política externa senegalesa no intuito de cultivar relações favoráveis com os cinco países ou poderes com as quais fazia fronteira: Mauritânia, Mali, Guiné-Conacri, Gâmbia (sob domínio inglês até 1965) e Guiné-Bissau.

Quando a guerra começou na Guiné-Bissau, Senghor foi colocado numa situação ambígua, em que por um lado queria evitar a todo o custo que o Senegal fosse de alguma forma arrastado para a guerra, mas por outro lado, no espírito de independentismo que

se vivia, não podia declaradamente negar apoio aos movimentos de libertação de um seu vizinho.

De entre as principais razões para esta sua posição de ambiguidade pode-se destacar: a tutela francesa a que estava sujeito, a rivalidade com Sekou Touré, líder da Guiné-Conacri a que se juntava o medo de um ascendente soviético sobre a região, o desconforto com a luta armada como método para alcançar a independência, os receios relativos a Casamansa e o facto de não possuir um ascendente suficientemente forte sobre a liderança do PAIGC que lhe permitisse condicionar um futuro governo numa Guiné independente (Pereira B. F., 2022, pp. 276-277).

Com este paradoxo em mãos, optou por uma política de apoio contido, escolhendo para isso apoiar a Frente da Luta pela Independência da Guiné (FLING), liderado por François Mendy e ideologicamente moderado, o que na sua visão colhia mais possibilidade de futuras negociações com Lisboa do que os marxistas-leninistas do PAIGC, mais radicais. Nesse sentido tentou, por diversas vezes forçar o reconhecimento em pé de igualdade pela OUA, de ambos os movimentos, algo que nunca veio a suceder pois a OUA nos seus relatórios reconhecia que o único movimento com verdadeira implantação na Guiné era o PAIGC, que para além disso detinha o controlo da guerrilha que, entretanto, se disseminava.

Assim, na fase embrionária os dois movimentos vão atuar de forma independente, a FLING a partir do Senegal, a norte, e o PAIGC a partir da Guiné-Conacri, a sul. Cedo se percebeu que o PAIGC era quem tinha maior aceitação por parte da população, decorrente de uma eficaz campanha de propaganda, maior organização e guerrilheiros mais aguerridos, disciplinados e treinados, o que ficou bem patente no tipo de táticas utilizadas contra as forças portuguesas, algo que abordaremos com mais detalhe em seguida.

Este facto leva a que ao longo dos primeiros anos da guerra a posição do Senegal face ao PAIGC vá mudando, o que culminou com a possibilidade de abertura da frente norte em 1965. A partir de 1967, derivado de pressões internas motivadas pela ascendência de uma ala mais à esquerda no seu próprio partido a obrigarem a uma transferência de apoios da FLING para o PAIGC, Senghor acaba por reconhecer Amílcar

Cabral como o líder de todo o movimento independentista da Guiné. Estes apoios, contudo, continuaram restritos (Sousa P. M., 2021, p. 347).

Militarmente os guerrilheiros do PAIGC tinham santuário e apoio médico-sanitário assegurado no território do Senegal, mas continuava-lhes vedada a possibilidade de estabelecimento de bases, campos militares ou depósitos de armamento.

Estas restrições visavam conter eventuais represálias por parte do governo português, algo que não foi plenamente alcançado pois a partir desse momento sucederam-se as incursões de forças portuguesas para lá da fronteira em ações de perseguição. Em 1967 ocorreu mesmo um incidente que levou à mobilização de cerca de mil militares senegaleses para a fronteira de modo a estabilizar a situação e impedir tanto as forças portuguesas como os guerrilheiros de violarem a fronteira.

Em termos diplomáticos os esforços foram sempre no sentido de terminar a guerra o mais rapidamente possível, mais do que garantir ou contribuir para a independência da Guiné-Bissau, de modo a, mais uma vez, salvaguardar os interesses do Senegal.

Nesse sentido Senghor chegou mesmo a encetar contactos com as autoridades portuguesas de modo a servir de intermediário entre ambas as partes e assim apresentar um plano para o fim da guerra que assentaria em três fases: cessar-fogo imediato, período de transição de 10 anos, com autonomia limitada, de modo a preparar a independência, criação de uma comunidade entre Portugal e as suas antigas colónias em África. Por razões que não abordaremos no presente trabalho este plano, que tinha a participação e aprovação do Governador da Guiné, António de Spínola, nunca foi posto em prática por falta de aprovação de Lisboa, o que acabou por motivar a saída de Spínola do cargo de Governador e Comandante-Chefe da Guiné⁸⁸ (Mortimer, 1972, pp. 295-297).

⁸⁸ Em maio de 1972 o general Spínola e o presidente Senghor encontraram-se na estância balnear senegalesa de Cap Skirring e desse encontro terá resultado um princípio de acordo para um cessar-fogo, com o regresso de Amílcar Cabral a Bissau. Na sequência Spínola deslocou-se a Lisboa para informar o governo obter autorização para continuar as negociações, mas Marcelo Caetano rejeitou qualquer acordo, pois abriria um precedente para a exigência de acordos semelhantes em Angola e Moçambique,

Face à situação anteriormente descrita, e assumindo-se como um dos fatores de sucesso essenciais de qualquer guerra de guerrilha na sua fase inicial a existência de bases e santuários fora do alcance das forças estatais, tornou-se imperioso para o poder português o controlo das fronteiras, de modo a impedir a infiltração, tanto de norte como de sul, de guerrilheiros provindos dos países vizinhos, onde tinham as suas bases ou se podiam refugiar depois de um ataque.

A questão da existência de santuários em ambos os países fronteiros da Guiné, levantava dois problemas: em primeiro lugar fazia com que a província estivesse permanentemente, e para todos os efeitos práticos, cercada, já que os guerrilheiros podiam percorrer livremente a fronteira do lado exterior, escolhendo onde e quando atravessar a fronteira, as *cambanças*⁸⁹, para executarem as suas ações. Esta situação era possível pelos apoios descritos anteriormente, pois os guerrilheiros, enquanto se mantivessem do lado exterior da fronteira, eram praticamente imunes às forças portuguesas, que por razões diplomáticas se viam muito restringidas no seu espectro de atuação, pois a violação flagrante da fronteira de um país vizinho da Guiné, causaria grande comoção num palco internacional já de si bastante acirrado e maioritariamente anti-português, correndo-se o risco de se afastarem os já escassos apoios que Portugal ainda possuía. Por outro lado, contrariar esta situação mostrou-se um dos maiores quebra-cabeças com que as chefias militares portuguesas se viram confrontadas, obrigando a alocar consideráveis recursos destinados especificamente a operações de contra penetração, cujo dispositivo e táticas foram evoluindo com o decorrer da guerra, algo que exploraremos em detalhe ao longo do presente capítulo.

Assim, não é de estranhar que nos primeiros anos da guerra a iniciativa pertencesse ao PAIGC, forçando as forças portuguesas uma estratégia defensiva e de contra-ataque com base em operações de grande envergadura (Rita, 2023, p. 581).

tendo o Presidente do Conselho afirmado que preferia uma derrota militar na Guiné do que um acordo (Canas, Costa, & Silva, 2020, pp. 318-320).

⁸⁹ Derivado de “cambá”, termo típico do crioulo da Guiné-Bissau para “travessia de um rio”, ou para designar o “pequeno barco para travessia de rio”, in *cambança* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. [consultado em 2023-08-08 14:52:29]. Em termos práticos referia-se à passagem de pessoas e bens entre margens de um rio através da utilização de canoas, “dongos” ou embarcações mais modernas. O controlo e interdição das *cambanças* ilegais foi uma das principais missões da Marinha durante todo o conflito.

treino e disciplina dos seus efetivos, material e armamento de que dispunha e apoios externos congregados, melhor se bateu contra as forças portuguesas, tendo inclusive sido o único a conseguir reunir as condições, políticas, militares e diplomáticas, para declarar unilateralmente a independência do território, com reconhecimento internacional, ainda no decurso da guerra⁹⁰. Este facto muito se deveu ao carisma do líder do partido Amílcar Cabral, que não se negou a esforços para que ao seu movimento não faltasse apoio, união, estrutura e doutrina que lhe permitisse prevalecer.

Vejamos agora brevemente, por partes, quais os fatores que permitiram ao PAIGC tornar-se uma força opositora tão eficaz.

Em primeiro lugar a omnipresente geografia da Guiné, que, como vimos, beneficiava claramente o tipo de tática utilizada pela guerrilha. Os guerrilheiros conheciam melhor o terreno, estavam mais habituados às agruras do clima e tinham, em determinadas zonas, o apoio da população, o que lhes proporcionava sustento logístico e lhes permitia “desaparecer” sempre que se encontravam em desvantagem num confronto com as forças portuguesas. Nunca será demais lembrar que um dos princípios básicos da guerrilha é nunca confrontar o inimigo numa situação de desvantagem, e se tal se verificar a primeira opção será sempre recuar e “desaparecer”, procurando novo momento e lugar para atacar em situação mais vantajosa.

Em segundo lugar as condições históricas da colonização portuguesa da Guiné fizeram com que a penetração branca fosse muito reduzida, centrada nos maiores centros urbanos e composta por funcionários da administração central. De lembrar que há data do início da guerra, contavam-se cerca de 2000 brancos no território, numa população que ultrapassava as 500 mil pessoas. Este facto fazia com que o sentimento de pertença a Portugal no interior do território fosse reduzido, o que proporcionava o terreno ideal para a propagação das ideias independentistas do PAIGC que não encontravam nenhuma narrativa alternativa que lhes fizesse frente.

Em terceiro lugar a supremacia alcançada pelo PAIGC sobre os restantes grupos independentistas, nomeadamente o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), mais

⁹⁰ A independência unilateral da Guiné-Bissau foi declarada a 24 de setembro de 1973 em Lugajole, Madina do Boé, tendo sido reconhecida rapidamente por cerca de oito dezenas de países.

tarde renomeado Frente da Luta pela Independência da Guiné (FLING) desde os primeiros anos, fez com que as pretensões independentistas na Guiné tivessem um só rosto e uma só voz, a de Amílcar Cabral, que soube articular uma liderança política forte a uma ação diplomática eficaz, granjeando assim a simpatia e os apoios internacionais que lhe permitiram desenvolver uma estratégia militar de relativo sucesso (Teixeira, Domingues, & Monteiro, História Militar de Portugal, 2017, p. 554).

As várias missivas enviadas ao Governo português nos anos que antecederam o início da luta armada, onde se propunha uma solução pacífica para a questão da Guiné, é exemplo da mestria diplomática da liderança do PAIGC. Com esta iniciativa o partido colocava-se numa situação de vitória, fosse qual fosse o desfecho dessa manobra político-diplomática. Na mais que improvável possibilidade de o governo português aceitar o repto e iniciar conversações que levassem à independência da Guiné sem guerra, o PAIGC conseguiria os seus objetivos evitando uma longa e sangrenta guerra, no melhor espírito de Sun Tzu, que declara que a melhor vitória é aquela que se obtém sem combater. Se o Governo português declinasse, ou ignorasse os memorandos do PAIGC, o que efetivamente veio a acontecer, a luta do PAIGC saía legitimada perante toda a comunidade, pois poderia assentar a sua narrativa no facto de terem tentado por todos os meios ao seu dispor uma saída pacífica para o conflito, algo que apenas a intransigência portuguesa tinha impedido, não deixando outra opção que não a guerra.

Em janeiro de 1960, após deixar definitivamente Lisboa, Amílcar Cabral participa na II Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunes entre 25 e 29 de janeiro. Esta conferência foi particularmente importante para a definição da luta de libertação no Ultramar Português pois foi a primeira vez que estiveram presentes representantes de movimentos das quatro províncias que exigiam independência – Cabo Verde e Guiné, representadas por Amílcar Cabral, Angola⁹¹, por Holden Roberto (sob o pseudónimo José Gilmore), Mário Pinto de Andrade e Viriato Cruz, e Marcelino dos Santos de Moçambique. Foi também feita a apresentação internacional do Movimento Anticolonialista (MAC), nascido em 1957 em Paris, que congregava ativistas com fortes

⁹¹ Estiveram também presentes Lúcio Lara e Ruth Lara e Hugo Menezes, indicados na lista de participantes como pertencendo ao MUD. (1960), "Mensagem da Sociedade Cultural Africana e da *"Présence Africaine"* à II Conferência dos Povos Africanos", Fundação Mário Soares / DAC - Documentos Amílcar Cabral, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39912 (2023-8-10).

ligações à Casa dos Estudantes do Império, ao MUD Juvenil, ao PCP e ao Clube Marítimo Africano. Nas palavras de Amílcar Cabral o manifesto da criação deste movimento, foi o “prefácio da nossa luta”, por se constituir como um programa de ação e uma estratégia comum para os movimentos independentistas das províncias portuguesas. Nesta mesma conferência o MAC é extinto, dando lugar à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN).

Em seguida Cabral inicia um périplo pela Europa e Ásia com o intuito de conseguir reconhecimento para o seu partido bem como apoio técnico, de material e de treino para os seus homens. Assim, visita a Suíça, Moscovo, Praga e Londres, terminando em agosto de 1960 com uma visita a Pequim, onde consegue formação e treino para os quadros superiores do PAIGC na Academia Militar de Nanquim. (Marinho, 2021, p. 31).

A estratégia seguida pelo PAIGC foi, como dito anteriormente, fortemente influenciada pela doutrina de guerrilha postulada por Mao Tse-Toung, Che Guevara e outros líderes comunistas. A isto não será alheio o facto de a República Popular da China ter sido o primeiro país a apoiar efetivamente o PAIGC, recebendo, entre 1960 e 1961 o próprio Amílcar Cabral, mas também Nino Vieira⁹², um dos principais comandantes militares, na Academia Militar de Nanquim para treino em táticas de guerrilha.

Estes primeiros quadros tiveram um papel fulcral no estabelecimento do PAIGC pois regressados a África depois do seu treino de cerca de cinco meses na China, foram distribuídos pelo território da Guiné, incluindo Bissau, a fim de desenvolverem as suas atividades pré-insurrecionais de recrutamento, mobilização, propaganda, atos de sabotagem e treino de novos militantes.

De facto, fruto dos esforços diplomáticos do PAIGC, ao partido nunca faltou dinheiro, material, treino e mentoria para atingir os seus objetivos militares. Al Venter refere mesmo que as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) estavam não só muito à frente, em todos os aspetos anteriormente apontados, de qualquer outro grupo congénere em África, mas que se podiam comparar em termos favoráveis a outros

⁹² Em janeiro de 1961 é enviado o primeiro grupo de dez jovens para a República Popular da China para receber treino e formação em táticas de guerrilha: Nino Vieira, Osvaldo Vieira, Vitorino Costa, Domingos Ramos, Manuel Saturnino Costa, Constantino Teixeira, Francisco Mendes, Rui Djassi, Hilário Rodrigues e Pedro Ramos.

grupos de libertação asiáticos e sul-americanos, com muito mais reconhecimento (Venter, 2018, p. 317).

Para além dos apoios dos países vizinhos, Senegal e República da Guiné, já abordados, há que destacar o intenso apoio de países do bloco de leste e não alinhados, dos quais vamos destacar, pela sua importância, seis⁹³: Checoslováquia, República Popular da China (RPC), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Marrocos, Argélia e Cuba.

Os países nórdicos, Dinamarca, Noruega, Finlândia e Suécia, longe de alinharem pela ideologia comunista que unia grande parte dos apoiantes dos movimentos de libertação, também tiveram um papel importante no apoio a esses movimentos, nomeadamente no campo dos equipamentos de saúde, educação, apoio ao desenvolvimento económico e ajuda humanitária⁹⁴ (Oliveira, Pereira, Casquinha, & Lima, 2017, p. 9).

Também não é de menosprezar o grande apoio recebido pelos movimentos independentistas no geral por parte de Organizações Não-Governamentais (ONG) e religiosas ocidentais, nomeadamente de países aliados de Portugal, como EUA, Reino Unido, Holanda e Itália em termos de ajuda financeira, humanitária, pressão política e social⁹⁵ (Oliveira, Pereira, Casquinha, & Lima, 2017, p. 10)

De modo a aprofundar e fortalecer estes apoios, a partir do momento em que o PAIGC se fixa em Conacri, em maio de 1960, inicia-se um intenso esforço diplomático junto das embaixadas acreditadas nesta cidade, com o intuito de conseguir os meios financeiros, materiais e treino militar para se poder dar início à luta armada no território.

⁹³ Poderíamos também destacar no continente africano o Gana, Mali, a Tanzânia, mas também outros países europeus como a Jugoslávia, Hungria, Bulgária, República Democrática da Alemanha, entre muitos outros que constituíam a base de apoio do PAIGC durante a guerra.

⁹⁴ Apesar de relevante, por não se tratar de ajuda diretamente aplicável nas operações militares este tema não será aprofundado no âmbito deste trabalho.

⁹⁵ Dessas organizações podemos destacar as seguintes: *Ford Foundation*; *American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations*; *National Council of Churches of Christ* (EUA); *Movement for Colonial Freedom*; *International Defense and Air Fund*; *Comité de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau* (Reino Unido); *Fundação Evert Vemer*; *Fundação Eduardo Mondlane*; *Grupo de Ação para a África Austral* (Holanda); *Movimento Liberazione e Sviluppo*; *Movimento per il Terzo Mondo* (Itália).

Neste seguimento a China aparece em lugar de destaque, pois foi o primeiro país a responder, tendo assim um impacto direto na construção daquilo que viria a ser o PAIGC. Como dito anteriormente, foi aqui que os principais dirigentes do PAIGC receberam a sua formação militar e política inicial, o que lhes permitiu estruturar a guerrilha e aplicar com grande eficácia os ensinamentos de Mao na luta contra as forças portuguesas.

O interesse da RPC em África prendia-se em primeiro lugar, com o plano de Mao para colocar a China no primeiro plano da expansão do comunismo global em competição com o então líder da URSS, Nikita Khrustchov, a quem acusava de inépcia. Em segundo lugar, o apoio de África e, principalmente, dos países recém-independentes, mostrar-se-ia determinante na conquista da China de um assento na ONU e conseqüente reconhecimento internacional do regime.

Importa referir que este apoio não foi sempre uniforme ao longo do período da guerra, podendo-se dividir em três períodos distintos: 1960 a 1967, no qual as relações foram muito intensas, com a RPC a fornecer treino e armamento, que nas palavras de Cabral seria o de melhor qualidade, aos guerrilheiros. No entanto entre 1967 e 1969 a China decide suspender unilateralmente a assistência ao PAIGC, por não aceitar o caminho de negociação com Portugal encetado por Cabral para solucionar o conflito, já que segundo a sua doutrina o único caminho para a libertação era o revolucionário, e por identificar um certo alinhamento do PAIGC com a URSS. A partir de 1970 as relações retomam gradualmente, até ao final da guerra, mas sem o vigor inicial (Sousa J. S., 2023).

Quanto ao apoio da URSS, importa referir que foi daqui que proveio o grosso do material de guerra, meios de combate, financiamento e treino (como Cabral afirmava frequentemente), mas também pressão sobre Portugal, tanto a nível diplomático em sede da ONU, como a nível militar, com navios de guerra, de superfície e submarinos, com presença permanente nas costas da Guiné, Angola e Moçambique, o que mantinha a pairar sobre as chefias militares portuguesas o receio de um possível ataque a um navio de transporte de tropas portuguesas que se encontrasse em trânsito entre a metrópole e qualquer uma das colónias.

O apoio soviético começou a chegar a partir de 1963, sendo que em 1964 o primeiro grupo de elementos do PAIGC foi enviado para Leningrado para receber treino. Este foi apenas o primeiro passo, pois no ano seguinte foi concluída a construção de um grande campo de treino em Perevalnoe, na Crimeia, com capacidade para receber várias centenas de recrutas estrangeiros (do PAIGC, mas não só) de cada vez. Estima-se que no período 1963-73 tenham passado pelos campos de treino da URSS cerca de dois mil elementos das FARP, que receberam treino básico de guerrilha, mas também de artilharia, minas e explosivos e defesa antiaérea. A complementar o treino específico para a frente de combate, eram também oferecidas aos militantes do PAIGC bolsas de estudo nas universidades da URSS e cursos de curta duração em áreas como a rádio ou fotojornalismo para favorecer as ações de propaganda (Telepneva, *Jornal Público*, 2023).

É também sabido que a URSS mantinha em Conacri sofisticados meios de interceção de comunicações, que lhes permitiam escutar as comunicações militares americanas sobre o Atlântico, mas também as portuguesas, imediatamente decodificadas e passadas ao comando do PAIGC, com evidentes vantagens táticas e operacionais. Neste âmbito convirá referir a figura de Daniel Semonovitch Solod, embaixador russo em Conacri, especialista em guerra de guerrilha, e cuja ligação a Amílcar Cabral e ao PAIGC remontava a 1960 aquando da visita deste a Moscovo. De facto, a mentoria militar no terreno, principalmente russa e cubana revelou-se um fator de extrema importância no delinear da estratégia subversiva levada a cabo (Sousa P. M., 2021, p. 347).

O Reino de Marrocos apresentou-se também desde cedo como um importante apoiante. Logo a partir de 1961 Marrocos disponibiliza-se para servir de base de treino dos quadros do PAIGC, que viajavam para este país do norte de África para obter a sua formação, principalmente de formadores russos e cubanos, mas também argelinos, e checoslovacos. Em 1962 Amílcar Cabral reúne-se com o Rei Hassan II de Marrocos, tendo-se chegado a acordo sobre as linhas de ação concretas de apoio (Pereira A. , 1962). Um dos aspetos mais importantes desse apoio foi o estabelecimento de Marrocos como nó essencial no contrabando de armamento e equipamento dos países de leste para a República da Guiné onde estava instalado do Quartel-General do PAIGC. A par

com Dar-es-Salam na costa oriental africana, na Tanzânia, foi por aqui que passou a grande maioria do material cedido pelo Bloco de Leste aos movimentos independentistas da África Portuguesa. Este facto chegou a causar problemas ao próprio PAIGC, com alguns dos seus membros a serem presos por terem sido detetados com uma dessas cargas ilegais no porto de Conacri. Sekou Touré, sempre receoso de atentados contra si, inicialmente não autorizava a entrega de armamento ao PAIGC, facto que foi ultrapassado depois de uma reunião entre o líder da República da Guiné e o líder do PAIGC no seguimento deste episódio. A partir de então a entrada de material de guerra no porto de Conacri com destino à guerrilha passou a ser feita sem restrições, passando o PAIGC a receber também armamento diretamente dos próprios arsenais da Guiné-Conacri (Matos, 2023).

A Argélia conseguiu a sua independência após mais de sete anos de uma dura guerra contra o domínio francês (1954 – 1962). Depois de assumir o poder, Ben Bella, o novo líder da Argélia independente, assumiu-se como uma das vozes mais ativas logo a partir da fundação da OUA, em 1963, a favor de uma união africana contra o domínio europeu que ainda resistia em África. Apesar das intenções, que para além do apoio financeiro, material e treino, chegaram a incluir a criação de um exército⁹⁶ pan-africano sob a égide da OUA com mandato para intervir diretamente nos territórios ainda não independentes, nomeadamente nos portugueses, essas propostas, por razões várias, nunca chegaram a ser consubstanciadas em atos concretos.

Não sendo possível alcançar um verdadeiro esforço coordenado em sede da OUA no apoio aos movimentos independentistas, a Argélia, bilateralmente, tanto no governo de Ahmed Ben Bella como no de Houari Boumediène, manteve-se como um importante aliado dos grupos que combatiam o domínio português, em termos de fornecimento de armamento e outro material militar, escritórios em Argel, apoio financeiro ao diversos movimentos independentistas e treino militar, no famoso campo de Tlemcen⁹⁷, tendo o seu território, ao longo dos anos da guerra, servido de campo de treino de centenas de quadros e guerrilheiros do PAIGC, mas principalmente do MPLA

⁹⁶ Legião Africana ou Exército Africano de Libertação.

⁹⁷ Nas palavras de Al Venter “considerado o melhor acampamento de treino de África – uma espécie de *West Point* africano de estilo terrorista” (Venter, Portugal's Guerrilla Wars in Africa - Lisbon's Three Wars in Angola, Mozambique and Portuguese Guinea 1961 - 74, 2013, p. 146).

de Angola e da FRELIMO de Moçambique. Este treino era fortemente influenciado pela experiência argelina na sua própria guerra de libertação, que por sua vez fora beber à doutrina cubana de guerrilha, onde o fabrico e utilização de engenhos explosivos tinha um peso considerável, num tipo de guerra claramente subversivo, mais que ofensivo. O governo argelino esforçava-se por manter uma postura de não-alinhado, contudo existiu sempre alguma aproximação à URSS e a países da sua órbita, o que é comprovado pelos formadores militares de diversos países do bloco de leste que se deslocavam à Argélia para servirem de instrutores de guerrilha.

Para além do apoio atrás descrito, a postura de Argel face a Lisboa foi sempre das mais violentas, com promessas de uma possível intervenção militar nos territórios portugueses em apoio às ações de guerrilha, fornecimento de todo o tipo de armamento pesado, inclusive aviões de combate, corte de relações diplomáticas e embargos aos produtos provenientes de Portugal.

Não obstante a sinceridade das intenções do governo argelino, que não nos cabe a nós avaliar no âmbito deste trabalho, a realidade é que a maior parte destas intenções não passaram disso mesmo, já que a própria Argélia se encontrava numa situação de instabilidade interna, com a situação económica do país a deteriorar-se rapidamente e um conflito fronteiriço com Marrocos que impedia o desvio de meios militares para outros locais. Em junho de 1965 o governo de Ben Bella é deposto por um golpe militar liderado pelo general Houari Boumédiène, que não alterando formalmente a política externa do país relativamente ao apoio expresso aos movimentos de libertação afro-asiáticos, a sua preocupação principal foi com a política interna, tendo o apoio concreto esmorecido a partir de 1965, passando a restringir-se quase exclusivamente ao treino em alguns campos militares no norte do país⁹⁸ (Cancela, 2014, pp. 67-70).

Os contactos do PAIGC com Cuba começaram em 1963, através das embaixadas deste país na Argélia, República da Guiné e Gana, no sentido de conseguir treino para

⁹⁸ Apesar disso há o registo de que o PAIGC contava com o apoio de cinco aviões MIG-17 e dois aviões MIG-15, baseados em Conacri e pilotados por pilotos argelinos ou de outros países de leste. Há notícia de que em 1969 dois caças MIG-17 fizeram um voo de reconhecimento entre Tite e Bissau após uma flagelação com foguetes de 122mm para avaliar os danos provocados pela artilharia do PAIGC (Sousa P. M., 2021, p. 349).

cinco elementos neste país caribenho, uma das referências da guerra de guerrilha em finais dos anos 50, depois da revolução bem-sucedida de Fidel Castro.

Cuba respondeu afirmativamente ao pedido, mas não é claro se esse treino efetivamente ocorreu, nem outro tipo de ajuda prestado por este país ao PAIGC até finais de 1964. Foi apenas após o encontro de Ernesto “Che” Guevara com Amílcar Cabral em Conacri, em janeiro de 1965, no âmbito de um périplo de três meses por África do carismático líder argentino, que a ajuda cubana começou a chegar em quantidade e qualidade dignas de nota. Logo em meados de maio chega o primeiro carregamento de comida, armamento e medicamentos a Conacri, proveniente de Cuba e destinado ao PAIGC. Em julho, um grupo de estudantes cabo-verdianos (chegaram a ser 31 elementos) que estudava na Europa, parte para Cuba para receber treino militar de modo a iniciar o levantamento popular no arquipélago de Cabo Verde⁹⁹.

Mas o momento principal da relação do PAIGC com Cuba dá-se em janeiro do ano seguinte quando o próprio Amílcar Cabral se desloca a Cuba para participar na Conferência Tricontinental em Havana, onde proferiu um discurso que causou grande impacto nos principais líderes cubanos, principalmente no próprio Fidel Castro. Tendo a oportunidade de falar a sós com Castro, Cabral explicou quais as dificuldades por que passava a guerrilha na Guiné Portuguesa, e como é que Cuba poderia ajudar. A resposta de Fidel foi clara: às dificuldades sentidas no apoio de fogos e na artilharia, Cuba providenciaria treino e peritos. Nas dificuldades sentidas no transporte logístico, Cuba providenciaria veículos e instrutores para ensinar os guerrilheiros a conduzi-los e mantê-los. Quanto às dificuldades sanitárias sentidas nas zonas sob administração do PAIGC, Cuba providenciaria pessoal médico e material.

A partir desse momento estabeleceu-se uma relação de ajuda a um nível substancialmente diferente das restantes. Para além do apoio diplomático, financeiro, em material e treino no exterior, Cuba faz algo que nenhum outro aliado fez: forma uma

⁹⁹ Este levantamento nunca chegou a ocorrer por Amílcar Cabral ter percebido que as condições geográficas de Cabo Verde eram hostis à guerrilha: quase não havia água potável, animais para caçar e locais para esconder. Para além disso a população não estava doutrinada, nem preparada para aderir a um levantamento contra a administração portuguesa. Os 31 estudantes cabo-verdianos acabaram por chegar a Conacri a partir de 1967 onde integraram a estrutura do PAIGC com diversos papéis, desde diplomáticos a combatentes.

missão militar destinada a operar diretamente na República da Guiné e na Guiné Portuguesa¹⁰⁰, com o objetivo de providenciar meios materiais, mas principalmente a dar instrução, mentoria, aconselhamento e, se necessário, participar ativamente nas operações de combate na linha da frente¹⁰¹.

O primeiro grupo da missão militar, composto por dois artilheiros e três médicos chega a Conacri por via aérea a 8 de maio de 1966, seguido do grosso dos efetivos, num total de 31, todos voluntários, que chegaram por via marítima a 6 de junho. Ao todo o grupo era composto por 11 especialistas em artilharia e morteiros¹⁰², 8 condutores, 1 mecânico, 10 médicos, de entre os quais 7 cirurgiões e três generalistas, e um oficial de informações militares, que detinha também o comando da missão. De referir que alguns destes elementos tinham já larga experiência de guerrilha tanto na revolução cubana, como noutros territórios para os quais Cuba tinha enviado ajuda, como por exemplo, o Zaire. Em 1967 o número de elementos cubanos a operar dentro da estrutura do PAIGC ascendia já aos 60, número que se manteve estável até ao final do conflito¹⁰³ (Gleijeses, 2002, pp. 186-191).

Por fim falaremos do apoio da Checoslováquia, um dos primeiros aliados do PAIGC, mas que só apenas recentemente, com a abertura dos arquivos de algumas das ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas, se começou a compreender e aprofundar.

Os primeiros contactos do PAIGC com a Checoslováquia deram-se, à semelhança de todos os outros, após a instalação do PAIGC em Conacri em 1960. Desde logo Amílcar

¹⁰⁰ Missão Militar Cubana na Guiné e Guiné-Bissau.

¹⁰¹ A participação ativa de militares cubanos nas operações de combate foi comprovada a 18 de novembro de 1969 quando, na sequência de uma operação no sul da Guiné realizada por forças paraquedistas da Força Aérea Portuguesa, foi ferido em combate e posteriormente capturado, o capitão Pedro Rodriguez Peralta, do exército cubano (Laranjeiro, 2023).

¹⁰² Durante a guerra os chefes de bateria foram sempre cubanos, bem como grande parte dos condutores dos transportes logísticos e os sapadores. A ação dos médicos cubanos também foi de extrema importância, tanto no apoio prestado diretamente aos guerrilheiros a necessitarem de assistência médica como às populações das áreas sob controlo do PAIGC, com grande repercussão psico-social, no aliciamento das populações ao apoio ao movimento.

¹⁰³ Apesar do apoio inestimável dos cubanos na condução da guerrilha, Amílcar Cabral recusou por diversas vezes que os seus números ganhassem alguma expressão por considerar que a guerra, e consequentemente a independência da Guiné-Bissau deveria ser combatida e ganha por e para guineenses. Do seu ponto de vista a internacionalização das forças do PAIGC iria destruir a unidade entre as etnias guineenses alcançada no seio da guerrilha e que Cabral queria que servisse de modelo para a sociedade do futuro país.

Cabral encetou contactos com Miroslav Adámek, um funcionário da embaixada checoslovaca, que na realidade trabalhava para os serviços secretos estrangeiros.

Em 1961 Cabral visita Praga, onde, reunido com líderes desse país, fez os habituais pedidos de financiamento, treino e armas.

Praga aceita, com a contrapartida de Cabral passar a fornecer informação aos serviços secretos sobre alguns líderes africanos e estudantes africanos que se encontrassem a estudar em solo checoslovaco. O acordo, não escrito, fica estabelecido¹⁰⁴, e a partir desse momento inicia-se uma profícua parceria, com a Checoslováquia a apoiar desde logo a pretensão de Cabral se assumir como o único líder nacionalista guineense, mas também no desenho e execução das manobras de preparação da guerrilha, como a campanha de propaganda sobre as guarnições portuguesas na Guiné-Bissau, levada a cabo com o intuito de minar a sua vontade de combater na guerra que se avizinhava.

Ainda em 1961 chega o primeiro carregamento de armamento a Conacri destinado ao PAIGC, algo que não chegou a acontecer por as autoridades da República da Guiné terem confiscado o material, numa altura em que Sekou Touré, como referido anteriormente, mantinha um embargo oficioso a armamento proveniente do estrangeiro. Apesar deste episódio, é de notar que foi este o primeiro apoio em armamento enviado por um país estrangeiro ao PAIGC, tendo a Checoslováquia antecipando-se à China e a própria URSS neste domínio.

Em 1962 é enviado novo carregamento com destino a Conacri, que desta vez se fazia acompanhar pelo Major Frantisek Polda, que assumiria o papel de conselheiro militar de Amílcar Cabral até 1968.

Até 1965 a Checoslováquia permanece como o principal apoiante internacional do PAIGC, à frente da URSS, China e Cuba. Contudo, a partir de meados da década de 60, devido a dificuldades económicas e principalmente no resultado da contestação interna ao regime, cujo culminar se deu em 1968 com a designada “Primavera de Praga”

¹⁰⁴ A extensão das informações efetivamente fornecidas por Cabral são dúbias, havendo autores, como Natalia Telepvna que defendem que Cabral, de modo a manter a sua independência, apenas fornecia informações pouco relevantes e de fontes abertas.

e subsequente invasão do país pela URSS, o apoio foi enfraquecendo, tendo mesmo sido suspenso a partir de 1968. Em 1973 dá-se uma tentativa de retomar os apoios, com a viagem a Conacri de Frantisek Polda para um encontro com Amílcar Cabral, que ocorreu cerca de três semanas antes do assassinato do líder do PAIGC (Telepneva, 2021, pp. 102-108).

Por fugir ao âmbito do nosso trabalho, no qual não cabe uma avaliação exaustiva dos apoios atrás referidos, que não sendo os únicos, foram, a nosso ver, os mais expressivos em termos práticos no terreno, afigura-se-nos importante a sua menção e descrição em traços gerais, para uma melhor compreensão do que foi a guerra, dos atores envolvidos, e do que as Forças Armadas Portuguesas no geral, e a Marinha em particular, tiveram que enfrentar ao longo dos dez anos de conflito na Guiné.

Sem estes apoios o PAIGC não teria tido a capacidade efetiva de levar a cabo a guerra da forma como o fez. Algumas das armas e material fornecido, como referido anteriormente, tiveram impacto, mais do que operacional, estratégico, pois mudaram a forma como a própria guerra era combatida de parte a parte. Falamos, por exemplo, dos frequentemente citados mísseis terra-ar SA-7 *Strela*, que acabaram com a supremacia aérea portuguesa, mas também da artilharia de campanha, que permitiu flagelar duramente as guarnições portuguesas, com graves impactos psicológicos e morais.

A consistência e alcance dos apoios reunidos muito se deve à capacidade diplomática de Amílcar Cabral, que nas muitas viagens ao estrangeiro que fez, causou sempre uma impressão muito favorável aos líderes com que se encontrou.

No entanto, estas relações de proximidade, e até, admiração, não foram isentas de algum atrito, principalmente nas fases mais avançadas da guerra, em que a postura extremamente cautelosa de Cabral, recusando-se a desencadear operações de grande envergadura que lhe poderiam trazer uma vitória mais rápida, mas que também lhe podiam provocar baixas irreparáveis, entrava em conflito com a doutrina e forma de pensar de alguns dos seus apoiantes diretos, nomeadamente os de matriz marxista-leninista, como a URSS, Checoslováquia e Cuba. Por outro lado, a fluidez ideológica pouco dogmática de Cabral, que nunca se assumiu como comunista, sendo mais um líder

progressista e nacionalista, que utilizava a doutrina comunista de tomada do poder mais como uma ferramenta do que como um fim em si mesmo, fazia com que não excluísse à partida eventuais apoios ou soluções alternativas para o conflito, o que também lhe granjeou algumas dificuldades em gerir a própria competição entre os seus aliados. Falamos da proximidade à URSS e da abertura para negociações com Lisboa, que exasperavam a China, levando mesmo, a dada altura, ao corte de apoio deste país ao PAIGC.

Todos estes apoios internacionais permitiram ao PAIGC edificar um aparelho militar robusto, capaz de ombrear com as forças portuguesas. Iremos agora descrever sucintamente a evolução do PAIGC ao longo da guerra, em termos de pessoal e material, bem como a sua organização militar básica¹⁰⁵.

A área de operações inicial do PAIGC a partir de 1963 desenvolvia-se ao longo da fronteira sul com a República da Guiné, e de um modo geral a sul do Rio Geba, sobretudo na área da ilha do Como. A partir do final desse primeiro ano de guerra, as operações já se estendiam a norte do rio Rio Geba, principalmente no Morés, estendendo-se daí até ao Cacheu e à fronteira norte com o Senegal. Em 1964 abrem-se duas novas frentes, uma no Gabu e outra a sul do Boé. Com o apoio declarado do Senegal, a partir de 1965 é aberta a fronteira norte e em 1970, numa fase já avançada do processo de insurreição, o PAIGC divide o teatro em três Regiões Militares, Norte, Sul e Leste, à semelhança de um exército regular.

A atividade a norte e a sul não era simétrica. A norte o comando do PAIGC tinha uma postura mais defensiva e de flagelação constante, com predominância do fogo artilharia, foguetes e morteiros, sobre as posições portuguesas, facilitada pela proximidade destas à fronteira com o Senegal, e pela utilização de minas. A sul a postura era mais agressiva, com ataques diretos às posições portuguesas.

¹⁰⁵ Iremos incidir a nossa análise no PAIGC pois este rapidamente ganhou um ascendente tal no teatro de operações que tornou a FLING uma força quase incipiente quando em comparação, principalmente a partir de 1965 quando Senghor permitiu a abertura da frente norte, com a utilização do Senegal como retaguarda e santuário.

Em termos de números estima-se que o PAIGC fosse constituído por cerca de seis mil guerrilheiros e dois mil elementos de milícias¹⁰⁶.

A constituição orgânica das FARP também se foi adaptando ao longo da guerra, tendo estabelecido, a partir de 1969 a divisão clássica entre infantaria, artilharia, grupos especiais, sapadores e miras telescópicas (reconhecimento) (Sousa P. M., 2021, pp. 349-351).

À semelhança das forças portuguesas, que tiveram, dada a natureza das operações, de assentar a sua organização para combate em pequenas unidades, ágeis, flexíveis e móveis, a formação clássica de combate do PAIGC era o bigrupo¹⁰⁷, que não tendo uma constituição fixa, oscilava entre os trinta e oito e quarenta e quatro elementos, com alto poder de fogo e todas as características atrás elencadas (Saramago & Lopes, 2018, p. 49).

Em 1973, considerado o ano mais duro da guerra, o PAIGC dispunha das seguintes unidades de combate:

Infantaria	73 bigrupos 15 grupos de atiradores especiais 3 bigrupos de fuzileiros 2 viaturas blindadas
Artilharia	2 grupos de artilharia convencional 13 baterias de artilharia (peças de 130mm e morteiros) 9 grupos lança-foguetes 122mm 10 grupos de artilharia antiaérea (mísseis <i>Strela</i> e peças AA de vários calibres) 7 grupos especiais lança-granadas foguete 1 grupo de canhões sem recuo
Sapadores	17 grupos de sapadores (minagem)

Tabela 1 - Grupos de combate das FARP (Sousa P. M., 2021, p. 356).

A estas capacidades há a acrescentar as quatro lanchas a motor (*Mirandela, Arouca, Bandim e Bissau*) desviadas pelo PAIGC logo no início da guerra e que tiveram

¹⁰⁶ O número, naturalmente, variou sensivelmente ao longo dos onze anos de conflito, sendo sempre difícil, numa estrutura desta tipologia, ter acesso a dados precisos, contudo a literatura disponível acerca do tema, assume os 6 mil elementos como uma boa aproximação.

¹⁰⁷ Existiam também os bigrupos reforçados com cerca de 55 homens.

um papel importantíssimo na estrutura logística do movimento entre os depósitos de Kadigné e Boké e o sul da Guiné-Bissau¹⁰⁸ (Cann J. P., *A Marinha em África - Angola, Guiné e Moçambique. Campanhas Fluviais, 1961 - 1974*, 2009, pp. 198-199).

Existiam também quatro navios soviéticos da classe P-6109, que deslocavam 66 toneladas, e armavam com duas armas AA de 25mm e dois tubos lança-torpedos, e que costumavam estar atracados no porto de Conacri. A esta força naval, podiam-se adicionar as três lanchas da classe *Komar*, com deslocamento de 75 toneladas, capacidade de lançamento de mísseis e peças AA, adquiridas pela Guiné-Conacri à URSS (Sousa P. M., 2021, p. 349).

Contudo, apesar desta força naval considerável, que posta em operação poderia de certa maneira contestar a supremacia fluvial da Marinha Portuguesa nos rios da Guiné, nunca existiu qualquer combate entre navios durante o período da guerra. Os ataques sofridos pelas lanchas portuguesas foram sempre operados a partir das margens. Também nunca houve uma tentativa séria e sistemática para interromper o fluxo de comboios fluviais que alimentava o esforço de guerra português¹¹⁰, com recurso a minas fluviais ou outros expedientes. António José Telo justifica este facto com a falta de cultura naval dos comandantes do PAIGC, que apesar do terreno predominantemente anfíbio no qual se desenrolava a guerra, a combateram sempre como uma guerra terrestre e não fluvial, como se importaria. Como veremos mais à frente, este é um aspeto não exclusivo do PAIGC, pois mesmo no seio das forças portuguesas, nunca foi consensual o tipo de estratégia a adotar no terreno, com a componente terrestre a ter sempre um ascendente determinante na forma como era pensada a guerra, em confronto com a opinião da Marinha (Telo, 1999, p. 577).

Para o final da guerra surgiram também informações de o que o PAIGC teria enviado elementos para a Rússia a fim de serem treinados como pilotos de MIG, bem como a iminência do aparecimento de torpedos e carros blindados no TO.

¹⁰⁸ A neutralização destas embarcações, a certa altura, assumiu-se como um objetivo prioritário, tendo sido desencadeadas diversas operações, levadas a cabo por DFE, especificamente para as apresar ou destruir.

¹⁰⁹ O afundamento destas lanchas, atracadas no porto de Conacri, foi um dos objetivos atingidos durante a Operação *Mar Verde*

¹¹⁰ A organização e importância dos comboios fluviais será abordada mais à frente neste capítulo.

Estes dados, confirmam uma vez mais a evolução técnico-tática alcançada por este movimento independentista que o fizeram destacar-se dos demais. De facto, em 1974, o PAIGC tinha já capacidade para desenvolver operações complexas, de assinalável envergadura, com os números a indicarem claramente uma tendência cada vez mais ofensiva, com a iniciativa a pender cada vez mais para o lado da guerrilha. Entre 1972 e 1974, os anos decisivos da guerra, das 3918 ações desencadeadas pelo PAIGC, 2485 (63%) foram ofensivas¹¹¹ e 1433 (37%) foram defensivas¹¹² (Sousa P. M., 2021, p. 353). Estes números são demonstrativos da agressividade e da eficiência operacional do PAIGC, exponenciadas pela participação de elementos cubanos, que muitas vezes comandavam ou assessoravam operacionalmente essas ações.

Esta agressividade teve um impacto direto no aumento substancial de mortos e feridos, tanto entre as forças portuguesas como das do próprio PAIGC, mas, principalmente, como sempre acontece em qualquer conflito armado, entre a população civil. Só no mês de maio de 1973 o Exército Português sofreu cerca de 60 mortos e duzentos e sessenta feridos, resultado de 160 ataques.

As táticas utilizadas eram de acordo com a doutrina anteriormente referida.

O princípio mais utilizado era o da retirada tática, só atacando quando se tinha a certeza de se estar numa situação vantajosa para causar o máximo de danos possível no embate inicial. Em seguida retiravam, já que confrontos prolongados geralmente pendiam para o lado português. Raramente os guerrilheiros ficavam a combater. Após flagelar um acampamento desapareciam misturando-se com a população para evitar retaliações. Nas emboscadas a tática preferida era a colocação de minas e armadilhas. Após serem ativadas pela coluna militar passante, e enquanto os soldados esperavam pela evacuação dos feridos, desencadeava-se o ataque.

Partindo de uma força com uma organização relativamente simples, à medida que o treino, a qualidade do armamento e equipamento e experiência de combate

¹¹¹ Ações de fogo, sabotagens, destruições, raptos, interdição de estradas e minas e armadilhas.

¹¹² Emboscadas defensivas, flagelações em fuga, ataques contra aeronaves e contra embarcações, interdição de acessos às zonas do PAIGC.

foram aumentando, o PAIGC foi reestruturando as suas forças de modo a seguir o processo de edificação de um Exército regular a partir de uma força de guerrilha.

Ainda em 1962 o PAIGC tinha elaborado um Plano de Atuação e Organização Militar onde definia desde logo dois tipos de força: de área (territoriais/quadrícula) e móveis (intervenção). A partir daqui e à medida que toda a estrutura foi evoluindo, o PAIGC foi acompanhando com sucessivas reorganizações das suas forças militares. Em 1963 é criado o Exército Popular, responsável pelo combate contra as forças portuguesas, e a Milícia Popular, responsável por controlar as designadas “áreas libertadas”¹¹³, sendo também reestruturada a guerrilha.

Ao conjunto do Exército Popular e da Guerrilha deu-se a designação de Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), ao passo que a Milícia Popular dependia dos órgãos político-administrativos do partido.

Em 1971 com a entrada na fase de amadurecimento e endurecimento do conflito, nova reestruturação. As FARP passam a ser designadas por Forças Armadas Nacionalistas (FAN), compostas pelo Exército Nacional Popular e pela Marinha Nacional Popular. Já a Milícia Popular passa a ser integrada nas recém-criadas Forças Armadas Locais (FAL).

A Marinha Nacional Popular seria a componente das FAN que incluiria os meios navais do PAIGC, referidos anteriormente, os fuzileiros e os mergulhadores-sapadores, que em 1971 estavam em treino e formação em Conacri. Os fuzileiros estavam organizados em bigrupos tal como as restantes forças terrestres.

Em termos de armamento, a arma base da guerrilha era a sobejamente conhecida AK-47, arma ligeira de eleição da grande maioria das tropas irregulares de África, Ásia e Médio-oriente desde meados do século XX, até aos nossos dias. Desde o Vietcong, à Al-Qaeda e Daesh, todos reconheceram a versatilidade, funcionalidade, e principalmente, resistência e confiabilidade sob todas as condições, dadas pela Kalashnikov.

¹¹³ O Exército Popular e a Milícia Popular foram criados formalmente em fevereiro de 1964 no seguimento de uma resolução do I Congresso do PAIGC, apesar de já se encontrem a operar desde o ano anterior.

Em seguida o PAIGC armava com o lança-granadas-foguete RPG-2, que gradualmente foi dando lugar ao mais moderno RPG-7. A este juntava-se uma panóplia de armamento ligeiro proveniente dos armazéns da URSS, China e países satélites, como a RPD, *Simonov*, ou *PPsh*, passando pela *Dragunov* para tiro de precisão, ou mesmo de países aliados de Portugal, como *Berettas* italianas ou *Thompsons* americanas.

Relativamente a armamento pesado, o PAIGC dispunha do canhão D-44 de 85mm, as armas antiaéreas ZPU de 1, 2 e 4 canos de 14,5mm, foguetes Katyusha de 122mm, lançadores múltiplos de foguetões BX-10, metralhadoras pesadas *Vladimirov* de 14,5mm, canhão sem recuo SPG-82. No final do conflito chegaram mesmo a ser utilizadas viaturas anfíbias PT-76 e BTR 40-P e carros de combate BTR 152 e T-34.

Mas a arma que teve o impacto direto mais pronunciado no conflito foi o míssil terra-ar *Strela 2M*, com a designação OTAN SA-7B “GRAIL Mod.1”. O seu aparecimento em 1973, numa fase crítica da guerra, fez com que as forças portuguesas perdessem a supremacia aérea de que tinham gozado até então sobre os céus da Guiné, com grande impacto nas operações, tanto a nível de apoio aéreo próximo, evacuação aero-médica, transporte de tropas e logístico. Os mísseis surgiram pela primeira vez em março de 1973, tendo-se registado logo nesse mês o abate de 3 aeronaves portuguesas. Eventualmente a Força Aérea Portuguesa adotou medidas para mitigar esta ameaça e retomar a atividade operacional, mas sempre com restrições impostas pela possibilidade de utilização do míssil, o que veio a acontecer com perda de diversas aeronaves. Este facto, para além do impacto moral e psicológico sobre os soldados portugueses, que viam assim condicionado o apoio precioso da FAP, muitas vezes a diferença entre a vida e a morte de soldados após um contacto com o inimigo, teve um impacto na operação da Marinha pois recaiu em grande parte nas lanchas, as funções, principalmente de evacuação e logísticas, que a FAP se viu obrigada a reduzir (Canas, & Silva, 2020, pp. 322-324).

O PAIGC tentou também capitalizar a posse dos mísseis para a sua própria propaganda, com o intuito de desmoralizar as tropas portuguesas ao mesmo tempo que moralizava os seus próprios combatentes, nomeadamente através do empolamento dos sucessos alcançados e dos números de aeronaves abatidas. A título de exemplo, em setembro de 1973 o PAIGC afirmava ter já abatido 21 aeronaves da FAP, o que era de

facto impossível, uma vez que nessa altura o dispositivo da Força Aérea na Guiné cifrava-se em cerca de 12 unidades (Venter, 2018, p. 269).

É também relevante referir a sofisticação deste sistema de armas, pois foi durante a guerra da Guiné que pela primeira vez uma força de guerrilha usou este tipo de armamento. Apenas o exército regular do Vietname do Norte tinha tido acesso a este míssil em 1972 e 1973. Também foi na Guiné que o *Strela 2M* a versão melhorada do míssil foi utilizada pela primeira vez em combate com sucesso, o que, apesar da surpresa inicial, permitiu às forças portuguesas e ocidentais recolher mais informação sobre este novo sistema antiaéreo soviético (Hurley & Matos, 2014).

A nosso ver, a cedência deste tipo de armamento, que na altura se encontrava na vanguarda da técnica, a uma força de guerrilha de uma pequena província portuguesa em África, é demonstrativo da credibilidade do PAIGC junto dos seus aliados e apoiantes, principalmente do bloco de leste, o que levou a um comprometimento sempre maior à medida que o conflito ia evoluindo, o que muito influenciou o decurso da guerra.

Em termos táticos os guerrilheiros seguiram a doutrina clássica de guerrilha.

Em primeiro lugar o uso do tempo. Uma guerra de desgaste beneficia sempre o guerrilheiro, que não tendo um prazo fixo para a prossecução dos seus objetivos políticos pode arrastar o conflito indeterminadamente. Até aos anos finais da guerra, em que como vimos o equipamento do PAIGC se equiparava ao português, superando-o mesmo em algumas áreas, o PAIGC nunca tentou uma ação decisiva para terminar a guerra do ponto de vista militar, ao contrário de Portugal que desencadeou algumas operações de grande envergadura, com a Operação Tridente, e principalmente Mar Verde à cabeça. A estratégia foi sempre a de prolongar o conflito, causando o máximo de dano às forças portuguesas, mas com a cautela suficiente para não as confrontar diretamente, o que provavelmente levaria a grandes baixas difíceis de substituir.

Este tipo de estratégia, típica da guerrilha, leva a dois desfechos possíveis, comprovados pela História ao longo dos anos: as forças governamentais são levadas a um nível de desgaste e desmoralização tal que perdem a vontade de lutar, por deixarem de acreditar na possibilidade de vitória, o que conduz à derrota militar, ou então, os

poderes políticos são pressionados pela opinião pública doméstica, que cansada da duração do conflito e dos seus custos, humanos e materiais, exige a retirada, conduzindo a uma derrota política. França na Indochina, EUA no Vietname¹¹⁴, e URSS no Afeganistão, para citar alguns exemplos mais conhecidos, todos sofreram, à sua maneira, política ou militarmente, os custos da gestão de uma guerra de guerrilha prolongada.

Em segundo lugar o uso da população. Depois de anos de um trabalho de propaganda intenso, a aceitação do PAIGC junto da população guineense foi sempre superior do que as suas congéneres em Angola e Moçambique. O PAIGC soube também dirimir as questões étnicas, criando um clima de relativa harmonia no seu seio, o que permitiu edificar uma força de combate coesa e aguerrida.

Em terceiro lugar a utilização dos santuários para o desenvolvimento das suas táticas e procedimentos baseados em sabotagem das infraestruturas de apoio ao esforço português, como pontes, a realização de golpes de mão para roubo e destruição de equipamento e material, flagelações com artilharia aos quartéis e emboscadas, que para além do objetivo de infligir baixas, tinham também o objetivo, tão ou mais importante, de criar uma grande pressão psicológica, pela negação de descanso e instauração de um clima de insegurança generalizado, o que provocava ansiedade nos soldados portugueses, diminuindo-lhes a moral, a vontade de lutar e consequentemente a eficácia operacional.

As emboscadas, instrumento central nesta estratégia, eram geralmente feitas aos comboios terrestres ou fluviais, com os bigrupos a colocarem-se o mais próximo possível das colunas para efetuarem tiro a curta distância, o que contrastava com Angola e Moçambique, em que os guerrilheiros preferiam fazer tiro a distâncias maiores para maior segurança. A interceção das forças de guerrilha após um ataque às forças portuguesas era sempre difícil, dada a proximidade das fronteiras que se assumiram como uma barreira quase intransponível para as forças portuguesas, pois os riscos políticos e diplomáticos que acarretaria levar a guerra para fora das fronteiras da Guiné-Bissau eram incomportáveis para Portugal (Saramago & Lopes, 2018, p. 52).

¹¹⁴ E já em 2021 no Afeganistão.

Em resumo, nos três teatros de operações, as ações mais comuns dos movimentos independentistas contra as forças portuguesas foram as seguintes (Afonso & Gomes, 2020, p. 28):

- a) Colocação de engenhos explosivos (minas e armadilhas) nos itinerários obrigatoriamente usados pelas tropas portuguesas,
- b) Emboscadas a colunas motorizadas e comboios fluviais (especificamente na Guiné);
- c) Flagelação de instalações militares;

Para contrariar estas ações, as forças portuguesas rotineiramente executavam as seguintes:

- a) Patrulhamento nas potenciais zonas de refúgio;
- b) Patrulhas de itinerários (rodoviários e fluviais), frequentemente em simultâneo com ações de escolta a colunas de reabastecimento;
- c) Contacto com as populações para a prestação de apoio médico-sanitário, escolarização, etc., enquadrado numa estratégia de ação psio-social.
- d) Ações de proteção de obras de engenharia e infraestruturas sensíveis;

4.2. Doutrina Portuguesa

Nas palavras de Jonh P. Cann, também citadas no livro de Al Venter, *Portugal e as Guerras de África*:

(...) ter mobilizado um exército, transportando-o milhares de quilómetros até às suas colónias africanas, estabelecendo grandes bases logísticas em localizações-chave para o apoiar, equipando-o com armas e equipamentos especiais e treinando-o para um tipo de guerra muito especial, foi um feito notável.

É ainda mais extraordinário pelo facto de essas tarefas terem sido realizadas sem qualquer experiência prévia, doutrina ou competência

demonstrada no campo, quer de projeção de poder como de guerra de guerrilha, e assim sem o benefício de quaisquer instrutores competentes nesta especialidade. Para colocar em perspectiva esta última afirmação, para além dos esforços periódicos de pacificação colonial, Portugal não disparava um tiro em cenário bélico desde a Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha invadiu o Norte de Moçambique e o Sul de Angola (Venter, 2018, p. 33).

Anteriormente já abordámos a forma como Portugal se preparou, ou tentou preparar, para a guerra que se antevia. Aliás, essa é uma das questões que aparece frequentemente na literatura disponível como um ponto de clivagem, geralmente decorrente da visão ideológica que o autor, ou autores, têm sobre a guerra e a ação de Portugal na mesma.

Mesmo entre os historiadores internacionais, à partida menos permeáveis às paixões que o tema ainda provoca entre os portugueses, e que se debruçaram sobre os conflitos que Portugal enfrentou em África nos anos 60, as opiniões divergem. Daremos conta de dois:

O mesmo John Cann, oficial da Marinha dos EUA com várias obras publicadas sobre a guerra ultramarina portuguesa, afirma categoricamente que “o país [Portugal] estava totalmente impreparado [para a guerra], pois os seus líderes nunca acreditaram que o que acontecera noutras partes de África lhes podia também suceder” (Venter, 2018, p. 11).

Por outro lado, René Pélissier, historiador francês também com vasta obra publicada sobre o assunto, em correspondência com o jornalista Al Venter, sublinha que “os portugueses não foram apanhados totalmente desprevenidos pelos acontecimentos. O que os apanhou desarmados foi o massacre racial que se seguiu no Norte [de Angola]. Não foi a rebelião, mas a sua intensidade, a sua forma repentina e a sua bestialidade, que quase levou à perda de Angola”, reforçando de seguida que “os colonos esperavam problemas, como demonstra o seu armamento: em 1959, Angola importou 156 toneladas de armas e munições; em 1960, 953 toneladas (seis vezes mais); enquanto em 1961 os números desceram para 42 toneladas e, em 1962, para 145

toneladas. Não era certamente para caçar elefantes, mas para resistir aos africanos se eles se rebelassem, que os portugueses encheram de armas os seus arsenais.” (Venter, 2018, p. 222)

Não sendo o objetivo deste trabalho abordar em profundidade a componente política da guerra, não iremos contestar, apenas constatar as afirmações destes autores. No entanto, como julgamos ter demonstrado anteriormente no presente trabalho, pelo menos no respeitante à Marinha, pela profusão de artigos publicados nos anos anteriores à guerra, tanto nos *Anais do Clube Militar Naval*, como nos *Anais de Marinha*, e pelos despachos dos responsáveis máximos das Forças Armadas, os líderes portugueses, pelo menos os militares, não negavam ou ignoravam a possibilidade da emergência de uma guerra subversiva nos territórios ultramarinos portugueses, dando mesmo alguns, como certo que tal iria acontecer a breve trecho.

Poderíamos duvidar da firmeza das convicções dos referidos oficiais, caso as ideias tivessem ficado pelo papel, contudo, como também vimos, muitas das ideias defendidas foram concretizadas ou nos anos imediatamente anteriores ao início do conflito, o que a nosso ver prova a seriedade com que o assunto era encarado, pelo menos nalguns círculos, ou imediatamente após o seu início, o que também revela algum grau de preparação. Tomemos como exemplos a criação da classe de fuzileiros e mergulhadores-sapadores, o quadro da reserva naval, a reestruturação da organização ultramarina da Armada, a encomenda de vários tipos de lanchas adaptados para o serviço ultramarino, entre outros exemplos aprofundados no capítulo anterior.

Assim, na nossa interpretação é difícil sustentar a tese de que Portugal ignorou o advento da guerra até ao primeiro disparo em África, se tomarmos em linha de conta as profundas alterações à estrutura das Forças Armadas operada no final dos anos 50 e início do 60, mesmo antes dos primeiros ataques em Angola, no início de 1961. Alterações dessa magnitude não se improvisam, e demonstram por si só um pensamento e planeamento anterior, que tinha já a possibilidade da guerra ou de algum tipo de alteração violenta à ordem normal, como pano de fundo.

Outra questão totalmente diferente é discutir-se se essas alterações foram as mais adequadas e suficientes, avaliação sempre difícil de fazer sem entrar em anacronismos e que não caberá neste trabalho.

O que teremos que concordar com a afirmação acima transcrita é a total falta de experiência das Forças Armadas Portuguesas no tipo de guerra que vieram a enfrentar.

Como referido, desde as campanhas em Angola e Moçambique durante a I Guerra Mundial, Portugal não dispunha de um contingente significativo, nem realizava operações militares de relevo em nenhuma das províncias ultramarinas. A título de exemplo, aquando dos ataques da UPA no norte de Angola, havia apenas 3000 militares portugueses em Angola, para um território 14 vezes maior do que Portugal Continental.

Tirando episódios esporádicos de alteração à ordem pública, Portugal não combatia em África há mais de quarenta anos. Nesse intervalo de tempo a natureza da própria guerra e das relações políticas e sociais dos povos dominados tinham-se alterado profundamente. Mesmo as operações das campanhas da I Guerra Mundial tratavam-se no fundo de operações de guerra convencional, entre dois exércitos europeus, cujo TO era África, em nada semelhante às guerras de insurreição da década de 60, assentes principalmente subversão, insurreição e guerrilha.

Aqui chegados, Portugal não tinha efetivamente nem experiência, nem doutrina, nem equipamento que permitisse combater de forma eficaz e eficiente nos novos conflitos que emergiam.

Quanto às estruturas, meios e equipamentos, já foram abordados no capítulo anterior. Iremos agora analisar a forma como Portugal, e especificamente a Marinha Portuguesa, reaprendeu a combater em África, num novo tipo de guerra, a doutrina que seguiu e desenvolveu e a forma como conduziu as operações, desenhou o dispositivo e se foi adaptando às suas próprias limitações e às transformações e evoluções do inimigo.

À semelhança do que acontecera ao nível das infraestruturas, organização e meios, a transformação das Forças Armadas Portuguesas de um exército de massas virado para a Europa e para o Atlântico, numa força de contraguerrilha virada para África, obrigou ao desenho de uma nova doutrina de emprego de forças que acompanhasse as alterações atrás elencadas.

Essa doutrina de contraguerrilha, ou contrainsurreição, começou a ser desenhada ainda durante os anos 50, com os três ramos das Forças Armadas a acompanharem e estudarem os exemplos de outras forças armadas de países europeus que também se encontravam envolvidas em guerras de contraguerrilha, principalmente em África e na Ásia, colhendo daí os exemplos que se lhes afigurassem mais úteis para o papel que perspetivavam serem chamados a desempenhar num futuro próximo. Os grandes conflitos travados pela França, primeiro na Indochina e depois na Argélia, pelos EUA no Vietname, pelo Reino Unido na Malásia e no Quênia, mas também conflitos de menor dimensão e importância como Bornéu, Chipre, Adém e Filipinas, todos serviram de exemplo para o desenvolvimento da doutrina portuguesa. Por outro lado, o estudo da doutrina de Lenine, Mao, Giap, Guevara entre outros, também foi considerado na preparação das tropas portuguesas, na melhor tradição de Sun Tzu de “aquele que conhece o inimigo e se conhece a si mesmo, sairá vitorioso de cem batalhas” (Tzu, 2009, p. 24).

Nesse sentido, logo em 1953, o Exército cria no Instituto de Altos Estudos Militares um Curso de Estado-maior de Pequenas Unidades, com a duração de oito semanas, frequentado por 53 oficiais. O objetivo era gradualmente redirecionar os comandantes operacionais do Exército, formados numa doutrina de guerra industrial baseada em unidades de escalão divisão ou corpo de exército, para o comando de pequenas unidades de escalão companhia e batalhão, mais adequada para a contrainsurreição e guerrilha, no seguimento dos exemplos recolhidos da experiência americana e britânica. Todo este trabalho redundou na publicação em cinco volumes da obra seminal *O Exército na Guerra Subversiva*¹¹⁵ de 1962, reeditado e atualizado com a experiência própria da guerra, entretanto recolhida, em 1966, e que se tornou o manual de operação do Exército em África. A par disto, foram criadas diversas unidades especificamente vocacionadas para a contrainsurreição, como os Comandos (africanos e metropolitanos), os Flechas ou as Companhias de Caçadores Especiais formadas no

¹¹⁵ Esta obra resulta da experiência de uma série de oficiais que frequentou cursos e viagens de observação a diversos centros especializados em contrainsurreição, como o *School of Military Intelligence* em Inglaterra, ou o *Centre d'Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla*, na Argélia, ainda, francesa.

Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego, e que atingiram níveis assinaláveis de eficácia neste tipo de operações.

A Força Aérea e a Marinha criaram também, cada uma, a sua doutrina de contrassubversão, escolhendo para tal os exemplos estrangeiros que lhes pareceram mais adequados. No caso da Força Aérea influenciou a criação das forças paraquedistas, em 1955, e na Marinha, como já vimos, a reativação dos fuzileiros em 1961.

Aqui há a assinalar um dos maiores erros apontados pelos diversos autores consultados, na condução da guerra por Portugal: a falta de uma doutrina comum de contrasubservão e a falta de “cultura” conjunta no seio das Forças Armadas Portuguesas.

De facto, a doutrina de contrasubversão foi desenvolvida e promulgada paralelamente dentro de cada um dos ramos, nunca existindo um regulamento assente em princípios comuns, nem se prevendo na doutrina de cada ramo a condução de operações conjuntas (Afonso & Gomes, 2020, p. 29).

Também a coordenação entre os ramos não era tão articulada como se impunha, acontecendo que na maior parte das operações os três ramos apenas atuavam ao mesmo tempo, na mesma área, mais do que desenvolviam uma verdadeira operação conjunta no sentido moderno do termo.

4.2.1. *Dinassaut, Mobile Riverine Forces e Royal Marines* – a experiência francesa, americana e inglesa na contrasubversão

Aquando da viragem para África em meados dos anos 50 do século passado, à semelhança do Exército e da Força Aérea, a Marinha começou a olhar para os outros países ocidentais em guerra de modo a tirar ilações para a sua própria doutrina de contrasubversão.

Como vimos, também à semelhança do que fizera o Exército com a reestruturação de grandes unidades de manobra tipo divisão e corpo de exército para unidades mais pequenas tipo companhia e batalhão, apropriadas para a contraguerrilha, também a Marinha, mesmo não abandonando as suas grandes unidades navais do tipo *destroyer* e fragata, pois as suas responsabilidades na OTAN não o permitiam, criou uma

nova Marinha, baseada em pequenas unidades navais, a chamada “Poeira Naval”, especificamente criada e adaptada aos Teatros de Operações africanos e às operações de contrainsurgência. Constatou-se que para se combater uma “pequena guerra” eram necessários pequenos exércitos e pequenas Marinhas, ágeis, rápidos, flexíveis e económicos para permitir a sustentação da guerra ao longo do tempo, ao invés das grandes unidades, naturalmente mais lentas e dispendiosas.

Inicialmente a Marinha, até por tradição, debruçou-se sobre a experiência da *Royal Navy* e dos *Royal Marines* na Malásia. Importante lembrar que os fuzileiros portugueses foram reativados a partir de elementos enviados para Inglaterra para frequentar o curso dos *Royal Marines*, sendo que, neste caso específico, a menor duração do curso inglês, em relação ao francês, aliada à urgência que a guerra impunha, foi o que fez pender a escolha do comando da Marinha Portuguesa, algo já abordado aprofundadamente no capítulo anterior. No entanto, após análise, chegou-se à conclusão de que a experiência francesa, principalmente na Indochina e Argélia, era mais semelhante e adequada ao cenário que se esperava encontrar na África portuguesa.

Para essa ideia contribuía o facto de a organização francesa ser mais pequena que a britânica, o que para um país com a população portuguesa era uma vantagem, a sua abordagem ser menos convencional e possuir uma experiência recente de 9 anos em operações na Indochina que lhe davam, apesar da derrota final, um manancial de experiência que era importante aproveitar.

De facto, para a Marinha, e especificamente para o Teatro de Operações da Guiné, a experiência francesa e americana na Indochina e posteriormente no Vietname, foi de grande importância para o desenvolvimento da doutrina de emprego das forças.

As ligações entre o Vietname e as guerras portuguesas, principalmente na Guiné-Bissau, são facilmente compreensíveis por duas ordens de fatores: em primeiro lugar, a contemporaneidade das operações militares francesas e americana com as guerras portuguesas. Se a intervenção francesa pôde servir de preâmbulo ao que Portugal iria encontrar, tendo-se extraído da sua experiência a doutrina que permitiu fazer face aos primeiros tempos da insurgência, a guerra americana, por se desenrolar ao mesmo

tempo que a portuguesa e por envolver diretamente uma das duas maiores potências militares do mundo, naturalmente suscitava interesse no comando militar português, pelas semelhanças, apesar da diferente escala, de ambos os conflitos.

No caso específico da Guiné, estas experiências anteriores foram particularmente importantes pois as semelhanças entre os dois teatros de operações eram de tal ordem que a tipologia de missões desempenhadas e as táticas utilizadas pelas marinhas francesa, americana e portuguesa acabaram por tender para o mesmo em ambos os casos, com as relativas diferenças decorrentes da assimetria de potencial militar de França, EUA e Portugal.

Tirando o facto de a Guiné ser um país completamente plano, ao invés do Vietname que contém vastas áreas montanhosas, as restantes características, clima tropical inclemente, com monções caracterizadas por chuvas torrenciais, sistemas fluviais labirínticos, e vegetação densa, aproximavam ambos os teatros.

Aqui como na Guiné, a movimentação das tropas por via terrestre era extremamente difícil, pois haviam extensas áreas sem estradas e em que a vegetação era tão densa e os caminhos tão difíceis e propícios a emboscadas, que as principais linhas de comunicações para as forças militares passaram a ser os rios e as rotas costeiras nas províncias perto da costa.

Rios como o Vermelho e o Mekong, largos e profundos e com ligação direta ao mar assumiram-se como verdadeiras autoestradas militares durante a guerra. No entanto, nas províncias do interior, o sistema fluvial era entrecortado, com afluentes pouco profundos e estreitos, o que obrigou, tanto a França como os EUA à organização de uma esquadra de navios fluviais, especialmente adaptados a estas condições de modo a poder explorar as potencialidades de transporte logístico nos rios, escolta, patrulha e apoio às operações militares, ao mesmo tempo que negava ao Vietminh as mesmas facilidades.

O tipo de navios considerados adequados para estas funções pelos franceses foram as lanchas de desembarque americanas e inglesas, excedentes da II Guerra Mundial, que após serem modificadas em estaleiro podiam ser utilizadas em missões de combate e transporte, consoante as suas novas características.

O sucesso desta solução não passou despercebido ao comando da Marinha Portuguesa que, como vimos no capítulo anterior, adotou uma solução em tudo semelhante na Guiné com as LDM especialmente modificadas para fiscalização e LDM para transporte logístico, bem como as restantes classes de lanchas também baseadas na experiência francesa.

Os franceses foram assim os primeiros a desenvolver este novo tipo de operações fluviais e ribeirinhas tal como as conhecemos. Aos navios propositadamente construídos para a navegação nos canais da Indochina, com pouco calado, grande manobrabilidade em águas restritas, blindagem contra fogo a curta distância vindo da margem e poder de fogo considerável, adicionaram uma componente de infantaria: os fuzileiros navais. O conjunto fuzileiro-lancha foi primeiro organizado em Grupos de Combate Anfíbios e por fim em Divisões Navais de Assalto, apelidadas de *Dinassaut*¹¹⁶, cuja constituição variava consoante a tipologia de missão atribuída. Ao todo, ao longo do conflito foram constituídos dez *Dinassaut*.

A eficácia desta organização serviu de exemplo não só para a Marinha Portuguesa, mas também para a Marinha da República do Vietname, e mais tarde para a Marinha Americana.

Em ambos os conflitos, o tipo de missão atribuída às marinhas francesa, portuguesa e americana foi em tudo semelhante, destacando-se as seguintes:

- a) Patrulha dos cursos de água para impedir a infiltração de guerrilheiros nas áreas controladas;
- b) Transporte logístico de material e pessoal devido à inacessibilidade terrestre de largas áreas do teatro de operações e ao perigo de emboscadas e minas;
- c) Apoio de fogos às operações terrestres;
- d) Abastecimento logístico de bases localizadas ao longo dos cursos de água;
- e) Emboscadas nos rios;
- f) Evacuação médica em alternativa à evacuação aérea;

¹¹⁶ *Dinassaut* é a abreviatura de *Divison Naval d'Assaut*.

- g) Fiscalização e ação de policiamento do litoral para evitar o contrabando de armas e combatentes e outro material vindo do exterior para apoio da guerrilha.

Aquando do início da Guerra do Vietname em 1965, a Marinha Americana, baseada na experiência francesa anterior, rapidamente adaptou e desenvolveu a sua própria doutrina, modo de emprego e navios especificamente desenhados para operações ribeirinhas.

Inicialmente as Forças Armadas Americanas, por imperativos de rapidez na aquisição, recorreram a navios desenhados para funções comerciais, mas que aparentemente, após algumas adaptações, cumpriam com os requisitos necessários para o tipo de guerra nos rios: manobrabilidade, velocidade, e pouco calado. Contudo, rapidamente chegaram à conclusão que este tipo de navios, desenhados para operarem em condições ótimas, não resistiam às condições extremas que o clima e as operações no Vietname impunham. O alumínio, o contraplacado marítimo e a fibra, materiais normalmente utilizados neste tipo de embarcações, se por um lado permitiam pequenos calados e grandes velocidades, por outro, como já explicado anteriormente, ofereciam pouca proteção à guarnição e às áreas sensíveis do navio, contra fogo a curtas distâncias, um problema sempre presente nos canais estreitos, tanto da Guiné como no Vietname.

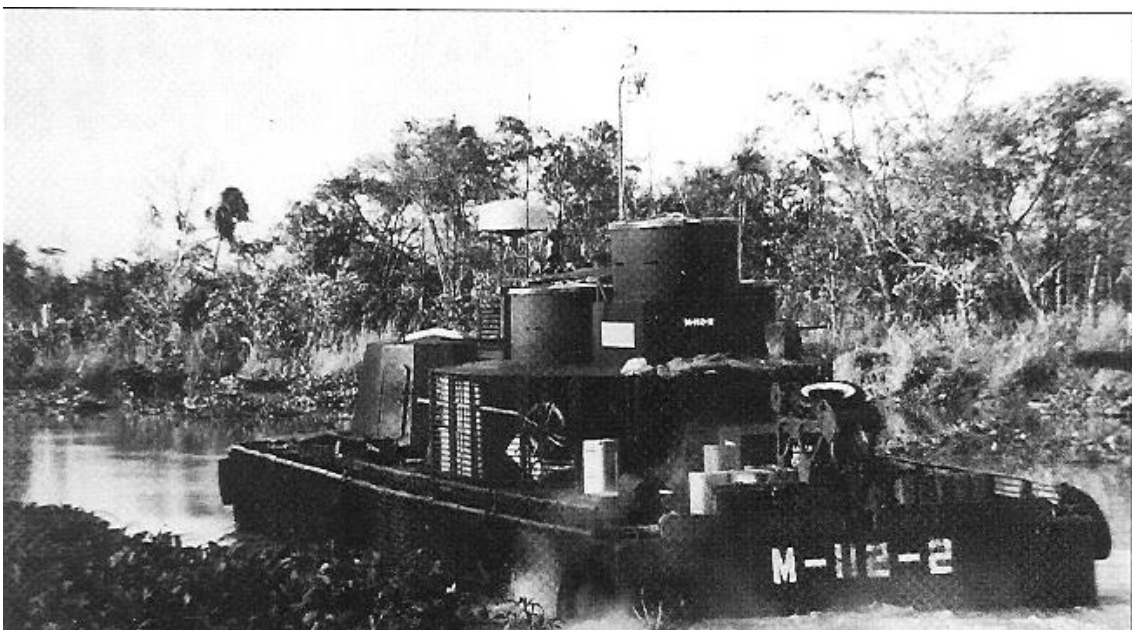


Figura 23 - Monitor fluvial americano a navegar num rio do Vietname

Assim, foram sendo desenhados novos navios, adaptados desde a origem a operar neste tipo de condições. A partir de 1968 a Marinha Americana cria mesmo uma nova categoria para este tipo de navios, os *Riverine Warfare Craft*¹¹⁷ que podiam ser divididos em várias classes consoante as suas características e tipologia de missão, desde lanchas para patrulha, navios para transporte de tropas, lanchas de desembarque, draga-minas fluviais e navios de comando e controlo. Destes o mais interessante seria o monitor fluvial, uma espécie de “carro de combate” flutuante ou em termos navais, “um couraçado dos rios”, com enorme poder de fogo e blindagem.

A organização operacional americana assentava em três pilares: *River Patrol Force*, *Coastal Surveillance Force* e *Mobile Riverine Force*.

A *River Patrol Force*, constituída principalmente por lanchas de fiscalização, tinha como missão principal a patrulha e vigilância do Delta do Mekong, na tentativa de controlar o tráfego fluvial¹¹⁸.

Por sua vez a *Coastal Surveillance Force* tinha como missão o controlo da navegação costeira, principalmente no sentido norte-sul, pois era sabido que o vietcongue utilizava a cabotagem costeira para contrabandear grandes quantidades de material e pessoal do norte para sul ao longo da costa¹¹⁹.

Por último, a *Mobile Riverine Force* (MRF) era a verdadeira força de intervenção para operações ofensivas, criada para quebrar a iniciativa do vietcongue. Esta força, conjunta, era composta por uma componente naval, a *River Assault Flotilla*, que por sua vez se dividia em *River Support Squadron*, *River Assault Squadron* e *River Assault Division*¹²⁰, e uma componente terrestre composta por uma brigada de infantaria do exército americano (Rottman, 2006).

Reside aqui uma das grandes diferenças entre a abordagem americana e a portuguesa. Para além da escala dos meios envolvidos, no caso americano havia uma verdadeira cultura de operações conjuntas. Nas MRF os meios navais serviam de

¹¹⁷ Algo como “embarcação de guerra fluvial” (tradução do autor).

¹¹⁸ Operação *Game Warden*.

¹¹⁹ Operação *Market Time*.

¹²⁰ Respectivamente, Esquadrão Fluvial de Apoio, Esquadrão Fluvial de Assalto e Divisão Fluvial de Assalto (tradução do autor).

transporte e apoio a unidades de infantaria do exército que desembarcavam e conduziam as operações em terra, com patrulhas de até três dias.

No caso português, como abordado anteriormente, e até à chegada do General Spínola à Guiné, que alterou em certa medida este paradigma, a atuação da Marinha, Exército e Força Aérea, mesmo nas operações conjuntas, pautava-se por muita independência e até alguma competição entre os ramos. Trabalhavam juntos, se necessário, mas não verdadeiramente em conjunto¹²¹.

A tudo isto os oficiais portugueses estavam atentos. É de facto interessante, mas perfeitamente compreensível, dada a similitude e a cobertura mediática e até o impacto cultural que a Guerra do Vietname teve a nível global nos anos 60, que nos relatos sobre a sua experiência junto das tropas portuguesas nos três teatros de operações em África, Al Venter registe diversas ocasiões em que conversas casuais com oficiais dos três ramos das Forças Armadas, de maior ou menor posto, com frequentes referências às ações desenvolvidas pelos americanos no Vietname, seguindo-se de comentários comparativos entre a situação, meios e conduta de uns, americanos, e outros, portugueses.

Alpoim Calvão chegou mesmo a referir que a inexistência de um navio na Guiné com as características de um verdadeiro monitor fluvial tinha um grande impacto operacional e punha em causa o controlo das vias fluviais indispensável à vitória contra a insurreição, propondo a aquisição urgente deste tipo de embarcações, baseando-se na experiência americana, algo que nunca chegou a acontecer (Telo, 1999, pp. 582-583).

4.2.2. Operações em águas interiores – como a Marinha Portuguesa operou na Guiné

Se inicialmente a doutrina seguida era estrangeira, por manifesta inexperiência da estrutura militar portuguesa no tipo de guerra que iria enfrentar, em contraste com alguns países ocidentais que se tinham deparado, ou deparavam com violentas e prolongadas guerras ultramarinas, não demorou muito até a experiência portuguesa

¹²¹ “Com efeito, são demais conhecidos os constantes problemas de melindre e rivalidade exagerada que sempre separam os diversos ramos das Forças Armadas todas as vezes que há que considerar o seu emprego conjunto” (Leandro, 1961, p. 302).

acumulada começar a dar os seus frutos, e os militares, principalmente os oficiais, regressados dos diferentes teatros de operações em África começarem a produzir um corpo doutrinário que permitisse adaptar o treino dos efetivos e o seu posterior emprego operacional e tático à realidade vivida e experienciada no terreno.

No caso da Marinha, em termos de emprego de meios, poderemos dar dois exemplos, muito marcados principalmente pelo teatro da Guiné, onde a atuação da Armada era mais significativa, exigente e intensa, o que enriquecia a experiência recolhida: a condução e atuação dos diferentes tipos de lanchas, e o emprego dos fuzileiros.

No respeitante aos fuzileiros, tendo começado a sua existência com forte influência inglesa e francesa, rapidamente o conceito de emprego das unidades destacadas foi evoluindo, variando de província para província ao sabor das características próprias de cada Teatro de Operações, mas não menos importante, do inimigo que se enfrentava. Os primeiros comandantes que regressaram tinham a noção exata que a doutrina utilizada na formação das primeiras unidades de fuzileiros enviadas para África, eminentemente de base inglesa, estava já desajustada da realidade ultramarina portuguesa. Tornava-se, portanto, necessário e urgente rever os manuais do curso de fuzileiros que tinham sido elaborados em 1961 pelos oficiais formados em Inglaterra, incorporando-lhe a experiência prática dos primeiros comandantes regressados das Províncias Ultramarinas.

No mesmo sentido, a partir de 1966 estabeleceu-se na Guiné a “Preparação Técnica Operacional” (PTO), um plano de treino ministrado às unidades de fuzileiros que chegavam à província, previamente ao seu emprego operacional.

O intuito deste treino era, reconhecendo a impossibilidade de replicar em Portugal as condições extremamente difíceis e particulares do TO da Guiné, garantir um período de sobreposição entre as unidades que iniciavam e as que terminavam a sua comissão, que lhes permitissem ganhar a experiência nas técnicas, táticas e procedimentos mais atualizados para a contrainsurgência, e ao mesmo tempo criar a ambientação e a resistência física e psicológica às difíceis condições em que iriam operar e viver (Cann J. P., 2016, p. 101).

A Marinha, consciente do escalar do conflito e da sua rápida evolução técnica e tática, decide criar no seio do Estado-Maior da Armada, mas com instalações físicas na Escola de Fuzileiros, o Gabinete de Estudos da Guerra Subversiva (GEGS)¹²² que se funde com o já existente Gabinete de Estudos da Escola de Fuzileiros, dando origem a um organismo que se tornaria no mais importante repositório de conhecimento e de emanção de doutrina sobre guerra subversiva da Marinha.

Com base na experiência dos regressados em fim de comissão, na análise dos relatórios das missões e do envio de observadores à Guiné, Angola e Moçambique para acompanhar, no terreno, o desenrolar do conflito e a aplicação e adequação prática dos procedimentos em vigor, foi possível coligir uma robusta base conceptual sobre o tipo de guerra que estava a decorrer, completamente nova para Portugal, vertendo-a em doutrina, tanto para emprego operacional como para os próprios planos de curso de fuzileiros, contribuindo assim para a edificação do que John Cann apelidaria de “*a portuguese way of war*”¹²³ (Hortelão, Baêna, & Sousa, 2012, pp. 121-123).

Esta recolha deu origem a um conjunto de estudos, recomendações, pareceres e publicações, das quais destacamos o *Manual do Fuzileiro*, uma publicação em seis volumes, com primeira edição em 1962 e que vertia essa mesma experiência, tendo-se tornado na referência da formação de numerosas gerações de fuzileiros. Este manual, em conjunto com o *Curso de Fuzileiros Especiais*, de 1967, publicado em sete volumes¹²⁴, julgamos representar para os fuzileiros em particular e para a Marinha em geral, o que o mais conhecido *O Exército na Guerra Subversiva* representou para este ramo.

Não querendo fazer uma descrição exaustiva do conteúdo, julgamos indispensável, para a completa compreensão da ação da Marinha na Guiné, realçar

¹²² Este gabinete, criado por Despacho Ministerial de 21 de janeiro de 1966 e publicado na Ordem da Armada 2ª Série, n.º 2 de 1 de fevereiro de 1966, definia logo no seu preâmbulo que o novo gabinete tinha como objectivo primário o de “*intensificar o estudo da guerra subversiva, nos campos tático, técnico e psicológico e extraindo da experiência das nossas unidades de operações no Ultramar os ensinamentos indispensáveis a melhorar a preparação do pessoal e a eficiência das nossas unidades*”, de modo a “*propor as modificações que devem ser introduzidas na organização, no armamento, no equipamento e na doutrina tática, das forças e das unidades da Armada, por motivo do seu emprego na luta anti-subversiva*”.

¹²³ Um modo português de fazer a guerra (tradução do autor).

¹²⁴ Estratégia, Operações Anfíbias, Tática, Infantaria de Combate, Armamento, Explosivos-Munições-Demolições e Miscelânea.

alguns dos aspetos mais importantes contidos nestes manuais, até porque, como é referido logo na abertura do volume do *Curso de Fuzileiros Especiais* dedicado à tática, com base numa citação atribuída a Napoleão Bonaparte, “somente a prática é útil”, o que espelha bem o espírito com que estas publicações foram produzidas – feitas na guerra para a guerra.

Transversal ao espírito de cada volume, é o reconhecimento implícito ou explícito de que “na guerra subversiva, a necessidade de obter o apoio da população é fundamental, constituindo a conquista da sua opinião o objetivo principal a atingir. Os esforços quer da subversão, quer da luta contra a subversão, serão orientados no sentido de conseguir esse apoio e as Forças Armadas, portanto, paralelamente à sua ação tipicamente militar, terão de ser chamadas a colaborar naquela conquista”, tornando-se “assim necessário que as Forças Armadas estejam moral e tecnicamente preparadas para tomar parte numa luta de tal natureza e, muito em especial, que estejam imunizadas contra as ações de propaganda que o adversário sobre elas exercerá” (Miscelânea, 1967, pp. MI 06-5).

Esta ideia aparece recorrentemente nos vários volumes o que no nosso entender revela a maturidade alcançada na condução de operações de contra-subversão e na adaptação ao meio em que se desenrolava a guerra pela Marinha.

No volume dedicado à tática, de entre diversas considerações vocacionadas estritamente para o combate, tanto ofensivo como defensivo, destacaremos dois aspetos, que no nosso entender as patrulhas de ação psicológica e a compilação de “normas aconselhadas pela prática” deixadas para o último capítulo do volume.

As patrulhas, tanto apeadas como em bote, tratando-se de uma das ações mais rotineiras das forças de infantaria que atuaram no Ultramar merecem especial destaque.

A doutrina portuguesa para os fuzileiros identifica três tipos de patrulhas possíveis: de combate, de reconhecimento e de ação psicológica.

A de combate, como o próprio nome indica, emprega-se para destruir ou capturar pessoal, material e instalações dos insurgentes, sendo constituídas, nos moldes

que permitam combater e destruir todas as forças inimigas que forem encontradas na área a patrulhar.

As de reconhecimento, pelo contrário, pretendem evitar o contacto com o inimigo, centrando-se na obtenção de informações sobre o inimigo, como a localização dos acampamentos e dispositivos de defesa, o movimento dos grupos guerrilheiros, armamento e meios de transporte de que dispõem e locais de abastecimento, ou então sobre as características de determinada área como o estado do capim, altura de águas dos rios, povoações na área, montes e matas existentes, estado dos caminhos e picadas, entre outros, de modo a permitir um melhor planeamento de ações posteriores.

Já as patrulhas de ação psicológica tinham como finalidade “tranquilizar e dar ajuda a populações em perigo, intimidar possíveis focos de revolta, dar apoio logístico a povoações isoladas, etc.”, reconhecendo-se de imediato que “são de grande importância na guerra subversiva”.

Quanto às várias “normas aconselhadas pela prática” destacamos que “o uso de estadas, picadas ou trilhos é estreitamente vedado aos DFE’s, salvo se razões de natureza tática e de carácter excecional justificarem procedimento diferente”, e também “quando se torna necessário realizar desembarques discretos, os locais devem ser escolhidos bastante afastados dos sítios de cambança normalmente usados pelas populações, ainda que tenham de ser feitos em locais “impossíveis”, pois estes é que oferecem a linha de menor espera. De realçar a utilização do termo “cambança”, tipicamente guineense, o que prova, uma vez mais, o peso deste TO em particular, na experiência de guerra da Marinha.

No volume dedicado à estratégia, nova chamada de atenção para as manobras de ação psicológica pois “neste género de guerra é sobretudo indispensável compreender que os verdadeiros sucessos são de ordem psicológica, pelo que as ações materiais têm só interesse pelo que possam influenciar o moral ou o prestígio dos combatentes ou da população. A guerrilha deve ser, o mais das vezes, conduzida neste sentido”.

De notar também a seguinte afirmação que enquadra a utilização da propaganda para a obtenção de resultados psicológicos favoráveis no seguimento de resultados

operacionais desfavoráveis ou desapontantes: “se não houver sucessos ou estes forem muito pequenos, o bluff – inclusive a mentira total, podem substituí-los (ex: a “heroica” de Port-Said, a campanha da Ilha do Como, etc.)”. Esta “campanha da Ilha do Como” referir-se-á, sem o dizer explicitamente, à célebre “Operação Tridente”, a primeira grande operação conjunta desencadeada na Guiné entre 15 de janeiro e 24 de março de 1964, com o objetivo de retomar a soberania portuguesa nas ilhas do Como (Como, Caiar e Catuco), reganhar a iniciativa no sul do território, demonstrar força e manter as comunicações fluviais abertas, principalmente para Catió. A Ordem de Operações foi desenhada pela Marinha sobre proposta do Comando da Defesa Marítima da Guiné e a operação, apesar de espetacular, redundou, segundo várias fontes, numa vitória pírrica. As forças portuguesas nunca conseguiram erradicar completamente a presença do PAIGC nas ilhas, apesar de terem conseguido limitar muito a sua atuação, e a companhia de caçadores, que foi mantida na Ilha de Como, na mata de Cachil, para garantir a soberania nacional, passou a ser alvo de flagelação constante por parte dos insurgentes. O arquipélago perdeu importância estratégica pois a guerrilha movimentou-se para outras áreas, o que acabou por provocar também o seu abandono pelas forças portuguesas, que nunca instalaram uma autoridade administrativa (Furtado, 2007).

Apesar do desfecho discutido, e da manifesta inadequação para a contrassubversão de parte dos meios utilizados nos primeiros anos de guerra, a Operação Tridente serviu para dar substância prática a todos os planos de instrução das unidades de fuzileiros, tendo-se criado doutrina tanto no campo tático como técnico, bem como um corpo de lições aprendidas que foram depois adaptadas às circunstâncias dos outros teatros de operações (Paes, et al., 2012, p. 222).

Por último analisaremos o volume dedicado especificamente às Operações Anfíbias, cujo último capítulo, intitulado “Operações em Águas Interiores” se constitui como um interessante estudo sobre a atuação da Marinha no geral, num Teatro de Operações do género da Guiné, em cuja experiência foi claramente inspirado¹²⁵.

O manual começa por tipificar as missões da Marinha e Força Aérea, reconhecendo-se a superioridade aérea como um fator indispensável para a realização

¹²⁵ Apesar de não se encontrar assinado, a autoria do texto é atribuída ao Comandante Alpoim Calvão, oficial fuzileiro com vasta e reconhecida experiência de guerra na Guiné.

de uma operação anfíbia bem-sucedida. Em seguida elenca as funções da infantaria, neste caso, Exército e Fuzileiros, numa operação anfíbia. Pelo interesse para o trabalho destacaremos as primeiras e as últimas.

À Marinha caberia:

- a) Adquirir e manter a liberdade do mar;
- b) Fornecer navios, forças e meios de comando e controlo;
- c) Formar comboios e dar-lhes proteção;
- d) Transportar as forças de desembarque;
- e) Desembarcar as forças de desembarque;
- f) Garantir a dragagem de minas, a limpeza de obstáculos costeiros e fornecer apoio de fogo artilheiro;
- g) Efetivar a consolidação e a descarga de todos os transportes;
- h) Defender os flancos da cabeça de praia e da frente marítima;

Quanto às forças de infantaria caberia:

- a) Elaborar o plano de embarque;
- b) Executar o desembarque;
- c) Estabelecer e manter a cabeça da praia;
- d) Explorar o sucesso.

Vemos aqui resumida em doutrina, o grosso das missões executadas pela Marinha no Ultramar.

No caso da Guiné, começa-se por reconhecer, com base na experiência de cinco anos de guerra, que efetivamente os insurgentes na Guiné são maus marinheiros. Para tal afirmação o autor baseia-se em duas constatações principais. A primeira de base étnica, aponta o facto de o PAIGC nunca ter conseguido aliciar a etnia manjaca, os marinheiros tradicionais da Guiné para a luta armada. A outra razão, de base teórica e doutrinária, prende-se com o facto de que a doutrina de guerrilha utilizada provém de países eminentemente continentais (China e Rússia) em que a condução da insurgência valorizou muito mais o desenvolvimento de táticas terrestres do que o aproveitamento da componente naval. Seja qual for a adesão destas teorias à realidade, o facto é que efetivamente, como já apontado anteriormente neste trabalho, ao longo da guerra o

PAIGC nunca conseguiu contestar a supremacia fluvial portuguesa nos rios, canais e afluentes da Guiné, o que se prova no facto de nenhuma zona ter sido vedada à entrada de navios portugueses e também na constatação de que, apesar das inúmeras emboscadas, ataques às lanchas e inclusive utilização de minas fluviais, registadas ao longo dos dez anos de combates, que resultaram em diversas baixas e danos materiais nos navios, as forças insurgentes revelaram pouca imaginação nos métodos e táticas de ataque utilizadas, escolhendo repetidamente os mesmos locais para disferir os ataques, o que facilitava a sua previsão e conseqüente defesa das forças fluviais, não tendo a Marinha Portuguesa perdido nenhuma unidade naval decorrente de ações inimigas.

Para estes dois sucessos, o documento remete para a ação do binómio navio-fuzileiro e navio-bote.

A versatilidade dos botes permitiu desenvolver ao longo da guerra uma doutrina de emprego que resultou nos binómios atrás descritos e que se revelou fundamental para o sucesso das operações ribeirinhas.

Lançados a partir de bases em terra, da margem ou de navios, foi esta última a opção mais bem-sucedida, pois garantia uma melhor segurança, já que as bases em terra, sendo fixas, eram mais vulneráveis a ataques do que os navios. Os navios ofereciam também uma grande flexibilidade e imprevisibilidade na condução das operações, permitindo patrulhas irregulares, em tempo e em local, fator essencial em qualquer ação militar, especialmente na contrainsurreição.

Neste âmbito, foram desenvolvidas várias soluções táticas que se mostraram eficazes e que estavam apenas limitadas pela imaginação e criatividade dos militares portugueses.

A mais comum era a de cada lancha navegar com botes colocados de braço dado ou rebocados e prontos a largar a qualquer momento. Isto permitia uma grande rapidez na largada dos botes, pois bastava aos fuzileiros, caso não fossem já a bordo, saltarem para dentro do bote, e largarem os cabos que o prendiam à lancha, manobra possível com o navio parado ou em trânsito à velocidade normal.

Este facto permitia diversas ações que visavam ganhar o fator surpresa ludibriando o inimigo. Por exemplo, era comum uma lancha a navegar de noite, em

estrita ocultação de luzes, passar em determinada zona em que suspeitava de atividade inimiga, largando antecipadamente, sem reduzir velocidade, os seus dois botes com uma esquadra de fuzileiros cada (3 a 4 por bote). Estes botes, derivando com a corrente ou com o auxílio de pagaia iam emboscar-se na margem, esperando que com a passagem da lancha, e sentindo-se seguros, os insurgentes se mostrassem, caindo assim na emboscada.

Outro exemplo, era a largada de botes, sempre a coberto da noite, que se dirigiam para a margem, onde desembarcavam os fuzileiros, que esperariam pelos primeiros alvares para iniciar as suas patrulhas, que poderiam cobrir um raio de até 30km e durar cerca de dois dias, sendo depois recolhidas pelos botes e trazidos para as lanchas em pontos previamente definidos. Se a inserção das patrulhas fosse feita com a descrição exigida, a sua ação em terra causaria grande instabilidade e sentido de insegurança no inimigo.

Os botes eram não raras vezes enviados a investigar contactos suspeitos, grande parte das vezes durante a noite. Nessas ocasiões seriam vetorizados a partir da lancha, que com o seu radar de navegação e comunicações rádio, conduziria o bote pela escuridão até ao objetivo¹²⁶.

Durante o dia, antes da passagem da lancha numa zona com atividade inimiga, os botes seriam largados, seguindo na esteira da lancha a determinada distância. O objetivo seria uma vez mais ludibriar o inimigo, que se sentiria seguro após a passagem da primeira patrulha de lanchas, sendo depois intercetado pela segunda patrulha de botes.

Por fim, era também comum a utilização de botes, que seguindo a vante das lanchas em locais pouco conhecidos, identificavam baixos ou outros perigos à navegação, efetuavam levantamentos hidrográficos expeditos, ou tentavam detetar a existência de minas fluviais ou outros obstáculos colocados pelos insurgentes, abrindo assim caminho aos navios de maior calado (Cann J. P., 2016, pp. 31-32).

¹²⁶ Para que o eco radar do bote fosse forte o suficiente para ser adquirido pelo radar da lancha, os botes estariam equipados com refletores radar. Caso não fosse possível, um capacete elevado na ponta de uma pagaia ou G3, ou outro qualquer objeto metálico, serviria de refletor improvisado.



Figura 24 - NRP Alvor amarrada ao tarrafo da margem num rio da Guiné, com bote a reboque (1970)

Quanto às missões desempenhadas pela Marinha na Guiné, o documento assinala cinco: fiscalização das águas costeiras e interiores, apoio logístico e operacional às Forças Armadas, controlo e limpeza do intrincado de linhas de navegação interiores, proteção à navegação de comércio e ações de intervenção em terra nas zonas ribeirinhas.

Para tal o território foi dividido em sete bacias hidrográficas (Cacheu, Mansoa, Geba-Corubal, Rio Grande de Buba, Tombali, Cumbijã e Cacine) às quais eram atribuídas os diferentes DFE e lanchas (LDM's, LDP's, LF's e por vezes LFG) que formavam Unidades Tarefa, ou na nomenclatura OTAN, *Task Units* (TU).

A composição normal de uma TU, que poderia variar consoante a tipologia de missão atribuída, consistia:

- a) 1 LFG da classe *Argos* que servia de navio de apoio logístico, apoio de fogos e de comunicações;
- b) 2 LDM para o desembarque de fuzileiros em terra e que complementava o apoio logístico e de comunicações proporcionado pela LFG;
- c) Meio DFE (40 homens) para as operações em terra, com a missão de assegurar o controlo das margens e consequentemente, do rio, pondo em prática, mas em sentido inverso, o ditado da guerrilha que postulava que "o senhor das margens, é o senhor do rio".

A estas TU eram atribuídas missões que teriam a duração média de 15 dias e que se resumiriam ao seguinte:

- a) Constituição de comboios de navios e embarcações comerciais que necessitariam de atravessar zonas inseguras. Sendo as vias fluviais a principal forma de transporte de mercadorias na Guiné, a constituição destes comboios revelou-se indispensável à manutenção da sustentabilidade económica da província, e à sustentação logística do dispositivo militar durante a guerra. A maior parte da navegação era conduzida de noite, pois o risco de encalhe compensava a diminuição dos efeitos das emboscadas;
- b) Fiscalização e patrulhamento dos rios e afluentes com o intuito de detetar e desencorajar o tráfego de canoas, principal meio logístico dos guerrilheiros;
- c) Montagem de emboscadas noturnas em locais de provável cambança;
- d) Transporte de forças dos outros ramos das Forças Armadas;
- e) Reconhecimento e patrulhas armadas em terra, para tentar localizar e neutralizar elementos inimigos, causando baixas e insegurança, obter informações, estudar o terreno em preparação de operações futuras;
- f) Estudo da hidrografia dos rios, recolhendo informações que permitissem a atualização das cartas e roteiros existentes, e para reconhecimento de possíveis locais de desembarque.



Figura 25 - Desembarque de forças a partir de uma LDM na Guiné

A questão dos desembarques era absolutamente crítica, pois ao contrário das operações anfíbias clássicas, em que o local de desembarque é uma praia mais ou menos extensa, que nos traz à memória o dia D na Normandia, no caso dos rios da Guiné, na maioria das vezes as praias pura e simplesmente não existiam, caracterizando-se as margens por um denso arvoredo ou mangal, sobre o qual o desembarque era diretamente feito, ou então em estreitas aberturas que permitiam pouca margem de manobra, proteção e mobilidade à força desembarcada. A grande amplitude de maré sentida em certos locais também era um facto importante que afastava os navios da margem e obrigava a força desembarcada a longas marchas sobre o lodo denso, atividade de grande desgaste físico e de grande exposição ao fogo inimigo.

Outras vezes, não sendo possível às LD penetrar nos afluentes ou ter acesso às margens, o desembarque era feito recorrendo a botes pneumáticos com o motor ao *ralenti*, ou a pagaias, caso o silêncio da operação fosse determinante sobre a velocidade. Aconselhava-se o aproveitamento de trovoadas ou chuvas fortes, frequentes na Guiné para mascarar o ruído. Este método também apresentava os seus perigos, pois os botes, apesar de excelentes e versáteis meios de transporte eram igualmente frágeis e altamente vulneráveis a tiro direto, ficando perigosamente expostos em canais apertados, em que não se podiam valer da sua velocidade e manobrabilidade em caso de necessidade.

O meio DFE geralmente embarcado nas TU era dividido em dois elementos, um de fixação e outro de envolvimento, fazendo uso, numa adaptação inteligente, dos princípios táticos das guerrilhas contra as quais lutavam¹²⁷ combater com inteligência, procurar manter a iniciativa dos movimentos, vontade de atacar, espírito de resolução, segredo, rapidez e exterminação do inimigo.

Os DFE eram treinados especificamente para progredirem fora dos trilhos, de modo a evitar emboscadas e conseguirem surpreender o inimigo, aparecendo de onde ele não esperava. A velocidade média de progressão, sempre dependente das características do terreno, seria 1km/h.

¹²⁷ *"Identificamo-nos o mais possível com o inimigo ao ponto de nós próprios sabermos e podermos desempenhar eficazmente o seu papel, eis o objectivo ideal a atingir."* (Santos P. B., 1965, p. 12)

O pedido de apoio aéreo era aconselhado apenas em casos de extrema necessidade pois a presença de aeronaves na área assinalava aos insurgentes o desenrolar iminente de uma ação.

4.2.3. Comboios fluviais

Uma das missões mais importantes, mas menos espetaculares, que a Marinha realizou com sucesso durante toda a guerra foi a organização e escolta de comboios fluviais.

Como por diversas vezes assinalado, a importância do elemento fluvial era um fator essencial, tanto para as forças portuguesas como para o desenvolvimento económico da província. Era através dos rios que quase todo o comércio e transporte, era feito, sendo o seu controlo e proteção um dos principais, senão o principal, objetivo da ação da Marinha na Guiné.

Neste sentido, e face à constante ameaça da guerrilha sobre a navegação fluvial, quer através de ataques a partir das margens dos rios, quer através do desvio de embarcações para a República da Guiné, por meio de apresamento ou pela colaboração das próprias tripulações das embarcações civis, a partir de junho de 1963, e até ao final do conflito, o CDMG sentiu a necessidade de comboiamento das embarcações comerciais que faziam o transporte de mercadorias entre o interior do território e Bissau. Para tal foi decidida a organização de comboios com periodicidade mensal que seriam escoltados por unidades navais, obedecendo a um plano de navegação previamente definido. Se a situação o exigisse por vezes também poderiam seguir embarcados elementos das companhias de fuzileiros, prontos a defender os navios civis em caso de ataque.

Entre 1963 e 1967 a responsabilidade de organização dos comboios foi atribuída à ELFG, tendo passado para a Divisão de Logística do Estado-maior do CDMG a partir de 1967 e até ao final da guerra.

Para o efeito de assegurar o reabastecimento e a atividade comercial nos principais portos da Guiné, foram constituídas três linhas de comboios que se subdividiam noutras e que a seguir descrevemos:

A preparação dos comboios era feita durante uma reunião preliminar onde se acertavam todos os detalhes dos comboios, na qual tinha assento o Chefe da Divisão de Logística do CDMG (até 1967 o Comandante da ELFG), o comandante do comboio, por regra um oficial da classe de marinha, o comandante da escolta de fuzileiros, os comandantes ou patrões das unidades navais atribuídas ao comboio, um representante do Exército e os armadores das embarcações civis fretadas pelas Forças Armadas Portuguesas ou que pretendiam integrar o comboio no decorrer das suas atividades comerciais.

A escolta aos comboios era por norma constituída por duas ou três LDM, quase sempre logísticas, e uma força de fuzileiros embarcada e distribuída por um número sempre variável de embarcações civis. Quando a avaliação do risco assim o aconselhava era atribuída uma LFG ou um LFP para apoio da navegação.

O comboio formava em coluna, com as embarcações civis a seguirem no centro e uma LDM avante e outra a ré. Na que seguia a ré ia embarcado o comandante do comboio (Santos, 2016).

Com o aparecimento de minas fluviais no rio Cobade em 1967, passou a ser utilizada uma medida de segurança adicional, que consistia num conjunto variável de botes guarnecidos pelos fuzileiros da escolta que seguia a vante do comboio com o intuito de detetar objetos suspeitos no rio ou fios presos às margens, sinal de detonador (Carvalheira, 1998, pp. 72-75).

O aumento dos ataques aos comboios, principalmente nos rios do sul fez com que a cobertura aérea ganhasse cada vez mais importância, tendo-se tornado um elemento indispensável nas últimas fases do conflito até ao aparecimento na Guiné dos mísseis *SA-7 Strela*, o que obrigou a Força Aérea Portuguesa a deixar de voar regularmente a baixa altitude nas zonas em que era expectável o aparecimento deste sistema de armas, quebrando assim o apoio aéreo próximo às unidades navais. Para evitar o perigo das margens, sempre que possível os comboios eram desviados para navegação costeira o que obrigou a ações de balizagem e assinalamento marítimo de certos percursos (Telo, p. 582).

4.2.4. A navegação nos rios da Guiné – roteiros das LDG e LFG

A complexidade da rede hidrográfica da Guiné foi, como apontado diversas vezes ao longo do presente trabalho, uma das características mais particulares e determinantes da ação da Marinha nesta província.

Fosse pela grande amplitude de marés, que obrigava a um profundo conhecimento da dinâmica dos rios e canais de modo a garantir a segurança necessária à navegação e às operações, até à desatualização ou mesmo inexistência das cartas náuticas, só colmatada por métodos expeditos ou pela utilização proficiente do radar de navegação, a simples navegação nos rios, canais e afluentes da Guiné, mesmo sem a existência do inimigo, apresentava-se como um desafio digno de monta, que cumpria ultrapassar.

A forma de contornar estas dificuldades foi variada, muito se devendo, como em outras situações, à capacidade de improviso dos comandantes e guarnições dos navios.

À semelhança dos fuzileiros, onde a experiência acumulada ao longo dos primeiros anos do conflito serviu de base ao desenvolvimento de doutrina que permitiu adequar o treino e a formação à realidade, no caso das lanchas, a falta de conhecimento inicial sobre os rios e canais de navegação, aliada à insuficiente cobertura cartográfica e hidrográfica¹²⁸ foi colmatada mais tarde pela experiência das primeiras guarnições.

Prova disso foi a publicação de roteiros de navegação para os diversos rios da Guiné, elaborados pelos comandantes e imediatos dos navios e que serviriam de repositório da experiência prática recolhida ao longo de inúmeros cruzeiros e missões.

¹²⁸ Antes de 1963 a Missão Geo-hidrográfica da Guiné tinha realizado a cobertura de todo o território da Guiné com 72 cartas geográficas e tinha produzido 10 cartas hidrográficas e 12 planos hidrográficos. Em 1963 havia algumas cartas hidrográficas em vias de publicação que se tornaram confidenciais e eram usadas em ozalides, contudo, por exemplo o rio Mansoa que não dispunha de qualquer carta hidrográfica. Durante a guerra foi desenvolvido um esforço de melhoria da qualidade e rigor das cartas náuticas da Guiné, através de levantamentos hidrográficos periódicos, principalmente nas barras dos rios, uma vez que os fundos, fruto da força das correntes de maré e dos aluviões das estações das chuvas evoluíam com grande dinamismo, com bancos de areia que apareciam e desapareciam, ou que mudavam de posição, constituindo-se perigos à navegação. Para tal durante a guerra o território foi visitado por diversas vezes pelo NH *Pedro Nunes*, para a realização de trabalhos hidrográficos por períodos limitados (Paes, et al., *A Marinha na Guiné e Cabo Verde: Navios, Fuzileiros e Autoridade Marítima*, 2012, p. 193).

Esta informação, compilada pelo CDMG e ELG¹²⁹ serviria depois para auxiliar a adaptação das novas guarnições, dando-lhe as bases sobre as quais desenvolver o seu treino operacional e principalmente, como guia para os primeiros momentos das comissões.

Deste modo, longo do conflito, mas principalmente numa fase inicial, alguns comandantes das LFG recolheram informações roteirísticas em cadernos dactilografados, por vezes com o título *Elementos para um Roteiro da Guiné*. Esses “cadernos” faziam as descrições náuticas dos rios, as práticas mais seguras para os demandar, as ajudas à navegação, os fundeadouros recomendados, a balizagem quando existia, as especificidades das marés, a força e direção das correntes, entre muitas outras informações úteis à navegação e à manobra.

Outro exemplo aconteceu com as LDG, e com a adoção pelo CDMG dos *Elementos para um roteiro das LDG's na Guiné*¹³⁰, da autoria do Comandante do NRP *Alfange*, Primeiro-tenente José Fernandes Martins e Silva, que é elucidativo da minúcia na passagem de informação detalhada e o mais rigorosa possível, recolhida ao longo da sua comissão. O detalhe das descrições tornaram estes documentos uns verdadeiros manuais de operação em águas interiores, visto que teriam “a sua principal aplicação no treino operacional dos futuros comandantes [de LDG's], numa fase em que provavelmente não terão experiência do navio nem um conhecimento razoável da hidrografia da Guiné”.

Os roteiros fazem uma descrição pormenorizada dos principais rios da Guiné praticados pelas LDG, bem como dos principais pontos de abicagem, tecendo considerações acerca das melhores manobras, do comportamento dos navios sob determinadas condições de vento e corrente, e de diversos “truques” derivados da prática.

O espírito eminentemente prático da informação contida nestes documentos demonstra uma vez mais a capacidade técnico-profissional dos comandantes e de improvisado das guarnições dos navios, que face à falta de informação científica fidedigna,

¹²⁹ Em 1970 o Comando da ELG iria publicar o *Guia de Navegação para LDM* (Bissau, Ministério da Marinha, 1970).

¹³⁰ Primeiramente editado em abril de 1966, e revisto e atualizado em junho de 1967.

recorreram ao conhecimento empírico, não permitindo que essas lacunas pusessem em causa a segurança dos navios e o cumprimento das missões.

A navegação pelos rios era feita predominantemente recorrendo ao radar de navegação e às conhecenças em terra, o que requeria grande proficiência na operação do radar e domínio das margens e fundos dinâmicos, principalmente nos canais mais estreitos, desconhecidos ou onde o efeito das poderosas correntes de maré mais se fazia sentir.

Este conhecimento acumulado das bacias hidrográficas, permitia, a título de exemplo, operações logísticas durante os períodos da vazante, recorrendo a uma técnica singular, quiçá inovadora, de, utilizando ao ferro de roça (à popa), ir recuando a LDG à medida que a maré ia vazando, garantido assim a sua fluutuabilidade e aumentando significativamente o tempo de abicagem e conseqüentemente de carga ou descarga, com grandes ganhos operacionais. No rio Cacine, onde normalmente a descarga do material implicava três abicagens, operações sempre arriscadas e morosas, o que demorava, conseqüentemente, três dias, esta técnica permitia reduzir para duas e por vezes apenas uma abicagem (Paes, et al., *A Marinha na Guiné e Cabo Verde: Navios, Fuzileiros e Autoridade Marítima*, 2012, pp. 212-213).

Para além das dificuldades atrás assinaladas, há a acrescentar a falta de ajudas à navegação, como boias, balizas, enfiamentos e outras marcas que pudessem ajudar a navegação visual.

Assim, fruto do trabalho dos Serviços Provinciais da Marinha, foi sendo gradualmente instalada uma rede de marcas com refletor radar nas margens e barras dos rios mais frequentados, com a finalidade de aumentar o grau de rigor da navegação através do radar e consequentemente a segurança da navegação (Canas, Costa, & Silva, 2020, p. 326).

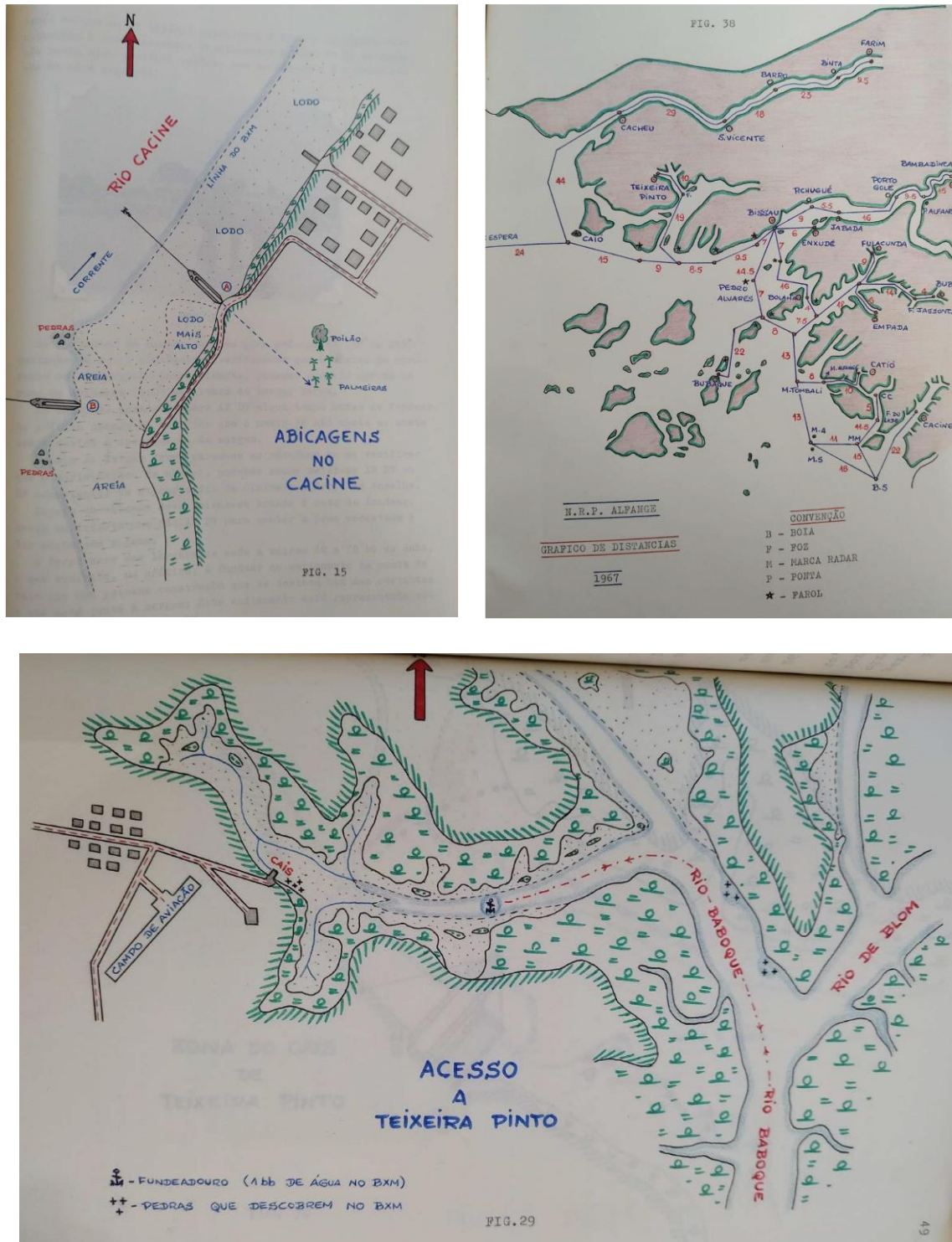


Figura 27 - Exemplos do manuscrito do roteiro do NRP Alfange

Também em termos operacionais a criatividade e o improviso imperavam. O comandante Martins e Silva relata uma situação de emergência, em que, sendo o Oficial com o Comando Tático (OTC) de quatro TU's numa operação conjunta na zona do Cantanhez, e vendo-se na necessidade de reembarcar, na vazante, uma companhia do Exército que se encontrava em dificuldades em terra por fogo inimigo, algo extremamente perigoso pois os militares tinham que atravessar uma grande extensão de lodo, e os navios tinham a necessidade de abicar podendo ficar presos, desenvolveu um método, que segundo as suas palavras, se tornou padrão para situações do género.

A manobra consistia em mandar abicar uma LDM para o reembarque de tropas, ficando um segundo navio a ré, com um cabo de reboque em tensão passado à LDM, de modo a poder rebocá-la caso ficasse presa no lodo. Da LDM abicada, saiam elementos da guarnição, excepto os artilheiros que continuavam a guarnecer as armas, que, presos por cabos ao navio, rastejavam pelo lodo até atingirem os militares na margem, e ajudando-os a atingir a LDM, utilizando os cabos para rebocar até ao navio os que se encontrassem feridos. Simultaneamente, os outros navios disponíveis ladeavam a LDM abicada de modo a prestar cobertura de fogo (Silva, 2014).

4.3. Dispositivo

Como visto anteriormente, durante grande parte do século XX até final da década de 50, a presença da Marinha na Guiné foi residual e por vezes até, praticamente inexistente.

Até aos acontecimentos do cais de Pidjiguiti essa presença cifrava-se apenas num navio hidrográfico¹³¹ ao serviço da Missão Geo-hidrográfica da Guiné e de um ou outro navio em trânsito de, ou para alguma das restantes províncias ultramarinas.

Esse cenário começou a alterar-se a partir de 1959 com o aumento da tensão no território, tendo-se enviado o NRP *Pero Escobar* em visitas ocasionais a Bissau e o NRP *Boavista* que chegou mesmo a navegar até Farim.

¹³¹ Primeiro o NH *Mandovi* e depois o NH *Pedro Nunes*.

A partir desse momento o dispositivo não parou mais de aumentar à medida que a situação se deteriorava no Ultramar, em especial a partir de 1961 com os ataques no norte de Angola.

Algumas fontes como os vice-almirantes Rebelo Duarte e Pires Neves (2018, p. 83), dividem o conflito na Guiné em três fases distintas, consoante a dinâmica imposta pelos comandantes militares e pelo desenrolar do próprio conflito. Esta divisão parece-nos adequada face à evolução da guerra, pelo que a iremos analisar do ponto de vista do seu impacto na ação da Marinha em termos de dispositivo, recursos e emprego operacional.

4.3.1. 1963 a 1968

A primeira fase, de 1963 a 1968, marcada pela ação do General Arnaldo Schultz como Comandante Militar e Governador, sendo o primeiro a acumular estas duas funções, é caracterizada pela projeção e edificação das forças dos três ramos das Forças Armadas, até então, como vimos, quase inexistentes, por uma postura mais defensiva do que de intervenção e por um grande desgaste do dispositivo, assente principalmente na quadricula.

Nesta fase os três ramos gozavam de relativa autonomia operacional, com o CDMG a deter o comando operacional e a coordenação direta dos fuzileiros e das unidades navais, algo que foi sendo contestado pelas lideranças do Exército, com mais ou menos veemência, ao longo de toda a guerra.

Esta autonomia permitia ao CDMG, por exemplo, planear e executar autonomamente, e com meios próprios, operações como a Via Láctea¹³², que visava a interdição da zona do Cacheu perto de Ganturú à logística e à infiltração de combatentes do PAICG, pretendendo-se assim cortar aquilo que se julgava ser o corredor por onde passava cerca de 80% dos abastecimentos utilizados na zona norte pela guerrilha (Telo, 1999, p. 587).

Este período fica marcado por um aumento gradual, mas acentuado, do pessoal da Marinha no território, quase duplicando o efetivo nestes cinco anos, dos 740

¹³² Nesta operação foram empenhados dois DFE, uma LFG, uma LFP e duas LDM.

elementos em 1963, enviados da metrópole para fazer face ao início do conflito, dos quais 380 eram fuzileiros e 306 era pessoal pertencente às guarnições das unidades navais, passa-se para um efetivo de 1344 homens (600 fuzileiros e 392 elementos de guarnições) em 1968, praticamente o dobro.

Em termos de unidades navais o aumento ainda é mais significativo pois se em 1963 a Marinha contava apenas com 15 navios na Guiné (1 fragata, 5 LF, 8 LDP e 1 navio hidrográfico), em 1968 esse número cifrava-se em 35 unidades navais (18 LDM, 9 LF, 6 LDP, 2 LDG e 5 LFG), o maior dispositivo dos três teatros de operações, sendo este facto ainda mais significativo se considerarmos a dimensão do território da Guiné, comparativamente ao de Angola e Moçambique (Sousa, 2021, pp. 75,76).

4.3.2. 1968 a 1973

A segunda fase da guerra corresponde ao comando do General Spínola, que consolidou os poderes concentrados de Comandante-chefe e Governador, num verdadeiro comando completo, militar e civil, da província.

O trabalho que desenvolveu nos cinco anos em que esteve à frente dos destinos da Guiné foi amplo e multifacetado, sendo que no presente trabalho apenas abordaremos as vertentes com impacto operacional na ação da Marinha.

A personalidade e visão de Spínola para a resolução do conflito, marcaram determinantemente a condução da sua ação de comando, tanto política como militar, tendo imposto grandes alterações à forma como até então se combatia e se pretendia resolver a guerra no território.

Assente numa série de ideias-chave, como “combater como o inimigo, sem ficar como ele”, ou “por uma Guiné melhor”, Spínola promoveu um conjunto de reformas com grande impacto operacional.

No seu entendimento das dinâmicas das guerras de guerrilha e da insurgência, a manobra militar, se importante, não era o fundamental para vencer a guerra. A guerra era principalmente uma luta pela lealdade da população, em que a manobra militar se deveria inserir como um instrumento de proteção e apoio da população, no sentido de, por um lado, granjear respeito e prestígio para o poder central português, e por outro

impedir o acesso dos insurgentes à população, negando-lhes assim o elemento com que alimentar a guerrilha. O objetivo último seria sempre o de ganhar tempo para que os poderes civis pudessem encontrar a solução política adequada para o problema.

Fiel a esta conceção, e convicto de que o terreno apenas valia pela população que nele estava implantada, decidiu a reformulação do dispositivo, reorganizando-o de um sistema de quadricula clássico, vocacionado para o controlo de todo o território, o que acarretava a dispersão dos meios existentes, para uma concentração de forças em zonas identificadas como prioritárias, nomeadamente onde os agregados populacionais eram mais densos. A ideia era compensar a falta de presença efetiva com o dinamismo de intervenção.

Nesta linha de pensamento definiu três vetores de atuação para a manobra militar na Guiné: eliminar os corredores de abastecimento do PAIGC provenientes dos países vizinhos, subtrair ao controlo do PAIGC as populações, movimentando-as para áreas sob controlo português, e atacar a guerrilha nas zonas em que se encontrasse implantada, recorrendo primariamente a forças especiais de intervenção com apoio da aviação e da artilharia.

Em termos organizacionais alterou-se a legislação de modo a permitir a criação de um verdadeiro comando operacional conjunto, centrado no seu Estado-maior, que lhe desse a flexibilidade para empenhar diretamente as forças terrestres, navais e aéreas sem a intervenção dos comandos dos ramos, que passaram, a determinada altura a terem funções mais logísticas do que operacionais (Almeida, et.al., 2017, pp. 11-12).

Nesta senda da centralização do comando operacional, foram estabelecidos Comandos de Agrupamento Operacional (CAOP) e Comandos Operacionais (COP) que entre finais de 1968, altura em que foram constituídos os primeiros três COP e o final da guerra, tiveram uma organização variável, sendo extintos, constituídos e realocados consoante os ditames da realidade no terreno, sempre em áreas consideradas críticas. Por exemplo no COP3, localizado em Bigene, as unidades respondiam diretamente ao

Comandante-chefe, sem qualquer escalão coordenador. O primeiro CAOP, a estrutura superior dos COP, foi constituído em agosto de 1969.¹³³

Os CAOP corresponderiam assim aos sectores, enquanto os COP corresponderiam às zonas de ação dos batalhões/companhias/destacamentos, e caracterizavam-se em termos orgânicos por uma estrutura de comando leve e flexível com competência delegada para assumir responsabilidades territoriais sobre as unidades de quadrícula e de intervenção localizadas na sua área.

De destacar, que apesar da hegemonia quase total de oficiais do Exército à frente dos CAOP e COP, o COP 3, sediado em Bigéne foi comandado por um oficial da Marinha, o Capitão-tenente Alpoim Calvão. Este COP tem especial interesse pois para além das forças terrestres chegaram a estar atribuídos em permanência três DFE, instalados na Base de Patrulhas de Ganturé, juntamente com a *Task Group 3* (TG3) que chegou a ser constituída por duas LFG, uma LFP e quatro LDM de fiscalização, o que demonstra a robustez do dispositivo montado para as operações de contra penetração e fiscalização no rio Cacheu.

Em contrapartida, a partir de 1967 alguns rios que até então tinham contado com a presença assídua, se não mesmo contínua da Marinha, deixam de ter fiscalização permanente, como é o caso dos rios Cacine e Cumbijã, no sul, em consequência da concentração de meios noutros locais julgados de maior importância operacional para a estratégia que estava a ser seguida.

Estes dispositivos vão sendo alterados consoante as movimentações da guerrilha, sendo que áreas como o rio Mansoa ou do rio Geba a montante de Bissau, depois de terem sido desguarnecidas, tiveram que voltar a ser fiscalizadas, pois o PAIGC rapidamente conseguiu explorar os vazios da presença portuguesa, bem patentes no caso do bombardeamento a Bissau em 1971 (Paes, et al., *A Marinha na Guiné e Cabo Verde: Navios, Fuzileiros e Autoridade Marítima*, 2012, pp. 206-208).

¹³³ Entre 1968 e 1974 foram constituídos oito COP e dois CAOP (leste e oeste). Em 1974 foi também constituído um Comando de Agrupamento Temporário (COT)

Isto levanta a questão da exiguidade do dispositivo naval relativamente à ambição das autoridades militares portuguesas¹³⁴, pois após os aumentos de efetivos e unidades realizados em 1963, 194 e 1968, a partir desse ano o dispositivo estabiliza, não havendo mais aumento de unidades navais, sendo que as aquisições planeadas até ao final da guerra serviriam para substituir as lanchas em operação há largos anos e que já se encontravam com grande nível de desgaste e não para reforçar de dispositivo (Sousa, 2021, p. 219).

Em termos de impacto na atividade da Marinha, todas estas alterações desde logo representaram uma acentuada perda de autonomia do CDMG face ao Comando-chefe, a começar logo pela utilização dos DFE, que a partir de 1968 passam a ser atribuídos quase em permanência aos COP localizados em zonas onde a ação do PAIGC era mais intensa. Os DFE deixam assim de ser empenhados na persistente, mas frustrante e pouco espetacular missão de fiscalização e interdição das vias fluviais a fim de quebrar o fluxo logístico do PAIGC, terminado quase por completo o binómio fuzileiro-lancha. Passam então a ser utilizados como mais uma força especial de intervenção ao dispor do Comando-chefe, à semelhança dos comandos e paraquedistas, virando a sua ação para ações de contra-penetração, por vezes em áreas bastante distantes das linhas de água, terreno natural para ação dos fuzileiros, o que descaracterizava a especificidade do seu treino e formação, apesar de tirar partido da sua agressividade e poder de choque.

É também nesta fase final que às forças navais é solicitado um esforço acrescido após o aparecimento no teatro dos mísseis terra-ar SA7 *Strela*, que terminam com a supremacia aérea portuguesa e obrigam os aviões da FAP a voar acima do seu teto operacional, o que dificultava o apoio da aviação aos comboios, às ações de reconhecimento aéreo, evacuação médica e contra flagelação, com grande impacto

¹³⁴ No sentido de conter os custos da guerra, que se prolongava sem fim à vista, em 1972, Pereira Crespo, então Ministro da Marinha, promulga mesmo uma diretiva em que proibia o crescimento do dispositivo naval já montado no Ultramar, pois este crescia de ano para ano, parecendo nunca ser suficiente (Telo, História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização (1824 -1974) (Tomo I), 1999, p. 533).

anímico e moral nas tropas, obrigando as forças a solicitarem, como única alternativa, um maior apoio naval para essas funções.

Em síntese, e para caracterizar o estado da guerra no final deste período determinante, entre os dias 2 e 8 de abril de 1972 uma missão da ONU, a convite do PAIGC, percorreu algumas “regiões libertadas” do sul da Guiné sem ter sido detetada pelas forças portuguesas, onde se incluíam unidades navais e de fuzileiros. Como resposta a essa “humilhação” o general Spínola ordenou a realização de uma grande operação na península do Cantanhez, uma das áreas mais simbólicas de implantação do PAIGC e que a missão da ONU visitara. Esta missão, batizada de “Vela Grande, em que a Marinha empenhou diversos navios e fuzileiros obteve resultados positivos, pois pela primeira vez foram recuperadas áreas que o PAIGC assumia como libertadas.

Na sequência, e de modo a não perder o ascendente operacional que então começava a conseguir, Amílcar Cabral desloca-se a Moscovo para pedir auxílio, tendo-lhe sido cedidos os misseis SA7 *Strela*, com os resultados anteriormente descritos.

Em maio de 1973 o PAIGC cercou Guidage a norte e Guilege e Gadamael a sul, na maior operação realizada até então contra as forças portuguesas, operação essa que contou com forte apoio cubano. Aquele mês ficou conhecido como “o inferno de maio de 73” tendo as forças portuguesas sofrido 63 mortos e 269 feridos (Canas, Costa, & Silva, 2020, pp. 344-351).

4.3.3. 1973 a 1974

O último período em apreço coincide com a substituição do General Spínola no Comando militar e político da Guiné após falhadas as tentativas de resolução política do conflito, e a sua substituição pelo General Bettencourt Rodrigues.

Nesta fase, a situação no terreno já se encontrava bastante deteriorada, com as forças portuguesas a retomarem uma postura defensiva face à crescente agressividade do PAIGC, capitalizada pela chegada de novo e melhor armamento, pela abundância de munições, e por diversas vitórias político-diplomáticas de onde se destaca a declaração unilateral da independência, proclamada em Lugadjol, a 24 de setembro de 1973, e

consequente reconhecimento internacional, apenas três dias após a tomada de posse do novo Governador (Duarte & Neves, 2018, p. 87).

Em 1974 a revolta militar ocorrida a 25 de abril põe um fim abrupto à guerra nos três teatros de operações. A partir desse momento dão-se início aos respectivos processos de independência e retração dos dispositivos, que não pertencem ao âmbito deste trabalho.

4.4. Serviços Provinciais de Marinha

Por último, uma breve referência às competências de natureza civil que a Marinha também assumiu durante todo o período de guerra, nomeadamente no âmbito da Autoridade Marítima, onde se integrava a Capitania dos Portos da Guiné, que controlava toda a navegação civil na província, tanto a navegação local de transporte de bens e pessoas pelas vias fluviais como a atividade das companhias nacionais de navegação que escalavam o porto de Bissau ou entravam no rio Cacheu para carregar cargas como madeira ou mancarra. Era também a Marinha que garantia a segurança da navegação e das cargas e descargas, os serviços de pilotagem, balizagem e farolagem, radiogonometria, segurança e policiamento do Porto de Bissau¹³⁵, entre outros.

Para além dos serviços prestados, os Serviços Provinciais de Marinha, cuja respetiva Repartição era chefiada pelo Comandante da Defesa Marítima da Guiné, possuíam também uma pequena frota de seis embarcações, que apesar da situação de guerra que se vivia, eram responsáveis por cinco carreiras que garantiam o transporte de carga e passageiros pelo território, que à semelhança dos comboios atrás referidos, eram essenciais para o normal funcionamento da província.

¹³⁵ O objetivo seria evitar que agitadores do PAIGC incentivassem os estivadores do porto a reivindicações e greves, como as que tinham ocorrido em 1959 e que redundaram no chamado “massacre do Pidjiguiti”, ou ações de sabotagem e ataques, que poderiam comprometer o normal funcionamento do porto de Bissau, a principal porta de entrada de mercadorias no país, responsável pela esmagadora maioria do abastecimento da província.

Navio	Rota
Batelões de munições - BM1 e BM2 ¹³⁶	Bissau-Catió-Cacheu-Binta-Farim
Ferry <i>Bor</i>	Bissau-Bambadinca-Bafatá
	Bissau-Enxudé
NM <i>Formosa e Corubal</i> ¹³⁷	Bissau-Bubaque
	Bissau-Bolama-Catió-Cacine

Tabela 2 - Carreiras dos Serviços Provinciais de Marinha na Guiné

As guarnições destes navios eram constituídas por civis guineenses afetos aos Serviços Provinciais da Marinha, à exceção dos BM1 e BM2 em que as guarnições, pela natureza da carga, eram constituídas por militares. Interessante é o facto de os navios afetos ao transporte de passageiros e carga terem estado relativamente imunes aos ataques e emboscadas do PAIGC, ao contrário do que acontecia com os batelões para transporte de munições, vítimas de frequentes ataques. Este facto pode indiciar uma instrução expressa da liderança do PAIGC para que se evitassem ataques a estes navios, que estando ao serviço da Marinha Portuguesa, eram guarnecidos por civis desarmados e transportavam passageiros civis e carga para abastecimento dos mercados das povoações do interior, o que poderia afetar a imagem externa da justeza da luta do PAIGC, diminuindo assim o apoio internacional que o PAIGC colhia e de que tanto dependia, o que pode ser demonstrativo da habilidade diplomática das lideranças do PAIGC.

Os serviços prestados por estas embarcações foram variados, sendo de ressaltar, a título de exemplo, o empenhamento do ferry *Bor* a partir de 1964, no transporte quinzenal de cabeças de gado bovino (cerca de 100 por viagem) de Bambadinca para Bissau, por ordem do Governador General Arnaldo Schultz, para suprir as necessidades de carne sentidas na capital devido ao aumento da população decorrente, deslocada, resultado do início da guerra na província. No mesmo sentido, aos Serviços Provinciais da Marinha coube também a missão de mandar construir e distribuir por diversas associações de pesca, pequenas embarcações com motor fora de borda e capacidade

¹³⁶ Capacidade de 30t de carga de munições.

¹³⁷ Os Serviços Provinciais da Marinha dispunham também de uma pequena lancha a motor que fazia serviços de transporte de água potável entre Catió e Cacine, consoante as necessidades de abastecimento das unidades do Exército aí baseadas.

de conservação de peixe, que deveriam operar em rios designados pelo governo, com o intuito de aumentar a oferta de peixe fresco na cidade (Paes, et al., 2012, pp. 202-206).

SERVIÇOS DE MARINHA

CARREIRAS A EFECTUAR DURANTE O MÊS DE ABRIL DE 1973

DATA		SAÍDA		CHEGADA		OBSERVAÇÕES
DIA		PORTO	HORA	PORTO	HORA	
<u>CARREIRAS PARA ENXUDE</u>						
7	- Sábado	Bissau	1015	Enxudé	1215	Carregam dia 6 das 1000 às 1200
"	"	Enxudé	1315	Bissau	1515	
14	"	Bissau	0830	Enxudé	0730	Carregam dia 13 das 0700 às 0900
"	"	Enxudé	0830	Bissau	1030	
21	"	Bissau	0945	Enxudé	1145	Carregam dia 20 das 1000 às 1200
"	"	Enxudé	1245	Bissau	1445	
28	"	Bissau	0430	Enxudé	0630	Carregam dia 27 das 1600 às 1800
"	"	Enxudé	0730	Bissau	0930	
<u>CARREIRAS PARA CACINE</u>						
10	- 3ª Feira	Bissau	1315	Bolama	1615	Carregam dia 9 das 1500 às 1700
11	- 4ª "	Bolama	0500	Cacine	1400	
12	- 5ª "	Cacine	1330	Gadamael	1530	Carregam dia 16 das 0930 às 1130
"	"	Gadamael	1630	Cacine	1830	
13	- 6ª "	Cacine	0600	Bolama	1500	
14	- Sábado	Bolama	0530	Bissau	0830	
17	- 3ª Feira	Bissau	0730	Bolama	1030	
18	- 4ª "	Bolama	0500	Cacine	1400	
19	- 5ª "	Cacine	0645	Gadamael	0845	Carregam dia 23 das 1200 às 1400
"	"	Gadamael	0945	Cacine	1145	
20	- 6ª "	Cacine	0600	Bolama	1500	
21	- Sábado	Bolama	0945	Bissau	1245	
24	- 3ª Feira	Bissau	1200	Bolama	1500	
25	- 4ª "	Bolama	0500	Cacine	1400	
26	- 5ª "	Cacine	1215	Gadamael	1415	Pel' O SUBCHEFE DOS SERVIÇOS,
"	"	Gadamael	1515	Cacine	1715	
27	- 6ª "	Cacine	0600	Bolama	1500	
28	- Sábado	Bolama	0400	Bissau	0700	

Bissau, 21 de Março de 1973.

Figura 28 - Horários das carreiras afetas aos Serviços Provinciais de Marinha (abril de 1973)

Conclusões

A construção e manutenção daquilo que a partir dos finais do século XIX se assumiu como um Império Colonial, foi um objetivo nacional incontestado por mais de 600 anos.

As razões foram várias e conhecidas, com a autonomia estratégica que os territórios ultramarinos davam a Portugal, confinado entre Castela, e mais tarde Espanha, por um lado e o mar por outro, a difusão da fé católica e a busca por prosperidade económica e financeira como as mais relevantes.

As alterações geopolíticas ocorridas após o final da 2ª Guerra Mundial precipitaram o fim dos Impérios europeus em África e na Ásia, com as populações dos territórios dominados a clamarem maior autonomia e independência, resultado de uma maior consciência política e nacionalista desses povos, espoletadas pelas promessas, muitas vezes não cumpridas, de maior autonomia como recompensa pela sua participação na guerra.

Este novo sentimento nacionalista foi aproveitado, por ambas as superpotências emergentes na nova ordem mundial, EUA e URSS, que viam no fim dos impérios europeus a oportunidade de consolidarem a sua hegemonia face a uma Europa em cinzas.

A internacionalização do comunismo, ponto central da estratégia da URSS, foi o combustível que alimentou as revoltas nos diversos territórios coloniais, primeiro na Ásia e depois em África, e face aos quais as diversas potências coloniais, principalmente Reino Unido e França, procuraram responder ora com a força militar ora com a diplomacia.

Apesar dos esforços, que nalguns casos redundaram em guerras sangrentas, como na Malásia, Indochina e Argélia, as potências europeias viram-se forçadas, mais ou menos relutantemente a conceder independência às suas colónias.

Os “ventos de mudança” sopravam bonancosos, e a nova ordem internacional, baseada na criação de organizações supranacionais, como a OTAN, a OUA, mas principalmente a ONU, era hostil à manutenção dos impérios.

Tendo ficado de fora da 2ª Guerra Mundial, Portugal assistia a todas estas alterações com preocupação, mas firme na certeza do direito histórico e na ligação secular que manteriam o Império indiviso.

A crescente contestação no seio da ONU, por força do constante aumento da pressão por parte das outrora colónias, agora países independentes com assento na Assembleia Geral, leva Portugal a posições de cada vez maior intransigência.

As alterações administrativas e legais de 1951¹³⁸ que eliminam o Ato Colonial e transformam as colónias em Províncias Ultramarinas, funda a narrativa prosseguida até ao final do regime em 1974 de que Portugal não tem colónias, mas é sim um país pluricontinental e plurirracial, do Minho a Timor.

Este assunto era de facto central para o regime e as suas elites. A conjuntura internacional levantava as maiores preocupações para a soberania e independência do próprio país, ideia com raízes profundas no pensamento estratégico português, em que a constituição e manutenção do império sempre tinham assumido o papel de garante da autonomia estratégica de Portugal face às restantes potências continentais europeias, com Espanha à cabeça.

Contudo, o processo histórico já estava em marcha e Portugal via-se progressivamente mais só e isolado na arena internacional.

Assim, a partir do final dos anos 50, a possibilidade de guerra ou conflito nas Provinciais portuguesas era já uma certeza para os oficiais das Forças Armadas Portuguesas.

Começam então a surgir numerosos artigos em publicações especializadas, de oficiais dos três ramos, Marinha, Exército e Força Aérea, a defender a reformas necessárias, com base principalmente na experiência inglesa e francesa, para fazer face a uma insurreição em África.

No caso da Marinha de Guerra Portuguesa, tema em estudo, três figuras, o Capitão-de-mar-e-guerra Armando de Reboledo e Silva, o Capitão-de-fragata Pereira Crespo e o Primeiro-tenente Saturnino Monteiro, que mais tarde viriam a ascender a

¹³⁸ Lei n.º 2048 de 11 de junho de 1951.

altos cargos na Marinha, através dos seus escritos nos *Anais do Clube Militar Naval* e nos *Anais de Marinha*, estiveram na vanguarda da análise à conjuntura internacional, propondo diversas reformas e soluções que mais tarde viriam a ser aplicadas com sucesso na guerra que acabou por deflagrar em Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964).

As reformas propostas divergiam da visão atlantista, então predominante na Marinha, fruto da adesão à OTAN em 1949, pois as características dos navios, principalmente vocacionados para escolta e luta A/S, financiados pelos MTDP americanos, não se adequavam ao TO de África nem ao tipo de missões que se previa que a Marinha viria a ser chamada a desempenhar.

Outro entrave, desta vez político, era a proibição de utilização fora da área de operações da OTAN, que a administração americana impunha sobre o material militar financiado pelos seus programas de reequipamento.

Estes dois fatores fizeram com que a partir de 1959 a Marinha se lançasse num profundo processo de reforma que levou, na prática, à criação de duas marinhas distintas. Uma vocacionada para as missões da Aliança Atlântica, constituída por fragatas, submarinos e navios principalmente destinados à luta A/S e financiados, na máxima extensão possível pelos MTDP, e uma outra, vocacionada para África, constituída por lanchas, patrulhas e corvetas, desenhadas e construídas com as características apropriadas para a navegação nas águas interiores dos rios e canais africanos e para as missões e tarefas que a Marinha aí ia ser chamada a cumprir.

Para além dos navios, operou-se também a edificação de infraestruturas de apoio nas diversas províncias, até então incipientes, como estaleiros, estações radionavais, bases e pontos de apoio, etc. que permitissem a projeção de forças em caso de conflito.

A construção da rede de comunicações, assente em Estações e Postos radionavais foi mesmo um feito digno de nota, pois em cerca de dois anos (1960-62) conseguiu-se montar um fiável sistema de comunicações que ligava as províncias entre si e estas com a metrópole, o que em muito beneficiou, ou mesmo possibilitou, a

condução das operações, não só da Marinha, mas das Forças Armadas Portuguesas como um todo.

Também ao nível orgânico a Marinha se reformou, com a criação de novos quadros e especialidades como a Reserva Naval, os Fuzileiros Navais e os mergulhadores-sapadores, com excelentes resultados operacionais durante o conflito.

A Guiné, verdadeiro tema do nosso trabalho, assumiu-se como um caso particular no mosaico da guerra, pois pelas suas características, físicas, geográficas e hidrográficas, constituía-se como o TO privilegiado para a atuação da Marinha.

Caracterizada por um rendilhado de rios, rias e canais, cuja amplitude e corrente de maré transformava num adversário em si mesmo, foi aqui que a Marinha explorou na máxima extensão as suas valências de patrulha, fiscalização, transporte e combate.

A inexistência de uma rede viária transitável, conjugada com o sempre presente perigo de emboscadas, fez com que o esforço de apoio logístico, reabastecimento e transporte que sustentavam os três ramos e conseqüentemente, a guerra do lado português, tenha sido assegurado pelos navios da Marinha, principalmente pelas LDG e LDM, facto acentuado a partir de 1967, quando se regista o início da utilização dos mísseis terra-ar *Strela* por parte do PAIGC e que acabou com a supremacia aérea portuguesa, tendo a Marinha assegurado parte das missões de transporte, abastecimento e evacuação médica, até então desempenhadas pelas aeronaves da FAP que agora se viam restringidas na sua operação.

De início a influência inglesa e francesa era notória em muitos dos aspetos da ação da Marinha no Ultramar, pois não havendo experiência prévia em operações de contra-guerrilha e contra-insurgência, Portugal viu-se obrigado a olhar para os exemplos contemporâneos de conflitos dessa tipologia, sendo que a ação do Reino Unido na Malásia, e da França na Indochina, mas também na Argélia, os que mais se aproximavam dos TO que Portugal tinha em África. Prova disso é o envio de diversas delegações de militares portugueses, dos vários ramos das Forças Armadas, para frequentar cursos, estágios e visitas a escolas e centros de formação britânicos e franceses. No caso da Marinha, como referido no presente trabalho, para reativação da classe de fuzileiros foi

enviada uma delegação de militares portugueses para frequentar o curso em Inglaterra nos *Royal Marines*.

Contudo, à medida que a guerra foi evoluindo e a experiência no terreno se foi consolidando, nomeadamente no conhecimento do inimigo e da sua forma de atuar, a Marinha, muito com base no experienciado na Guiné, foi construindo um corpo doutrinário próprio, materializado na publicação do *Manual do Fuzileiro*¹³⁹ e do *Curso de Fuzileiros Especiais*.

De facto, o conhecimento empírico e a experiência recolhida pelos vários comandantes durante as suas comissões foram essenciais para a consolidação de uma doutrina própria, mas também para colmatar falhas técnicas que dificultavam o dia-a-dia das operações. Exemplos disso são os roteiros da Guiné, escritos pelos diversos comandantes das lanchas de desembarque, que visavam colmatar a inexistência de cartografia adequada e informação fidedigna o que em muito dificultava a operação e a navegação em segurança, dos já de si perigosos rios da Guiné, passando de comandante para comandante a informação recolhida, os “truques” desenvolvidos e a experiência vivenciada em cada comissão.

Assim, e com base no explorado ao longo do trabalho, é-nos possível dar uma resposta estruturada à QC e respetivas QD formuladas no início do nosso estudo.

Relativamente à QD1 - *Como se preparou a Marinha Portuguesa para a guerra de insurreição que viria a deflagrar nos seus territórios ultramarinos?* – estamos em posição de afirmar que houve uma preocupação prévia a partir de meados da década de 50 do século XX, por parte das elites militares portuguesas, em acompanhar o desenvolvimento da conjuntura mundial, e em tentar perceber de que modo é que essa evolução poderia afetar a integridade territorial do império. Ao ser constatado que o processo de insurgência nas colónias dos impérios europeus, nomeadamente de França e Reino Unido era um fenómeno em expansão que mais tarde ou mais cedo iria alastrar às Províncias Ultramarinas portuguesas, vários oficiais da Armada começaram a estudar esses exemplos e a propor reformas estruturais que colocassem ao dispor da Marinha

¹³⁹ Inspirado no *Manuel du Fusilier* que serviu de doutrina aos Dinassaut franceses. Adaptado para a realidade portuguesa pelo Comandante Maxfredo da Costa Campos.

os meios técnicos, táticos e de recursos necessários para a tipologia de missão que se previa vir a ser atribuída à Marinha para cumprir.

Esses preparativos começaram antes do início da guerra, principalmente a partir de 1959 quando a guerra já se afigurava inevitável. Exemplos disso é a construção da rede de Estações Radionavais, que se iniciou em 1960, a criação da classe de fuzileiros e de mergulhadores-sapadores, criadas em 24 de fevereiro de 1961, sensivelmente vinte dias antes dos primeiros ataques da UPA no norte de Angola, data a que ficou associada o início da Guerra do Ultramar, mas que já vinha a ser preparada desde 1959, o início das encomendas de lanchas adequadas e adaptadas à operação em águas interiores que também já vinham desde o final da década de 50, estando alguma unidades já em operação aquando do início da guerra, bem como a reorganização administrativa do Ultramar com a criação dos Comandos Navais das províncias e Comandos de Defesa Marítima e de Defesa dos Portos.

Se os recursos alocados e a celeridade com que as reformas foram operadas foram as mais adequadas face à urgência da guerra, e se a Marinha estava efetivamente preparada quando o conflito se iniciou, é tema para trabalho posterior. Contudo, pela investigação efetuada e pelos factos elencados ao longo do presente trabalho, consideramos, que sim, houve uma preocupação prévia de antever e preparar a guerra que se avizinhava, dentro do que eram as limitações e constrangimentos de diversa ordem, financeiros, políticos e diplomáticos, da altura.

Relativamente à QD2 - *Quais as missões e incumbências atribuídas e como é que a Marinha efetivamente as desempenhou?* – podemos afirmar que a Marinha desempenhou um variado leque de missões no TO da Guiné, condicionadas principalmente por dois fatores.

Em primeiro lugar as características geo-hidrográficas do território, que condicionaram permanentemente a manobra militar tanto das Forças Armadas Portuguesas como do PAIGC. Aqui as missões atribuídas à Marinha estavam em linha com o praticado por outros países em TO semelhantes, nomeadamente a França na Indochina e os EUA no Vietname, sendo daí também de onde a Marinha retirou valiosas

lições e exemplos que a ajudaram a edificar e aperfeiçoar o seu dispositivo e doutrina de emprego operacional.

Contudo a guerra na Guiné nunca se tratou de uma guerra fluvial pois o PAIGC, apesar de possuir algumas lanchas de combate que poderiam ter sido empregues para contestar a presença da Marinha Portuguesa nos rios, nunca o fez, preferindo sempre desenvolver ações terrestres. Os rios, rias e canais, para ambos os lados foram sempre mais olhados como vias de comunicação pelo território, por onde circulava o pessoal e material necessário para sustentar o esforço de guerra, do que espaço de combate propriamente dito.

Assim, a ação da Marinha, por falta de oposição em termos navais, desenvolveu-se, principalmente em duas vertentes: a vertente naval, eminentemente de apoio logístico, abastecimento e transporte de tropas, tanto da própria Marinha como dos outros ramos, pelo território, e apoio de fogos às operações em terra, e a vertente anfíbia, consubstanciada pela ação das CF, mas especialmente dos DFE, que se assumiram como o verdadeiro elemento de combate da Marinha.

A partir de 1967, com a perda da supremacia aérea portuguesa as missões de transporte, evacuação médica e apoio às operações ganham ainda mais relevo, pois é sobre os navios que recaem parte das ações até então desenvolvidas pela FAP.

Para além das ações de combate, a Marinha desenvolveu também um importante papel na sustentação da atividade económica da Província durante a guerra, nomeadamente com a organização e proteção de comboios fluviais a cargo do CDMG, e com o trabalho dos Serviços Provinciais de Marinha que garantiam o transporte de pessoas e carga.

Para concluir, podemos resumir a ação da Marinha na Guiné, como postulado na doutrina oficial da época, nos seguintes pontos:

- a) Adquirir e manter a liberdade do mar/rios;
- b) Fornecer navios, forças e meios de comando e controlo;
- c) Formar comboios e dar-lhes proteção;

- d) Transportar e desembarcar as forças de desembarque (fuzileiros/forças de Exército);
- e) Garantir a dragagem de minas, a limpeza de obstáculos costeiros e fornecer apoio de fogo de artilharia;
- f) Efetivar a consolidação e a descarga de todos os transportes (pessoal e material);
- g) Defender os flancos da cabeça de praia e da frente marítima;
- h) Garantir as comunicações intra-teatro e do TO com a Metrópole e outras Províncias (Rede Radionaval);

Por fim em relação à QD3 - *Quais as adaptações e improvisos que foram sendo feitos ao longo da guerra, especificamente no Teatro de Operações da Guiné, para fazer face às exigências práticas do conflito?* – cremos ter demonstrado que a ação da Marinha se pautou por uma considerável dose de improvisado e adaptação constante, necessárias primeiro para adequar a teoria à prática, num contexto de falta de experiência e depois para responder a um inimigo também de si bastante criativo e em constante mutação.

Como referido ao longo do trabalho, Portugal não combatia na Guiné desde as campanhas que se seguiram à conferência de Berlim ainda no século XIX e início do século XX. Assim, em 1963 quando se inicia a luta armada contra o PAIGC, Portugal não dispunha nem de experiência nem de doutrina adequada para combater eficientemente.

Se o território se mantinha o mesmo, o tipo de luta, de motivação político-ideológica, bem como o armamento, táticas, técnicas e procedimentos entretanto desenvolvidos para a guerrilha/contra-guerrilha, subversão/contra-subversão, eram novos e na prática desconhecidos para as Forças Armadas Portuguesa.

Assim, foi necessário recorrer à doutrina existente, francesa e inglesa para se conseguir preparar as forças que inicialmente iriam atuar no TO.

Contudo cada TO é um TO e cada inimigo é um inimigo diferente, com motivações, formas de atuar e idiosincrasias próprias que não permitem replicar uma fórmula pré-concebida de situação para situação.

Não será de estranhar, portanto, que pouco tempo após o início das operações, as forças portuguesas se tenham apercebido que parte do material que tinham adquirido e parte da doutrina de que faziam uso, não eram adequados para o tipo de TO e a forma de combater na Guiné.

Começando pelos navios, inicialmente tinha-se julgado adequado construir lanchas em fibra de vidro, algo inovador para navios destinados a operações de combate, por se julgar que a manobrabilidade e velocidades conferidas por este tipo de construção compensavam a relativa falta de blindagem e proteção, uma vez que no entendimento inicial do comando português o conflito iria ser de baixa intensidade, com relativa segurança para os navios.

Rapidamente esta conceção inicial foi contrariada, pois a intrincada, e frequentemente estreita, rede de canais da Guiné forneciam o terreno ideal para emboscadas a partir da margem, o que representava um perigo considerável para a navegação dos navios portugueses.

Foi, portanto, necessário alterar a tipologia de navio, para navios em aço, reforçados na zona da ponte e máquinas com blindagem adicional, o que é uma inversão da conceção inicial pois estava-se agora a sacrificar a manobrabilidade e velocidade pela proteção.

Para além deste aspeto, ainda no âmbito dos navios, foi necessário melhorar as condições de habitabilidade e conforto a bordo, pois as inclementes condições climatéricas da Guiné, com calor, chuva e humidade, afetavam decisivamente o desempenho operacional das guarnições. Os navios sofreram, portanto, novas alterações para instalar sistemas de ventilação, refrigeração de alimentos (rapidamente percíveis no ambiente guineense) e zonas de cobertura (toldos no poço das LD) que permitissem prolongar os períodos de patrulha e operação, mantendo as mínimas condições de salubridade para as guarnições.

Também derivado do clima, da falta de salubridade e da dureza das operações, as comissões na Guiné foram reduzidas para vinte e um meses ao contrário dos vinte e quatro dos restantes teatros africanos.

Em termos de armamento inicial também houve a necessidade de adaptação face inicialmente previsto.

A dotação inicial de armamento previa que cada DFE se encontrasse dotado de um lança-chamas. Contudo, logo a partir de 1963, este tipo de arma acabou por ser abandonado por se constatar que não estava adequado ao tipo de guerra nem ao TO.

O mesmo se passou com o lança-rockets de 37mm, que se revelou bastante frágil com as cargas propulsoras a serem muito sensíveis às condições de temperatura e humidade extremas, tendo causado vários acidentes com o pessoal, pelo que o seu uso foi abandonado na Guiné.

Por outro lado, a MG42 bem como o lança-granadas-foguete de calibre 88,9mm (*bazooka*), pela grande superioridade de fogo que ofereciam, mostrando-se perfeitamente adequados a TO e tipo de operações acabaram por ver a sua dotação aumentada de uma para duas em cada DFE.

Não só em termos de equipamento foi necessário proceder a adaptação. Também em termos táticos e procedimentais a experiência acumulada foi revelando novas formas de atuação. Exemplo disso foi o desenvolvimento dos binómios fuzileiro-bote e fuzileiro-lança que se revelaram determinantes na ação concertada do dispositivo da Marinha, apostado em ganhar o fator surpresa e a iniciativa, elementos essenciais nas operações de contrainsurgência.

Em suma, por tudo o demonstrado ao longo do trabalho, podemos concluir que as Forças Armadas Portuguesas, mas mais concretamente a Marinha, que neste aspeto consideramos ter estado um passo à frente em relação ao Exército e à Força Aérea, reconhecendo, face aos sinais vindos do exterior, que a guerra era cada vez mais inevitável, tentou, principalmente a partir dos últimos anos da década de 50 do século passado, iniciar um processo de reformas que permitisse edificar as valências necessárias, tanto de infraestruturas como de meios e doutrina, para o desenvolvimento de operações de contrainsurgência nas Províncias Ultramarinas.

Inicialmente inexperientes na condução de operações de contra-guerrilha e contrainsurgência, a Marinha recorreu a doutrina estrangeira, nomeadamente francesa e inglesa para desenvolver o seu dispositivo.

Em África, o TO da Guiné revelou-se o mais complexo e exigente dos três TO que constituíram a Guerra de África portuguesa, mas simultaneamente ofereceu o meio propício para a Marinha operar.

As características do território desempenharam um papel determinante na preparação e condução das operações, obrigando a constantes adaptações, levou a que progressivamente se fosse desenvolvendo pelas Forças Armadas um corpo doutrinário próprio.

A Armada, estruturada ao longo da década de 50, fruto da adesão de Portugal à OTAN como país fundador, para operações convencionais no Atlântico, viu-se na necessidade de criar uma Marinha paralela para operar nos rios de África.

A ação dos navios no apoio às operações, mas principalmente dos refundados fuzileiros, demonstraram a extraordinária capacidade da Marinha em se reinventar quando a situação se impunha, acompanhando a evolução do conflito e respondendo de forma eficaz às dificuldades que foram surgindo.

Não isentas de erros de diversa ordem, considera-se que as ações desenvolvidas na preparação e condução de uma guerra, em três teatros, ao longo de treze anos, face, no caso da Guiné, a um adversário formidável e a uma conjuntura internacional hostil, se constituem como um bom exemplo do que é possível atingir quando a vontade, a capacidade e a competência se unem na prossecução de um objetivo comum. Exemplo que, na opinião do autor deve ser estudado e aprofundado, não só para memória futura, mas, principalmente, para reflexão presente.

Referências Bibliográficas

- Abreu, T. (Abril - Junho de 1967). Infraestruturas navais no Ultramar. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 427-436.
- Abreu, T. d. (julho a setembro de 1967). O bote de borracha. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 603-607.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2020). *Guerra Colonial*. Lisboa: Porto Editora.
- Alberto, R. G. (2023). A Marinha na guerra de contra-subversão em África: 1961 - 1974. Em R. B. Velez, *As Forças Armadas Portuguesas e a Guerra do Ultramar (1961-1975): Adaptações, Evoluções e Impactos. Estudos, Reflexões e Testemunhos* (pp. 525-542). Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Almeida, A. A., Morgado, N. A., Silva, M. A., Martins, D. M., & Conceição, L. F. (2017). *O enquadramento político e militar no período em que o Marechal António de Spínola desempenhou as funções de Governador e Comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Alves, P. H. (2007). *A Geologia Sedimentar da Guiné-Bissau. Da Análise Geral e Evolução do Conhecimento ao Estudo do Cenozóico*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências. Departamento de Geologia.
- Andelman, D. A. (1970). Profile: Amilcar Cabral; pragmatic revolutionary shows how an African guerrilla war can be successful. *Africa Report*, v. 15, n.º 5, 18-19.
- Antunes, J. F. (1991). *Kennedy e Salazar - O leão e a raposa* (9ª ed.). Lisboa: Difusão Cultural.
- Baêna, L. S. (2006). *Fuzileiros: Factos e Feitos na Guerra de África - 1961/1974* (Vol. I). (C. C. Marinha, Ed.) Lisboa: Edições Inapa.
- Barata, M. F., Garcia, H. A., Marreiros, J. L., Moreira, M. d., Ferro, A. G., Antunes, A. V., . . . Afonso, A. C. (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961 - 1974). Dispositivo das Nossas Forças. Guiné* (Vol. 3ª). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Britannica, E. (04 de fevereiro de 2023). *Guinea-Bissau*. Obtido de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com><https://www.britannica.com/place/Guinea-Bissau>
- Cable, J. (1994). *Gunboat Diplomacy, 1919-91*. Londres: Palgrave Macmillan.
- Cabral, L. (1984). *Crónica da Libertação*. Lisboa: Edições "O Jornal".
- Calvão, A. (Janeiro / Março de 1960). O corpo de mergulhadores sapadores. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 55-58.
- Calvão, A. (Abril/Junho de 1963). A Marinha na Guerra Contra-Revolucionária. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 355-366.
- Calvão, A. (1976). *De Conakry ao M.D.L.P.* Lisboa: Intervenção.
- Canas, A. C., Costa, A. R., & Silva, J. M. (2020). *História da Marinha Portuguesa - Viagens e Operações Navais (1824-1974)*. Lisboa: Academia de Marinha.

- Cancela, D. S. (2014). *Solidariedade Internacional - A Revolução Argelina e os Movimentos Anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e Antifascistas (FPLN)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Cann, J. P. (1998). *Contra-Insurreição em África, 1961 - 1974: O Modo Português de Fazer a Guerra*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena, Lda.
- Cann, J. P. (2009). *A Marinha em África - Angola, Guiné e Moçambique. Campanhas Fluviais, 1961 - 1974*. Lisboa: Prefácio.
- Cann, J. P. (2016). *The Fuzileiros - Portuguese Marines in Africa - 1961 - 1974*. Solihull, West Midlands: Helion & Company Limited.
- Cann, J. P. (2022). A revolution in military affairs - how the armed forces prepared for the african campaigns, 1961-1974. *As Forças Armadas Portuguesas e a Guerra do Ultramar (1961-1975): Adaptações, Evoluções e Impactos. Estudos, Reflexões e Testemunhos* (pp. 61-87). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Clausewitz, K. v. (1976). *Arte e Ciência da Guerra*. Lisboa: Edições Maria da Fonte.
- Costa, A. (1982). Elementos Estatísticos - Guiné-Bissau. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, pp. 203-212.
- Costa, A. R. (2006). *Dicionário de Navios* (2ª ed.). Lisboa: Edições Culturais de Marinha.
- Costa, A. R. (janeiro/fevereiro de 2020). As Navegações nos Rios da Guiné - Uma náutica especial em tempo de guerra. *Revista de Marinha*, pp. 46-48.
- Costa, A. R., & Machado, M. P. (1992). *Anuário da Reserva Naval 1958-1974*. Lisboa: Edição dos autores.
- Costa, A. R., Canas, A. C., & Silva, J. M. (2020). *História da Marinha Portuguesa. Viagens e Operações Navais (1824 - 1974)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Costa, A. R., Canas, A. C., & Silva, J. M. (2020). *História da Marinha. Viagens e Operações Navais (1824 - 1974)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Costa, R. (setembro/outubro de 1996). Os navios da classe "Bellatrix". *Revista da Armada*, pp. 10-14.
- Crespo, M. P. (1955). *Trabalhos da Missão Geo-Hidrográfica da Guiné (1948 - 1955)*. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.
- Crespo, M. P. (Janeiro / Março de 1957). Esboço duma possível reorganização dos serviços de Marinha nas províncias africanas. *Anais do Clube Militar Naval, n.º 1 a 3*, pp. 33-42.
- Crespo, M. P. (Julho / Setembro de 1960). As Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionária. *Anais do Clube Militar Naval, n.º 7 a 9*, pp. 537-550.
- Crespo, M. P. (outubro-dezembro de 1961). Crónica de Marinha. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 785-797.
- Crespo, M. P. (1977). *Porque Perdemos a Guerra*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- Davidson, B. (1975). *A Libertação da Guiné* (1ª ed.). Lisboa: Livraria Sá da Costa.

- Decreto-lei n.º 22 465 - Acto Colonial*. (1933). Lisboa: Diário da República I Série - Número 83.
- d'Oliveira, R. S. (1999). *A Corveta Portuguesa dos anos 70*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.
- Duarte, A. R., & Neves, J. P. (2018). *Portugal e a Guerra de África: A Marinha com as "Argos" nas águas da Guiné*. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.
- Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung (24 April 1955)*. (7 de janeiro de 2023). Obtido de CVCE.eu: https://www.cvce.eu/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_bandung_24_april_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html
- Fonseca, A. M. (Setembro de 2006). Dez anos de relações luso-alemãs (1958-1968). *Revista de Relações Internacionais - Instituto Português de Relações Internacionais*, pp. 47-60.
- Furtado, J. (Realizador). (2007). *A Operação Tridente - Guiné Portuguesa* [Filme].
- Giap, V. N. (2005). *Manual de Estratégia Subversiva*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Gleijeses, P. (2002). *Conflicting Missions. Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Londres: The University of North Carolina Press.
- Hessler, W. H. (Julho - Setembro de 1962). A Guerra de Guerrilhas é Diferente. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 623 - 635.
- Hortelão, R., Baêna, L. S., & Sousa, A. M. (2012). *Honra e Dever*. Porto: Caminhos Romanos.
- Hurley, M. M., & Matos, J. (outubro de 2014). *A Arma que mudou a Guerra*. Obtido de Revista Militar : <https://www.revistamilitar.pt/artigo/967>
- Laranjeiro, C. (14 de maio de 2023). *Cuba e a luta de libertação na Guiné-Bissau*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2023/05/14/mundo/noticia/cuba-luta-libertacao-guinebissau-2048927>
- Leandro, J. d. (Abril/Junho de 1961). Algumas considerações sobre a cooperação Inter-Armas na Guerra Revolucionária. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 287-320.
- Leitão, H. (1990). *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.
- Marcos, D. (Setembro de 2006). Portugal e a França na década de 1960: A questão colonial e o apoio internacional. *Revista de Relações Internacionais - Instituto Português de Relações Internacionais*, pp. 31-45.
- Marcos, D. (2023). Causas e consequências do apoio político-diplomático da França a Portugal nos primeiros anos da Guerra Colonial (1958-1968). Em R. B. Velez, *As Forças Armadas Portuguesas e a Guerra do Ultramar (1961-1975): Adaptações, Evoluções e Impactos. Estudos, Reflexões e Testemunhos*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Marcos, D. (2023). Causas e Consequências do Apoio Político-Diplomático da França a Portugal nos primeiros anos da Guerra Colonial (1958-1968). *As Forças Armadas Portuguesas e a Guerra do Ultramar (1961-1975): Adaptações, Evoluções e Impactos. Estudos, Reflexões e Testemunhos* (pp. 213-229). Porto: Fronteira do Caos.

- Marinho, A. L. (2021). *Operação Mar Verde - Um documento para a História*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.
- Marshall, T. (2017). *Prisioneiros da Geografia - Dez mapas que lhe revelam tudo o que precisa de saber sobre política internacional*. (L. C. Real, Ed.) Porto Salvo, Lisboa, Portugal: Saída de Emergência.
- Matos, J. (3 de Maio de 2023). *O início da Guerra na Guiné (1961-1964)*. Obtido de Revista Militar: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1066>
- Miscelânea*. (1967). Vale de Zebro: Ministério da Marinha - Grupo N.º 2 de Escolas da Armada - Escola de Fuzileiros.
- Monteiro, A. d. (Julho - Setembro de 1958). Canhoneiras para o Ultramar. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 491-495.
- Moreira, L. F. (2001). *A Adaptação das Forças Armadas para a Guerra do Ultramar (1961-1974)*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares - Curso de Estado Maior.
- Mortimer, R. A. (setembro de 1972). From Federalism to Francophonía: Senghor's African Policy. *African Studies Review*, Vol. 15, N.º 2, pp. 283-306.
- Mota, A. T. (1954). *Guiné Portuguesa* (Vol. I e III). Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Nunes, M. d., Costa, F. L., Melo, A. R., & Morgado, A. M. (2015). Tecnologias geoespaciais na demarcação da fronteira da Guiné-Bissau. *Pombalina - Coimbra University Press*, p. 914. Obtido de URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/37126>
- Oliveira, D. F., Pereira, N. D., Casquinha, C. F., & Lima, F. d. (2017). *Caracterização dos movimentos insurgentes que aturaram no teatro de operações da Guiné-Bissau (1963-1974)*. Pedrouços - Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Paes, J. M., Carvalheira, J. L., Duarte, F. V., Teixeira, I. G., Correia, L. d., Calvão, G. d., . . . Talhadas, J. G. (2012). A Marinha na Guiné e em Cabo Verde: Navios, Fuzileiros e Autoridade Marítima. Em M. B. Cunha, & J. M. Paes, *Olhares sobre a Guiné e Cabo Verde* (pp. 189-259). Linda-a-Velha e Porto: DG Edições e Caminhos Romanos.
- Paes, J. M., Carvalheira, J. L., Duarte, F. V., Teixeira, I. G., Correia, L. d., Calvão, G. d., . . . Talhadas, J. G. (2012). A Marinha na Guiné e Cabo Verde: Navios, Fuzileiros e Autoridade Marítima. Em M. B. Cunha, & J. C. Paes, *Olhares sobre Guiné e Cabo Verde* (pp. 189-262). Linda-a-Velha e Porto: DG Edições e Caminhos Romanos.
- Pereira, A. (19 de março de 1962). *DAC - Documentos Amílcar Cabral*. Obtido de Fundação Mário Soares - Casa Comum: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_37089
- Pereira, B. F. (2022). *Orgulhosamente Sós*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Pinto, A. d. (abril de 2009). Guerrilha vs. Guerrilla na Guerra Peninsular. *Revista Militar*, pp. 369-385.
- Pinto, J. L. (agosto de 2010). As Comunicações na Marinha. *Revista da Armada*, pp. 24-25.
- Pinto, J. L. (08 de março de 2020). Guerra colonial: Marinha começou a preparar-se em 1957 para problemas em África. (Lusa/fim, Entrevistador)

- Pires, N. L. (2014). *Wellington, Spínola, Patraeus. O Comando Holístico da Guerra*. Alcochete: Nexo Literário.
- Quintanilha, F. (Janeiro - Abril de 1955). Centro de Instrução de Operações Afíbias (CIOA) de Arsew. *Anais de Marinha, n.º 28*, pp. 47 - 52.
- Ramos, R., Sousa, B. V., & Monteiro, N. G. (2021). *História de Portugal*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Reboredo, A. d. (julho - setembro de 1959). Um depoimento sobre política naval portuguesa. *Anais do Clube Militar Naval*, pp. 489-518.
- Rita, F. M. (2023). Histórias da Guerra de África - A vida em combate de soldados setubalenses no conflito entre 1961 e 1974. Em R. B. Velez, *As Forças Armadas Portuguesas e a Guerra do Ultramar (1961-1975): Adaptações, Evoluções e Impactos. Estudos, Reflexões e Testemunhos* (pp. 577-592). Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Rolo, C. J. (março/abril de 2019). Mergulhadores na Guiné. *Revista de Marinha*(1008), pp. 56-59.
- Rosas, F. (2017). *História a História África - As Guerras de Ocupação, episódio 1*. Obtido de RTP Ensina: <https://ensina.rtp.pt/artigo/as-guerras-de-ocupacao/>
- Rottman, G. L. (2006). *Vietnam Riverine Craft: 1962-1975*. Oxford, Inglaterra: Osprey Publishing.
- Sacchetti, A. E. (1999). A Marinha nos 50 Anos da NATO. *Revista Nação & Defesa, n.º 89*, pp. 85-99.
- Saial, P. (2012). *O programa das fragatas da classe Almirante Pereira da Silva*. Almada: Escola Naval.
- Santos, J. F. (fevereiro de 2007). Das Lanchas de Fiscalização Pequenas (LFP). *Revista da Armada*, pp. 24-25.
- Santos, M. L. (29 de setembro de 2016). Guiné, 1969 - Comboios Navais para Sul. *Revista de Marinha*.
- Santos, P. B. (janeiro/março de 1965). A Marinha na Guiné. *Anais do Clube Militar Naval*, p. 5 a 22.
- Santos, P. C. (2013). A Missão Geo-Hidrográfica da Guiné-Bissau. *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Saramago, J. M., & Lopes, D. M. (2018). *A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974): Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate*. Pedrouços - Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Silva, J. M. (fevereiro de 2014). O N.R.P. Alfange. *Revista de Marinha*, pp. 42-45.
- (1972). *Síntese Monográfica - Província da Guiné*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Sousa, J. S. (16 de abril de 2023). *Jornal Público*. Obtido de China, Amílcar Cabral e o PAIGC: um namoro em três tempos: <https://www.publico.pt/2023/04/16/mundo/noticia/china-amilcar-cabral-paigc-namoro-tres-tempos-2045853>

- Sousa, P. M. (2021). *Os números da Guerra de África. Angola, Guiné, Moçambique: mortos, feridos, armas e combates, custos, desertores*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, Lda.
- Sousa, P. M. (2021). *Os números da Guerra de África. Angola, Guiné, Moçambique: mortos, feridos, armas e combates, custos, desertores*. Lisboa: Guerra e Paz, Editores, Lda.
- Teixeira, N. S. (1999). Portugal e a NATO: 1949-1999. *Nação & Defesa*, pp. 15-41.
- Teixeira, N. S., Domingues, F. C., & Monteiro, J. G. (2017). *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Telepneva, N. (2021). *Cold War Liberation: The Soviet Union and the Collapse of the Portuguese Empire in Africa, 1961-1975*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Telepneva, N. (23 de abril de 2023). *Jornal Público*. Obtido de "Camarada Cabral", a URSS e a Checoslováquia: <https://www.publico.pt/2023/04/23/mundo/noticia/camarada-cabral-urss-checoslovaquia-2046435>
- Telo, A. J. (1999). *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização (1824 - 1974) (Tomo I)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Telo, A. J. (1999). *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização (1824 - 1974) (Tomo I)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Telo, A. J. (2023). Guerra e Sociedade - para compreender as guerras de África (1961/1975). Em R. B. Velez, *As Forças Armadas Portuguesas e a Guerra do Ultramar (1961-1975): Adaptações, Evoluções e Impactos. Estudos, Reflexões e Testemunhos*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Tse-Toung, M. (2004). *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Tzu, S. (2009). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Bertrand.
- Unidas, N. (1945). *Carta das Nações Unidas e Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça*. <https://www.un.org/pt/about-us/un-charter>.
- Valentim, C. (2015). A Cartografia da Guiné Portuguesa 1945-1949. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, (pp. 251 - 262). Braga.
- Venter, A. J. (2013). *Portugal's Guerrilla Wars in Africa - Lisbon Three Wars in Angola, Mozambique and Portuguese Guinea (1961-1974)*. Solihull, West Midlands: Helion & Company Limited.
- Venter, A. J. (2013). *Portugal's Guerrilla Wars in Africa - Lisbon's Three Wars in Angola, Mozambique and Portuguese Guinea 1961 - 74*. West Midlands, England: Helion & Company Limited.
- Venter, A. J. (2018). *Portugal e as Guerrilhas de África: As guerras portuguesas em Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa (1961-1974)*. Lisboa: Clube do Autor, S. A.
- Viagens de Luís de Cadamosto e Pedro de Sintra*. (1948). Lisboa: Academia Portuguesa de História.

ANEXO 1 - PRINCIPAIS UNIDADES NAVAIS QUE SERVIRAM NA GUINÉ (1963-1974)

CLASSE	TIPO	NOME	INDICATIVO VISUAL	PERÍODO
ARGOS	LFG	Argos	P 372	1963-64 e 1970-74
		Lira	P 361	1964-1974
		Orion	P 362	1964-1974
		Cassiopeia	P 373	1964-1974
		Dragão	P 374	1963-64 e 1970-74
		Hidra	P 376	1964-1974
		Sagitário	P 1131	1965-1974
ALFANGE	LDG	Alfange	LDG 101	1965-1974
		Montante	LDG 104	1966-1974
BOMBARDA	LDG	Bombarda	LDG 201	1969-1974
BELLATRIX	LFP	Bellatrix	P 363	1961-1974
		Canopus	P 364	1961-1971
		Deneb	P 365	1961-1971
		Arcturus	P 1151	1968-1974
		Aldebaran	P 1152	1968-1974
		Procion	P 1153	1968-1974
ALVOR	LFP	Alvor	P 1156	1969-1974
		Aljezur	P 1158	1969-1974
CACINE	PP	Quanza	P 1144	1973-1974
		Zambeze	P 1147	1974
JOÃO COUTINHO	FC	Augusto Castilho	F 484	1973
		Honório Barreto	F 485	1974
		António Enes	F 471	1974

Fonte: Costa, A. R., *Dicionário de Navios*, 2ª edição, Edições Culturais da Marinha, 2006

ANEXO 2- Empenhamento de Fuzileiros no TO da Guiné

Ano	DFE	CF	Pelotão de Reforço
1962	1 ¹⁴⁰	-	1
1963	2	1	1
1964	4	1	-
1965	4	1	-
1966	4	2	-
1967	4	2	-
1968	4	2	1
1969	4	2	1
1970	5 ¹⁴¹	2	-
1971	6 ¹⁴²	2	1
1972	5	2	1
1973	5	2	1
1974	6 ¹⁴³	2	1

¹⁴⁰ DFE2 chegou à Guiné a 6 de junho de 1962.

¹⁴¹ Aumento ao efetivo do DFE21 de fuzileiros africanos em 21 de abril de 1970.

¹⁴² Aumento ao efetivo do DFE22 de fuzileiros africanos em 16 de novembro de 1971.

¹⁴³ Aumento ao efetivo do DFE23 de fuzileiros africanos em 01 de julho de 1974. Todos os DFE africanos foram desativados a 25 de agosto de 1974.

ANEXO 3- Características Gerais das Lanchas de Desembarque

Série	LDP	LDM	LDG
100	<p><u>Deslocamento:</u> 12ton <u>Comprimento:</u> 14m <u>Boca:</u> 3,4m <u>Propulsão:</u> 2 MDPP¹⁴⁴ de 180cv (2 veios) <u>Vel. máx.:</u> 10 nós <u>Guarnição:</u> 1 cabo (patirão) e 5 marinheiros</p>		<p><u>Deslocamento:</u> 480ton <u>Comprimento:</u> 57m <u>Boca:</u> 11,8m <u>Calado:</u> 1,2m <u>Propulsão:</u> 2 MDPP de 1000cv (2 veios) <u>Vel. máx.:</u> 10,3nós <u>Armamento:</u> 2 peças de 20mm (1965) / 2 peças de 40mm (1973) <u>Guarnição:</u> 20 militares <u>Carga:</u> 270ton</p>
200	<p><u>Deslocamento:</u> 18ton <u>Comprimento:</u> 13,5m <u>Boca:</u> 3,4m <u>Propulsão:</u> 2 MDPP de 180cv (2 veios) <u>Vel. máx.:</u> 8,5nós <u>Guarnição:</u> 1 cabo (patirão) e 5 marinheiros</p>	<p><u>Deslocamento:</u> 50ton <u>Comprimento:</u> 15m <u>Boca:</u> 4,4m <u>Propulsão:</u> 2 MDPP den 450cv (2 veios) <u>Vel. máx.:</u> 9nós <u>Armamento:</u> 1 peça de 20mm <u>Guarnição:</u> 1 cabo (patrão) e 3 marinheiros</p>	<p><u>Deslocamento:</u> 652ton <u>Comprimento:</u> 56m <u>Boca:</u> 11,8m <u>Calado:</u> 1,9m <u>Propulsão:</u> 2 MDPP de 910cv (2 veios) <u>Vel. máx.:</u> 10nós <u>Armamento:</u> 2 peças de 40mm ou 2 peças de 20mm <u>Guarnição:</u> 20 militares <u>Carga:</u> 1 batalhão de fuzileiros navais ou 9 carros de combate ou 10 camiões de 6ton.</p>
300		<p><u>Deslocamento:</u> 56ton <u>Comprimento:</u> 17m <u>Boca:</u> 4,27m <u>Propulsão:</u> 2 MDPP de 450cv (2 veios) <u>Vel. máx.:</u> 8,5nós <u>Armamento:</u> 1 peça de 20mm e 2 metralhadoras de 12,7mm <u>Guarnição:</u> 1 cabo (patrão) e 5 marinheiros <u>Carga:</u> um DFE ou 35ton.</p>	
400		<p><u>Deslocamento:</u> 65ton <u>Comprimento:</u> 17m</p>	

¹⁴⁴ Motor Diesel Propulsor

		<p><u>Boca:</u> 5m</p> <p><u>Propulsão:</u> 2 MDPP de 450cv (2 veios)</p> <p><u>Vel. máx.:</u> 9,5nós</p> <p><u>Armamento:</u> 1 peça de 20mm</p> <p><u>Guarnição:</u> 1 cabo (patrão) e 3 marinheiros</p>	
--	--	---	--